



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO
DOUTORADO EM TURISMO

FRANCISCO XAVIER DA SILVA JÚNIOR

O CAMPO TURÍSTICO A PARTIR DA ZONA HISTÓRICA E PORTUÁRIA DE
NATAL (RN): CONCEPÇÃO, DISPUTA DOS CAPITAIS E TRANSFORMAÇÃO DOS
HABITUS



NATAL – RIO GRANDE DO NORTE
MARÇO DE 2025

Francisco Xavier da Silva Júnior

**O CAMPO TURÍSTICO A PARTIR DA ZONA HISTÓRICA E PORTUÁRIA DE
NATAL (RN): CONCEPÇÃO, DISPUTA DOS CAPITAIS E TRANSFORMAÇÃO DOS
HABITUS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Turismo, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito parcial para obter o título de Doutor em Turismo, na linha de pesquisa Turismo e Desenvolvimento Regional, com temática Turismo, Políticas Públicas e Transformações Socioespaciais.

Orientador: Prof. Dr. Wilker Ricardo de Mendonça Nóbrega

Natal – Rio Grande do Norte

Março de 2025

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
Sistema de Bibliotecas - SISBI
Catalogação de Publicação na Fonte. UFRN - Biblioteca Setorial do Centro Ciências Sociais Aplicadas - CCSA

Silva Júnior, Francisco Xavier da.

O campo turístico a partir da zona histórica e portuária de Natal (RN): concepção, disputa dos capitais e transformação dos habitus / Francisco Xavier da Silva Júnior. - Natal, 2025.
331f.: il.

Tese (Doutorado em Turismo) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Turismo. Natal, RN, 2025.

Orientação: Prof. Dr. Wilker Ricardo de Mendonça Nóbrega.

1. Campo turístico - Tese. 2. Capital turístico - Tese. 3. Habitus - Tese. 4. Zona histórica e portuária - Tese. 5. Pierre Bourdieu - Tese. I. Nóbrega, Wilker Ricardo de Mendonça. II. Título.

RN/UF/Biblioteca CCSA

CDU 338



O presente trabalho foi realizado, parcialmente, com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001¹

¹ El presente trabajo fue, en parte, realizado con apoyo de la Coordinación de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.
This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001.

Francisco Xavier da Silva Júnior

**O CAMPO TURÍSTICO A PARTIR DA ZONA HISTÓRICA E PORTUÁRIA DE
NATAL (RN): CONCEPÇÃO, DISPUTA DOS CAPITAIS E TRANSFORMAÇÃO DOS
HABITUS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Turismo, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Turismo.

Orientador: Prof. Dr. Wilker Ricardo de Mendonça Nóbrega

Defesa realizada em 24 de março de 2025.

BANCA EXAMINADORA

Wilker Ricardo de Mendonça Nóbrega, Dr.

Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Orientador e Presidente da Banca

Amarildo Ferreira Júnior, Dr.

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima
Examinador Externo ao Programa

Carolina Todesco, Dra.

Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Examinadora Interna

Marcelo da Silva Taveira, Dr.

Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Examinador Interno

Silvio José de Lima Figueiredo, Dr.

Universidade Federal do Pará
Examinador Externo ao Programa



À minha mãe, Mariana de Melo e

Aos meus irmãos, Franciana e Pedro

AGRADECIMENTOS

*Kawô Kabiyesilé, Şàngó
Odò Iyá, Yèyè omo ejá
Laóryè, Èṣù*

Diversos são os seres que estendo os meus profundos e carinhosos agradecimentos. Ao meu pai Xangô pela honra de me proteger durante toda minha jornada. A minha mãe Iemanjá, por me acolher em seus laços de água salgada durante os momentos de perturbação. A Exú, pela abertura dos caminhos. A minha mãe, que sempre acreditou e apoiou o meu futuro, a minha educação e moldou o homem que sou. Aos meus irmãos, por me proporcionarem a alegria dos meus sobrinhos e pela força, companheirismo, suporte e paciência. As minhas amigas e aos meus amigos, de longa caminhada, aqueles que fiz na jornada profissional e aos que encontrei nos corredores, pelo carinho, sorrisos, cafês, cachaças, vinhos, choros, sorrisos e trocas de afeto. Ao meu orientador estimado, pelos seis anos de orientações (mestrado e doutorado), pelos direcionamentos, parceria, indicações, discussões e construções teóricas e práticas para que este trabalho fosse real e acessível. Aos membros da banca avaliadora, por dedicarem tempo para apreciação deste trabalho e por colaborarem com sugestões valiosas. Aos demais professores do PPGTUR, por todo ensino, esforço e dedicação. Aos técnicos administrativos que nos ajudam nas burocracias institucionais. Aos auxiliares de serviços gerais e profissionais terceirizados do CCSA, Setor V e NEPSA II, pela educação, sorriso e conforto.

*[...] Gracias a la vida, que me ha dado tanto
Me ha dado el sonido y el abecedario
Con él, las palabras que pienso y declaro
Madre, amigo, hermano, y luz alumbrando
La ruta del alma del que estoy amando*

*Gracias a la vida, que me ha dado tanto
Me ha dado la marcha de mis pies cansados
Con ellos anduve ciudades y charcos
Playas y desiertos, montañas y llanos
Y la casa tuya, tu calle y tu patio*

*Gracias a la vida, que me ha dado tanto
Me dio el corazón, que agita su marco [...]*

*Gracias a la vida
Violeta Parra, 1964*

Gratidão, de coração leve, a todas, todos e todos.



Francisco
2022
2024

O senso de posicionamento é o fato de saber onde estamos e conhecer as margens de liberdade, as tolerâncias ao desvio, o direito à heresia que essa posição tolera, o limiar entre “ele é maluco” e “ele é original”. Trata-se aqui de duas coisas absolutamente fundamentais, quase da vida cotidiana. Esse senso de posicionamento dá então um certo número de limites. Ele também pressupõe um conhecimento da verdadeira estrutura da distribuição do capital simbólico: para saber onde estou na estrutura é preciso conhecer a estrutura, pelo menos na prática, e muitas vezes só conhecemos a estrutura quando sentimos nossa posição nela.

Pierre Bourdieu
Sociologia Geral (vol. 3), 2023

Silva Júnior, F. X. da. (2025). *O campo turístico a partir da zona histórica e portuária de Natal (RN): concepção, disputa dos capitais e transformação dos habitus*. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-graduação em Turismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, Brasil.

RESUMO

Diversas transformações sociais impactaram nas zonas históricas e portuárias em diferentes contextos históricos. Com o avanço da modernidade e espraiamento das cidades para novas centralidades, essas áreas passaram por um processo de esvaziamento de serviços, moradores e vivências. Desde a implementação das agendas de políticas neoliberais no Brasil, esses espaços fundacionais das cidades litorâneas tornaram-se alvos de intervenções públicas e privadas com o intuito de reativação e comercialização de suas paisagens, por vezes considerando o uso turístico. Assim, a tese tem como objetivo compreender a constituição do campo turístico da zona histórica e portuária de Natal, estado do Rio Grande do Norte, sob o mote da reconfiguração do espaço para o uso turístico destas áreas, considerando que os agentes no campo estabelecido competem por um acúmulo de capital específico e podem direcionar e influenciar a percepção de desenvolvimento turístico, particularmente no que tange à implementação de estratégias que posicionem o turismo como vetor para a reconfiguração. A pesquisa se assenta na teoria do campo, capital e *habitus* de Bourdieu como norteador dos procedimentos teórico e metodológicos, a considerar: i) levantamento bibliográfico de artigos, teses, dissertações e livros do recorte teórico da pesquisa; ii) delimitação do universo de pesquisa compreendendo agentes públicos, privados, turistas e sociedade; iii) construção do instrumento de pesquisa e realização de entrevista semiestruturada e aberta; iv) coleta de dados secundários através de documentos, atas, relatórios de gestão, boletins e informações oficiais das instituições vinculadas ao campo. Identificou-se que o campo turístico esteve estruturado a partir do processo de dominação do uso turístico para outras zonas da cidade, deflagrando agentes dominantes que monopolizam o fazer turístico e agentes dominados que encontraram formas de resistir a ausência do turismo na zona histórica e portuária. No campo, os capitais disputados (econômico, cultural, social e turístico) foram acumulados em processos de diferenciação, onde os agentes dominantes – maiores detentores de capital possuíam o controle do processo decisório do uso turístico, e os agentes dominados concentrando um menor valor de capital, resistiram buscando manifestar outras formas de mobilizar a zona a partir de suas vivências fragilizadas na disputa. Apesar das narrativas dos agentes dominantes revelarem uma preocupação com o estado de desvalia da zona histórica e portuária, seus *habitus* intencionaram a manutenção do abandono, gerando um contraste entre a internalização de subjetividades na zona de práticas e a exteriorização de subjetividades na zona de disputas, impondo ao campo turístico uma estrutura lógica de comportamento estruturada a partir de suas narrativas. Esse contexto gerou um processo natural de distinção entre os sujeitos, sinalizando que as dinâmicas de poder e desigualdade organizaram o campo turístico. A ausência de uma gestão integrada e participativa agrava ainda mais essas distorções, evidenciando a necessidade urgente de um planejamento mais inclusivo que valorize as contribuições de todos os agentes. A naturalização das diferenças entre os agentes na zona histórica e portuária de Natal apresentou desigualdades estruturais e incorporou as disputas simbólicas que moldam o campo turístico. Para superar essas barreiras, é essencial promover uma redistribuição mais equitativa dos capitais, provocando uma revolução simbólica dos dominados para o centro campo e estimulando o diálogo entre os diferentes agentes para a valorização das possibilidades de novas práticas turísticas.

Palavras-chave: Campo turístico. Capital turístico. *Habitus*. Zona histórica e portuária. Natal. Pierre Bourdieu.

Silva Júnior, F. X. da. (2025). *O campo turístico a partir da zona histórica e portuária de Natal (RN): concepção, disputa dos capitais e transformação dos habitus*. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-graduação em Turismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, Brasil.

ABSTRACT

Several social transformations have impacted historical and port zones in different historical contexts. With the advancement of modernity and the expansion of cities into new centralities, these areas have undergone a process of depopulation, with a decline in services, residents, and lived experiences. Since the implementation of neoliberal policy agendas in Brazil, these foundational spaces of coastal cities have become targets of public and private interventions aimed at their reactivation and commercialization, often considering tourism as a key element. In this context, this dissertation aims to understand the constitution of the tourism field in the historical and port zone of Natal, Rio Grande do Norte, focusing on the reconfiguration of these areas for tourism purposes. It is considered that the agents operating within the established field compete for the accumulation of specific forms of capital and can influence the perception of tourism development, particularly regarding the implementation of strategies that position tourism as a vector for spatial transformation. The research is grounded in Bourdieu's theory of field, capital, and habitus, serving as the theoretical and methodological framework. The methodological approach consists of: (i) a literature review of articles, dissertations, theses, and books relevant to the theoretical framework; (ii) delineation of the research universe, encompassing public and private agents, tourists, and local society; (iii) development of research instruments and conducting semi-structured and open-ended interviews; and (iv) collection of secondary data through official documents, meeting minutes, management reports, bulletins, and institutional records related to the tourism field. The findings indicate that the tourism field has been structured based on the dominance of tourism activity in other areas of the city, leading to the emergence of dominant agents who monopolize tourism development and subordinate agents who seek alternative forms of resistance to the absence of tourism in the historical and port zone. The contested forms of capital (economic, cultural, social, and tourism-related) have been accumulated through differentiation processes, in which dominant agents — possessing a higher volume of capital — control decision-making regarding tourism development, while subordinate agents, with lower capital accumulation, have resisted by attempting to mobilize the zone through alternative means shaped by their marginalized experiences. Although the dominant agents' narratives express concern over the state of neglect in the historical and port zone, their habitus reflects an underlying tendency to maintain this condition. This contrast reveals a dissonance between the internalization of subjectivities within the practice zone and the externalization of subjectivities in the field of disputes, imposing on the tourism field a structured logic of behavior shaped by these narratives. This scenario has led to a natural process of distinction between agents, highlighting how power dynamics and structural inequalities shape the tourism field. The lack of integrated and participatory governance exacerbates these distortions, underscoring the urgent need for a more inclusive planning approach that values the contributions of all agents. The normalization of differences between agents in the historical and port zone of Natal has reinforced structural inequalities and incorporated symbolic disputes that shape the tourism field. To overcome these barriers, it is crucial to promote a more equitable redistribution of capital, fostering a symbolic revolution that enables subordinate agents to reposition themselves within the field while encouraging dialogue among various stakeholders to recognize and enhance alternative tourism practices, thereby broadening the region's development possibilities.

Keywords: Tourism field. Tourism capital. *Habitus*. Historical and port zone. Natal. Pierre Bourdieu.

Silva Júnior, F. X. da. (2025). *O campo turístico a partir da zona histórica e portuária de Natal (RN): concepção, disputa dos capitais e transformação dos habitus*. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-graduação em Turismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, Brasil.

RESUMEN

Diversas transformaciones sociales han impactado las zonas históricas y portuarias en distintos contextos históricos. Con el avance de la modernidad y la expansión de las ciudades hacia nuevas centralidades, estas áreas han experimentado un proceso de vaciamiento de servicios, reducción de población y pérdida de experiencias cotidianas. Desde la implementación de las agendas de políticas neoliberales en Brasil, estos espacios fundacionales de las ciudades costeras se han convertido en objetivos de intervenciones públicas y privadas con el propósito de su reactivación y comercialización, muchas veces considerando el turismo. En este contexto, esta tesis tiene como objetivo comprender la constitución del campo turístico en la zona histórica y portuaria de Natal, estado de Rio Grande do Norte, con un enfoque en la reconfiguración de estos espacios para su uso turístico. Se considera que los agentes que operan dentro del campo compiten por la acumulación de formas específicas de capital y pueden influir en la percepción del desarrollo turístico, en particular en lo que respecta a la implementación de estrategias que posicionan al turismo como un vector de transformación espacial. La investigación se basa en la teoría del campo, el capital y el *habitus* de Bourdieu, que sirve como marco teórico y metodológico. La metodología comprende: (i) una revisión bibliográfica de artículos, tesis, disertaciones y libros; (ii) la delimitación del universo de investigación; (iii) el desarrollo de instrumentos de investigación y la realización de entrevistas semiestructuradas y abiertas; y (iv) la recopilación de datos secundarios relacionada con el campo turístico. Los resultados indican que el campo turístico se ha estructurado en torno a la dominación de la actividad turística en otras zonas de la ciudad, lo que ha dado lugar a la emergencia de agentes dominantes que monopolizan el desarrollo turístico y agentes subordinados que buscan formas alternativas de resistencia ante la ausencia de turismo en la zona histórica y portuaria. Las formas de capital en disputa (económico, cultural, social y turístico) han sido acumuladas a través de procesos de diferenciación, en los cuales los agentes dominantes, al poseer un mayor volumen de capital, han controlado la toma de decisiones sobre el uso turístico, mientras que los agentes subordinados, con menor acumulación de capital, han resistido intentando movilizar la zona mediante estrategias alternativas derivadas de sus experiencias marginalizadas en la disputa. Si bien las narrativas de los dominantes expresan preocupación por el estado de abandono de la zona histórica y portuaria, sus *habitus* refleja una tendencia implícita hacia la preservación de esta condición. Este contraste pone de manifiesto una disonancia entre la interiorización de subjetividades y la exteriorización de subjetividades en el ámbito de las disputas, imponiendo al campo turístico una lógica estructurada de comportamiento determinada por estas narrativas. Este escenario ha generado un proceso natural de diferenciación entre los agentes, evidenciando cómo las dinámicas de poder y desigualdad estructuran el campo turístico. La falta de una gestión integrada y participativa agrava aún más estas distorsiones, resaltando la necesidad urgente de un enfoque de planificación más inclusivo que valore las contribuciones de todos. La normalización de las diferencias entre los agentes ha reforzado desigualdades estructurales e incorporado disputas simbólicas que moldean el campo turístico. Es fundamental promover una redistribución más equitativa del capital, impulsando una revolución simbólica que permita a los agentes subordinados reposicionarse, al tiempo que se fomenta el diálogo entre los distintos actores para reconocer y fortalecer prácticas turísticas alternativas, ampliando así las posibilidades de desarrollo en la región.

Palabras clave: Campo turístico. Capital turístico. *Habitus*. Zona histórica y portuaria. Natal. Pierre Bourdieu.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Rio de Janeiro Imperial, 1808	26
Figura 2: Départ de la Reine, 1839.....	26
Figura 3: Cartografia do Rio Amazonas de 1558	27
Figura 4: Vista da orla de Belém antes da construção do porto	28
Figura 5: Porto de Salvador, 1913	28
Figura 6: Linha do tempo da relação porto-cidade.....	31
Figura 7: a) desabamento de edifício em Natal e b) teto de Igreja em Salvador.....	34
Figura 8: Rotas da Koninklijke Hollandsche Lloyd	41
Figura 9: Construção da Rampa	41
Figura 10: Pátio da Rampa com hidroaviões.....	42
Figura 11: Recortes da zona histórica de Natal	46
Figura 12: Porto de Málaga, Espanha.....	49
Figura 13: Porto Maravilha, Rio de Janeiro	49
Figura 14: Porto Madeiro, Buenos Aires - Argentina.....	49
Figura 15: Resumo do processo para seleção do PB da metodologia ProKnow-C.....	55
Figura 16: Código de identificação dos respondentes.....	63
Figura 17: Mediterranean Shipping Company, 1970	84
Figura 18: Seleção dos documentos secundários	86
Figura 19: Posições de campo a partir dos capitais econômico e cultural	92
Figura 20: Exemplificação dos agentes em um campo turístico	94
Figura 21: A cidade de Natal em 1599	97
Figura 22: Os primeiros bairros de Natal	98
Figura 23: Cais da Avenida Tavares de Lyra	99
Figura 24: Rua do Comércio (Atual Rua Chile).....	99
Figura 25: Avenida Tavares de Lyra na Ribeira em 1922.....	100
Figura 26: Antigo cais da Tavares de Lyra, anterior a 1932	101
Figura 27: Bonde na Avenida Junqueira Ayres.....	101
Figura 28: Estrutura externa do TMP de Natal.....	104
Figura 29: Vista do cais do Porto para atracar embarcações turísticas.....	104
Figura 30: Vista do TMP a partir do Rio Potengi.....	105
Figura 31: Embarcação atracada no Porto de Natal	105
Figura 32: Localização do TMP considerando todo território da CODERN	106

Figura 33: Localização do TMP considerando o Berço 03 do Porto.....	106
Figura 34: Mandala dos portos brasileiros organizados	113
Figura 35: Zona Especial de Preservação Histórica de Natal.....	117
Figura 36: a) AEITP, b) AEPC e c) AEP	119
Figura 37: Esquema de constituição de um campo	122
Figura 38: Cinco etapas do desenvolvimento.....	125
Figura 39: Ciclo de vida do destino turístico.....	126
Figura 40: Doxa do campo turístico a partir dos agentes turísticos	132
Figura 41: Nomos do campo turístico a partir da regulamentação e regras sociais	138
Figura 42: Illusio do campo turístico a partir do retorno de capital investido	144
Figura 43: O campo turístico a partir das disputas de capital.....	150
Figura 44: O campo turístico da zona histórica e portuária de Natal	151
Figura 45: Nuvem de palavras a partir dos comentários nas redes sociais	153
Figura 46: Figuração esquemática do campo turístico	160
Figura 47: Formas do capital cultural no espaço social	176
Figura 48: Praça André de Albuquerque	188
Figura 49: Igreja Matriz de Nossa Senhora da Apresentação.....	189
Figura 50: Memorial Câmara Cascudo.....	190
Figura 51: Igreja de Santo Antônio (Igreja do Galo).....	190
Figura 52: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.....	191
Figura 53: Palácio da Cultura (Pinacoteca Potiguar)	191
Figura 54: Palácio Felipe Camarão (Prefeitura Municipal do Natal).....	192
Figura 55: Museu Café Filho.....	192
Figura 56: Beco da Lama	193
Figura 57: Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos	194
Figura 58: Casa da Viúva Machado.....	194
Figura 59: Capitania das Artes	195
Figura 60: Solar São João.....	195
Figura 61: Solar Bela Vista.....	196
Figura 62: Instituto Câmara Cascudo	197
Figura 63: Travessa Pax.....	197
Figura 64: Catedral Metropolitana de Nossa Senhora da Apresentação	198
Figura 65: Distribuição dos equipamentos e atrativos turísticos na Cidade Alta	198
Figura 66: Praça das Mães.....	199

Figura 67: Prédio do IFRN	199
Figura 68: Praça Augusto Severo	200
Figura 69: Teatro Alberto Maranhão	200
Figura 70: Antigo Grupo Escolar Augusto Severo	201
Figura 71: Antiga Escola Doméstica de Natal.....	202
Figura 72: Museu de Cultura Popular Djalma Maranhão	202
Figura 73: Espaço Cultural Casa da Ribeira.....	203
Figura 74: Antigo Grande Hotel.....	203
Figura 75: Sede do IPHAN.....	204
Figura 76: Casa do Empresário	204
Figura 77: Rua Dr. Barata.....	205
Figura 78: Obelisco da Avenida Tavares de Lira.....	205
Figura 79: Escola de Dança do Rio Grande do Norte (Antigo Palácio do Governo).....	206
Figura 80: Largo da Rua Chile	207
Figura 81: Beco da Quarentena	208
Figura 82: CODERN	208
Figura 83: Receita Federal.....	209
Figura 84: Sede do DNOCS	209
Figura 85: Distribuição dos equipamentos e atrativos turísticos na Ribeira	210
Figura 86: Edifício do Jornal a República.....	212
Figura 87: Antigo prédio do Ministério da Fazenda.....	213
Figura 88: Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) de Natal.....	213
Figura 89: Edifícios abandonados na Ribeira.....	214
Figura 90: Agentes e os capitais em disputa no campo turístico.....	217
Figura 91: Distribuição do capital social a partir dos agentes do campo	229
Figura 92: Comparativo entre o campo turístico e o capital social	230
Figura 93: Dominantes e dominados a partir do capital turístico.....	238
Figura 94: VI Caminhada Espaços Sagrados do Centro Histórico.....	245
Figura 95: Parada da Diversidade LGBTQIA+ no largo da Pinacoteca	245
Figura 96: Festival histórico Rua da Conceição.....	245
Figura 97: Lixo abandonado no bairro da Ribeira.....	249
Figura 98: Edifícios abandonados na Ribeira.....	249
Figura 99: Objetificação do campo turístico a partir da zona histórica e portuária	260
Figura 100: Motivações de viagem dos agentes.....	272

Figura 101: Portal Viva Natal - História da Cidade.....	282
Figura 102: Portal Viva Natal - Aba arquitetura.....	283
Figura 103: Perfil no Instagram do Viva Natal Oficial	283
Figura 104: Obras de requalificação dos bairros.....	284
Figura 105: Novos elementos.....	299
Figura 106: Projeto Nova Ribeira.....	300
Figura 107: Projeto O que é que Natal tem?	301
Figura 108: Carnaval de Natal no Polo Centro Histórico.....	302
Figura 109: Direccionamentos para um turismo possível.....	306

LISTA DE QUADROS E GRÁFICOS

Quadro 1: Quantitativo de artigos encontrados por palavra-chave	56
Quadro 2: Portfólio bibliográfico de artigos científicos.....	57
Quadro 3: Quantitativo de teses e dissertações encontrados por palavra-chave	59
Quadro 4: Portifólio bibliográfico de teses e dissertações	59
Quadro 5: Representação dos agentes sociais que compõem o universo da pesquisa	61
Quadro 6: Órgãos colegiados ligados à autoridade portuária.....	67
Quadro 7: Categoria e técnica de análise a partir do Bourdieu	69
Quadro 8: Desenho metodológico da pesquisa	71
Quadro 9: Quantitativo de documentos secundários.....	87
Quadro 10: Ações públicas no centro histórico de Natal de 1901 a 2023.....	119
Quadro 11: Correlação entre a doxa e o nomos do campo turístico.....	136
Quadro 12: Agentes do campo	146
Quadro 13: Formas para identificar o volume de capital no campo	172
Quadro 14: Agentes de turistificação e seus subgrupos de representação	217
Quadro 15: Variáveis do capital cultural com base no nível educação escolar.....	227
Quadro 16: Síntese das práticas	278
Quadro 17: Síntese das disputas.....	287
Quadro 18: Ações e projetos de requalificação para a Ribeira e Cidade Alta.....	302
Quadro 19: Matriz de estudos para o(s) campo(s) turístico(s)	320
Gráfico 1: Evolução do investimento público por modal	111
Gráfico 2: Índice QPI dos países latino-americanos.....	112
Gráfico 3: Número de passageiros transportados em cruzeiros de 1990 a 2021	114
Gráfico 4: Número de passageiros em cruzeiros de 2009 a 2021.....	115
Gráfico 5: Número de passageiros no mundo (em milhões)	141
Gráfico 6: Destino nacional de preferência	141
Gráfico 7: Quais locais visitou ou planeja visitar?	154
Gráfico 8: Quais atrativos turísticos visitou ou planeja visitar?	154
Gráfico 9: Concentração de interesse de capital a partir dos agentes.....	156
Gráfico 10: Diversidade de agentes no campo	158
Gráfico 11: Gênero dos respondentes	225
Gráfico 12: Concentração do volume de capital econômico	225

Gráfico 13: Concentração do volume de capital cultural	227
Gráfico 14: Concentração do volume de capital social	228
Gráfico 15: Concentração do volume de capital turístico	231
Gráfico 16: Visualização geral das médias dos volumes de capitais.....	236
Gráfico 17: Grau de importância para a diversidade de agentes	241
Gráfico 18: Concentração de decisão no Estado	242
Gráfico 19: Concentração de decisão na iniciativa privada.....	242
Gráfico 20: Concentração de decisão na sociedade.....	243
Gráfico 21: Deveríamos reunir os agentes periodicamente.....	247
Gráfico 22: Hoje a zona histórica e portuária é uma excelente opção para o turismo	248
Gráfico 23: Educação formal dos agentes	270
Gráfico 24: Potencialidade turística.....	271
Gráfico 25: Geração de emprego e renda	274
Gráfico 26: Uso turístico responsável.....	274
Gráfico 27: Apenas os agentes de interesse.....	275
Gráfico 28: Revitalização é uma tarefa contínua.....	276

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Zona portuária e histórica de Natal	66
Mapa 2: Localização do Porto de Natal.....	102
Mapa 3: Centro histórico de Natal.....	108

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEITP	Áreas Especiais de Interesse Turístico e Paisagístico
AEP	Áreas Especiais Portuária
AEPC	Área Especial de Preservação Cultural
ACRN	Associação Comercial e Empresarial do Rio Grande do Norte
ANTAQ	Agência Nacional de Transportes Aquaviários
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAP	Conselho de Administração do Porto de Natal
CEPAL	Comissão Econômica para América Latina e o Caribe
CLIA Brasil	<i>Cruise Lines International Association</i> Brasil
CMTur	Conselho Municipal de Turismo
CNT	Confederação Nacional do Transporte
CODERN	Companhia Docas do Rio Grande do Norte
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra a Seca
EMBRATUR	Empresa Brasileira de Turismo
EMPROTUR	Empresa Potiguar de Promoção Turística
ETC	Estações de Transbordo e Carga
FJA	Fundação José Augusto
FUNATUR	Fundo Municipal de Turismo
IES	Instituições de Ensino Superior
IHGRN	Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte
IPHAN	Instituto do Patrimônio e Artístico Nacional
IPP	Instalações Portuárias de Pequeno Porte
LBGTQIA+	Lésbicas, Bissexuais, Gays, Transexuais, Queer, Intersexuais e Assexuais
LGPD	Lei Geral de Proteção de Dados
OMT	Organização Mundial do Turismo
OUR	Operação Urbana Ribeira
PB	Portifólio Bibliográfico
PDZ	Plano de Desenvolvimento e Zoneamento
PMP	Plano Mestre do Porto
PNT	Política Nacional de Turismo
PPPs	Parcerias Público-Privadas

PROADI	Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial do Rio Grande do Norte
PRODETUR/NE	Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste
ProKnow-C	<i>Knowledge Development Process-Constructivist</i>
QPI	<i>Quality of Ports Infrastructure</i>
RN	Rio Grande do Norte
RS	Rio Grande do Sul
SAMBA	Sociedade dos Amigos do Beco da Lama e Adjacências
Secult Natal	Secretaria de Cultura de Natal
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SEP	Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários
SESC	Serviço Social do Comércio
SESI	Serviço Social da Indústria
Setur Natal	Secretaria de Turismo de Natal
Setur RN	Secretaria de Turismo do Estado do Rio Grande do Norte
SINGETUR	Sindicato dos Guias de Turismo do Rio Grande do Norte
SÍRIO	Sistema de Inteligência Turística do Rio Grande do Norte
SP	São Paulo
TMP	Terminal Marítimo de Passageiros
TUP	Terminais de Uso Privado
UERN	Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
WEF	<i>World Economic Forum</i>
ZEPH	Zona Especial de Preservação Histórica

SUMÁRIO

Parte I

A Zona Histórica e Portuária de Natal: Contexto, Problemas e Caminhos Metodológicos

1 INTRODUÇÃO	24
1.1 Problemática: Construindo o Problema Público	24
1.2 Justificativa	45
1.3 Objetivos	51
1.3.1 Objetivo Geral	51
1.3.2 Objetivos Específicos	51
2 METODOLOGIA GERAL DA TESE	53
2.1 Levantamento Bibliográfico	53
2.2 Universo e Instrumento de Pesquisa	60
2.3 <i>Locus</i> de Pesquisa	64
2.4 Técnica de Coleta de Dados Primários e Secundários	66
2.5 Categorias e Técnicas de Análise	68
3 ESTRUTURA DA TESE	73
REFERÊNCIAS	75

Parte II

A Formação e Evolução do Campo Turístico: Conflitos, Capitais e Transformação dos Habitus

4 A GÊNESE DO CAMPO TURÍSTICO A PARTIR DA ZONA HISTÓRICA E PORTUÁRIA	82
4.1 Introdução	83
4.2 Metodologia	86
4.3 Compreendendo o Campo de Bourdieu	89
4.4 O terreno físico da disputa: o bairro Cidade Alta, Ribeira e o Porto de Natal	96
4.5 Ações Públicas e Privadas para a Zona Histórica e Portuária de Natal	109
4.6 A Formação e o Uso de um Campo Turístico	121
4.7 Considerações Parciais	159
Referências	161
5 O CAPITAL EM DISPUTA: A COMPOSIÇÃO DAS ARENAS POLÍTICAS A PARTIR DO CAMPO TURÍSTICO	168

5.1 Introdução	169
5.2 Metodologia	171
5.3 Os capitais de Pierre Bourdieu: definição conceitual	175
5.4 Reflexões Teóricas sobre Arenas Políticas	180
5.5 Zona Histórica e Portuária no Cenário do Turismo Natalense	186
5.6 A Busca por Acúmulo de Capital: Constituindo um Capital Turístico	214
5.7 A Disputa do Capital Turístico e a Constituição das Arenas.....	224
5.8 Considerações Parciais	251
Referências.....	253
6 IMPLICAÇÕES DA DISPUTA E O NOVO PENSAR PARA A ZONA HISTÓRICA E PORTUÁRIA	257
6.1 Introdução	258
6.2 Metodologia	259
6.3 O Conceito de <i>Habitus</i> para o Redesenho de um Futuro.....	262
6.4 Interiorização e Exteriorização dos <i>Habitus</i> dos Agentes: Zona de Práticas e Zona de Disputas	269
6.5 <i>Habitus</i> Turístico: Proposições e Mudanças de Perspectiva para a Zona Histórica e Portuária.....	289
6.6 Considerações Parciais	307
Referências.....	308
 <i>Parte III</i> <i>Os Movimentos de Distinção: Mecanismos para um Olhar Futuro da Zona Histórica e Portuária de Natal</i>	
7 A NATURALIZAÇÃO DAS DIFERENÇAS: CONSIDERAÇÕES FINAIS	313
7.1 Contribuições da Tese	318
7.2 Limitações e Desafios.....	322
7.3 Sugestões para Pesquisas Futuras e para a Governança de Zonas Históricas e Portuárias	323
APÊNDICES	328
Apêndice A	328
Apêndice B	330
Apêndice C	332



PARTE I

*A Zona Histórica e Portuária de Natal: Contexto, Problemas e Caminhos
Metodológicos*

1 INTRODUÇÃO

1.1 Problemática: Construindo o Problema Público

Los problemas públicos, por su naturaleza, no son sencillos de resolver; ya sea por la escasez de recursos que implica para el gobierno, por la multicausalidad que el problema conlleva o por lo polémico que puede resultar para la opinión pública (Montecinos, 2007, p. 328).

O contato com as águas sempre foi uma busca constante da humanidade para com a natureza, seja para sobrevivência, para religiosidade ou para explorar novos territórios. O elemento básico da subsistência humana esteve e está presente em todos os registros da nossa evolução na terra. A história e a biologia auxiliam no esclarecimento do intermeio sociedade-natureza ao estudar e cientificar o comportamento humano e natural através das mudanças sociais e biológicas ao longo do tempo e, com isso, a construção de instalações com o objetivo de aprimorar a exploração do mundo utilizando-se das águas como caminho possível, ainda que rudimentares, na costa marítima das civilizações antigas, foram caracterizando o uso daquele espaço para pontos de apoio de navegadores e acesso a outros territórios por via marítima (Rodrigues & Santos, 2019).

Registros da Grécia Antiga revelam que o Porto de Atenas era uma zona cosmopolita, frequentado por diversas embarcações que facultaram a circulação de pessoas naquele território. O Porto de Pireu em Atenas foi um importante meio político para expressão do poder ateniense na era clássica, repercutindo e corporizando decisões políticas, culturais e econômicas pertencentes aquele contexto histórico, tornando-se hoje um espaço de diálogo com a história humana, em virtude do surgimento e expansão de cidades, aprimoramento de comércio e possibilidades de novas dinâmicas sociais (Duarte, 2019).

Apesar da existência de registros da era clássica sobre os portos e suas atividades, é entre os séculos XVI e XIX, muitos anos depois, que as transformações tecnológicas radicalizaram a vida em sociedade em todo o globo. Os navios e os trens a vapor proporcionaram uma nova dinâmica no sentido e na aproximação sensível de viajar. O mundo começou a, permanentemente, perder os limites fronteiriços que separavam as sociedades europeias das Américas, África e Ásia, pois a movimentação foi e é inerente ao ser, modificando, ao longo da trajetória da humanidade, às atitudes e motivações de cada indivíduo

e, ao se deslocar, o ser humano passou a interatuar com outros espaços, civilizações e culturas (Assunção, 2012).

No contexto do Brasil colonial, um marco emblemático da história é a chegada da Família Real Portuguesa ao Brasil, que saiu às pressas de Portugal², já orientado pelos conselheiros para a manutenção da monarquia. Relatos históricos orientaram que o Porto de Lisboa se tornou uma zona de tumulto e desorganização devido ao movimento intenso das carroças que transportavam os bens e as riquezas da família portuguesa. A saída da corte para o “novo” território/mundo, propiciaria novas aproximações com a política, cultura, economia e modelo de sociedade, porém Dom João encontrou um Rio de Janeiro com ruas estreitas, sujas e com esgoto a céu aberto e instalações portuárias precárias (Assis Filho, 2022).

Após a chegada da Família Real Portuguesa e a Carta Régia de 28 de janeiro de 1808, deu-se a possibilidade de estruturação e abertura dos portos brasileiros às nações aliadas, principalmente ao Reino Unido. A nova dinâmica social no território brasileiro não foi apenas um marco decisório no processo de emancipação política do Brasil, mas clareou o começo de uma internacionalização já comum entre os europeus que, seguido da expansão do comércio cafeeiro, induziram de forma decisiva o desenvolvimento urbano do litoral do país. Após a abertura dos portos às demais nações, o número de navios atracados nos píeres estimulou as atividades ligadas ao comércio de importação e exportação de mercadorias, além de acelerar o processo de imigração (Pires, 2022).

O Rio de Janeiro, como qualquer outra cidade portuária da época, passou por alterações significativas para atender as demandas oriundas dessa expansão comercial com produtos vindos principalmente da Inglaterra, que a princípio não possuía grandes concorrentes no comércio com o Brasil. Com a expansão do mercado, o país começou a receber mais indivíduos escravizados, viajantes, transeuntes, imigrantes e exploradores que registraram por meio da arte, as experiências do Brasil colônia. Um retrato da dinâmica portuária do Rio de Janeiro no início do século XIX foi retratada por Richard Bate em 1808 e por Jean-Baptiste Debret em 1839 ao pintar o Rio de Janeiro Imperial e a partida da Rainha Carlota Joaquina para Lisboa na obra *Départ de la Reine*, respectivamente, como ilustra as figuras 1 e 2.

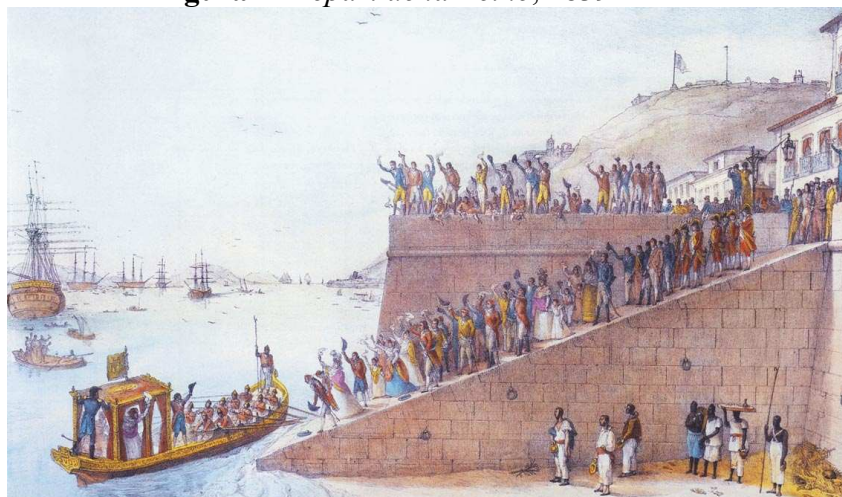
² Para Bethell (2006), a saída de Dom João VI e da Família Real de Portugal teve três contextos: I. O receio da invasão francesa como parte da estratégia de Napoleão para acirrar o cerco à Inglaterra; II. A escolta inglesa para fuga de Lisboa para o Rio de Janeiro; e III. A abertura do porto para comércio internacional em uma escala na Bahia antes de chegar ao Rio de Janeiro, sobretudo, com a Inglaterra. Esse acúmulo contextual refletiu um complexo enredo da saída da Família Real Portuguesa às pressas de Lisboa, uma vez que o território brasileiro precisava ser resguardado de possíveis novos invasores.

Figura 1: Rio de Janeiro Imperial, 1808



Fonte: Acervo da biblioteca da Universidade de Cornell, NY (domínio público).

Figura 2: *Départ de la Reine*, 1839



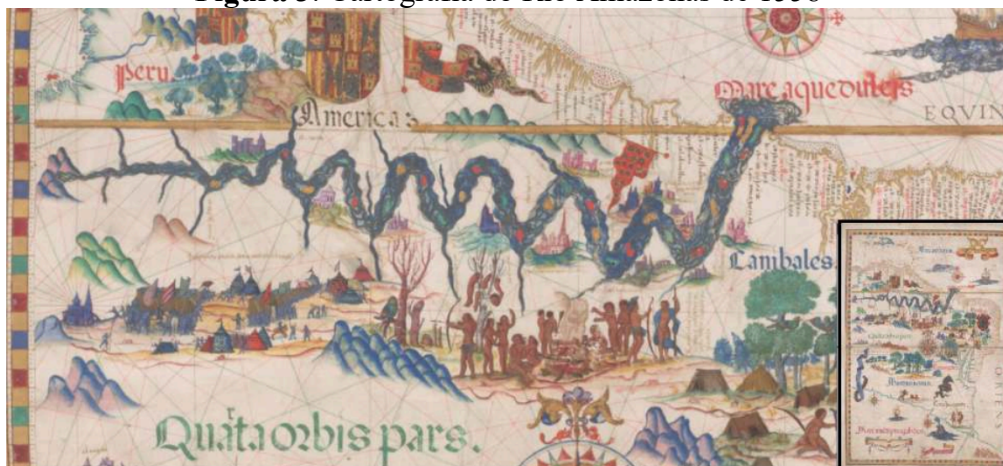
Fonte: Google Art (domínio público).

A dinâmica portuária desse período, incrementou na cidade do Rio de Janeiro o setor terciário, muito embora a prestação de serviços continuasse precária. Com o aumento populacional e urbano, a cidade passou a ofertar também meios de hospedagem e mais centros de alimentação para os períodos de alta demanda e comércio de produtos vindos do exterior (Pires, 2002). A abertura dos portos brasileiros para nações amigas, permitiu não somente a chegada dos novos comércios com a Europa, mas também a vinda de ideias, visto que a estada da Família Real no Brasil fortificou o compromisso de frear os ventos da revolução do início da era moderna europeia. Por isso, havia uma preocupação com o porto, pois o porto era o principal canal do país com o mundo, tornando essa zona urbana um espaço de conflito social (Schultz, 2006).

Na região amazônica, a busca por recursos naturais fortificou o processo de exploração colonizadora e expansão europeia pela região norte do país. O Rio Amazonas foi utilizado

como via de exploração do território, sendo representado em cartografias complexas à época. A utilização do rio como meio de acesso, permitiu que os europeus expandissem o massacre colonizador e “descobrissem” novos recursos naturais a serem utilizados e exportados para a Europa (Moraes, 2007). A figura 3 de Diogo Homem datada de 1558, já demonstrava o avanço do conhecimento e exploração da região através do rio.

Figura 3: Cartografia do Rio Amazonas de 1558



Fonte: British Library (s/d).

Tendo destaque, portanto, para o início do século XIX através da transformação do mercado local para o extrativismo intenso, em especial da borracha. A implantação do transporte de navegação a vapor por Mauá em 1852, acelerou a extração da borracha, dando ênfase para a exploração ainda maior do Rio Amazonas e do território amazônico, colocando a região no cenário mundial. As rotas de escoamento dos recursos em diferentes tipos de embarcações foram se consolidando e os portos de Manaus e Belém se tornaram pontos estratégicos do comércio global, sendo conectados com a França, Inglaterra e África (Santos, 1980; Moraes, 2007).

Assim como em outras cidades pelo país, Belém e Manaus passaram a obter, paulatinamente, mais infraestrutura urbana em virtude do desenvolvimento do mercado exportador e da chega de indivíduos. As cidades passaram a crescer e novas zonas foram criadas para agrupar as demandas comerciais e habitacionais dos brasileiros e imigrantes que vinham a bordo dos navios para o trabalho. A figura 4, ilustra a dinâmica alfandegária de Belém no início do século XX, com casarões, ruas definidas e intenso tráfego náutico.

Figura 4: Vista da orla de Belém antes da construção do porto



Fonte: Lemos (1908).

No mesmo lapso histórico, no Nordeste do país, os portos, ou as zonas portuárias, da região também possuíam ligações históricas com as capitais de cada estado. Devido a uma herança da colonização portuguesa, as cidades – em virtude do comércio/exploração exercido entre colônia e colonizador passaram a crescer em torno do litoral e/ou dos rios que desaguam no mar. Com o passar dos anos, essas zonas ganharam notoriedade pela expansão da atividade comercial por via marítima nas capitais. Exemplo desse modelo de expansão portuguesa no território brasileiro são as cidades de Santos, Salvador e Natal, com suas perspectivas urbanas, por exemplo, de Cidade Alta e Cidade Baixa (Holanda, 2015), como ilustra a figura 5, ao retratar o Porto de Salvador visto da Cidade Alta no início do século XX.

Figura 5: Porto de Salvador, 1913



Fonte: *Keystone View Company* (1913).

O porto, tomado como ferramenta da elite da época, também ajudou a difundir as novas ideias de transformação que circulavam na Europa no restante da América através da movimentação de jornais, livros e folhetos trazidos mesmo que clandestinamente de Portugal, França, Espanha e Inglaterra. Assim, o porto não se tornou somente um espaço de elite, mas também um lugar de fuga e resistência. Mesmo que o ambiente seja tomado por um pequeno grupo de agentes, sempre haverá brechas por onde o povo poderá circular (Schultz, 2006), e é nesse ambiente que une a formação urbana ligada às zonas portuárias, que desde sua concepção no Brasil tomou um caráter conflituoso. Entender as relações no néctar das circunstâncias sociais, isto é, a compreensão desde sua produção inicial, se faz importante para se debruçar e compreender como os agentes envolvidos na articulação dos portos em associação às zonas primárias da cidade se envolviam para destravar e atender seus interesses.

No Brasil, os portos de maior relevância no início do século XX estavam concentrados nas principais cidades litorâneas do país, a saber Belém, Salvador, Recife e Rio de Janeiro. Porém, a cidade de Santos em São Paulo e a cidade do Rio de Janeiro, em virtude do comércio entre nações, já detinham uma dinâmica acelerada comparada aos portos da região Nordeste e Norte. À medida que a exploração do território brasileiro avançava fora das dimensões do eixo sul, as demais cidades litorâneas iniciavam seu processo de expansão e, conseqüentemente, suas infraestruturas urbanas começaram a surgir e a proporcionar novos mecanismos da vida social (Caldas, 2008), dando diferentes sentidos à relação porto-cidade.

Refletir o movimento econômico, social, político e cultural entre zonas portuárias e cidades é pensar como as cidades se desenvolveram no entorno dos terminais marítimos. No processo de fundação e organização territorial das cidades litorâneas, a zona portuária tinha uma densa relação com a cidade, pois estas percebiam o porto como uma parte da vida cotidiana (Rocha Neto & Furtado, 2018). Com o advento da industrialização, o porto e a relação porto-cidade ganharam mais força, tornando a zona portuária um espaço necessário para a intensificação comercial, dinâmica social e sinônimo de modernidade em virtude do recebimento e escoamento de mercadorias vindas de todas as partes do mundo (Rodrigues, 2007).

Já na era da globalização e a expansão do comércio de serviços, além da rápida e energética ampliação das grandes cidades, os portos se ajustaram e cresceram para abraçar o mercado com uma gama de serviços, necessitando de mais espaços para alocação das novas necessidades sociais (Del Rio, 2001). Para Cordeiro e Castro Junior (2018), o ideal é que a relação porto-cidade seja harmoniosa a ponto de possibilitar que cada uma das variáveis possa

atender com excelência seu papel, sendo o porto dedicado a atenção logística de transporte (mercadorias e passageiros) e a cidade com suas relações sociais. Monié e Vasconcelos (2012) argumentam que a análise dessa relação pode acontecer em três níveis: global, regional e local. No âmbito global, o olhar se direciona aos fatores da globalização e do comércio internacional. Já no regional, a perspectiva de análise volta-se para o volume das atividades e dos fluxos e, a nível local o foco torna-se a cidade portuária.

Os portos da região Nordeste vinculados com o surgimento e desenvolvimento das cidades encontram-se situados em sítios históricos urbanos e nesse sentido, pode-se entendê-los, de acordo com a Lei nº 12.815 de 05 de junho de 2013, como um bem público formatado para atender as utilidades de navegação, movimentação de passageiros e movimentação de cargas e mercadorias no qual o complexo portuário está respaldado por sua jurisdição de autoridade própria.

Os terminais marítimos são compreendidos como um importante mecanismo estratégico de desenvolvimento econômico que “cumprem uma função de interface comercial mundial, atraindo para sua região e territórios internos, empregos e mais-valia, mesmo que isso não beneficie direta e exclusivamente a cidade e a região” (Collin, 1999). Essa evolução das funções portuárias refletiu uma adaptação contínua às demandas globais e regionais. No entanto, é importante notar que algumas praças portuárias podem apresentar relações de vulnerabilidade com o seu entorno, caracterizadas pela ausência de perspectivas de conexões intersociais. Isso significa que, embora os portos sejam centros de intensa atividade econômica e de interação global, eles nem sempre estão integrados de maneira “harmoniosa” com as comunidades locais e suas dinâmicas sociais.

Assim, a relação porto-cidade e de modo mais específico, as atividades desenvolvidas no porto e seu entorno ocorrem pela estruturação social, política, econômica e cultural que são concretizadas em um espaço (Rios & Silva, 2011) e proporcionam diferentes modalidades da vida social no decorrer do tempo. Dependendo das práticas comerciais portuárias, as zonas adjacentes ao terminal podem sofrer transformações significativas para atender às demandas específicas da gestão pública e do mercado. Essas transformações podem incluir a reconfiguração do espaço urbano, a revitalização de áreas degradadas e a implementação de novos projetos de infraestrutura que, em teoria, oportunizariam novas ênfases à zona histórica e portuária, moldando a paisagem e a dinâmica da cidade.

A figura 6 é um recurso visual que ajuda a compreender a relação porto-cidade ao longo do tempo, ilustrando os diferentes períodos históricos. Ela exemplifica como as

atividades portuárias e suas interações com o entorno urbano evoluíram, destacando os momentos chave em que mudanças significativas ocorreram.

Figura 6: Linha do tempo da relação porto-cidade



Fonte: elaboração própria (2024) baseado em Rios e Silva (2011) e Del Rio (2001).

Com espraiamento das cidades para novas centralidades urbanas, as zonas de “marco zero” ou fundação das cidades daquelas próximas ou inseridas nas praças portuárias, transformaram-se pelo apelo histórico e cultural, em centros urbanos históricos com atividades sociais diversas, despertando o interesse de instituições públicas e privadas para, respectivamente, realizar tombamentos e salvaguarda de patrimônio histórico edificado, bem como tornar esses espaços em ambientes favoráveis ao desenvolvimento econômico por meio do comércio de serviços, entre eles o turismo.

O desenvolvimento das cidades litorâneas a partir do entorno dos portos constituídos no passado, uma vez que o transporte marítimo concentrava maior uso, repercutiu em uma infraestrutura territorial e urbana conhecida na atualidade por centro histórico. O centro histórico em consonância com a área portuária é um portal para o passado e, por isso,

considerada a área mais antiga, núcleo de origem, de onde irradiaram outras zonas urbanas, representando o centro histórico como área única em suas características (Direção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, 2005). Dessa forma, as zonas portuárias das cidades litorâneas são caracterizadas pela sua conexão aos centros históricos, uma vez que as cidades se expandiram a partir destas zonas (Regina, 2015).

Em nossa abordagem, optamos por não adotar o conceito tradicional e já consolidado de centro histórico, substituindo-o pelo de zona histórica. Essa mudança reflete uma visão mais específica e integrada do espaço urbano natalense e que reconhece a indissociabilidade entre a área histórica e a zona portuária como um único território que é acometido por disputa. Para Boullón (2002) dado que as cidades são espaços em que a sociedade se cria e se constrói enquanto reflexos de suas vivências, fazendo com que cada cidade seja única, a ideia de zona está ligada a um recorte mais específico do destino turístico que possibilita o olhar mais atento aos detalhes e especificidades do local. Nesse sentido, a zona histórica e portuária engloba tanto os aspectos históricos quanto as atividades portuárias, ambas de amplo interesse turístico. Uma em virtude de seu acervo histórico e a outra em consideração a movimentação de passageiros. Essa perspectiva permite uma leitura mais alinhada ao território, considerando sua evolução temporal, sua diversidade funcional e seu potencial de uso turístico, sem fragmentar as narrativas e usos que coexistem nesse espaço.

Com a ampliação das cidades, dos serviços do porto e aprimoramento de mercado para o setor de cruzeiros, catamarãs, lanchas e barcos à vela, os portos obtiveram um mecanismo adicional de comércio, o de passageiros turísticos. Energizando a atividade portuária para um leque de serviços específicos do turismo, a movimentação contínua de passageiros turísticos tende a refletir no espaço onde está localizada consequências que reverberam na dinâmica social local. A utilização do turismo como fonte alternativa de ação desenvolvimentista para a zona portuária, reproduziu na zona histórica efeitos custosos como o possível uso inadequado dos espaços históricos e gentrificação, podendo gerar danos ao patrimônio histórico edificado, descaracterizando-o ou destruindo-o.

No Brasil, apesar do número laborioso do impacto do turismo na economia em comparação com destinos que possuem uma relação histórica-portuária já “consolidados”³, é possível sentir os reflexos negativos do modelo de desenvolvimento turístico pensando e

³ Entende-se a abordagem de “consolidado” na visão mercantilista da Organização Mundial do Turismo, os destinos turísticos onde o turismo tornou-se, ao longo dos anos, a principal atividade econômica, isto é, promotora da reprodução do capital, como acontece em Málaga, Dubai, Tóquio, Salvador e Rio de Janeiro, onde o turismo corresponde a um percentual significativo do Produto Interno Bruto – PIB, local (World Tourism Organization, 2019).

aplicado para as comunidades receptoras e, com isso, gerando consequências desafiadoras. Entretanto, a ideia de consolidação do turismo em um destino abrange mais vertentes que apenas a econômica defendida pela Organização Mundial do Turismo – OMT. Um destino consolidado para o turismo também deve considerar os impactos social, cultural e político positivos e negativos, que o turismo pode causar na comunidade receptora, uma vez que ele pode ser encarado como um fenômeno capaz de dialogar e de se expressar em diferentes vertentes na sociedade. Em igual proporção, o destino turístico consolidado considera a potencialidade transversal e intersetorial do turismo enquanto prática assertiva de desenvolvimento inclusivo, equitativo e sustentável (Fonseca & Nóbrega, 2021).

O modo de desenvolvimento turístico ponderado, sobretudo para a região do Nordeste do Brasil tem repercutido e reproduzido em *loci* específicos de centralidades, desconsiderando outras possíveis zonas turísticas carentes de impulso, seja por parte do Estado, seja pela iniciativa privada. As zonas históricas e portuárias passaram por um processo de desvalorização, fazendo dessas áreas espaços de abandono, apagamento da memória coletiva e, por vezes, violentos (Silva Júnior & Nóbrega, 2021). Mas quando essas zonas, tidas como esquecidas, se tornam um problema público? Os problemas públicos não existem por eles mesmos, uma vez que todos os problemas não se tornam devidamente públicos. Para Cefaï (2017), o primeiro estágio se concentra na situação problemática, isto é, a situação se torna problemática quando já não satisfazem as necessidades daqueles que dela usufruem. De acordo com o autor, a construção de um problema público depende de fatores que o condiciona à categoria de problema. É necessária uma rede simbólica de ativação que chame a atenção ao foco do problema para que almeje uma solução – imprensa, judiciário, instituições e sociedade se envolvem no debate (Cefaï, 2017). Para Scarrtezini (2011, p. 29):

Um dos instrumentos mais poderosos de ruptura com o senso comum é o estudo da história social dos problemas, dos objetos e dos instrumentos de pensamento; como estes objetos e estas formas de pensar o mundo foram se constituindo ao longo do tempo e servindo aos interesses de quem. A história entendida dessa forma estaria interessada em compreender por que se compreende e como se compreende. Concluir-se-á, cedo ou tarde, que os problemas foram socialmente construídos, por meio de uma construção coletiva da realidade social.

O problema público, portanto, só se torna verdadeiramente existencial quando atinge uma camada coletiva. Já para Montecinos (2007), o problema só se torna público quando este

já está instalado na agenda política. Uma vez o problema inserido na agenda, ele poderá ser explorado, estudado, analisado e distribuído para os interessados em sua solução, podendo conter nuances de uma solução parcial ou integral (Aguilar, 1993). A relação entre as zonas históricas e portuárias na América Latina se tornou uma pauta governamental a partir do momento que em essas zonas se tornaram áreas de interesse para os bons números econômicos, proporcionando o desenvolvimento de atividades ligadas ao setor de serviços, incluindo o turismo.

Na América Latina, o processo de revigoração dos centros urbanos culturais possui a mesma lógica das zonas históricas europeias: retrabalhar a cultura enquanto movimento revigorante para essas centralidades, principalmente frente a diminuição habitacional. Entretanto, as consequências desse investimento no Sul Global possuem diferentes características se comparada aos países do Norte, pois está alocada em uma revitalização patrimonialista baseado em um complexo jogo de colaborações de diferentes agentes (Zarlenga, 2022). Apesar de proporcionar uma valorização que contemple a memória do passado, há em similar esforço, um processo de esquecimento dessas zonas, dado o número de desabamentos, de destruição e das fortes mudanças nas características dos edifícios nos últimos anos, especialmente no Brasil (figura 7).

Figura 7: a) desabamento de edifício em Natal e b) teto de Igreja em Salvador



Fonte: a) G1 Rio Grande do Norte (2025) e b) Defesa Civil de Salvador (2025).

Esse processo de abandono reflete a fragilidade não só das políticas pensadas para essa zona, mas também da manutenção e fortificação dessas políticas e do meio (mercado e comunidade), articulando todos os agentes que buscam nestes recursos históricos, uma oportunidade de vida. No contexto brasileiro, Figueiredo (2016) refletiu que a relação da política nacional brasileira com a cultura apresentou diferentes momentos. Em uma primeira ocasião, a política se mostrou atuante na proposta neoliberal de aproximação do mercado com privatização das empresas estatais, visando a comercialização da cultura brasileira enquanto bem a ser investido para além dos incentivos do Estado. O segundo momento apresentou um

alargamento da compreensão de cultura, diversificando os agentes culturais e publicando o Plano Nacional de Cultura para aprimoramento da pasta em todo o país.

Por isso, no Brasil, o movimento de desvalia⁴ de uma zona em comparação às outras nas espacialidades urbanas, tem acometido as zonas históricas apesar da existência de programas e projetos lançados desde a década de 1970, como o Cidades Históricas (1970-80), Monumenta (1999-2006) e o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC Cidades Históricas (2008-2017), que possuíam entre seus objetivos, o intuito de preservar e impulsionar a economia local destas zonas. A partir dos anos 2000, o Governo Federal Brasileiro em virtude da tendência internacional fortemente disseminada na década de 1990, buscou revitalizar as áreas históricas das cidades a fim de torná-las cenários mais competitivos com o intuito de transformar essas zonas em locais de expansão econômica, proporcionando uma melhor qualidade de vida para a população em moradia, bem como oportunizando uma nova abertura de possibilidades de uso do espaço através do comércio, inclusive, o uso turístico.

Com o objetivo de assegurar as áreas de interesse histórico-cultural, os governos a níveis federal, estadual e municipal implementaram políticas de intervenção urbana nas áreas históricas, como a criação da Zona Especial de Preservação Histórica – ZEPH, Programa ReHabitatar, Plano de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais, tombamento de edifícios históricos de reconhecimento social e relevância, movimentos culturais de resistência e intervenções do setor privado nas áreas de interesse (Melo, 2021).

Na proposta de desenvolvimento turístico e ao considerar as zonas históricas e portuárias das cidades litorâneas da região Nordeste, ponderou-se na primeira década dos anos 2010, o incremento de novos elementos urbanos com vistas ao incentivo econômico, em específico nos portos, como a implantação dos Terminais Marítimos de Passageiros – TMPs, com o intuito de traçar uma tentativa de reforço da relação porto e cidade a partir do turismo, no que se refere ao diálogo simbólico do porto na composição urbana das zonas históricas e manutenção viva destas, em virtude da capacidade da alta circulação de turistas e visitantes vindos a partir das rotas cruzeiristas nacionais e internacionais.

Considerando que as ações de intervenção com objetivo de solucionar o problema público de subutilização das zonas históricas que passaram por um processo de esvaziamento,

⁴ Entendemos por desvalia o processo de esvaziamento social, abandono predial e de mudanças significativas que acometem uma zona da cidade, fazendo com que ela permaneça esquecida e acometida por problemas que surgem devido ao esvaziamento, como a violência simbólica e física, a degradação patrimonial e a perda de sua função social, resultando na marginalização de seus espaços e na dificuldade de sua reintegração ao tecido urbano.

deteve diferentes frentes de atuação, o incremento dos TMPs se tornou a alternativa de ligação entre as zonas históricas e portuárias sob a lógica centralizadora na figura do turista (consumidor ativo e nato). A intervenção do Estado no incremento dessas estruturas dilatou um campo de disputa que considera a utilização do turismo como alternativa viável, eficiente e eficaz na solução do problema nessas zonas, dado que o movimento de turistas impulsionaria o comércio de serviços local, a vida urbana as zonas e o uso recreacional.

Alinhado as políticas brasileiras supracitadas e com o advento da Copa do Mundo Masculina de Futebol FIFA 2014, foram construídos os TMPs nos portos das cidades de Natal, Salvador, Fortaleza e Recife. Essa política foi uma iniciativa do PAC Copa 2014 e foi realizada pelo Ministério dos Transportes em parceria com o Ministério do Turismo, Ministério das Cidades e Ministério dos Esportes, tendo como objetivo fundamental garantir leitos em navios para Copa do Mundo de 2014 e como legado, atender a uma demanda turística que chegaria às cidades por via marítima (Companhia Docas do Rio Grande do Norte, 2011).

A implementação do TMP no porto considerou não apenas uma reconciliação na relação porto-cidade mas, sobretudo, um cenário de expansão comercial que a frota de cruzeiros geraria, aspirando a visitação contínua de turistas na alta temporada (novembro a março). Em números, no ano de 1988, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES (1998) informou que 223 navios de cruzeiros realizaram o transporte de seis milhões de pessoas, gerando uma receita de USD 38 bilhões anuais no país. No Brasil, a instituição bancária afirmou que apenas 2% dos turistas entravam no Brasil por via marítima. Mais de vinte anos depois, a *Cruise Lines International Association* Brasil – CLIA Brasil (2020) apontou que em 2019 o número de passageiros em cruzeiros atingiu o patamar de trinta milhões de pessoas, tendo os Estados Unidos e Europa como regiões consolidadas do setor e o Brasil, China e Austrália como mercados em expansão.

No cenário global, o TMP da Cidade do Cabo na África do Sul tem superado sua capacidade de receber navios a cada temporada, chegando a 75 na temporada 2022/2023. Na China, os terminais *Mainland* (todos do continente) e de Macau movimentaram mais de sete milhões de passageiros. O Porto de Miami nos Estados Unidos concentra nove terminais marítimos de passageiros, sendo alguns deles exclusivos de companhias de cruzeiros. Já o Terminal Marítimo de Barcelona na Espanha possui sete TMPs e Abu Dhabi nos Emirados Árabes Unidos tem capacidade para receber três cruzeiros no mesmo dia. Já no cenário da América Latina, o Panamá conta com um TMP na área do oceano Atlântico conhecido como Colón 200 e um em construção no Pacífico, a ser denominado Terminal de Cruzeiros do Panamá. Na Colômbia, o Terminal de Passageiros de Cartagena atende 34 linhas de cruzeiros

e é responsável por 97% dos transeuntes que chegam por via marítima no país. Já o multimodal do porto de Buenos Aires possui um Terminal de Cruzeiros capaz de receber embarcações de diferentes portes e nos últimos dez anos tramitou mais de 400 mil passageiros⁵.

No contexto brasileiro, os impactos econômicos na temporada 2019/2020 (pré-pandemia), segundo a CLIA Brasil (2020) propiciado apenas pelos passageiros e tripulantes estimou-se em 1,110 milhões de reais. Na mesma temporada foram gerados 33.745 empregos diretos, indiretos e induzidos pelo setor de cruzeiros no país, representando o melhor desempenho se comparado as temporadas anteriores. Nesta temporada passaram pelo Brasil dezoito companhias de cruzeiros, contemplando vinte e nove destinos com uma oferta de 32.053 leitos (CLIA Brasil, 2020). Na temporada 2023/2024, o valor movimentado pelo setor chegou a 5,184 milhões, superando em todas as áreas impactadas o número pré-pandêmico (CLIA Brasil, 2024). Para que essa movimentação seja amplamente operacionalizada, a utilização de um TMP se configura como essencial para os trâmites alfandegários, bem como para geração de dados qualitativos e quantitativos que podem ser direcionados para aprimoramento do setor no país.

Já no que se refere a movimentação de passageiros nos TMPs nordestinos, o TMP do Recife movimentou na temporada 2019-2020, um total de 6.311 embarques, 6.021 desembarques e 14.616 passageiros em trânsito. Desde 2014 até 2020, o TMP de Fortaleza recebeu 42 embarcações náuticas e uma média de 63,5 mil turistas. Já em Natal, o número é desafiador, em 2016 o TMP natalense havia recebido oito cruzeiros com uma média de 400 a 800 passageiros por embarcação, superando o ano de 2015 e de 2017 que recebeu apenas três. Em Salvador, o TMP recebeu 135.775 passageiros em trânsito, 10.186 embarques e 10.371 desembarques, sendo o maior destaque da região nordestina, como ilustram os planos e pareceres dos terminais marítimos nos web portais de suas respectivas autoridades portuárias.

É importante ressaltar que, em virtude da pandemia causada pelo SARS-CoV-2 (Corona Vírus, Covid-19), o setor de cruzeiros teve uma grave queda nos números de embarques e desembarques nos destinos turísticos do mundo todo. Na prática, a paralização do turismo afetou diretamente a dinâmica dos cruzeiros, pois as companhias tiveram que cancelar os roteiros já comercializados e consequentemente demitir trabalhadores ao final da temporada 2019/2020. Em algumas situações, passageiros permaneceram isolados dentro das embarcações em virtude do surto de Covid-19 dentro e fora dos navios. A retomada do setor

⁵ Dados coletados nos *web* portais dos terminais marítimos e suas respectivas autoridades portuárias.

se deu de forma paulatina desde meados de 2021⁶ sob o monitoramento e a busca por biossegurança dos passageiros e tripulantes (Yuen, Saidi, Bai & Wang, 2021).

Considerando as oportunidades que o setor de cruzeiros proporciona aos portos e trazendo à tona o esvaziamento das zonas históricas devido à expansão das áreas urbanas para novas centralidades, a reconfiguração da zona histórica e portuária poderia ganhar um diferente sentido à medida que o mercado cruzeirista se consolidaria. A expansão das cidades nos faz crer que o concreto e o vidro são sinônimos do moderno e o que difere desse aspecto de arquitetura está atrasado e não tem valor, reforçando a hierarquia dos lugares e consequentemente reforçando centralidades mais potentes economicamente, politicamente e culturalmente em comparação a outras centralidades de épocas diferentes (Carlos, 2015).

Os TMPs surgem, portanto, como o mais recente instrumento de intervenção com propósito turístico na tentativa de possibilitar uma nova ordem de desenvolvimento e dinâmica para o entorno histórico e portuário, abrangendo-o para além do embarque e desembarque de passageiros por via marítima. Essa relação de reativação da zona histórica e portuária através do turismo, em específico, por meio da movimentação turística proporcionada pela zona portuária, tornar-se-ia a união “ideal” para revitalização comercial, geração de emprego e renda e implementação do padrão econômico de desenvolvimento resguardado pelo turismo.

Ponderando também a forte presença da gestão pública do Brasil no que concerne o incentivo ao desenvolvimento econômico por meio da construção de infraestrutura ou medidas que sejam atraentes para o mercado, pois as orientações políticas de desenvolvimento têm quase sempre a gestão pública como referência (Calderón & Castells, 2021), os TMPs no cenário do Nordeste brasileiro foram idealizados em campos políticos seletos com o intuito de remodelar a dinâmica social, pois buscaram proporcionar às zonas históricas e portuárias mais uma viabilidade econômica somada a uma possível revitalização do entorno, tendo em vista que os portos estão localizados nos ou próximos aos centros históricos dos municípios que obtiveram o TMP como garantia, aqueles sedes dos jogos da copa masculina em 2014 (Silva Júnior, 2021).

Entretanto o turismo ocupa um lugar secundário quando considerado no contexto da relação zona histórica e portuária, isso porque o campo político não visualiza uma

⁶ Como ilustram as reportagens que seguem com *headlines* e links de acesso, respectivamente: Depois da tormenta: como está a retomada dos cruzeiros no Brasil após o baque histórico no setor causado pela pandemia (<https://www.uol.com.br/nossa/reportagens-especiais/retomada-dos-cruzeiros-depois-da-tormenta-como-esta-a-volta-aos-mares/#cover>); Ministério da Saúde autoriza retomada da temporada de cruzeiros a partir de 7 de março (<https://g1.globo.com/sp/santos-regiao/porto-mar/noticia/2022/02/27/ministerio-da-saude-autoriza-retomada-da-temporada-de-cruzeiros-a-partir-de-7-de-marco.ghtml>).

oportunidade ampla da utilização do turismo como recurso responsável, apenas observa o possível retorno econômico. As obras de viabilização e estruturação dos TMPs para atender as demandas turísticas que chegam por via marítima não oportunizaram, no contexto da arena política, uma nova aproximação e reativação da zona histórica com o propósito de uso turístico. O TMP foi encarado como instrumento oportuno para reforçar discursos políticos e interesses específicos de agentes hegemônicos que constituíram e direcionaram as arenas políticas de decisão (Silva Júnior, 2021).

A implicação da existência de um campo simbólico, especialmente político, de articulação com o intuito de solução de um problema público, denota que lutas foram e são travadas com base no interesse do uso turístico pelos agentes dispostos a lutar e dispor de seus capitais para acumular e reproduzir, através do investimento massivo de um ou mais capital, a partir da lógica de Bourdieu, sobre os demais agentes e vice-versa. Perante esse cenário, se torna importante compreender os agentes que compuseram o campo, pois eles desenham e redesenham políticas públicas e, com isso, a zona histórica e portuária passou por intensas transformações com vistas a atender objetivos específicos de intervenção econômica por meio da utilização dos transportes marítimos, uma vez que estes geram divisas ao transportar uma quantidade considerável de pessoas pela costa.

Diante da complexidade e contextualizações que a gestão pública, principalmente, da gestão pública do turismo necessita, se faz necessário pontuar algumas realidades únicas do Brasil. O país possui dimensões continentais e é considerado um importante agente na geopolítica latino-americana, devido aos seus recursos econômicos, naturais e interculturais. Com isso, discutir a formação de um campo pensado a partir do turismo ou de realidades que utilizam o turismo como ferramenta, se faz necessário para compreender a composição e o direcionamento de desenvolvimento ponderado a partir de políticas e ações direcionadas por esse campo, uma vez que o turismo entra na pauta do desenvolvimento, em especial do aspecto econômico, surgindo como uma alternativa ao modelo extrativista e industrial característicos das sociedades sulistas.

A efeito dessas coalizões, o campo é definido por meio de um jogo de ações e argumentos onde se balizam as ações públicas, os atos de Estado (Bourdieu, 2012). Os diversos agentes entrelaçados no processo são definidos por suas capacidades de reunir recursos, argumentos e aliados (Mische & Pattison, 2000). Nessa teia de atores, os campos podem constituir arenas específicas mais intimistas onde podem direcionar perfis, costumes, decisões e modificarem a realidade social, pois é a partir delas que o poder público direciona verbas, articula poderes e proporciona o desenvolvimento (turístico, econômico, social,

ambiental, entre outros), a gosto dos problemas públicos levantados e dos interesses comuns ao grupo dominante.

Tomando por base essa premissa, é necessário pensar que as disputas distribuídas em um campo são para angariar mais acúmulo de capital (Bourdieu, 2020). Dentro do campo podem surgir grupos menores de aliados, constituindo as arenas políticas, pois elas são articuladas para promoção do desenvolvimento a partir de um olhar menos fissurado, dado que a tendência é que nas arenas surjam debates mais coesos sobre a pauta em questão, ou seja, compreender a composição do campo através dos seus agentes, as especificidades da formação do campo de atuação da arena, os jogos de interesses, as deliberações de poder e como a complexa relação das zonas históricas e portuárias com o turismo é um dos mecanismos para compreender a sua composição e refletir sob a lógica dos agentes através de um pensamento relacional e de ruptura do senso comum, uma vez que o espaço onde esse campo é composto torna-se passível de uma análise crítica e densa.

Os conflitos gerados a partir do uso desses espaços para atividades econômicas foi estudado por pesquisadores ao redor do globo. Em Barcelona na Espanha, a expansão portuária gerou conflitos socioculturais, gerando impactos socioeconômico e urbanísticos (Gómez, 2015). Já na região da Andalucia, no mesmo país, a disputa entre os agentes nas cidades de Málaga, Algeciras e Almería também se fez na expansão das zonas portuárias e consequente refuncionalização dos seus espaços para outras dinâmicas sociais (Moreno, 2001). A expansão portuária na cidade de Mar de Plata na Argentina, também causou conflitos entre comunidade, Estado e setor privado, gerando impactos urbanísticos ao longo do tempo (Portela, 2016).

No Rio Grande do Sul – RS, o Porto de Pelotas foi objeto de Knuth (2013), revelando os conflitos existentes na zona portuária a partir de uma série de atividades como ocupação habitacional irregular, movimentação portuária, trânsito e intervenções públicas para revitalização dos espaços. Em Santos no estado de São Paulo – SP, Romani (2004) pesquisou sobre os embates históricos entre comunidades caiçaras, mercado, setor público e a área portuária. Em Belém no Pará, os conflitos ocasionados pelas mudanças estruturais do porto repercutiram na formação e dinâmica da cidade (Reis, 2019), passando por um processo de turistificação endossado por agentes como o Estado e setor privado, porém resistente à comunidade (Castro & Tavares, 2016).

Em Natal, o conflito parte desde a construção do próprio porto. Levantamentos cartográficos foram realizados para adaptação do porto ao rio Potengi, necessitando de assoreamento para tráfego dos navios mais pesados e largos. Em 1918 com o andamento das

obras portuárias, a elite econômica e intelectual potiguar esteve motivada na ideia de que o porto era uma fronteira para novos horizontes além do Atlântico. Navios de maior porte passaram a atracar no Porto de Natal devido as obras de melhoria, como os da empresa holandesa Koninklijke Hollandsche Lloyd que ligava a região Nordeste a Europa (figura 8).

Figura 8: Rotas da Koninklijke Hollandsche Lloyd



Fonte: Fatos e Fotos de Natal Antiga (2023).

Com a chegada dos norte-americanos em 1942, o Porto de Natal se tornou estratégico para a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), tornando-se um centro tático das operações militares norte-americanas, sendo território de interesse de políticos, elites, imprensa e camadas populares (Simonini, 2017). A presença dos norte-americanos em Natal e Parnamirim resultou em novos estilos de vida com forte influência na dinâmica urbana das cidades através da abertura de estradas e construção da base para hidroaviões denominada Rampa (figuras 9 e 10) e ampliação dos modais existentes.

Figura 9: Construção da Rampa



Fonte: Fundação Rampa (s/d).

Figura 10: Pátio da Rampa com hidroaviões

Fonte: Fatos e Fotos de Natal Antiga (2023).

No que se refere a zona histórica, a observação científica dos conflitos está alicerçada nos processos de revitalização urbana, desocupação e reocupação habitacional, na patrimonialização e disputa pelos espaços, uma vez considerando o turismo como atividade econômica de forte influência (Vasconcelos, Araújo & Ramos, 2016; Mendes, 2023). Quando o centro possui a relação com o porto, os conflitos desembocam em questões ambientais, desocupação habitacional para alargamento das áreas portuárias, intensidade do fluxo turístico a partir da dinâmica de passageiros e descaracterização e elevação do custo de vida na região (García Bujalance, Barrera-Fernández & Scalici, 2019; Santos-Izquierdo, Blanco-Vílchez, Romero-Padilla & Navarro-Jurado, 2023).

O que torna a construção dessa problemática consubstancial para os espaços de conhecimento, se apresenta na ausência de estudos que considerem essa realidade conflituosa a partir da perspectiva da base teórica de Pierre Bourdieu. Intelectuais internacionais se debruçaram sobre o ponto de vista teórico-metodológico de Bourdieu, considerando a zona histórica e portuária enquanto espaços que carregam demandas populares para o uso e apego ao lugar, que passaram por intensas transformações urbanas e pelo conflito entre o público e o privado (Kahloun, 2019; Caro, 2019; Wacquant, 2018).

No cenário nacional, os intelectuais enveredaram suas perspectivas para uma análise da relação de dominação a partir da teoria *bourdieusiana*, apresentando como objetos de análise políticas públicas transversais ou não ao turismo. Os estudos apresentam um refinamento ao abordar os conceitos de Bourdieu para investigação no campo do lazer, sociopolítica e na gestão de destinos turísticos (Pimentel, 2020; Bahia & Figueiredo, 2014). Pesquisas que contemplem o turismo enquanto objeto de disputa para os agentes nas zonas

histórica e portuária não são recorrentes. Quando apresentados, estes proporcionam uma análise partindo da política pública intervencionista.

Em nossa proposta buscamos contemplar o turismo enquanto ferramenta de desejo de monopólio, ou seja, na qualidade de objeto para se lutar. Enquanto instrumento de pesquisa e observação, a teoria do campo ajudará no entendimento dos agentes envolvidos a partir da ambição pelo turismo; a teoria do capital norteará como o turismo pode se constituir um capital e, por isso, passível de ser acumulado e exposto para reforçar as relações de dominação no campo montado e o *habitus* implicará na vivência (passado, presente e futuro) que o turismo questiona a partir do seu uso e não uso através das narrativas que implicam na racionalidade uma forma prática e uma forma de disputa.

Portanto, a pavimentação dos conflitos entre os agentes pode estar enraizada em questões como domínio de território, habitação, comércio e o turismo pode entrar como debate no campo gerado sob sua centralidade a partir do momento em que o fazer turístico se torna interessante para os agentes provedores e detentores do fenômeno em um território. A turistificação desses espaços nas cidades portuárias é reflexo de um processo contemporâneo da globalização na era da informação, gerando consequências desafiadoras para as cidades, pois esse encadeamento vem acompanhado de cruzeiros turísticos, alta circulação de transeuntes e modificação da paisagem para espaços neutralizados (Andrade & Costa, 2020), despertando interesse dos agentes para um turismo possível e salvador do abandono.

A zona histórica e portuária passou e passa por jogos simbólicos constantes. Os conflitos expostos para solucionar seus problemas públicos surgem com o tempo de acordo com a demanda da época. Essa zona está cristalizada na pauta estatal, pois é considerada área de interesse de agentes dispostos a disputá-la, seja qual for o motivo. Assim, o debate da evolução dos transportes marítimos, das formas de lazer a partir do turismo, da patrimonialização ou não de zona histórica e dos campos (em sua abrangência, isto é, urbano, social, cultural, econômico etc.), em consonância com o turismo, trata de meados do século XX como um tema de relevância para a agenda política governamental das nações ao considerar o turismo como ferramenta de desenvolvimento econômico, seja na consolidação de destinos turísticos ou na promoção e articulação de novas zonas turísticas urbanas e naturais, se fazendo notar um movimento de retorno à zona histórica e portuária que foi princípio das cidades litorâneas e agora surgem como recurso para diversificação do produto turístico local.

A construção dessa problemática se dá, portanto, da participação e relação histórica que a zona histórica e portuária possui nas cidades litorâneas e como o turismo emerge

enquanto uma significativa promessa de desenvolvimento para o resgate dessa zona, dada as adversidades que ela encontrara a partir do final do século XX. As lacunas apresentadas se fundamentaram na prática, principal fonte de subsídio para a metodologia de Pierre Bourdieu, e na teoria pela ausência de estudos que o utilizem enquanto caminho escolhido. De acordo com Moesch (2002, p. 97), para fugirmos da descrição de uma problemática “por mais documentada que tenha sido, não podemos ficar apenas nela, devemos nos guiar por um esquema teórico – que serve de eixo para a coleta desses dados – para mais bem assegurarmos a pertinência e a interpretação das informações reunidas”. Segundo Bourdieu, Chamboredon e Passeron (1999, p. 48):

Por mais parcial e parcelar que seja um objeto de pesquisa, ele só pode ser definido e construído em função de uma problemática teórica que permita submeter a uma interrogação sistemática os aspectos da realidade colocados em relação entre si pela questão que lhes é formulada.

Mediante essas contextualizações, inquietações e lacunas, se faz questionar: **como se configura a constituição do campo turístico na zona histórica e portuária de Natal, estado do Rio Grande do Norte, sob o mote da reconfiguração do espaço para o uso turístico destas áreas?** Por essa razão, a problemática traz um recorte histórico importante a nível histórico-geográfico do Rio Grande do Norte, pois considerou-se que existem realidades similares em outras regiões do país e a composição do campo a partir do turismo, impulsionou debates, jogos políticos, discordâncias e diversidades.

O turismo pode ser implementado em perspectiva de (re)conexão da relação portocidade, além de poder ter buscado proporcionar uma dinâmica comercial e turística para o entorno onde está localizado. O lapso temporal considerado a partir da discussão pública do turismo enquanto problema desde meados dos anos 1960, denota para esta pesquisa um ato de Estado, ou seja, um projeto de intervenção pública contínua que visou o enfrentamento de um problema público, na busca pelo controle do turismo. Frente a essa reflexão, surgem perguntas secundárias para maximizar as racionalizações a serem encontradas pela pergunta central, são elas:

1. Como a zona histórica e portuária de Natal pode ser entendida como campo do turismo?

2. Considerando que os campos são formados por agentes diversos, como se dá o acúmulo dos capitais econômico, cultural, social e turístico para a consolidação de distinções e formações de arenas políticas?
3. Como a incorporação de *habitus* por parte dos agentes se reproduz nas zonas de práticas e disputas ao considerar o turismo e sua relação com a zona histórica e portuária?
4. Quais cenários possíveis podem ser considerados a partir das narrativas dos agentes para o (re)desenho do desenvolvimento turístico e promoção uma nova fase na relação turismo-porto-cidade?

Ao compreender como o campo é desenhado, como a disputa pelo capital é constituída e como o *habitus* auxilia no processo de repensar o turismo a partir das narrativas dos agentes, poderemos esclarecer os cenários de entrave do turismo na zona histórica e portuária de Natal, reestabelecendo novas oportunidades de aproximações com novos cenários (urbanos, culturais e turísticos), além de possibilidade uma perspectiva de pensamento e contribuição dessa área do conhecimento no saber turístico na teoria, metodologia e prática.

1.2 Justificativa

O cenário de intrínseca relação do turismo com os processos de acumulação e (re)produção do capitalismo o leva a compreendê-lo como uma importante ferramenta para entender as maneiras de dinamicidade produzidas nas cidades pelo poder público e mercado no que se refere a promoção de infraestrutura necessária para o desenvolvimento turístico, em especial nas capitais nordestinas brasileiras, a fim de diversificar e incentivar a oferta turística ali encontrada como pode ser visto nas produções científicas de Silva Júnior e Nóbrega (2022, 2023, 2024), Ataíde, Martino, Scheer e Souza (2019), apenas para citar alguns.

Os estudos sobre as relações entre porto e cidade são variados e podem abarcar diversas perspectivas nas ciências humanas, da natureza e da terra desde projetos voltados à engenharia como também as relações sociais que permeiam essas zonas, dando ênfase para desocupações habitacionais, impactos ambientais e gestão portuária. Contudo, a substituição parcial das funções industriais dos portos para novas abordagens de uso não o leva, necessariamente, a um ambiente mais “sustentável” de relação com o entorno histórico, pois sempre existe uma tensão entre a demanda por preservação do patrimônio e por desenvolvimento econômico.

Devido à lógica do consumo massivo proporcionado pelo pensamento da modernização que está fortemente disseminado na sociedade globalizada, a preservação e conservação do patrimônio histórico é um desafio, pois o capital vê esses espaços como atrasados e pouco atraentes para investimentos rentáveis. Esse contexto somado a uma vulnerável compreensão da expansão do turismo como fenômeno, não provê uma oportunidade responsável de uso e desenvolvimento da zona histórica como um objeto benéfico na forma contemporânea do capitalismo (Silva Júnior, 2022).

Como consequência, as zonas históricas e portuárias estão face a um processo severo de desvalia – dentro de seus contextos urbanos, dando margem a outros problemas sociais como o abandono por parte de moradores para outras zonas da cidade com centralidades acessíveis que possibilitam um deslocamento mais fácil, mais serviços públicos e privados, violência especializada ou física, depredação do patrimônio histórico reconhecido ou não, dentre tantas outras consequências decorrentes da ausência do fluxo de pessoas, da vida cotidiana, dos mecanismos de vida social (Silva Júnior & Nóbrega, 2022). A tônica do abandono pode ser observado na figura 11, retratando partes da zona histórica de Natal em situação de descaso.

Figura 11: Recortes da zona histórica de Natal



Fonte: dados da pesquisa (2024).

A zona portuária, portanto, vem como uma alternativa por estar próxima ou no na zona histórica, podendo propiciar uma dinamicidade turística à zona por meio da movimentação do embarque e desembarque de passageiros, além de assegurar espaços de convívio e sociabilidade para moradores e turistas. Entretanto, não é somente através do fluxo turístico que a zona histórica pode ser reativada. É necessária uma compreensão mais ampla e,

sobretudo, um entendimento que faça um tracejo do processo histórico da relação porto-cidade para avançarmos em usos turísticos nos dos municípios litorâneos que detêm o turismo de sol e mar já consolidados enquanto produto turístico.

Apesar da América Latina contar com mais de cem portos, as zonas de maior tráfego portuário no que se refere as cargas e passageiros concentram-se no Panamá, Brasil, Colômbia, Argentina e México. A Comissão Econômica para América Latina e o Caribe – CEPAL (2021), informou que a recuperação do setor portuário na movimentação de cargas preenchidas, ou seja, *containers* cheios, está em retomada desde meados de 2021 e ainda não alcançou níveis mais elevados que os da pré-pandemia, principalmente nas costas mais carentes do continente como no Equador, Bolívia e Peru. Entretanto, a retomada e compreensão dos cenários possíveis, bem como os novos desafios do setor foi discussão no *VII Encuentro Latinoamericano y Caribeño de Comunidades Logísticas Portuarias* realizado em 2023 no Chile.

O setor comercial portuário vive em constante evolução e mudança a fim de atender as necessidades de mercado nacional e internacional. No que se refere às instalações portuárias, as transformações complexas demandadas pelo mercado por meio de avanços tecnológicos, fazem do porto um espaço para além do envio e recebimento de cargas, como também um agente logístico do setor de transportes de passageiros turísticos ou não, com as demandas das rotas de cruzeiros, embarcações de menor porte e rotinas diárias ao redor do globo. A intensificação do uso turístico destas zonas converter-se-ia em uma alternativa que somada a outras oportunidades de recuperação poderiam colaborar na elevação dos investimentos e receitas geradas através do setor de cruzeiros.

Por via marítima na temporada de 2023, por exemplo, Salvador no estado da Bahia havia desembarcado 11.558 passageiros e recebido 220.412 passageiros em trânsito⁷. Em Recife no Pernambuco, na temporada 2023-2024, o TMP registrou 1.622 desembarques e 18.521 passageiros em trânsito⁸. Fortaleza no Ceará, o TMP do Mucuripe desde sua fundação em 2014 até 2021, havia recebido 63,5 mil turistas⁹. E em Natal, Rio Grande do Norte, o TMP potiguar desde sua inauguração em 2014 até 2023, havia recebido 35 cruzeiros com uma

⁷ Fonte dos dados pode ser acessado no portal *online* da COTERMAS – Terminal Marítimo de Salvador através do link: <https://contermas.com.br/movimentacao-de-passageiros/>.

⁸ Fonte dos dados pode ser acessado no portal *online* do Porto do Recife – Terminal Marítimo através do link: https://www.portodorecife.pe.gov.br/estatisticas_atual_sub.php?sub=24.

⁹ Os dados detalhados não foram encontrados no portal *online* da Docas do Ceará. O recorte numérico foi absorvido de uma matéria publicada no link: <https://www.docasdoceara.com.br/post/dia-nacional-do-turismo-tmp-%C3%A9-uma-das-portas-de-entrada-de-turistas-no-ce>.

média de 500 passageiros cada¹⁰. Os dados mostram que apesar do número incipiente de passageiros desembarcando em algumas capitais, a via marítima se tornou uma opção de captação de turistas nacionais e internacionais (Ministério do Turismo, 2019).

A dinâmica do turismo nas zonas históricas e portuárias representa uma oportunidade estratégica para o mercado, promovendo novos fluxos econômicos e ampliando a atratividade turística disponível. A requalificação dessas áreas fortalece a oferta turística, impulsionando a retomada dos setores como hotelaria, gastronomia e entretenimento. Além disso, a integração entre a zona histórica e a zona portuária potencializa a captação de turistas nacionais e internacionais, especialmente via cruzeiros. O investimento nessas regiões não apenas valoriza o espaço urbano, mas também gera impactos na economia e na vida das comunidades, bem como na competitividade dos destinos.

Considerando essa dinâmica em constante crescimento e evolução, é necessário averiguar como se constitui um campo turístico no Brasil no cenário histórico-portuário. Assim, ponderando as visões dos agentes de interesse a nível federal, estadual e municipal, conseguiremos destacar as nuances e os conflitos gerados para composição e reverberação do campo, do acúmulo de capital e disposição do *habitus* para o desenvolvimento turístico, promovendo assim, questionamentos e reflexões que aproximem o conhecimento e a prática, sendo uma medida de indispensabilidade de refletir tais questões na seara acadêmica.

No âmbito acadêmico consideramos levar a discussão para uma outra aproximação na relação entre ciência política, sociologia e o turismo. Poucos estudos são encontrados na vertente que vê o desenvolvimento turístico na lógica do campo, do capital e do *habitus* a partir do Bourdieu. As pesquisas centram-se na relação do turismo como composição de agenda política, embasado no discurso de promoção, progresso e renda. Além disso, há poucas pesquisas que utilizam como parte do objeto de pesquisa as zonas históricas e portuárias vistas a partir da perspectiva teórica aqui proposta.

No panorama social, buscaremos compreender as diferentes realidades dos agentes, englobando a maioria da diversidade de composição do campo dessa conexão, na discussão e construção do conhecimento. E, trazendo a discussão para além do contexto do setor de cruzeiros pelo mundo, ou seja, seus impactos econômicos na geração de emprego e renda, alguns portos passaram por um processo de total revitalização com a intenção de integrar mais

¹⁰ Assim informa o portal de notícias Tribuna do Norte, através do link: <https://tribunadonorte.com.br/natal/terminal-maritimo-de-natal-recebeu-menos-de-10-dos-passageiros-esperados/#:~:text=O%20TMP%20Natal%20foi%20inaugurado,capacidade%20para%203.000%20passageiros%20Fhora.>

as relações com a sociedade, como é o caso do Porto de Málaga (Espanha), Porto de Miami (Estados Unidos da América), Porto Maravilha do Rio de Janeiro (Brasil) e Porto Madeiro (Argentina), ilustrado nas figuras 12, 13 e 14.

Figura 12: Porto de Málaga, Espanha



Fonte: *Urban Tours Malaga* (s/d).

Figura 13: Porto Maravilha, Rio de Janeiro



Fonte: Coisosonthego (2022).

Figura 14: Porto Madeiro, Buenos Aires - Argentina



Fonte: *Dicas da Argentina* (s/d).

Os casos de intervenção com o intuito de utilização da zona histórica somada às novas funcionalidades da zona portuária tidos como de sucesso, mostram como a boa utilização do espaço pode ser aprimorado e desenvolvido com foco no uso não somente turístico, mas também por parte da comunidade local. Em Málaga, o porto é um dos mais dinâmicos da Espanha e concentra diversos serviços de utilização comunitária e turística, dando uma nova ênfase ao contexto histórico da cidade e do país. Em Recife, projetos como o Porto Novo Recife visualizava a integração parcial do porto com a dinâmica urbana, ou seja, transformando antigo armazéns de carga em escritórios, bares, restaurantes, lojas de entretenimento e pontos comerciais.

Enquanto justificativa política, essa pesquisa pressupõe a necessidade de repensar e redesenhar a implementação da zona histórica e portuária enquanto uma área estratégica no que diz respeito ao desenvolvimento do turismo. Essas zonas vêm recebendo um esquecimento (político, mercadológico e social) histórico, apesar de terem grande potencial para a requalificação social, cultural, econômica e turística, sendo importante para a criação de novos modos de vida, valorização do sentimento de pertencimento e memória e incentivo à conservação do patrimônio. Portanto, nossa proposta não apenas preenche uma lacuna no corpo de conhecimento existente sobre os fatores que influenciam o turismo em zonas históricas e portuárias, mas também fornece bases e dados para o desenvolvimento de políticas públicas mais justas e eficientes no que diz respeito ao planejamento urbano e turístico.

Com esse cenário de articulações do pensar sobre os a zona histórica e portuária com o turismo, pode-se compreender as relações traçadas entre os portos e as cidades que – em alguns casos, chegaram a ter processos harmoniosos com uma estável ligação das relações sociais com o porto, mas também podem dispor de relações mais fragilizadas, onde a zona portuária é isolada e desconectada do dia a dia social; podem atender demandas diversas e o turismo logra espaço seja no setor de cruzeiros (Chen, Petrick, Papathanassis & Li, 2019), seja proporcionando lazer e outros serviços nos espaços portuários e históricos refuncionalizados, requalificados, redesenhados e/ou reconfigurados.

Enquanto indivíduo e pesquisador, a escolha deste tema e *locus* se fomentaram desde o início da minha vida acadêmica enquanto morador da cidade no ano de 2011, retomando em 2016. Enquanto morador, sempre fui frequentador assíduo da vida cultural e noturna na zona histórica e enquanto graduando em Turismo tive preferência por compreender a política,

cultura e conflitos, resultando em uma monografia que ponderou sobre as relações de um roteiro turístico embasado no narcotráfico e conflitos sociais e espaciais em Medellín na Colômbia. Já no mestrado, o tema ganhou profundidade e, desta vez, com a política de implementação do TMP natalense, revelando as nuances da operacionalidade turística e dos entraves encontrados durante sua execução. As inquietações que são reveladas neste texto são consequências de um acúmulo de leituras, observações, pensamentos, encontros, desencontros e orientações que objetivaram, de alguma maneira, colaborar com o pensamento interdisciplinar do turismo ao considerar a ciência política e sociologia as lentes para a análise.

Considerando essa conjuntura de problemática e justificativas, esta tese intenciona colaborar com a compreensão do campo turístico no contexto das zonas históricas e portuárias, e como estas percebem o desenvolvimento turístico a partir de suas relações com os agentes que estão envolvidos no processo, seus diálogos, disputas e intervenções práticas no campo composto para o travar estas lutas para o acúmulo do capital. Nosso objetivo é reunir um conjunto de reflexões que possam ser traduzidas na realidade social e, sobretudo, na dinâmica do fenômeno turístico em Natal, em especial, na zona histórica e portuária.

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo Geral

Compreender a constituição do campo turístico da zona histórica e portuária de Natal, estado do Rio Grande do Norte, sob o mote da reconfiguração do espaço para o uso turístico destas áreas.

1.3.2 Objetivos Específicos

1. Entender como a zona histórica e portuária de Natal se constrói como campo do turismo;
2. Dimensionar o acúmulo dos capitais econômico, cultural, social e turístico para a constituição de distinções e formações de arenas políticas;
3. Refletir sobre a incorporação de *habitus* por parte dos agentes na reprodução de suas práticas e disputas a partir da relação do turismo com a zona histórica e portuária.

4. Identificar os cenários possíveis a partir das narrativas dos agentes para (re)desenhar o desenvolvimento turístico e promover uma nova fase na relação turismo-porto-cidade.

2 METODOLOGIA GERAL DA TESE

2.1 Levantamento Bibliográfico

Para um levantamento bibliográfico devidamente orientado ao eixo teórico que se propôs construir, se fez fundamental debruçar-se não somente sobre às bases científicas de periódicos, mas também em livros, materiais institucionais, teses e dissertações que fizessem diálogos construtivos para a construção do constructo teórico e, por isso, um levantamento bibliográfico criterioso é substancial na construção do referencial teórico que dê suporte ao que se deseja pesquisar, auxiliando na identificação de lacunas ainda pouco exploradas e oportunizando o avanço científico.

O levantamento bibliográfico nos ajuda a compreender a contextualização do estudo, situando a pesquisa dentro de um contexto mais amplo do campo de estudo abordado, permitindo ao pesquisador compreender como sua pesquisa está alicerçada em trabalhos anteriores. O levantamento também permite identificar métodos e técnicas de pesquisa que foram eficazes em estudos passados, orientando na escolha de uma metodologia assertiva com a perspectiva de análise proposta. Ao revisar a literatura existente, podemos evitar a redundância de pesquisas, garantindo que o trabalho tenha um aspecto de originalidade e contribua com novas descobertas para o campo estudado. Além disso, uma revisão sistemática contribui para dar suporte a discussão dos resultados, fornecendo um referencial teórico e um levantamento empírico para argumentação e validação dos efeitos que o estudo possa revelar.

A busca por esses materiais considerou, *a priori*, as bases de artigos científicos, teses e dissertações, focadas no eixo da pesquisa, aplicando filtros que possibilitaram uma maior concentração de dados mais fidedignos ao que o(a) pesquisador(a) está direcionado a estudar. Para isso, a utilização de ferramentas metodológicas que ajudem neste processo foi essencial, uma vez que, os instrumentos disponíveis orientaram e deram segurança no processo de escolha e utilização dos textos que foram considerados na construção teórica da pesquisa. Essas ferramentas também auxiliaram na organização e no rigor das redações, economizando tempo e oportunizando o acesso a recursos e estudos atualizados.

O *Knowledge Development Process-Constructivist* – ProKnow-C foi a ferramenta escolhida para a busca por periódicos, teses e dissertações nas bases científicas. Essa ferramenta foi construída a partir de uma série de filtros progressivos que contém critérios pré-estabelecidos. O ProKnow-C está organizado em quatro blocos: i) seleção do portfólio, ii) análise bibliométrica, iii) análise sistemática e iv) questões de pesquisa. O primeiro bloco

orienta para a escolha dos textos norteadores ou necessários para discussão teórica. O segundo se respalda na análise bibliométrica dos textos encontrados alocando-os por ano, periódico, citações, entre outros filtros de análise. O terceiro está configurado como uma revisão sistemática tradicional dos textos selecionados e o quarto sugere-se o norteamento das questões problemas (Carvalho *et al.*, 2020).

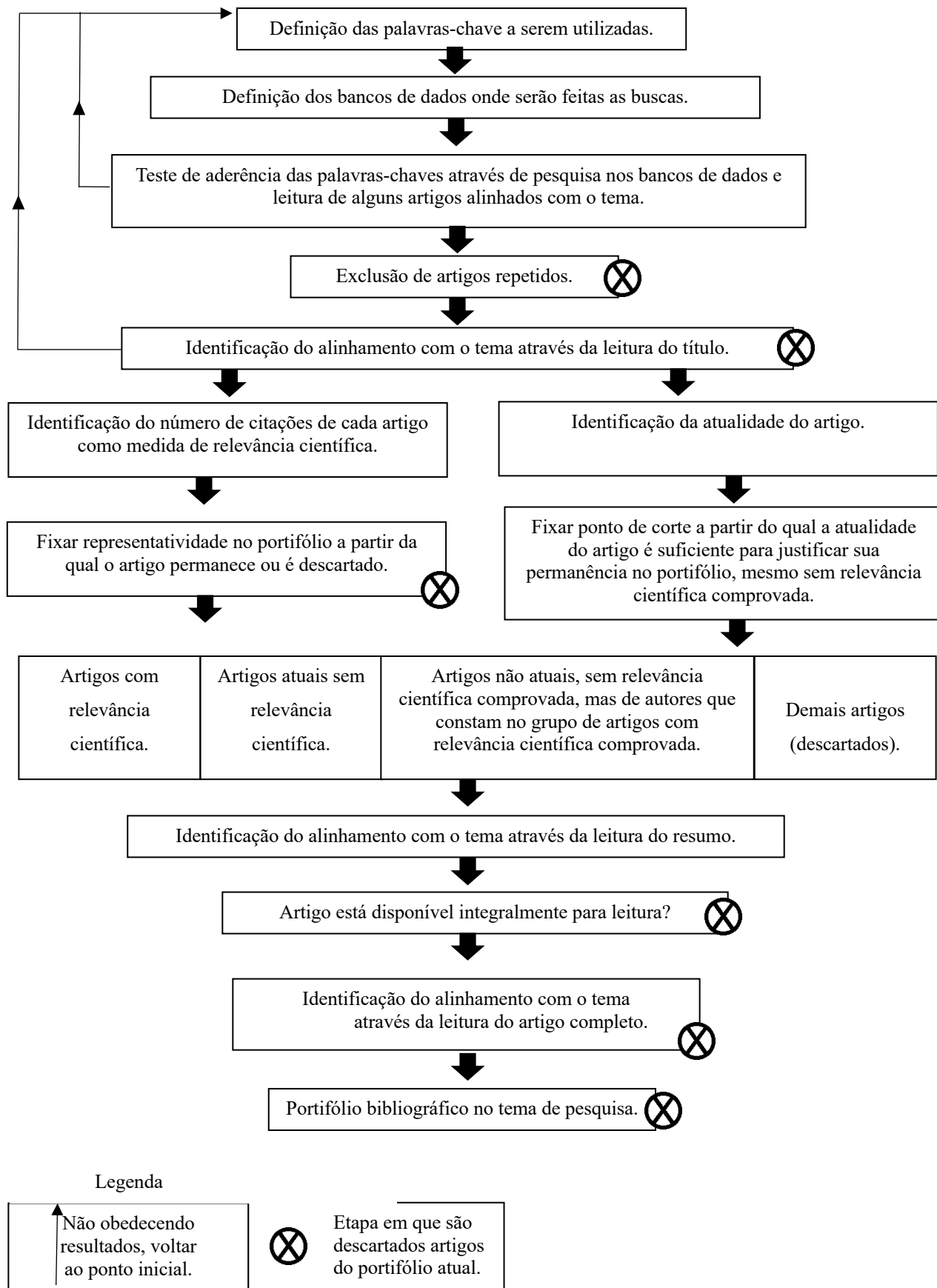
Para a nossa busca, se considerou os dois primeiros blocos da estruturação do ProKnow-C. A análise sistemática e questões de pesquisa não se fundamentaram para esta tese, pois não se configurou como foco uma análise infométrica dos textos selecionados no portfólio bibliográfico. Não consideramos um intervalo temporal específico, pois entendemos que o desenvolvimento tecnológico de acesso à informação somado as descobertas científicas recentes trazem textos que apresentam uma evolução na discussão teórica sobre o tema, baseados nas validadas experiências passadas. Também ponderamos que ao ajustar o lapso de tempo na busca nos últimos cinco anos, textos basilares poderiam ser desconsiderados e alguns destes são de fundamental importância para o embasamento teórico. Um recorte de cinco anos ou menos poderia comprometer a construção do pensamento concebido em tempos mais longínquos sobre o campo turístico, zonas históricas e portuárias e turismo.

Segundo Afonso, Souza, Ensslin & Ensslin (2011, p. 51), o ProKnow-C é uma ferramenta metodológica que:

Consiste em uma série de procedimentos sequenciais que se iniciam desde a definição do mecanismo de busca de artigos científicos a ser utilizado, seguindo por uma série de procedimentos pré-estabelecidos até atingir a fase de filtragem e seleção do portfólio bibliográfico relevante ao tema.

O ProKnow-C oferece um método estruturado que guia os pesquisadores através das bases de dados científicas, aplicando critérios específicos para identificar e selecionar apenas os textos que são altamente pertinentes e que atendem aos requisitos da pesquisa proposta. A figura 15 ilustra detalhadamente cada movimento e passo do processo aplicado às bases científicas, demonstrando como os textos são cuidadosamente filtrados e alinhados com o estudo, proporcionando ao processo de revisão de literatura, uma qualidade e relevância dos materiais selecionados, contribuindo significativamente para a robustez e credibilidade da pesquisa científica.

Figura 15: Resumo do processo para seleção do PB da metodologia ProKnow-C



Fonte: Afonso *et al.*, 2011.

Como pôde ser observado, o primeiro passo refere-se à definição das palavras-chave. As palavras-chave utilizadas na busca dos artigos científicos foram orientadas de acordo com os fundamentos teóricos, sendo elas: “constituição do campo turístico”, “capital turístico em disputa” e “campo turístico em zonas históricas e portuárias”, acentuando que a busca foi realizada em português, inglês e espanhol. As bases científicas consideradas para a busca foram: Google Acadêmico, SciELO, Periódicos Capes, *La Referencia*, Publicações de Turismo e *Scopus*. O quantitativo geral de achados pode ser visualizado no quadro 1.

Quadro 1: Quantitativo de artigos encontrados por palavra-chave

Base de dados de periódicos científicos	Quantidade de artigos encontrados por palavra-chave			
	Português	<i>Constituição do campo turístico</i>	<i>Capital turístico em disputa</i>	<i>Campo turístico em zonas históricas e portuárias</i>
	Inglês	<i>Constitution of the tourism field</i>	<i>Touristic capital in dispute</i>	<i>Tourist field in historic and port zones</i>
	Espanhol	<i>Constitución del campo turístico</i>	<i>Capital turístico en disputa</i>	<i>Campo turístico en zonas históricas y portuarias</i>
Google Acadêmico		21.300	16.900	16.400
SciELO		0	0	0
Periódico Capes		14	14	0
<i>La Referencia</i>		62	27	1
Publicações de Turismo		1	4	0
<i>Scopus</i>		6	2	1
Total		21.383	16.947	16.402

Fonte: elaboração própria (2024).

Devido a amplitude da base de dados do Google Acadêmico, percebeu-se um quantitativo considerável em comparação às demais bases. Como orientado pelo ProKnow-C, quando as palavras-chave não possuem aderência à base de dados científicos, sugere-se a remoção do base de dados ou alteração nas palavras-chave. Ponderou-se pela alteração das palavras-chave e o Google Acadêmico ainda assim fez uma filtragem de um enorme quantitativo de documentos, pois por estar alinhado à base do Google, o buscador faz uma varredura por todo o escopo da sua base, gerando quantidades desproporcionais a serem consideradas em tempo hábil para a pesquisa.

Após esse quantitativo e remoção do Google Acadêmico enquanto mecanismo de busca, uma filtragem foi implantada com o intuito de centralizar o diálogo mais próximo das

intenções desta tese. De acordo com a ferramenta ProKnow-C, uma sensibilização com o título deve ser realizada. Em seguida, sugere-se a exclusão dos artigos repetidos e idealização de critérios de exclusão. Para nossa perspectiva, foram considerados além dos critérios já mencionados, a seleção de apenas artigos, *papers* ou *artículos*, pois algumas bases de dados também oferecem vídeos, resenhas, resumos e resumos expandidos.

Posteriormente a essa filtragem, a ferramenta recomenda a leitura dos resumos para checar se o documento realmente possui alguma concordância com a pesquisa e, por fim, caso o documento seja de interesse, aconselha-se a leitura do documento por completo. Cabe salientar que, antes da leitura completa, deve-se verificar se o documento está disponível para a leitura integral e caso não esteja, atribui-se à exclusão. Algumas bases de dados podem realizar a cobrança para a leitura integral do documento. Nestes casos, optou-se para, caso a leitura fosse de fundamental importância (considerada clássica, necessária, inegociável), o pagamento para leitura seria realizado, caso não, o texto seria desconsiderado.

Após a aplicação destes procedimentos, chegou-se a um quantitativo de artigos científicos necessários para a colaboração parcial do caminho teórico a ser perseguido durante toda a construção do texto de tese que será detalhadamente exposto à medida que o pensamento crítico-reflexivo for se aperfeiçoando. Após seguir as orientações propostas pelo ProKnow-C, no que se refere às suas etapas eliminatórias, constituiu-se em um primeiro momento um Portfólio Bibliográfico – PB de artigos científicos composto pelas pesquisas listadas no quadro 2.

Quadro 2: Portfólio bibliográfico de artigos científicos

Autor(es)	Ano	Título	Periódico Científico
Cerny, P. G.	2000	<i>Restructuring the political arena: globalization and the paradoxes of the competition State</i>	<i>Globalization and its Critics</i>
Barreira, I. A. F.	2010	Pulsões no coração da cidade: cenários de intervenção em centros urbanos contemporâneos	Caderno CRH
Niding, M. & Andueza, J.	2010	<i>Campo y habitus em las investigaciones sobre el turismo</i>	<i>Aportes y Transferencias</i>
Adler-Nissen, R.	2011	<i>On a field trip with Bourdieu</i>	<i>International Political Sociology</i>
Janoschka, M.	2011	<i>Habitus and radical reflexivity: a conceptual approach to study political</i>	<i>Journal of Policy Research in Tourism, Leisure and Events</i>

		<i>articulations of lifestyle- and tourism-related mobilities</i>	
González, M. V.	2011	<i>La política turística. Una arena de acción autónoma</i>	<i>Cuadernos de Turismo</i>
Ahmad, R.	2012	<i>Working with Pierre Bourdieu in the tourism field making a case for “third world” tourism</i>	<i>Cultural Studies</i>
Barretto, M.	2013	Revitalização urbana, lazer e turismo	Rosa dos Ventos
Ashworth, J., Geys, B., Heyndels, B. & Wille, F.	2014	<i>Competition in the political arena and local government performance</i>	<i>Applied Economics</i>
Amore, A & Hall, C. M.	2017	<i>National and urban public policy agenda in tourism. Towards the emergence of a hyperneoliberal script?</i>	<i>International Journal of Tourism Policy</i>
Zhang, Q., Geerlings, H., Makhoulfi, A. E. & Chen, S.	2018	<i>Who governs and what is governed in port governance: A review study</i>	<i>Transport Policy</i>
Pimentel, T. D.	2018	Uma perspectiva sociopolítica para os estudos em turismo	Anais Brasileiros de Estudos Turísticos
Cong, L. et al.	2020	<i>The role of ports in the economic development of port cities: panel evidence from China</i>	<i>Transport Policy</i>

Fonte: elaboração própria (2024).

Selecionamos, por fim, treze artigos científicos alinhados à pesquisa que foram plenamente lidos e inseridos ao longo da discussão teórica. Em paralelo, uma busca em bancos de teses e dissertações foi realizada não considerando um lapso temporal definido em virtude desses trabalhos serem naturalmente reduzidos se compararmos à produção de artigos e a quantidade de periódicos existentes que abrangem os temas centrais desta pesquisa. As palavras-chave utilizadas para a busca dos periódicos científicos foram mantidas com o intuito de seguir a mesma lógica de busca e seleção. Os mesmos passos do ProKnow-C foram aplicados às seguintes bases de dados: Biblioteca Digital de Teses e Dissertações do Brasil –

BDTD, *Networked Digital Library of Theses and Dissertations* – NDLTD e na *Open Access Theses and Dissertations*, com os quantitativos apresentados no quadro 3.

Quadro 3: Quantitativo de teses e dissertações encontrados por palavra-chave

Base de dados de teses e dissertações	Quantidade de teses e dissertações encontrados por palavra-chave			
	Português	<i>Constituição do campo turístico</i>	<i>Capital turístico em disputa</i>	<i>Campo turístico em zonas históricas e portuárias</i>
	Inglês	<i>Constitution of the tourism field</i>	<i>Touristic capital in dispute</i>	<i>Tourist field in historic and port zones</i>
	Espanhol	<i>Constitución del campo turístico</i>	<i>Capital turístico en disputa</i>	<i>Campo turístico en zonas históricas e portuarias</i>
Biblioteca Digital de Teses e Dissertações do Brasil	11	33	4	
<i>Networked Digital Library of Theses and Dissertations</i>	12	1	0	
<i>Open Access Theses and Dissertations</i>	14	9	5	
Total	37	38	7	

Fonte: elaboração própria (2024).

Ao todo foram encontrados oitenta e dois documentos que após apreciação dos passos aconselhados pelo ProKnow-C, foram reduzidos para cinco textos. Salientamos que os buscadores fazem uma varredura por todos os campos do conhecimento e para delimitar a área de estudo, as áreas da Ciência Política, Turismo, Sociologia e Economia foram critérios para a seleção dos documentos finais. O lapso temporal foi desconsiderado e a seleção de inclusão e exclusão seguiu a mesma lógica proposta para artigos científicos. Inúmeras produções consideraram unicamente o cenário de política pública relacionado a outras áreas como saúde e segurança e para esta pesquisa pretendeu-se tecer reflexões de como os campos são ponderados para formulação de cenários turístico, não considerando a política pública como meio e sim como fim. As teses e dissertações selecionadas, estão ilustradas no quadro 4.

Quadro 4: Portifólio bibliográfico de teses e dissertações

Autor(a)	Ano	Título	Modalidade
Doherty, D.	2008	<i>Perceived motivations in the political arena</i>	Tese

Nóbrega, W. R. de M.	2012	Turismo e políticas públicas na Amazônia brasileira: instâncias de governança e desenvolvimento nos municípios de Santarém e Belterra, oeste do estado do Pará	Tese
Souza, D. M. de	2013	Gestão de centros históricos: uma avaliação da política de requalificação urbana de Natal/RN	Tese
Biffis, A. G.	2018	<i>El centro histórico como paisaje urbano histórico: el desafío de intervenir</i>	Tese
Novack, P. N.	2021	<i>Reestructuración neoliberal en áreas centrales de ciudades portuarias latinoamericanas: los casos de Rosario (Argentina) y Valparaíso (Chile)</i>	Tese
Aguilar, A. K. R.	2022	<i>Intervención urbana y desarrollo turístico: caso centro histórico de Morelia, Michoacán de 1991 a 2017</i>	Tese

Fonte: elaboração própria (2024).

Levantamos seis teses de diferentes programas de pós-graduação, considerando as áreas selecionadas que tiveram suas ideias centrais inseridos ao longo da construção do texto. O ProKnow-C mostrou-se uma ferramenta importante para melhor direcionar os textos selecionados, bem como para orientar a lógica da qualidade das teorias abordadas por outras formas de difusão do conhecimento como livros, conferências, seminários e resumos expandidos. Entretanto, importante destacar que o levantamento bibliográfico não foi exaurido nos levantamentos apresentados anteriormente.

Perante este cenário, os pensadores basilares da Ciência Política, Sociologia, Economia e Turismo foram considerados por suas obras publicadas nos formatos de livros, conferências ou outro formato de divulgação científica. Além dos já citados no corpo do texto, consideramos Cohen (1979), Molina (1991), Masberg & Silverman (1996), Marioli (2002), Ingram (2002), Caton & Santos (2007), Andriotis (2009), Szarycz (2008, 2009), Santos & Yan (2010), Pernecky & Jamal (2010), Brandão (2004) e, especialmente, Bourdieu (1989, 2004, 2007, 2011, 2019, 2020), dentre tantas outras obras.

2.2 Universo e Instrumento de Pesquisa

Na construção do aporte metodológico, se entende que é necessário que os agentes da pesquisa participem de uma entrevista semiestruturada e em profundidade, que será transpassada por meio das teorias de campo, *habitus* e capital do Bourdieu (1989, 2004, 2007, 2020), pois na análise do discurso dos agentes entrevistados, a linguagem é entendida como além do texto e da fala, tratando-se do encontro da ideologia do agente e no campo essas falas

são corporizadas nas atitudes, articulações e jogos entrelaçados na disputa por poder através das expressões do *habitus* e dos acúmulos de capital. A análise do campo, capital e *habitus* caracterizam-se como ferramentas importantes para o tratamento dos dados, pois elas podem se tornar um mecanismo para o entendimento do sentido do sujeito e sua relação com o objeto, no caso o turismo, expandindo-se para a clareza do fenômeno turístico. O quadro 5 sintetiza os agentes sociais de interesse e o quantitativo entrevistado por cada agente.

Quadro 5: Representação dos agentes sociais que compõem o universo da pesquisa

Instituição	Agente	Justificativa	Representante	Qtde
Pastas públicas de nível federal de interesse turístico, cultural e portuário	Estado	A esfera ministerial se faz importante devido a sua atuação direta com os municípios e estados na promoção de melhorias e qualificações para os portos, turismo e cultura	Secretário(a) ou servidor(as) que atuou diretamente no planejamento/acompanhamento da implementação do novo contexto de relação entre a zona portuária e histórica de Natal a partir do turismo	1
Pastas públicas de nível estadual de interesse turístico, cultural e portuário		A gestão pública de nível estadual, compreende o cerne do planejamento, gestão e execução das ações voltadas para o turismo, cultura e porto, no que diz respeito as conexões e atividades centradas nessas zonas	Secretário(a) ou servidor(as) que atuou diretamente no planejamento/acompanhamento da implementação das políticas de intervenção turística	2
Pastas públicas de nível municipal de interesse turístico, cultural e portuário				1
Academia		As instituições de ensino se configuram enquanto agente pensante e de ação direta na promoção de um desenvolvimento ponderado a partir da igualdade de oportunidades e experiência	Servidor do departamento de turismo e hospitalidade que tenha ou esteja desenvolvendo pesquisas, projetos, ações pensadas para a zona histórica e portuária	3
Organizações de trabalhadores do turismo	Mercado	Representação dos trabalhadores do turismo organizados, reconhecidos pelo seu trabalho de acompanhamento e luta por direitos	Presidente(a)	2
Trabalhadores(as) formais e informais		Os(as) trabalhadores(as) não sindicalizados, mas que são	Trabalhadores(as)	12

que atuam próximos as zonas		importantes pelas suas atuações no contexto do bairro, seja de maneira formal ou informal		
Associações de interesse turístico		Grupo importante na composição e articulação do campo, no que tange a reunião de representantes de grupos organizados nos conselhos de turismo	Presidente(a) ou colaborador que atuou durante a construção e manteve-se durante o período de debate e/ou execução das políticas de incentivo	2
Casas de entretenimento localizadas próximas as zonas		O setor privado, no âmbito do lazer e entretenimento, é representado pelas casas noturnas, bares, teatros, pois compreendem o que se aproximam dos empreendimentos de perfil turístico do bairro.	Proprietário(a), gerente ou colaborador(a)	2
Espaços de cultura				2
Sociedade civil	Comunidade local	A sociedade que vive, explora e resiste nos centros históricos das cidades.	Moradores dos bairros da Cidade Alta e Ribeira	13
Turistas	Turistas	Agente motor para que o turismo exista. Sem ele, não há operacionalização filosófica e prática do turismo enquanto fenômeno, atividade, indústria, área.	Turistas de interesse em elementos históricos	19
Total de agentes entrevistados				59

Fonte: elaboração própria (2024).

Estão contemplados no universo da pesquisa sete instituições de caráter público e de organização empresarial de interesse turístico. Ademais, atentou-se para dois segmentos do setor de entretenimento que são as casas noturnas e teatros localizados na região delimitada da zona histórica e portuária de Natal. A escolha dos empreendimentos de entretenimento justificou-se pelo comércio realizado no período noturno, pois é característico dos bairros históricos uma dualidade de funções, onde de dia funcionam instituições públicas e de comércio e a noite boates, clubes, bares e restaurantes.

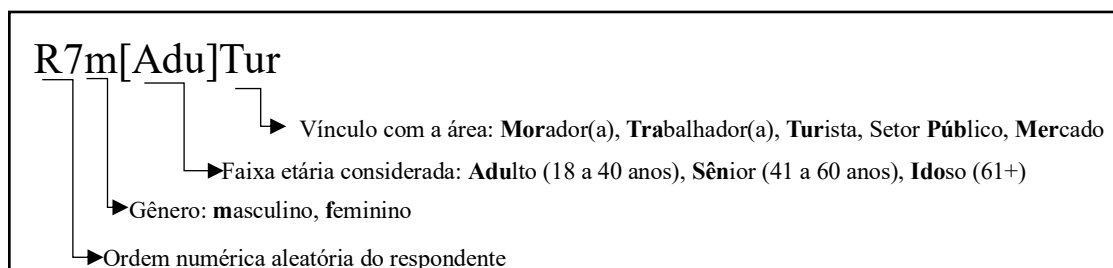
Para a sociedade civil, optou-se por uma amostra não probabilística por simplicidade e por considerar como observado em pesquisas anteriormente mencionadas que as zonas históricas e portuárias passaram por um esvaziamento populacional de moradia em

decorrência da expansão das cidades e criação de novas centralidades. Nesse sentido, consideramos que a população moradora dessa região intitulada sociedade civil atenderá uma amostragem intencional, pois o amostrador elege os participantes a partir de elementos pré-constituídos que foram: ter dezoito anos ou mais e ser morador dos bairros da Cidade Alta ou Ribeira (Manzato & Santos, 2012).

Esses elementos irão considerar moradores escolhidos aleatoriamente na pesquisa de campo, desde que atendido aos critérios de maior idade e residência no bairro. Estiveram excluídos da amostragem não probabilística para esse subgrupo do universo de pesquisa, cidadãos residentes de Natal à trabalho ou em trânsito. Igualmente, os trabalhadores formais e informais que atuam na área são foco intencional da amostragem, considerando que estes vivenciam essa zona diariamente e possuem uma relação de convívio. Os turistas seguem na mesma lógica a questionar seus interesses, motivações, expectativas de experiência e gasto com produtos e vivência da zona histórica e portuária natalense.

O instrumento de pesquisa esteve alinhado com a Lei nº 13.709 de 2018, mais conhecida como a Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD, que trata sobre a preservação das informações pessoais no tratamento de dados para a pesquisa, garantindo o respeito aos direitos individuais dos respondentes na proteção de seu anonimato e privacidade. Em suas narrativas, foram suprimidas trechos em que, porventura, os respondentes falaram suas instituições, vínculos e demais informações que possam identificá-los. Para prezar pela restrição das identidades dos respondentes, gerou-se um código de identificação das falas, como ilustra a figura 16, montado a partir do subgrupo da amostragem (Morador, Trabalhador, Turista, Setor Público e Mercado).

Figura 16: Código de identificação dos respondentes



Fonte: elaboração própria (2024).

Na categoria morador(a) estão incluídos os respondentes que residem na zona histórica e portuária. Já no grupo de trabalhador(a) estão centralizados os trabalhadores formais e informais e sindicalistas. No conjunto de turista estão reunidos todos aqueles que não são

residentes. Já no setor público estão todas as entidades das três esferas do poder, incluindo a academia. E por fim, no agrupamento mercado estão concentradas as associações de interesse, empreendedores e comércio local. O instrumento de pesquisa constituiu-se de um questionário que buscou compreender os campos teóricos discutidos no corpo da pesquisa. É dizer, o alavancamento das categorias para composição e interlocução da zona histórica e portuária, perpassam pela teoria do campo, *habitus* e capital de Bourdieu. As questões cercam a apreciação do entrevistado na perspectiva de compreendê-lo como indivíduo e suas histórias com o turismo, bem como seu contexto circundado por essas zonas.

As questões estão embasadas no entendimento do complexo teórico de Bourdieu para que se possa compreender as percepções não apenas do turismo, mas também para melhor focar a construção dos *habitus* e dos acúmulos de capitais econômico, cultural, social e turístico. Em um primeiro momento, as questões focam na identificação de gênero, idade, renda e ocupação profissional. O segundo bloco possui o interesse nas questões de história pessoal do respondente ao abordar temas que direcionam para o local de nascimento, valores, educação, experiência profissional com o turismo ou não. O terceiro estágio da entrevista busca entender o campo para o desenvolvimento ao questionar sobre a importância da zona histórica e portuária, percepção de desenvolvimento, análise dos projetos já implementados na zona de análise, arenas constituídas, o desenvolvimento ideal e sobre o cenário ideal para a reconfiguração desta zona. Os questionários podem ser visualizados na íntegra na seção dos apêndices a, b e c no final do documento.

2.3 Locus de Pesquisa

Na região Nordeste do Brasil, as capitais estão fortemente ligadas ao processo de comercialização do turismo de sol e mar, deixando à margem a comercialização do turismo cultural. Essa perspectiva pode ser visualizada pela manutenção dos produtos turísticos atrelados à natureza, ao relaxamento, ao lazer e ao descanso. A potência do segmento de sol e mar na região é uma realidade concretizada desde os anos 1990 e ganhou forte impulso com os programas e planos de estruturação urbana para uso turístico.

Em paralelo, as zonas históricas e portuárias foram se consolidando enquanto espaços de comércio e gestão pública, não sendo atrativos ao turismo doméstico e internacional, uma vez que não estavam incluídos na pauta do desenvolvimento turístico das cidades litorâneas. Todavia, essa não é a única causa. Outros movimentos ajudaram a reforçar o esquecimento do centro como uma área de interesse ao capital, como o espraiamento das cidades para zonas

mais distantes e com a criação de novos centros de comércio globalizados como a construção de *shoppings centers*, por exemplo.

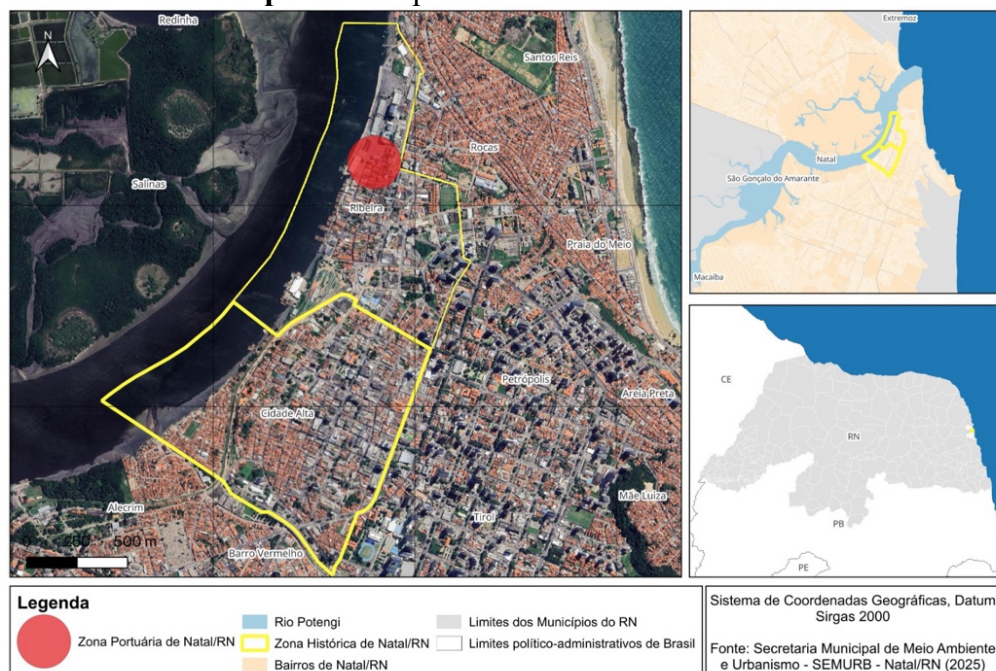
As zonas históricas são áreas urbanas que geralmente estão encontradas na maioria das cidades que receberam colonização europeia e estas podem estar localizadas na mesma região da zona portuária quando situados no litoral ou nas áreas ribeirinhas. Essas zonas somadas concentram o maior recorte histórico urbano edificado qualificado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN ou não, uma vez que a salvaguarda pode estar ligada à manutenção da zona por uma vontade comunitária sem aval de uma instituição em específico. Zonas históricas e portuárias somadas favorecem a um fundamental interesse quando o tema é o turismo, pois juntas podem proporcionar reativações e reuso por meio do fazer turístico através de suas fragmentações de mercado.

O nosso *locus* também se configura enquanto objeto de estudo, pois é a partir da relação do turismo enquanto ferramenta de disputa para estas zonas que fomentam a base de análise proposto por esta pesquisa. Para Bourdieu & Wacquant (2005, p. 199):

A construção do objeto – pelo menos em minha experiência de pesquisador – não é algo que se opera de uma só vez, através de uma espécie de ato teórico inaugural [...] é um trabalho de longo prazo, que se realiza de pouco a pouco, através de retoques sucessivos, de toda uma série de correções e retificações [...] ou seja, o conjunto de princípios práticos que orienta escolhas ao mesmo tempo minúsculas e decisivas.

Como apresentado na justificativa social, acadêmica, econômica, política e pessoal dessa tese, a escolha do objeto desse estudo reforça a importância da manutenção da atenção dada a zona histórica e portuária de Natal. A delimitação do *locus* de pesquisa segundo Eco (2016), sugere que quanto mais se restringe o campo, melhor e com mais segurança se trabalha. Por isso, delimitaremos a análise à zona histórica e portuária de Natal, considerando que esta zona recebeu, ao longo do tempo, ações intervencionistas com o intuito de dinamizar o turismo natalense e proporcionar novos conceitos harmônicos, como pode ser observado no mapa 1, onde representam a intersecção das zonas em um único contexto.

Mapa 1: Zona portuária e histórica de Natal



Fonte: Ricardo Rocha & Francisco Xavier (2024).

Natal se desenvolveu sob a perspectiva europeia de cidade. A capital potiguar teve suas ramificações urbanas a partir da costa, possuindo ligações com a zona portuária e cristalização da zona histórica nessa área, próxima ao rio Potengi e ao oceano Atlântico. Para análise do *lôcus*, a pesquisa parte do pressuposto que é necessário uma pesquisa participante e de observação, uma vez que o pesquisador compartilha da vivência dos objetos e sujeitos pesquisados, participando de forma transversal ou sistematicamente ao longo do tempo, interagindo, acompanhando e observando as manifestações dos sujeitos. Em igual medida, a pesquisa delinea-se no campo, pois os objetos são abordados em seus meios próprios, onde a coleta dos dados primários é realizada no ambiente fonte no qual os fenômenos acontecem (Severino, 2016).

2.4 Técnica de Coleta de Dados Primários e Secundários

Para além dos sujeitos, a construção e materialidade da política, ou seja, a sua forma em atas, planos, leis, ações, programas ou projetos também se fez necessário, tendo em vista que essa materialidade são instrumentos de “efetividade” da ação política moldada em campos geralmente encabeçadas pelo poder público e postas à prova na sociedade para a solução dos problemas públicos. Portanto, partimos do pressuposto de que o *habitus* e os acúmulos de

capitais dos agentes está envolto em um contexto social e em um cenário pré-construído que se corporiza com a fala, gestos, articulações e tomada de decisão do sujeito (Bourdieu, 2020).

Se buscou nos órgãos públicos federais, estaduais e municipais, documentos que sinalizassem a operacionalização e gestão da zona histórica e portuária correlacionada ao turismo, tornando-se um levantamento de dados complexo. Foram reunidos 161 documentos dentre os quais podemos destacar boletins, atas, legislações, relatórios e livros. Esses documentos foram encontrados nas pastas de interesse direto do turismo, bem como associados a outras pastas da gestão de interesse indireto, como o Meio Ambiente, Segurança, Transportes e Urbanismo. Além destes, consideramos os documentos oficiais da própria companhia docas no que se refere aos planos e projetos, como o Plano Mestre do Porto – PMP e Plano de Desenvolvimento e Zoneamento – PDZ, comuns a toda autoridade portuária, além dos projetos e ações internas devidamente publicizados.

Assim, parte da busca pela identificação da *corporização* da fala encontra-se em registros públicos, ou seja, pretendeu-se coletar as atas das reuniões dos conselhos do porto para entender quem estava inserido no processo das concepções de parte do campo e quais eram as linhas pensadas para a implantação dos TMPs, bem como seus diálogos com a zona histórica e turismo a partir desse agente. Na estrutura institucional das companhias docas das unidades da federação, nem todos os conselhos são interessantes à pesquisa, pois não tracejam de forma mais específica, discussões de interesse alinhadas ao tema pesquisado. Assim, os conselhos selecionados para apreciação dos debates entre os agentes da Companhia Docas do Rio Grande do Norte – CODERN, estão expostos no quadro 6.

Quadro 6: Órgãos colegiados ligados à autoridade portuária
Porto de Natal



Fonte: elaboração própria (2024).

Importante destacar que o levantamento de informações e dados nas associações mercadológicas de cruzeiros, bares e restaurantes, hotelaria, agenciamento e demais centros de informações sobre o turismo foram considerados como levantamento de dados secundários, pois esses agentes também produzem materialidade e efetividade na tratativa dos problemas públicos em questão. Além destes, a construção de portfólio bibliográfico de artigos científicos, teses e dissertações, bem como os demais textos considerados para construção de um referencial teórico condizente com a proposta de pesquisa e suas respectivas lapidações para melhor manejo dos textos, também foi considerado.

2.5 Categorias e Técnicas de Análise

Assim, para compreender a construção orgânica do campo e de suas disputas a partir de turismo com base na relação da zona histórica e portuária, tomou-se como opção metodológica para a contextualização das categorias e técnicas, as proposições dos conceitos de *habitus*, capital e campo de Bourdieu (1989, 2004, 2007, 2020), percorrendo seu aporte teórico-metodológico na formulação dos contextos que levam os agentes sociais a conduzirem-se nos campos onde se fomentam e reverberam poder. Bourdieu (2011a, 2019) entende que o espaço social, em especial o campo onde os agentes estão envolvidos, é constituído de dois capitais fundamentais: o econômico e o cultural. Quanto mais afinados essas dimensões estão, mais os agentes têm em comum e quanto menos, quase não há conexões entre eles. Entretanto, esse mecanismo de aproximação não necessariamente impede que os agentes possam se aproximar daqueles com menor afinidade e vice-versa, dado os interesses que os próprios possuem no campo.

Para romper com o senso comum, Bourdieu entendeu que os espaços sociais são estruturas influenciáveis e observáveis e, por isso, o autor vai buscar uma topologia para compreender a lógica dos agentes (dinâmicos por natureza) nos espaços a partir da construção de conceitos. Bourdieu compreende o espaço social a partir de uma disposição de agentes em um campo desigual, considerando um ou mais capitais, como por exemplo, as classes sociais. Em um espaço social, as proximidades e afastamentos dos agentes uns com os outros são definidas por suas distribuições e acúmulos dos capitais e disposição dos *habitus*. Capitais estes que podem ser econômicos, culturais ou simbólicos.

Os indivíduos, portanto, demonstram o seu comportamento em um campo a partir do acúmulo de capitais e de seus *habitus* estruturados em si, mas sobretudo, a partir da exposição

de uma ou mais formas que o capital pode assumir, caracterizando os capitais como meios e fins em um cenário de disputa. Portanto, a pesquisa norteará a entender por meio de entrevistas semiestruturadas, a composição do campo a partir dos conceitos basilares, o acúmulo de capital econômico, cultural, social e turístico na forma institucionalizada e, se aplicável ao cenário, a forma materializada; além disposição dos *habitus* a partir das percepções individuais de si mesmos, com suas histórias e relações com o turismo como ilustra o quadro 7.

Quadro 7: Categoria e técnica de análise a partir do Bourdieu

Categoria de análise	Categoria secundária de análise	Técnica de coleta	Instrumento
Campo	<i>Doxa</i>	Observação das práticas realizadas na zona histórica e portuária; Documentos institucionais; Normativas jurídicas; Dados estatísticos da economia	Entrevista semiestruturada Pesquisa documental
	<i>Nomos</i>		
	<i>Illusio</i>		
Capital	Econômico	Observação das práticas realizadas na zona histórica e portuária; Coleta dos currículos acadêmicos; Pesquisa do perfil do respondente (dados econômicos, idade, experiência profissional); Relação social com os demais agentes do campo	Entrevista semiestruturada Pesquisa documental
	Cultural		
	Social		
	Turístico		
<i>Habitus</i>	Posição	Observação das práticas realizadas na zona histórica e portuária; Relação social com os demais agentes do campo	Entrevista semiestruturada Observação participante
	Coligação		

Fonte: elaboração própria (2024).

Com esse conjunto de informações sobre a composição do campo, para compreender o papel do turismo na disputa de sua funcionalidade na zona histórica e portuária, tomaremos como partida 1) a construção histórica do objeto de estudo, 2) a formação do campo e 3) as disputas pelos acúmulos do capital em questão e 4) as percepções do *habitus* para o redesenho de um futuro possível. Sobre a construção do objeto, argumentamos que o turismo enquanto oportunidade de transformação foi e é abordado em diferentes estudos da área, enfatizando segmentação de mercado, gestão de projetos e de políticas públicas, bem como análises sobre o uso do turismo enquanto mecanismo de poder, tornando o turismo na zona histórica e portuária um objeto de estudo consolidado.

A formação do campo deve ponderar, de acordo com a proposta metodológica de Bourdieu, três aspectos fundamentais. Primeiro, analisar a posição do campo constituído em

comparação ao campo de poder. Segundo, mapear as estruturas objetivas e as posições que os agentes ocupam e terceiro, ponderar sobre a disposição dos *habitus* e capitais ali disputados com vistas ao acúmulo para produzir diferenciação, gerando uma concentração da tomada de decisão e poder que operacionaliza as decisões tomadas por meio da aplicação de uma violência simbólica para atender as demandas dos agentes dominantes em detrimento dos dominados.

Com esse cenário, o levantamento de dados secundários que abrangeu os planos, projetos, programas e as atas dos conselhos de administração, conselho de autoridade portuária e diretoria executiva do porto de 2010 a 2022, dos documentos institucionais do turismo e transversais a ele das pastas das gestões federal, estadual e municipal, dos documentos das agências de mercado e das normativas jurídicas do turismo se fez importante pela dimensão dada a concepção do campo e suas conexões com o turismo no contexto dos impactos apontados pela pesquisa.

Os fenômenos aqui estudados dão conotação da realidade da sociedade em que nos situamos. Sobretudo, essa perspectiva de turismo cultural abordada e solidificada no senso comum e na literatura como um turismo realizado com base na história local que tem fortes características eurocêntricas e que põe à margem outros fatores determinantes do simbólico, político, ambiental e econômico da região. Entender o sentido do turismo por trás desses arranjos sociopolíticos é compreendê-lo como um elo entre fenômenos que conectam a sociedade a um conjunto de intercomunicações capazes de sintetizar organizações políticas, comerciais e culturais de uma localidade, bem como passível de compreender comportamentos, tomadas de decisão, uso de poder e conjecturas públicas enrijecidas pelo ambiente burocrático em escala no Brasil. Não pretendemos exaurir ou quebrar paradigmas fortemente solidificados do conhecimento em turismo, mas sim fazer surgir novas indagações que avancem na compreensão fenomenológica do turismo que o extrapolem para além de sua percepção de consumo massivo, de oportunidades de capital utópicas e desenvolvimento igualitário.

Assim, a compreensão do desenho metodológico em sua abrangência que percorre todo o contexto da tese, considerando a questão problema central, questões secundárias, o objetivo geral e específicos, as técnicas de coleta de dados e as técnicas de análise de dados pode ser visualizada em síntese no quadro 8.

Quadro 8: Desenho metodológico da pesquisa

Problemática central	Problemáticas específicas	Objetivos específicos	Técnica(s) de coleta de dados		Técnica(s) de análise de dados
<i>Como se configura a constituição do campo turístico na zona histórica e portuária de Natal, estado do Rio Grande do Norte, sob o mote da reconfiguração do espaço para o uso turístico destas áreas?</i>	Como a zona histórica e portuária de Natal pode ser entendida como campo do turismo?	Entender como a zona portuária e histórica de Natal se constrói como campo do turismo	Pesquisa documental; Levantamento de dados secundários	Pesquisa bibliográfica	Teoria do campo de Bourdieu
	Considerando que os campos são formados por agentes diversos, como se dá o acúmulo dos capitais econômico, cultural, social e turístico para a constituição de distinções e formações de arenas políticas?	Dimensionar o acúmulo dos capitais econômico, cultural, social e turístico para a constituição de distinções e formações de arenas políticas	Entrevista semiestruturada; Pesquisa documental; Pesquisa de campo		Teoria do capital de Bourdieu
	Como a incorporação de <i>habitus</i> por parte dos agentes se reproduz na relação do turismo com a zona histórica e portuária, (re)desenhando o desenvolvimento turístico e promovendo uma nova fase na relação turismo-porto-cidade?	Refletir sobre a incorporação de <i>habitus</i> por parte dos agentes na reprodução da relação do turismo com a zona histórica e portuária	Entrevista semiestruturada; Pesquisa documental; Pesquisa de campo		Teoria do <i>habitus</i> de Bourdieu
	Quais cenários possíveis podem ser considerados a partir das narrativas dos agentes para o (re)desenhando o desenvolvimento turístico e promoção uma nova fase na	Identificar os cenários possíveis a partir das narrativas dos agentes para (re)desenhar o desenvolvimento turístico e promover uma nova fase na	Entrevista semiestruturada; Observação participante; Pesquisa de campo;		Teoria do campo, capital e <i>habitus</i> de Bourdieu

	relação turismo- porto-cidade?	relação turismo- porto-cidade			
--	-----------------------------------	----------------------------------	--	--	--

Fonte: elaboração própria (2024).

3 ESTRUTURA DA TESE

O processo de desenho, construção, desconstrução e firmamento da tese até atingir a forma maturada para qual debruçará o(a) leitor(a) nas próximas páginas, foi configurado no modelo de *multiple paper thesis*. Esse formato se constitui a partir da concepção de artigos científicos produzidos separadamente, porém que se complementam em uma discussão ampla e que estão comunicados por um fio condutor que, a partir da união, dá sentido ao todo. Em nível institucional, o modelo respalda-se através da Resolução nº 008/2022 – CONSEPE da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, em que se apresentou a utilização do formato enquanto passível de produção nos programas de pós-graduação vinculados à instituição.

Em sua organização, a tese está ordenada em elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais. Nos elementos pré-textuais é possível consultar os resumos em português, inglês e espanhol, além das listas de ilustrações, quadros, gráficos, mapas e siglas. Já nos elementos textuais, a tese apresenta três partes, a primeira configurada como introdutória, a segunda pensada enquanto o desenvolvimento da ideia central da pesquisa e a terceira refletindo as considerações finais.

Centrando-se nos elementos textuais, na primeira parte, a tese trouxe uma introdução geral, contento a elaboração da problemática, justificativa acadêmica, pessoal, política, econômica e teórica, além dos objetivos (geral e específicos). Em seguida, apresentou-se a metodologia geral da tese, composta por cinco etapas fundamentais: a) levantamento bibliográfico, b) universo e instrumento de pesquisa, c) *lôcus* de pesquisa, d) técnica de coleta de dados primários e secundários e e) categorias e técnicas de análise. Também se apresentaram as referências utilizadas ao longo do texto.

Na segunda parte que você lerá logo em seguida, a tese evidenciará três seções com introdução, metodologia, corpo teórico, resultados, análise dos resultados e considerações parciais cada. A seção quatro dispõe sobre a gênese do campo turístico a partir da zona histórica e portuária de Natal. Neste primeiro momento, o autor argumentará que a composição do campo do turismo emerge enquanto um fator de cenário local com base em uma disputa pelo turismo na zona. Por isso, identificam-se os agentes de interesse nesse campo e como as disputas são travadas por eles a partir da justificativa turística, elencando-os a partir do nível de interferência e visões de utilização do turismo para outras perspectivas.

Na quinta seção, a tese emergirá com os acúmulos dos capitais por cada agente do campo e com o conceito de capital turístico. Com base nos conceitos de Bourdieu, o capital

turístico é formulado e se torna objeto figurado de disputa no campo turístico e em função disso, se constituem arenas capazes de jogar o jogo simbólico com objetivo de acumular o capital turístico posto à prova. Esse capital é constituído de materiais objetificados e alegóricos a medida em que seu acúmulo (por qualquer agente) denota dominação, exclusão, desequilíbrio e fortifica um cenário de desigualdade no campo. Além do capital turístico, também se apresentará a acumulação dos demais capitais: o econômico, cultural e social.

Na seção seis, a tese concederá as implicações da disputa pelo capital turístico no campo e quais são os novos pensares para a zona histórica e portuária do município a partir da disposição de novos *habitus* para um redesenho do futuro. Uma racionalidade vista a partir da dinâmica no campo que emerge com a zona de práticas (internalizada pelos agentes) e a zona de disputas (externalizada pelos agentes), constituindo como alternativas ao cenário posto no momento da pesquisa.

Por fim, uma vez considerando os conceitos de Bourdieu como basilares para construção desta tese, as considerações finais na parte três, seção sete, apresentaremos os mecanismos de diferenciação, relevado e disputado nas seções anteriores, bem como as contribuições da tese, suas limitações, os desafios, sugestões para estudos futuros e indicativos para uma governança de zona histórica e portuária. Nos elementos pós-textuais encontram-se os apêndices com os roteiros de entrevista semiestruturada.

Boa leitura.

REFERÊNCIAS

- Afonso, M. H. F.; Souza, J. V.; Ensslin, S. R.; Ensslin, L. (2011). Como construir conhecimento sobre o tema de pesquisa? Aplicação do processo ProKnow-C na busca de literatura sobre avaliação do desenvolvimento sustentável. *Revista de Gestão Social e Ambiental*, 5(2), 47-62.
- Andrade, M. J. & Costa, J P. (2020). Touristification of european port-cities: impacts on local populations and cultural heritage. In A. Carpenter & R. Lozano (Eds.), *European Port Cities in Transition* (Cap. 11, 187-204). Springer: Heidelberg, Germany.
- Assis Filho, J. F. de. (2022). A vinda da família real portuguesa para o Brasil e suas consequências. *Revista do Clube Naval*, 1(401),10-15.
- Assunção, G. L. (2014). Memória da cidade: uma porta de entrada para preservar o patrimônio cultural de Natal-RN. *III Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo*, São Paulo.
- Assunção, P. de. (2012). *História do turismo no Brasil: viagens, espaço e cultura*. Editora Manole: Barueri, SP.
- Ataíde, R. M. C., Martino, N. S., Scheer, M. L. F. & Souza, D. T. M. (2019). Olhos da Ribeira: proposta integrada de requalificação para o bairro da Ribeira. *Revista Projetar*, 3(2), 146-153.
- Bahia, M. C. & Figueiredo, S. L. (2014). Lazer em áreas verdes públicas urbanas: as vivências na praça batista campos em Belém – Pará. *Revista Brasileira de Estudos do Lazer*, 1(1), 85-98.
- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. (1998). *Breve panorama sobre o mercado de cruzeiros marítimos*. BNDS: Rio de Janeiro.
- Bethell, L. (2006). *A independência brasileira: novas dimensões*. In J. Malerba (Org). Editora FGV: Rio de Janeiro.
- Boullón, R. (2002). *Planejamento do espaço turístico*. Editora EDUSC: São Paulo.
- Bourdieu, P. (1981). La représentation politique. *ARSS*, 36, 2-24.
- Bourdieu, P. (1989). *O poder simbólico*. Editora Bertrand: Rio de Janeiro.
- Bourdieu, P. (1997). The forms of capital. In H. A. Halsey, H. Lauder, P. Brown & A. S. Wells (Eds.). *Education: culture, economy, and society*. (Pp. 46-58). Oxford: Oxford University Press.
- Bourdieu, P. (2002). *Esboço de uma teoria da prática: precedido de três estudos de etnologia Cabila*. São Paulo: Celta.
- Bourdieu, P. (2004). *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Editora UNESP.
- Bourdieu, P. (2007). *A distinção: crítica social do julgamento*. EDUSP: São Paulo.
- Bourdieu, P. (2011). *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Papirus Editora: Campinas, SP.
- Bourdieu, P. (2011a). *Capital cultural, escuela y espacio social*. Tres Cantos: Siglo XXI de España Editores.
- Bourdieu, P. (2012). *Sobre o Estado*. Companhia das Letras: São Paulo.

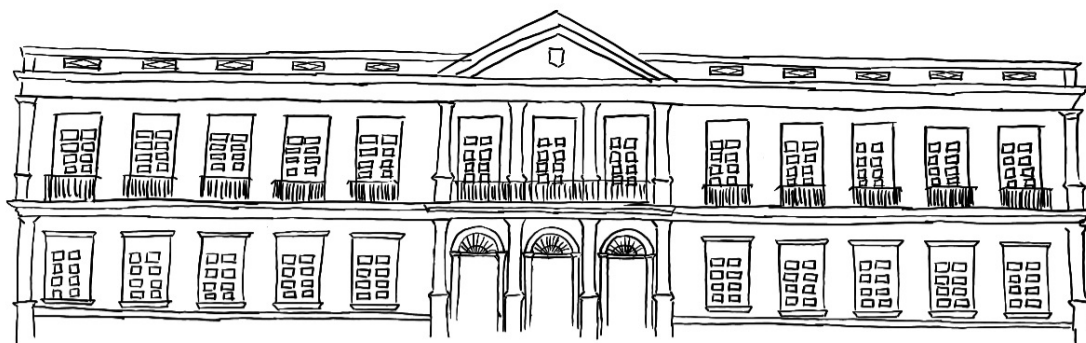
- Bourdieu, P. (2013). *Outline of a theory of practice*. 26 ed. Cambridge: Cambridge University Press.
- Bourdieu, P. (2019). *Questões de sociologia*. Editora Vozes: Petrópolis, RJ.
- Bourdieu, P. (2020). *Habitus and field: general sociology*. 2 vol. Medford: Polity Press.
- Bourdieu, P., Chamboredon, J. C. & Passeron, J. C. (1999). *A profissão de sociólogo: preliminares epistemológicas*. 2. ed. Petrópolis: Vozes,
- Bourdieu, P. & Wacquant, L. (2005). *Um convite à sociologia reflexiva*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- Brasil. Ministério do Turismo. (2019). *Anuário estatístico de turismo – 2019*. MTur: Brasília.
- Caldas, S. T. (2008). *Portos do Brasil: a história passa pelo mar*. Editora Horizonte: Pinheiros, SP.
- Calderón, F. & Castells, M. (2021). *A nova América Latina*. Zahar: Rio de Janeiro.
- Carlos, A. F. A. (2015). A reprodução do espaço urbano como momento da acumulação capitalista. In *Crise urbana*. São Paulo: Contexto.
- Caro, M. (2019). Éprouver l'attachement au lieu: l'épreuve d'un conflit de proximité. *L'espace Politique*, 38(2).
- Carvalho, G. D. G. *et al.* (2020). Bibliometrics and systematic reviews: A comparison between the Proknow-C and the Methodi Ordinatio. *Journal of Informetrics*, 14, 1-14.
- Cascudo, L. C. (1999). *História da cidade do Natal*. RN Econômico: Natal.
- Castro, C. A. T. & Tavares, M. G. C. (2016). Processos de turistificação do espaço do patrimônio cultural: um estudo no centro histórico de Belém – PA. *Revista Turismo: Estudos e Práticas*, 5(1), 57-87.
- Cefaï, D. (2017). Públicos, problemas públicos, arenas públicas: o que nos ensina o pragmatismo (Parte I). *Novos Estudos*, 1, 187-213.
- Chen, J. M., Petrick, J. F., Papathanassis, A. & Li, X. (2019). A meta-analysis of the direct economic impacts of cruise tourism on port communities. *Tourism Management Perspectives*, 31, 209-218.
- Collin, M. (1999). A evolução do estatuto dos portos da Europa. In: G. Silva e G. Cocco (Orgs.). *Cidades e portos: os espaços da globalização*. Rio de Janeiro.
- Comissão Econômica para América Latina e o Caribe. (2021). *Informe Portuario 2020: el impacto de la pandemia del COVID-19 en el comercio marítimo, transbordo y throughput de los puertos de contenedores de América Latina y el Caribe*. Santiago: CEPAL.
- Companhia Docas do Rio Grande do Norte. (2011). *Memorial descritivo da arquitetura: terminal marítimo de passageiros de Natal*. SEP: Natal.
- Companhia Docas do Rio Grande do Norte. (2019). *Relatório de gestão 2019*. CODERN: Natal, RN.
- Cordeiro, F. N. & Castro Junior, O. A. (2018). Requisitos e critérios para caracterização da relação porto-cidade em portos brasileiros. *V CIDESPORT*, Florianópolis, SC.
- Cruise Lines International Association Brasil. (2020). *Cruzeiros marítimos: estudo de perfil e impactos econômicos no Brasil*. Editora FGV: Rio de Janeiro.

- Cruise Lines International Associaton Brasil. (2024). *Cruzeiros marítimos: estudo de perfil e impactos econômicos no Brasil*. Editora FGV: Rio de Janeiro.
- Del Rio, V. (2001). Voltando as origens: a revitalização em áreas portuárias em centros urbanos. *Arquitextos*, 2(15), 1-12.
- Direção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano. (2005). *Vocabulário de termos e conceitos do ordenamento do território*. Lisboa: DGOTDU, 2005.
- Duarte, A. F. (2019). Pireu: a “Cidade-Porto” da Atenas clássica. *Revista de Estudos da Antiguidade e Medievo*, 9(2), 9-31.
- Eco, U. (2016). *Como se faz uma tese*. Perspectiva: São Paulo.
- Ferreira, A. L., et al. (2008). *Uma cidade sã e bela: a trajetória do saneamento de Natal – 1850 a 1969*. IAB/RN e CREA/RN: Natal.
- Figueiredo, S. L. (2016). Políticas públicas, cultura e resistência. In S. L. Figueiredo *et al.* (Cap. 1, pp. 17-22). *Amazônia, Cultura e Cena Política no Brasil*. NAEA: Belém.
- Fonseca, I. L. da & Nóbrega, W. R. M. (2021). Smart cities, destinos de turismo: refletindo o modelo de destino turístico inteligente da cidade de Barcelona, Espanha. In J. O. R. Rosário, P. B. V. Guimarães & Y. M. A. Xavier (Orgs.). *Meio ambiente, desenvolvimento e tecnologia: os direitos em transição paradigmática*. Editora Motres: Natal.
- García Bujalance, S., Barrera-Fernández, D., & Scalici, M. (2019). Touristification in historic cities. Reflections on Malaga. *Revista De Turismo Contemporâneo*, 7(1), 93–115.
- Gómez, M. T. (2015). El impacto sociocultural de las transformaciones en el puerto de Barcelona. *Revista Transporte y Territorio*, 12, 16-29.
- Holanda, S. B. (2015). *Raízes do Brasil*. Companhia das Letras: São Paulo.
- Jobim, K. (2013). O progresso desembarca pelo porto: as obras de melhoramento do porto de Natal e a construção de uma nova cidade (1893-1913). *XXVII Simpósio Nacional de História*. Natal, RN.
- Kahloun, H. (019). Espaces publics, espaces portuaires: des conflits d’usages aux pratiques populaires. *Journal International des Territoires et des espaces urbains*, 4, 73-94.
- Knuth, F. G. (2013). *Os conflitos de uso da zona portuária de Pelotas e uma proposta de estrutura de negociação na perspectiva do gerenciamento costeiro integrado*. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-graduação em Gerenciamento Costeiro, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, RS.
- Manzato, A. J. & Santos, A. B. (2012). *A elaboração de questionários na pesquisa quantitativa*. Departamento de Ciência da Computação e Estatística. São Paulo: UNESP.
- Medeiros, A. L. & Luna, I. J. (2012). Memória e patrimônio: um estudo do centro histórico de Natal. *VII CONNEPI*, Palmas – TO.
- Melo, M. W. S. (2021). *Revitalização urbana do centro histórico de Natal/RN à luz do diálogo entre turismo, patrimônio, cultura e criatividade*. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-graduação em Turismo. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN.
- Mendes, L. (2023). Supergentrificação, turistificação e os riscos de insustentabilidade social no centro histórico de Lisboa. *Contributo da Sociedade para a Redução do Risco em Populações Vulneráveis*, 215-245.

- Mische, A. & Pattison, P. (2000). Composing a civic arena: publics, projects, and social settings. *Poetics*, 27, 163-194.
- Moesch, M. (2002). *A produção do saber turístico*. 2. ed. São Paulo: Contexto.
- Monié, F. & Vasconcelos, F. N. (2012). Evolução das relações entre cidades e portos: entre lógicas homogeneizantes e dinâmicas de diferenciação. *Confins Revista Franco-Brasileira de Geografia*, 15.
- Montecinos, E. E. (2005). Límites del enfoque de las políticas públicas para definir um “problema público”. *Cuad. Adm.*, 20(33), 323-335.
- Moraes, R. R. (2007). *A navegação regional como mecanismo de transformação da economia da borracha*. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido. Universidade Federal do Pará, Belém, PA.
- Moreno, A. L. G. (2001). *Los puertos mediterráneos andaluces: centralidad urbana y dimensión territorial*. (Tese de Doutorado). Escuela Técnica Superior de Ingenieros de Caminos, Canales y Puertos, Universidad de Granada, Granada, Espanha.
- Oliveira, G. P. (2008). *A cidade e a guerra: a visão das elites sobre as transformações do espaço da cidade do Natal na Segunda Guerra Mundial*. (Tese de Doutorado) Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano, Recife, PE.
- Pimentel, T. D. (2020). O campo turístico: uma perspectiva sócio-política para estudar a ação e sua estruturação. *Revista Latino-Americana de Turismologia*, 6, 1-13.
- Pires, M. J. (2002). *Raízes do turismo no Brasil*. Barueri, SP: Editora Manole.
- Portela, G. P. (2016). *El puerto marplatense: desarrollo y conflictos*. (Dissertação de Mestrado). Postgrado Maestría en Historia, Universidad Nacional de Mar del Plata, Mar del Plata, Argentina.
- Regina, M. E. R. (2015). Crescimento desenfreado, centro esvaziado. A importância de ocupar os centros históricos: o caso de Salvador. *XIX Congreso: “Ciudades Vulnerables. Proyecto o incertidumbre*, La Plata.
- Reis, Y. F. S. (2019). Memórias e conflitos na formação da rua do porto de Belém. *Crisol*, 5, 113-125.
- Rios, R. B. & Silva, S. B. M. (2011). Porto de Salvador: organização e dinâmica no contexto urbano e metropolitano. *Revista Transporte y Territorio*, 5, 121-136.
- Rocha Neto, J. M. & Furado, E. M. (2018). Os “novos” velhos portos: espaços de metamorfose para o capital imobiliário e para o turismo. *Cadernos de Geografia*, 37, 43-54.
- Rodrigues, J. & Santos, F. G. (2019). História marítima e portuária em revista. *Dossiê História Marítima e Portuária - Almanack*, 21, 1-7.
- Rodrigues, R. (2007) As redes logísticas e o novo papel dos portos na economia global. *Revista Geografias: UFMG*, 3, 120-134.
- Romani, C. (2004). Comunidades caiçaras e expansão portuária em Santos - uma análise histórica do conflito. *Revista Científica Integrada*, 1-18.
- Santos, R. (1980). *História econômica da Amazônia (1800-1920)*. São Paulo: Quatro Editor.
- Santos-Izquierdo, F., Blanco-Vílchez, M., Romero-Padilla, Y., & Navarro-Jurado, E. (2023). Tourism and Urban Policy: rehabilitation, touristification, and transformation of the

- commercial fabric of Malaga's Historic Centre. *Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles*, (99).
- Scartezini, N. (2011). Introdução ao método de Pierre Bourdieu. *Cadernos de Campo: Revista de Ciências Sociais*, 14, 25-37.
- Schultz, K. (2006). A era das revoluções e a transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro (1790-1821). In J. Malerba (Org.). *A independência brasileira: novas dimensões* (Cap. 3, pp. 125-152). Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Severino, A. J. (2016). *Metodologia do trabalho científico*. Cortez Editora: São Paulo.
- Silva Júnior, F. X. da & Nóbrega, W. R. M. (2023). Relação porto-cidade e a operacionalidade turística do Terminal Marítimo de Passageiros de Natal – RN. *Observatório de Inovação do Turismo*, 17(1), 105-128.
- Silva Júnior, F. X. da & Nóbrega, W.R. M. (2022). Política pública em turismo e a violência especializada no polo turístico Agreste-Trairi do Rio Grande do Norte, Brasil. *Turismo e Sociedade*, 15(1), 103-122.
- Silva Júnior, F. X. da. (2021). *Arena política no campo turístico: composição, organização e reflexos do terminal marítimo de passageiros do Porto de Natal – RN, Brasil*. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-graduação em Turismo. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN.
- Silva Júnior, F. X. da. (2022). Modernização turística e a perda do patrimônio histórico. *Turismo & Cidades*, 4(9), 146-167.
- Silva Júnior, F. X. da. & Nóbrega, W. R. M. (2021). Turismo e a violência espacializada na Ribeira, Natal – RN, Brasil. In: J. H. Costa, M. Tomé, M. Fazito, W. Nóbrega, I. Hermes. (Orgs.). *Planejamento e gestão da segurança pública em turismo: reflexões teóricas e estudos de caso*. EDUERN: Mossoró, RN.
- Simonini, Y. (2010). *Ribeira, técnica versus natureza: transformações em prol de um projeto de modernização (1860- 1932)*. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN.
- Simonini, Y. (2017). *Portos para o Nordeste: ideias, transformações e conflitos nas províncias do norte do Brasil (Fortaleza, Natal e Parahyba, 1869 – 1934)*. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG.
- Tinoco, M. B. M., Bentes Sobrinha, M. D. P. & Trigueiro, E. B. F. (2017). *Plano de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais: PRAC/Ribeira*. Natal: EDUFRN.
- Vasconcelos, D., Araújo, L., & Ramos, S. P. A. (2016). A turistificação de Maceió-Alagoas-Brasil: uma breve perspectiva histórico-espacial. *Anais do 7º Congresso Luso Brasileiro para o Planejamento Urbano, Regional, Integrado e Sustentável*, Blumenau.
- Villanueva, L. F. A. (1992). *El estudio de las políticas públicas*. Miguel Ángel Porrúa: Ciudad de México.
- Wacquant, L. (2018). Bourdieu comes to town: pertinence, principles, applications. *International Journal of Urban and Regional Research*, 90-105.
- World Tourism Organization. (2019). *International tourism highlights – 2019 edition*. UNWTO: Madrid.

- Yuen, K. F., Saidi, M. S. B., Bai, X. & Wang, X. (2021). Cruise transport service usage post COVID-19: The health belief model application. *Transport Policy*, 111, 185-196.
- Zarlenga, M. (2022). Políticas de regeneración urbana a través de la cultura en ciudades latino-americanas. *Eure*, 48(144), 1-21.



PARTE II

*A Formação e Evolução do Campo Turístico: Conflitos, Capitais e
Transformação do Habitus*

4 A GÊNESE DO CAMPO TURÍSTICO A PARTIR DA ZONA HISTÓRICA E PORTUÁRIA

A field constitutes itself by defining a stake that is specific to it, irreducible to those of other fields. A first question consists in establishing what stake specifies the space of production of a policy (Dubois, 2015, p. 170).

As zonas históricas e portuárias das cidades litorâneas brasileiras apresentaram ao longo da história uma série de transformações sócio urbanas passíveis de serem analisadas sob diferentes prismas. Mudanças que vão do aumento e desenvolvimento das cidades até novos estilos de vida na urbe são alguns dos exemplos dessa dinâmica imparável. A todo instante, novas zonas se abrem e velhos caminhos se fecham ou são reconfigurados, reutilizados, requalificados e/ou refuncionalizados na busca para atender as demandas de desenvolvimento urbano, econômico e aos novos estilos de vida e padrões de consumo.

Partimos do pressuposto que desde o final do século XX, as agendas governamentais têm se debruçado sobre a zona histórica e portuária com o intuito de proporcionar uma retomada das atividades econômicas, uma vez que ela já foi sinônimo de modernidade e prosperidade, devido não somente a dinâmica portuária, mas também em virtude da concentração de vida urbana nos núcleos fundacionais. Assim, se houve essa demanda de preocupação, podemos compreender que com o desenvolvimento e surgimento de novas zonas na cidade, a zona histórica e portuária passou por um processo de abandono não só de moradores, mas também do comércio, abrindo possibilidades de ênfase para outros usos.

O turismo tem se tornado uma ferramenta de intervenção visto que pode proporcionar, a depender do planejamento e gestão, uma força motriz de desenvolvimento econômico para esta zona, isso porque a implementação do turismo é de fácil manobra se comparado ao modelo industrial convencional. Diversos casos de reativação podem ser observados em cidades portuárias que são aliadas a zona histórica ao redor do mundo, unindo-as em um único contexto urbano e reproduzindo modelos de políticas públicas de intervenção justificadas no uso turístico e paisagístico para o comércio. Por tratar de zonas de interesse histórico, agentes como o mercado ou o Estado refuncionalizam os espaços, proporcionando novos usos que

atendam à lógica do consumo contemporâneo com foco no uso massivo, temporal e *instagramável*¹¹.

O turismo, portanto, entra na pauta de discussão dos agentes que refletem sobre a zona histórica e portuária como alternativa ao desenvolvimento tido como tradicional, considerando que o turismo é capaz de gerar, diversificar e movimentar economia rapidamente. Com isso, a composição de um campo onde o turismo é pauta para a disputa pode ser compreendido na narrativa deste discurso de impulsionamento desta zona ao desenvolvimento, pois a utilização do turismo como ferramenta econômica pode gerar conflitos de interesse, dado o volume de capital em circulação. Esse campo é retratado pelas tentativas de sucesso e fracasso do uso turístico dos espaços urbanos pautados na justificativa de reativação e retomada da usabilidade rentável, atraindo principalmente investidores e como contrapartida, outros perfis de moradores e turistas para a área.

4.1 Introdução

Na passagem do século XIX para o XX, as cidades brasileiras começaram a abraçar o movimento da modernidade. A ideia da modernidade está remontada no Iluminismo do século XVIII, direcionando a sociedade para uma transformação na crença da ciência e no pensamento racional e ponderando sobre a ideia de progresso a partir da oportunidade de liberdade do sujeito em fazer e ser algo bom e desejável (Grosfoguel, 2018). Respaldados por essa perspectiva, ao longo desse século, uma intensa transformação dos espaços urbanos fora desenvolvida para acrescentar as cidades com novas ideias, espaços e estilos de vida. As mudanças urbanísticas ocasionadas nas cidades de Salvador, Recife, Belém, Rio de Janeiro e São Paulo, no contexto brasileiro, serviram de modelo para os demais conglomerados urbanos no Brasil (Benchimol, 1992; Arrais, 2004).

Por transformações podemos tomar como exemplo, a expansão da cidade para novos bairros, criação de novas centralidades, serviços urbanos de transporte modernos, construção de praças, jardins e teatros com o objetivo de reproduzir o modelo de cidade-jardim europeia com preocupação na manutenção do patrimônio histórico, além da construção de ferrovias e

¹¹Trata-se de um local meticulosamente decorado de forma visualmente atraente e inovadora, concebido especificamente para ser fotografado e compartilhado nas redes sociais. Esses ambientes são projetados para serem esteticamente agradáveis, frequentemente incorporando elementos únicos com estratégia de cenários que se destacam em fotografias. O objetivo principal é criar uma experiência visual impactante que incentive os visitantes a capturarem e compartilharem imagens nas redes sociais digitais, promovendo o local de maneira orgânica e viral nas plataformas.

portos para transporte e escoamento de mercadorias, além do trânsito de passageiros entre as nações sulistas e nortenhos (Jobim, 2013; Carlos, 2015).

É nesse período de expansão que encontramos o desenvolvimento e aprimoramento dos meios de transporte, dando início a um movimento mais intenso de pessoas entre territórios. Partindo dessa premissa, a prática do turismo alcançou um novo patamar na seara do fenômeno capitalista em razão das novas facilidades de deslocamento e do tempo de lazer. Com o aperfeiçoamento do capitalismo para atender as demandas da sociedade moderna, o turismo é abraçado como potencializador para recuperação econômica, alívio mental, distinção social e geração direta de divisas (Zuelow, 2015).

Na metade do século XX, período de pós II Guerra Mundial, o avião diminuiu o mundo e minimizou as fronteiras, possibilitando aos indivíduos viagens rápidas e mais cômodas. Em igual medida, os navios passaram a contar com mais velocidade e estruturas mais seguras, fazendo surgir no final dos anos 1970 nos Estados Unidos empresas como a *Royal Caribbean*, *Norwegian Cruise Line* e *Carnival*, garantindo a combinação de transporte náutico que agregasse hospedagem, lazer, alimentos e bebidas (Ward, 2006) como ilustra o cruzeiro turístico da *Mediterranean Shipping Company* de 1970 na figura 17.

Figura 17: Mediterranean Shipping Company, 1970



Fonte: About MSC History (s/d).

Contudo, não foi apenas o modal aeroviário que passou por significativas mudanças. Os portos, suas ramificações operacionais e as cidades portuárias também tiveram que se modernizar à nova lógica global. O mundo estava mais conectado e, apesar de desenvolver suas funções comerciais no envio e recebimento de produtos a centenas de anos, os portos passaram a observar o turismo como oportunidade de diversificação de suas ofertas, concentrando o envio e recebimento de passageiros e tripulações pelas principais cidades

costeiras do mundo como, por exemplo, Rio de Janeiro, Miami, Buenos Aires, Málaga e Xangai (Daunton, 1984).

A introdução do turismo em zonas portuárias que, no contexto das cidades litorâneas brasileiras, possuem vínculos com as zonas históricas devido ao surgimento destas cidades a partir da costa, fez com que diálogos surgissem dessa combinação. O uso das zonas históricas e portuárias pelo turismo colabora na diversificação econômica e reforça as perspectivas de revitalização, reuso, reativação, reconfiguração e/ou refuncionalização, considerando que estas zonas passaram por um processo de esvaziamento urbano acarretado pelo espraiamento urbano para outras centralidades e demais problemáticas.

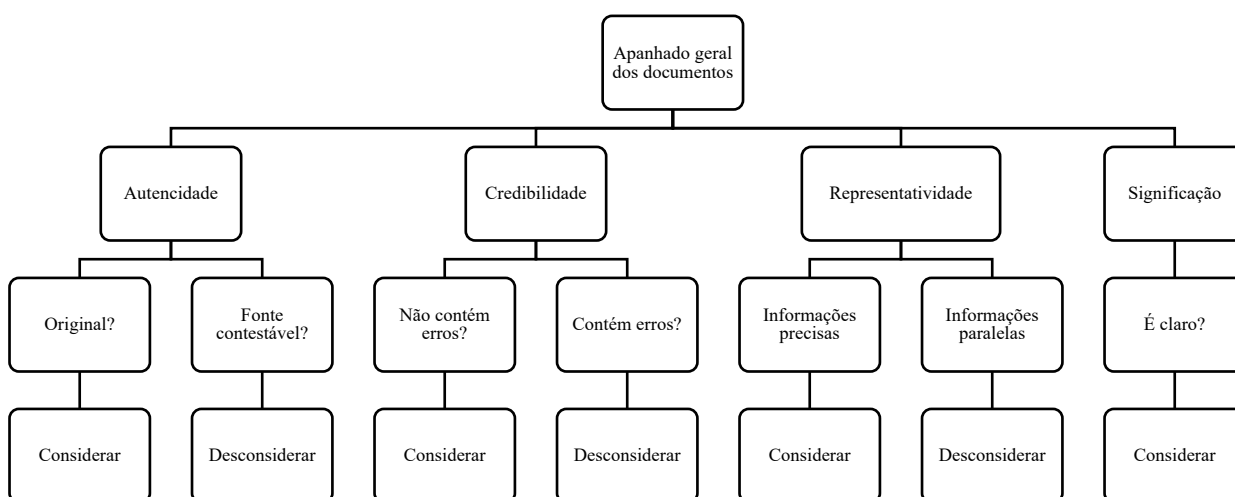
Com vistas a atender aos parâmetros internacionais de comercialização, os governos perante as dívidas públicas e o anseio de maior arrecadação, têm direcionado a elaboração e aplicação de agendas políticas hiper neoliberais para essas zonas, atraindo mercados internos/externos e ocasionando um novo reposicionamento competitivo para um mercado global (Amore & Hall, 2017) onde o turismo é utilizado como recurso central para atrair o capital necessário ao desenvolvimento. Ao introduzir o turismo enquanto mecanismo de reorganização social, ele compulsoriamente se transforma em objeto de disputa, oportunizando a constituição de um campo onde o turismo é pauta central para o controle e dominação.

Os diversos agentes que estão dispostos no campo clamam pelo comando do turismo visto que ele se torna objeto de desejo, seja pela sua capacidade de rentabilidade econômica ou por seu princípio de diferenciação social (*status*). Agente do Estado, do mercado, os próprios turistas, os trabalhadores, os moradores, a academia e tantos outros, se debruçam nesse jogo simbólico e lutam para garantir a maior fatia. O agente que tem mais apostas, acaba por dominar o uso do objeto ao seu bem entender. Considerando que o Estado tem realizado ações para reorganização das zonas históricas para fins comerciais e uso turístico; o mercado tem incentivado frotas cruzeiristas ao redor do globo; turistas tem analisado novos destinos e apostado na segmentação do turismo cultural; moradores tem buscado novas oportunidades de reinventar o contexto social no qual estão inseridos e a academia tem se empenhado em compreender essas relações, o objetivo dessa seção concentrou-se em entender como a zona histórica e portuária de Natal se constrói como campo do turismo, capaz de gerar uma atuação articulada para operacionalizar as demandas de interesse turístico na cidade do Natal.

4.2 Metodologia

Para composição metodológica deste capítulo, a pesquisa documental se tornou fonte principal dos dados coletados, pois esse tipo de pesquisa tem como procedência os documentos públicos e privados em sentido amplo, desde que tangenciados pelo objeto de pesquisa. Os documentos são matéria-prima do pesquisador, pois é a partir deles que se desenvolve uma investigação e análise (Severino, 2016). Para tanto foram aprimorados ao longo da coleta, os critérios de seleção dos documentos, dentre os quais podemos destacar: a) autenticidade, b) credibilidade, c) representatividade e d) significação, como ilustra o esquema na figura 18.

Figura 18: Seleção dos documentos secundários



Fonte: elaboração própria (2024) com base em Flick (2009).

O primeiro ponto, autenticidade, busca entender se trabalharemos com um documento primário ou secundário, é dizer, o documento é um relatório ou um resumo do relatório?, por exemplo. Quando selecionamos um resumo, podemos estar propensos a desconsiderar informações que foram omitidas ou mal interpretadas na elaboração do relatório. A autenticidade se pode verificar por meio da ficha catalográfica. A credibilidade pode ser validada por meio da exatidão do documento de acordo com seu objetivo, checando se o documento carrega erros ou distorções da realidade para o qual ele foi elaborado (Flick, 2009).

A representatividade está vinculada as informações contidas no documento que ajudam ou não na análise que o pesquisador deseja realizar, colocando o foco em documentos que

detenham informações claras sobre o qual ele debate, evitando referências paralelas e investigações não concluídas. Por fim, a significação está associada a clareza das informações e de como elas estão dispostas para o bem compreender de terceiros (Flick, 2009). Ademais, a seleção dos documentos seguiram os critérios de busca organizados sistematicamente por Silva, Emmendoerfer e Cunha (2020). Em uma primeira instância se reconheceu as fontes potenciais de informação que detinham relações políticas, sociais e culturais com a zona histórica e portuária de Natal. O acesso a esses documentos ponderou sobre a Lei nº 12.527/2011 que trata sobre o acesso à informação.

Após essas considerações, selecionamos algumas instituições de interesse para buscar em suas bases de dados os estudos, pesquisas, relatórios, boletins, notícias e informações que tracejaram as dinâmicas da zona portuária e histórica com o turismo. Foram consultadas as bases da CLIA Brasil, Ministério da Infraestrutura, Secretaria de Portos, Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ, CODERN, Secretaria de Turismo do Estado do Rio Grande do Norte – Setur RN, Secretaria de Turismo de Natal – Setur Natal, Fundação José Augusto – FJA, Secretaria de Cultura de Natal – Secult Natal, além do levantamento de textos e trabalhos científicos que utilizaram como objeto de estudo esta zona relacionada ao fazer turístico. O quantitativo de documentos relevantes está representado no quadro 9.

Quadro 9: Quantitativo de documentos secundários

Instituição	Tipo de documento	Quantidade de documentos
Ministério de Portos e Aeroportos	Relatório	3
Agência Nacional de Transportes Aquaviários	Relatório	1
Ministério do Turismo	Plano Nacional Estratégico	1
	Indicadores sobre Atração de investimentos	6
	Índice de Competitividade	7
	Emendas Parlamentares	10
Instituto Brasileiro de Turismo	Perfil de mercado	1
Secretaria de Turismo do Estado do Rio Grande do Norte	Boletins de inteligência	2
	Perfil do Turista Potiguar	2
Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte	Legislações	10
Prefeitura do Natal	Plano Diretor	1
Câmara de Vereadores de Natal	Legislações	9
Secretaria Municipal de Cultura de Natal	Roteiros culturais	1
Companhia Docas do Rio Grande do Norte	Ata de colegiados	97
	Relatório de gestão	3
IPHAN RN	Boletim	3
	Catálogo	1
	Livro	1

CLIA Brasil	Estudo CLIA Brasil	2
Total		161

Fonte: elaboração própria (2024).

O intuito do levantamento documental é entender como os agentes que intervêm na zona histórica e portuária se articulam para compor um campo a partir dos níveis de intervenção. Nos documentos foram buscados termos centrais como: centro histórico de Natal, turismo cultural, zona portuária de Natal e turismo em Natal. A partir dos documentos e das políticas públicas direcionadas para estas zonas, notou-se como elas direcionaram suas análises em torno do turismo, estimulando um campo de disputa, sendo o campo a categoria proeminente da pesquisa.

A pesquisa documental somada as entrevistas semiestruturadas, mapearam a composição dos agentes dispostos no campo para entender o nível de intervenção que esses agentes dispuseram a partir do turismo no campo, seja por meio de uma ação pública, cultural, social e/ou comercial. Para tanto, foi realizado um esboço para um alto, médio e baixo nível de intervenção, onde pode-se compreender por intervenção a atuação direta na zona histórica e portuária por meio de políticas, investimentos financeiros, ações, direcionamentos, posicionamentos, decisões, formulações e reformulações que as zonas sofreram desde suas concepções, onde a categoria “alto” é caracterizada por um considerável volume de intervenções, a “média” por intervenções não tão significativas, mas que produziram uma nova tentativa de aproximação para o uso turístico e “baixo” para as intervenções que não impactaram a zona histórica e portuária.

Com esse composto, para compreensão da composição do campo Bourdieu argumenta que existem três formas de análise de um campo: I) a partir da ideia de campo de poder; II) estabelecendo a estrutura objetiva das relações de interesse entre os agentes que ocupam o campo; e III) ponderando o *habitus* dos agentes através da interiorização de condições sociais e econômicas, sendo a clarificação da estrutura objetiva das relações de interesse, o principal foco dessa pesquisa. Neste momento, ponderaremos sobre a força do turismo na definição de uso dos espaços para promoção de desenvolvimento e, por isso, o turismo é encarado como estrutura das relações dos agentes que o campo abraça, considerando que a composição do campo deve considerar os seguintes elementos:

- O campo possui regras e desafios específicos;
- O campo é um espaço de lutas;
- O objetivo das lutas é acumulação de um capital específico;

- Os agentes envolvidos no campo têm interesse que o campo exista; e
- O campo tem uma autonomia relativa, ou seja, possui uma lógica própria.

Para Bourdieu (1989), o campo “torna-se presente o primeiro preceito do método, que impõe que se lute por todos os meios contra a inclinação primária para pensar o mundo social de maneira realista ou, para dizer como Cassirer, substancialista: é preciso pensar ‘relacionalmente’”. A partir da investigação documental e das entrevistas, mapearemos a composição dos agentes dispostos no campo para compreender se o turismo tangencia para a zona histórica e portuária um viés de uso público, de caráter comercial, social ou uma mescla de alternativas, dado que o intuito da utilização do turismo enquanto ferramenta econômica proporciona interesse em agentes que desejam a atuação e permanência do turismo, criando um campo “autossuficiente” e passível de ser constantemente disputado, o campo turístico.

Para Bourdieu (1989), a noção de campo permite a existência de um conceito que pode ser aplicado a diferentes campos da vida, perpassando por uma homologia estrutural e funcional entre todos eles. As homologias encontradas em todos esses campos são traduzidas em manifestações de poder e acúmulo de capital, possibilitando que o campo se torne instrumento metodológico para compreensão das diversas existências da sociedade (Carvalho, 2003; Pimentel, 2017). À medida que os agentes se posicionam no campo, a composição de uma estrutura é delineada com base em lutas e constituições de posições que visam a manutenção ou transformação desse campo.

4.3 Compreendendo o Campo de Bourdieu

Para entender essa complexidade, isto é, a composição e organização do campo, os agentes envolvidos nela, bem como suas disputas, Bourdieu (2004) sugere entender o processo de clarificação do posicionamento de jogos simbólicos que são passíveis de acontecer em um ou diversos campos. Cabe salientar que Bourdieu levou suas análises à categoria do campo social, é dizer, seu foco não está precisamente na composição de um campo do turismo, mas sua base teórica colabora na compreensão da formação deste campo a partir de um cenário de disputa entre os agentes, uma vez que o autor nos auxilia na compreensão através dos conceitos intrinsecamente relacionados de campo, *habitus* e capital, podendo ser aplicado a diversas realidades sociais.

Esta pesquisa é caracterizada por uma abordagem interdisciplinar e, por isso, carrega em si um corpo teórico de múltiplas angulações para o entendimento de uma realidade social específica, tendo por base os textos de Bourdieu, seus seguidores e comentaristas. O campo

social para Bourdieu (2010b) é o espaço entre dois polos onde há a relação de diferentes agentes e suas ligações, elaborando e realinhando sentidos e símbolos. Esse espaço possui regras específicas, dinâmicas internas e diálogos externos que são passíveis de análise a partir de manifestações dos *habitus* e capitais específicos dos agentes, dentro e fora do campo.

Assim, para compreender a construção orgânica de um campo tomamos os conceitos de campo, *habitus* e capital de Bourdieu (1989, 2004, 2007), percorrendo seu aporte teórico-metodológico na formulação dos contextos que levam os agentes sociais a conduzirem-se nestes terrenos acidentados. Sobre o campo, o autor enfatiza que este é definido pela desigualdade em virtude da composição dos agentes que é naturalmente desigual. Desnívelado pois parte da premissa que os agentes carregam em si diferentes acúmulos de capital (econômico, cultural e social) e *habitus* que são espelhados para demarcação de território e poder quando se monta um cenário de disputa.

Inicialmente, o *habitus*, para Bourdieu (2007) está respaldado em uma estrutura estruturante estruturada, isto é, o *habitus* é estrutura à medida em que somos constituídos historicamente por um passado carregado de intervenções familiares, culturais e educacionais, por exemplo. É estruturante no sentido de que nos ajuda a moldar as nossas atitudes no presente frente às adversidades sociais e é estrutura por ter uma ordem regulada, não sendo aleatório, sem nenhum padrão. O *habitus* é um princípio de classificação, divisão, gosto e produz diferenças, onde somos posicionados socialmente em um grupo por uma afinidade de *habitus*. É dizer, nos aproximamos daqueles que possuem *habitus* semelhantes aos nossos. Em similar medida, nos distanciamos de *habitus* que não correspondem as nossas expectativas. Esse posicionamento inicial pode ser alterado conforme a intenção dos agentes no campo, pois dependendo dos objetivos e estratégias adotadas para dominação, é possível que se busque a aproximação com *habitus* diferentes ou até mesmo a transformação desses *habitus* para alinhar interesses e práticas no campo em questão.

No campo, o terreno fictício não é nivelado. Pelo contrário, os jogadores estão em diferentes níveis de atuação, dada suas diferentes origens. As interações que ocorrem dentro de um grupo dispostos em um campo no qual elas se realizam, não dependem somente da estrutura dessa organização, mas também das estruturas sociais das quais os agentes estão inseridos, permitindo assim, trocas simbólicas entre os agentes, capaz de produzir *habitus* e estruturas estruturantes construídas e adaptadas para o pleno funcionamento do campo.

Bourdieu entende o campo como um espaço social de disputa e por isso podemos compreendê-lo a partir de dois conceitos: um mais abrangente e outro mais restrito. No primeiro, o pressuposto é identificar os agentes no espaço a partir de uma disposição desigual

em virtude do acúmulo de um ou mais capitais, imaginando-o como um terreno não nivelado, como exemplo: as classes sociais. Bourdieu encontra em Marx uma categoria da qual o acúmulo é base para sua compreensão dos agentes e suas posições no campo. O capital acumulado, seja em Marx seja em Bourdieu, retrata um cenário que figura essencialmente em desigualdade e culmina em conflitos sociais diversos, quer na luta de classes, quer na diferenciação social (Burawoy, 2010).

Já o segundo conceito entende que a composição prevista no primeiro conceito dá margem para identificar os microcampos ou microcosmos que são relativamente autônomos em suas atividades, como exemplo: o campo artístico, o campo acadêmico, o campo econômico, reforçando que a ideia de campo depende de um diagnóstico de informações, pois há uma alternância entre o primeiro e segundo conceito. Essas informações se tornam cruciais para a identificação de um campo, pois são nelas que se encontram os meandros das disputas travadas entre os agentes.

De acordo com Lahire (2017), são elementos fundamentais do campo: a) cada campo possui regras e desafios específicos; b) um campo é um espaço estruturado de posições ocupadas por agentes; c) o campo é um espaço de lutas; d) o objetivo dessas lutas é acumulação de um capital específico; e) o capital é distribuído de forma desigual no campo; f) todos os agentes envolvidos no campo tem interesse que o campo exista; e g) todo campo tem uma autonomia relativa, ou seja, possui uma lógica própria.

Bourdieu (2007) compreende que a modernidade altera a compreensão dos valores interpessoais e propõe que a construção de um campo pode ser pensada a partir de forças opostas, geralmente representado por um conjunto de vetores que exemplificam a atuação das forças sobre um objeto em disputa. A essas forças que atuam sob um campo, podemos decodificá-las como capitais. Contudo, a proposta de Bourdieu concentrou-se em estender a percepção compreensível de capital desvinculando-se do conceito de Marx.

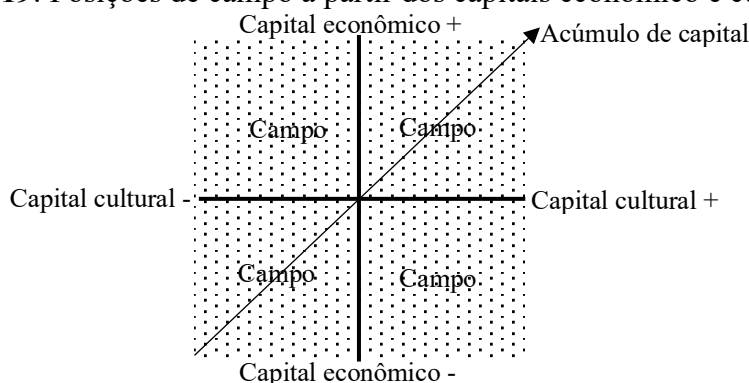
Essa palavra que é associada ao capitalismo, isto é, relacionada ao acúmulo monetário por parte dos indivíduos, passa a ter uma noção mais ampla de entendimento ao prolongar o conceito para um sistema mais aberto de trocas de bens de diferentes tipos que são transformados e intercambiados dentro de um mesmo campo ou em campos distintos, entre eles, internamente ou externamente. Cada tipo de capital se reproduz e se sustenta na liberdade de seu campo. Os diferentes tipos de capital são passíveis, então, de existir de diferentes formas. É dizer, o capital pode ser objetificado (representação material) ou incorporado (princípios de consciência) (Moore, 2018).

Podemos entender o capital como um recurso material ou figurado, passível de acumular elementos que podem ser possuídos por um indivíduo ou uma comunidade. Tem forte características de poder no sentido em que pode ser investido e condensado com vistas à sua representação no meio social, de modo mais ou menos ilimitado. Os diferentes tipos de capital podem ser convertidos uns nos outros, transmitidos de geração em geração e dependem da condição social que valora suas apropriações (Lebaron, 2017).

A formação do campo e as distribuições desiguais dos agentes nele, contribui para manutenção do campo enquanto ferramenta de dominação resultante das barreiras simbólicas de contenção articuladas por um ou um grupo de agentes hegemônico capaz de conduzir decisões e regras para aceitabilidade de outros agentes ou não. O peso que um agente possui em relação ao campo dependerá, portanto, do volume de capital acumulado determinante em disputa (Bourdieu, 2005).

Os agentes são distribuídos no campo, em um primeiro momento, de acordo com seu acúmulo de capitais, ou seja, um capital global e, em um segundo momento, a partir de suas estruturas de capital (econômico e cultural), colocando os agentes em posições e oposições para gerar uma análise distributiva e relativa de ocupação nos espaços sociais que esses agentes possuem. Ao considerar temporalmente e espacialmente, um campo a ser analisado (figura 19), entendendo o campo como um “estado de relação de poder entre os agentes ou as instituições engajadas na luta ou, se se preferir, da distribuição do capital específico que, acumulado no decurso das lutas anteriores, orienta as estratégias ulteriores” (Bourdieu, 2019, p. 110), o agente é tensionado no campo a partir do seu volume de capital investido.

Figura 19: Posições de campo a partir dos capitais econômico e cultural



Fonte: elaboração própria (2024) adaptado de Bourdieu (2024).

Se considera, de forma representativa, os polos x e y , por estes terem uma representatividade didática interessante para o conceito, muito embora os acúmulos possam

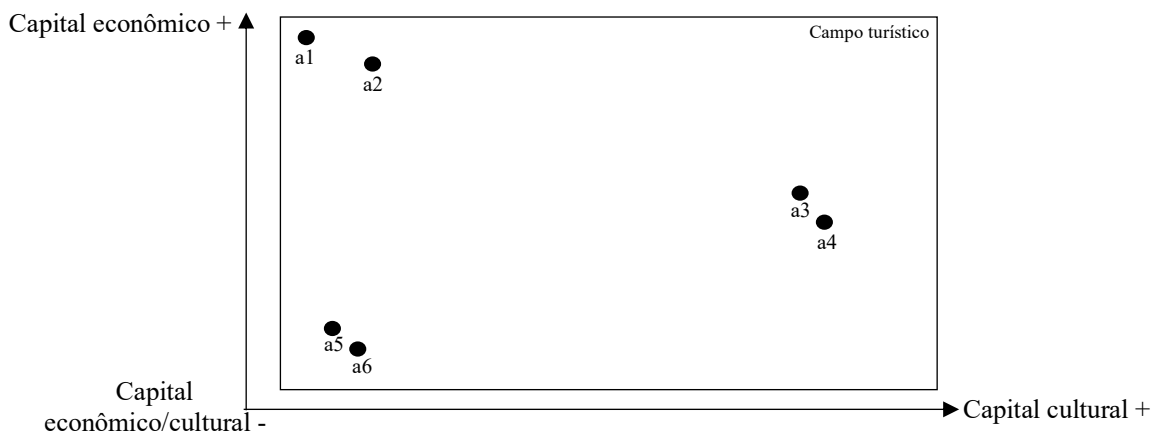
ser dinâmicos e variáveis ao longo do tempo. As fronteiras existentes em um campo social, podem nos ajudar a entender o processo de lutas que são travadas nos processos decisórios nos campos e/ou nos momentos em que são necessárias intervenções de um grupo sobre o outro. Bourdieu (2011a, p. 27), traça um raciocínio de que *“la posición ocupada [...] en la estructura de la distribución de los diferentes tipos de capital, que son también armas, dirige las representaciones de ese espacio y las tomas de posición en las luchas para conservarlo o transformarlo”*.

À medida que os agentes vão sendo posicionados em um campo, se tem a composição de uma estrutura formada com base em lutas e constituições de posições que se direcionam para uma manutenção ou transformação deste campo. Assim, para Bourdieu (1989), os agentes são definidores de suas colocações nos espaços sociais, isto é, nos campos. Cada um deles se coloca e é colocado em uma posição e/ou classe que determina o seu limite de poder na composição das disputas. Para Bourdieu & Wacquant (1992, p. 97), o campo:

May be defined as a network, or configuration, of objective relations between positions. These positions are objectively defined, in their existence and in the determinations they impose upon their occupants, agents or institutions, by their present and potential situation (situs) in the structure of the distribution of species of power (or capital) whose possession commands access to the specific profits that are at stake in the field, as well as by their objective relation to other positions (domination, subordination, homology, etc).

Observe a figura 20 e imaginemos a composição de um campo turístico com seis agentes dispostos a disputar o jogo simbólico pelo acúmulo de um capital específico, de acordo com as concentrações de seus capitais econômico e cultural. A aplicação de uma composição no campo turístico, é dizer, um campo onde os interesses do jogo envolvem a tomada de decisões e deliberações de interesse turístico, coloca o turismo enquanto pauta na competição. Iniciamos nossa exemplificação com a relação dos agentes ao capital global, ou seja, supõe-se que todos os agentes possuem algum acúmulo ou afinidade com o turismo. Ao capital econômico nos referiremos a concentração de renda e ao capital cultural nos atentaremos ao conjunto de conhecimento (escolaridade específica ao turismo – cursos técnicos, profissionalizantes, graduação e pós-graduação). Podemos observar didaticamente um campo com agentes distribuídos da seguinte maneira:

Figura 20: Exemplificação dos agentes em um campo turístico



Fonte: elaboração própria (2024) adaptado de Bourdieu (2024).

De acordo com a figura 20, contemplamos a composição de um campo onde alguns agentes concentraram maior capital econômico e menor capital cultural (a1 e a2), maior capital cultural e mediano capital econômico (a3 e a4) e menor capital cultural e menor capital econômico (a5 e a6). De acordo com Bourdieu (2020), essas relações são fronteiriças e nos direcionaram para o entendimento da composição e articulação do campo. Como os agentes se organizam e o que eles carregam em si (*habitus*) nos ajudarão a compreender o jogo na realidade social.

Ao julgar essa análise pelo turismo poderíamos considerar uma variedade de agentes sociais em composição neste campo meramente ilustrativo. Empresários, acadêmicos e trabalhadores, por exemplo, poderiam estar distribuídos no campo disputando um jogo simbólico onde teríamos, sob a visão *bourdieusiana*, a mescla das influências e interesses. No turismo, por exemplo, a construção de políticas públicas no cenário brasileiro, leva em consideração um coletivo de agentes intrinsecamente correlacionados a uma hegemonia econômica que, ao conduzir a política à aplicação, devolve a esse pequeno grupo, os seus interesses atendidos.

Para Bourdieu, esse posicionamento no campo não é estático. A qualquer momento, o jogo pode mudar de direção, onde os agentes já definidos podem trocar de posição e outros agentes podem surgir nessa dinâmica. Bourdieu (2020) alerta, em igual medida, para a criação de micro campos organizados dentro do campo mais abrangente. A composição de disputas no jogo põe à prova a disponibilidade de investimento de capitais dentro do campo. Assim, ao alinhar os investimentos, os indivíduos se aproximam em virtude de seus interesses em comum, pois possuem similaridades no acúmulo de um capital específico. A composição dos

micros campos dão a compreensão de serem relativamente autônomos em suas atividades, por exemplo: o campo científico.

Para entender o micro campo, necessitamos compreender que ele é resultado de uma parcela de um campo maior e é dominado por este. É necessário realizar um diagnóstico dos agentes envolvidos, pois a partir dessa premissa poderemos compreender quanto que os agentes estão dispostos a investir seus capitais no campo de menor tamanho. Assim, os agentes interiorizam uma subjetividade em relação ao objeto em disputa, uma vez que o objeto interfere e é interferido constantemente pelos agentes. Em igual medida, quando a disputa é posta à prova, os agentes exteriorizam suas subjetividades a fim de pôr em pauta suas considerações em relação ao objeto disputado, constituindo uma zona de práticas, mas também uma zona de disputas em meio a exposição de *habitus* e dos capitais acumulados.

Se o campo denomina poder e interposição de lutas, os micros campos reforçam a necessidade de disputa, pois configuram-se como concentrações de agentes fortemente conectados pelas suas aproximações em virtude dos acúmulos dos capitais postos à base. Assim, os agentes têm a possibilidade de realizar diferentes negociações, dando significado as interações sociais (Adler-Nissen, 2011). O fato de jogar o jogo já implica em dizer que houve um investimento (sensível ou não ao indivíduo). É dizer, para Burawoy (2010, p. 69), as “lutas são concebidas como estratégias inconscientes e conduzidas por uma percepção antecipada do jogo que absorve a atenção e a criatividade dos jogadores”. Assim, a teoria do Bourdieu nos ajuda a compreender as relações dispostas em um campo de forma macro e micro analíticos. Portanto, para buscar uma prática da visão do processo, devemos considerar dois pontos:

- De que forma a composição do campo mais abrangente influencia, se for o caso, a formação de micro campos capazes de se articularem e disputarem o jogo?
- A vantagem de alguns micros campos em relação a outros é uma estratégia proposital ou uma consequência da distribuição voluntária dos capitais, gerando acúmulos maiores em determinados grupos?

Já para a compreensão macro do campo o foco está em sua estrutural geral, especialmente quando o campo apresenta poucos agentes envolvidos na disputa pelo objeto (Nooy, 2003). O entendimento macro do campo deve estar contextualizado no cenário nacional e global, pois para Thiry-Cherques (2006), o método de Bourdieu busca a análise de mecanismos de dominação, produção e reprodução de ideias dominantes.

No turismo, a composição de um campo sob a perspectiva de Bourdieu, leva-o a considerar como um campo específico, pois é a partir do olhar para o turismo enquanto centro

da disputa que os capitais e suas ramificações serão disputados. Nessa perspectiva, o campo turístico considera uma variedade de agentes com práticas simbólicas e posições objetivas que dominam e são dominados com base no discurso do turismo (Ahmad, 2013). Para Figueiredo e Nóbrega (2015, p. 14), os elementos do campo turístico “tangenciam as percepções do fenômeno e da atividade turística em redes, sistemas, cadeias, mas acima de tudo, percebe seus agentes em disputa, em campos opostos, em estratégias de acúmulo de capitais para alicerçar suas posições vencedoras e capazes de garantir reprodução.”

Considerar o turismo enquanto centro do jogo na colocação de sua prática na zona histórica e portuária de Natal, é elevá-lo enquanto um objeto capaz de produzir um campo próprio de atuação, uma vez que contempla questões culturais (o turismo enquanto distinção) e econômicas (o turismo enquanto mercadoria), na corrida pelo acúmulo para proporcionar diferenciação social entre os destinos turísticos, bem como entre o convívio em comunidade. Para Bourdieu (2020), o campo não surge do inesperado, ele é resultado de uma corrente histórica e, por isso, na próxima etapa apresentaremos o terreno físico da disputa, esclarecendo sua fundação e encadeamentos do primeiro elemento para composição do campo, a história do objeto.

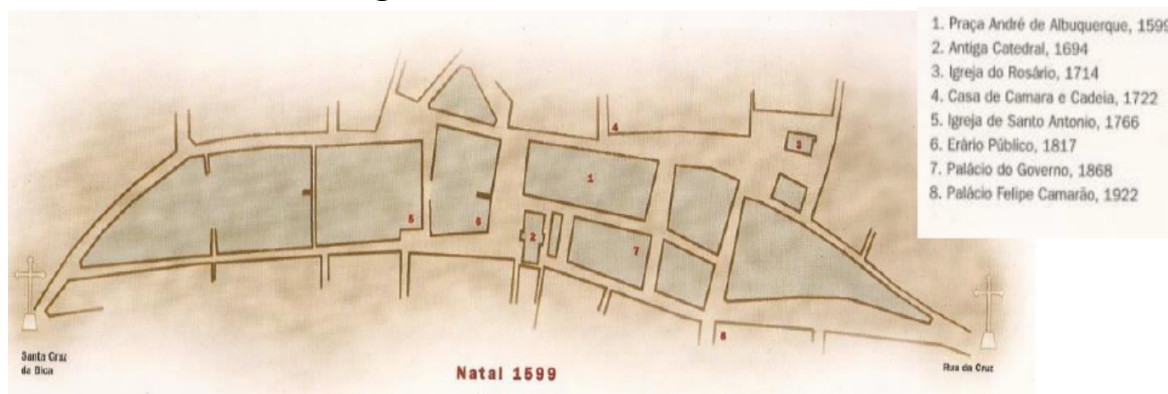
4.4 O terreno físico da disputa: o bairro Cidade Alta, Ribeira e o Porto de Natal

Natal foi fundada em 25 de dezembro de 1599. Entretanto, a “conquista” do território se data de dois anos antes, em 1597 relata Costa (1993, p. 18) que os exploradores “chegava à barra do Potengi, a armada composta de 14 navios, que traziam 400 homens sob o comando do capitão-mor de Pernambuco, Mascarenhas Homem, a fim de dar-se início a operação.” Estrategicamente posicionada, a fundação da cidade esteve atrelada à defesa do território no período de colonização portuguesa. Uma das primeiras táticas foi a construção da Fortaleza dos Reis Magos datado de 1597, como base militar de proteção e avanço da exploração para o interior, bem como para ataque às comunidades indígenas mais resistentes. A concepção de cidade de Natal denota de 1599, quando se firmou o marco zero e se iniciou a delimitação de ruas, acessos e primeiros casarões (Souza, 2008).

Em janeiro de 1600, Mascarenhas Homem voltou para Pernambuco, após concluir sua missão nas terras potiguares, que a princípio recebeu diversos nomes: Cidade dos Reis, de Santiago, Cidade do Rio Grande e, por derradeiro, Natal (Costa, 1993). Surgindo a partir da

demarcação dos limites da cidade por Jerônimo de Albuquerque¹², o que hoje é o bairro da Cidade Alta foi a base inicial do cenário urbano natalense a partir dos anos 1600, como ilustra a figura 21. Esse início da vida em cidade ocorreu com a construção de elementos urbanos como igreja, sede de governo, cadeia e prédios residenciais (Souza, 2008), dando a tônica do que encontramos de edifícios históricos na atualidade.

Figura 21: A cidade de Natal em 1599

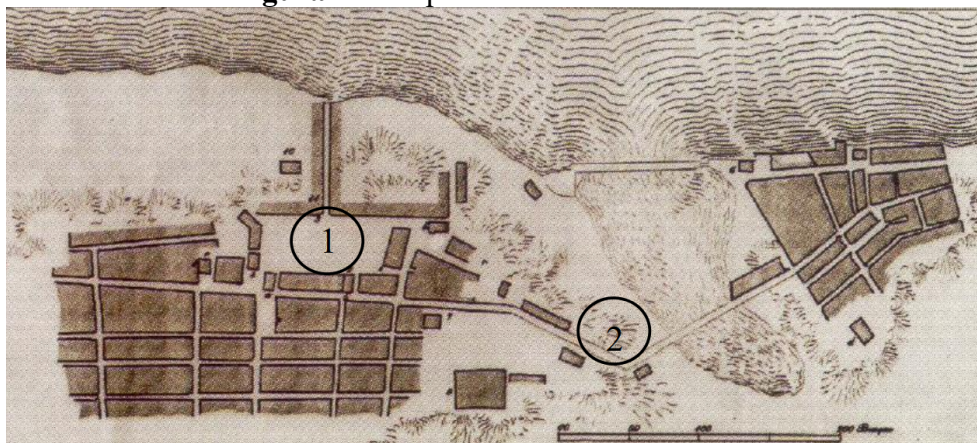


Fonte: Miranda (1999).

Com as dinâmicas comerciais e políticas, a cidade do Natal estabeleceu seu processo de expansão para outro núcleo urbano. Surge a Ribeira ou Cidade Baixa. O bairro da Ribeira teve seus primeiros moradores em 1603. Segundo Cascudo (1999) era um bairro que dispunha de comércio, moradia e territórios destinados a agricultura. Para Souza (2008, p. 233), a Ribeira “nasceu banhada pelas águas do Rio Potengi e o seu desenvolvimento urbano foi impulsionado pela construção do porto, cujas obras foram iniciadas no final do século XIX”.

A Ribeira permaneceu assim por boa parte do tempo, visto que em quase um século após o surgimento da cidade do Natal, houvera pouca evolução no crescimento da cidade em termos físicos e populacional. Natal até então só contava com dois bairros (Cidade Alta “1” e Ribeira “2”), que cresciam basicamente independentes, visto que estavam separados por uma parte alagada do Rio Potengi (Assunção, 2014), como é possível visualizar na figura 22.

¹² Para alguns teóricos, Jerônimo de Albuquerque é tido como o fundador da cidade do Natal. A Teoria Tradicional defendida por Vicente Lemos, aponta que Jerônimo era capitão-mor do Forte. Para Costa (1993, p.20), o capitão saiu “da fortaleza a distância de meia légua, num terreno elevado e firme, que denominava ‘povoação dos Reis’, demarcou o sítio da cidade que recebeu o nome de Natal”. Outras duas teorias apresentadas pela autora, defendem outra visão da fundação da cidade. A Teoria de Branco Sobrinho, onde João Rodrigues Colaço seria o fundador da cidade e, por fim, a Teoria de Sobrinho que apresenta Mascarenhas Homem como o fundador.

Figura 22: Os primeiros bairros de Natal

Fonte: Ferreira *et al.* (2008).

Koster (1942, p. 96), um português filho de ingleses, relatou sua chegada a Natal no ano de 1810. Sua descrição da cidade, mostra o quanto Natal pouco evoluiu desde sua fundação se comparada a outras cidades do Nordeste como Recife e Salvador, tornando-se essencial o início de um debate entre as elites e intelectuais locais para a modernização da cidade. Vide:

Cheguei às onze horas da manhã a cidade do Natal, situada sobre a margem do Rio Grande ou Potengi. Um estrangeiro que, por acaso, venha a desembarcar nesse ponto, chegando nessa costa do Brasil, teria uma opinião desagradável do estado da população nesse país, porque, se lugares como esse são chamados de cidades, como seriam as vilas e aldeias? Esse julgamento não havia de ser fundamentado e certo porque muitas aldeias, no Brasil mesmo, ultrapassam esta cidade, o predicamento não lhe foi dado pelo que é, ou pelo que haja sido, mas na expectativa do que venha a ser para o futuro.

Relatos similares ao de Koster foram encontrados por historiadores em outros transeuntes que passaram por Natal neste período. Para Dantas (2003, p. 66), Natal estava sendo o “resultado do ‘erro dos que a fundaram’ [...] permaneceu enquistada por três séculos entre o rio, as dunas e o oceano.” Foi no final do século XIX e início do século XX que Natal, sob a perspectiva da modernidade em oposição a cidade colonial, passou por transformações urbanas que foram realizadas para proporcionar o avanço a cidade (Ferreira *et al.*, 2008) que

passava de uma cidade histórica para outra moderna e apropriada as demandas sociais e dos novos mercados (Dantas, 2003).

A Ribeira começou a receber drenagem e aterramento para facilitação do acesso aos então bairros da Cidade Alta, Petrópolis e Tirol, iluminação, comunicação, escolas, hospitais, cadeias públicas e mercados públicos (Oliveira, 2008). Em 1930 Natal já apresentava uma integração entre a Cidade Alta e a Baixa (Ribeira), concentrando dois eixos de articulação urbana e vida em sociedade. O primeiro tratava-se da Avenida Tavares Lira na Ribeira que dava acesso ao cais da cidade e o segundo na Avenida Rio Branco na Cidade Alta, caracterizado como uma via moderna (Simonini, 2010). Com o aceleramento das relações comerciais, a Ribeira recebeu mais investimentos e prédios da administração pública, além de concentrar cafés, hotéis, cinema, teatro, espaços de sociabilidade como praças e comércio de serviços (Arrais, 2008). As figuras 23 e 24, ilustram a reprodução do padrão europeu nos edifícios, pavimentação das ruas e lógica urbana.

Figura 23: Cais da Avenida Tavares de Lyra



Fonte: SEMURB, 2006.

Figura 24: Rua do Comércio (Atual Rua Chile)



Fonte: SEMURB, 2006.

Uma das mais significativas alterações urbanas acometidas à Ribeira foi a finalização da construção do Porto de Natal – contexto de análise dessa pesquisa, que se tornou, ao longo da história, um elemento estruturante do meio urbano (Medeiros & Luna, 2012). Localizado às margens do Rio Potengi, o Porto de Natal exerceu influência no contexto urbano natalense desde o início de sua obra em 1922, quando a população do interior vinha a Natal fugindo da seca para trabalhar nas obras de melhoria urbana da cidade e modernização portuária (Dantas, 2003).

O primeiro complexo portuário da cidade contava com um cais e dois prédios administrativos. Nesse contexto de modernização urbana, também foram construídas linhas férreas para o escoamento e distribuição de mercadorias (Tavares, 2013). O porto está situado no bairro da Ribeira – zona de referência histórica na cidade do Natal, e em paralelo a instalação do porto, o bairro começou a receber uma série de intervenções urbanas com propostas à sua modernização, como pode ser visualizado na figura 25, 26 e 27.

Figura 25: Avenida Tavares de Lyra na Ribeira em 1922



Fonte: Pombo (1922).

Figura 26: Antigo cais da Tavares de Lyra, anterior a 1932



Fonte: CODERN (2019).

Figura 27: Bonde na Avenida Junqueira Ayres



Fonte: Lyra (2001).

Intervenções para a melhoria da infraestrutura do porto foram realizadas ao longo do século XX. As más condições do porto natalense inviabilizavam o atracamento de embarcações mais modernas para a época. As reformas também tinham como objetivo desamarrar a cidade das características do século XIX, onde o porto era visto como símbolo do progresso e por onde chegaria à modernidade na cidade do Natal (Jobim, 2013). Em seu princípio, o porto natalense foi administrado pela União (Tinoco, Bentes Sobrinha & Trigueiro, 2017), passando a administração para a Companhia Docas do Rio Grande do Norte em 1983. O Porto de Natal é o porto brasileiro mais próximo da Europa e do Norte da África sendo sua principal operação logística concentrada no envio de frutas dos estados nordestinos

da Paraíba, Pernambuco e Ceará (CODERN, 2011). O mapa 2 auxilia a localizar o Porto de Natal no território nacional.

Mapa 2: Localização do Porto de Natal



Fonte: Bárbara Praxedes e Francisco Xavier (2020).

Administrado pela CODERN, o porto é uma empresa pública vinculada ao Ministério dos Portos e Aeroportos, por meio da Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários – SEP, atuando como Autoridade Portuária e administrando os portos de Natal e o Terminal Salineiro de Areia Branca no estado do Rio Grande do Norte e do Porto de Maceió no estado de Alagoas. A companhia do Rio Grande do Norte – RN tem como missão:

Disponibilizar infraestrutura portuária eficaz para atender à transição de cargas e passageiros com o modal marítimo e impor o conjunto normativo nacional dentro dos portos organizados sob sua responsabilidade, a fim de, respectivamente, contribuir para o desenvolvimento econômico e social, sustentável do Estado do Rio Grande do Norte e do Brasil e garantir um ambiente de igualdade de oportunidades aos seus usuários (CODERN, 2019).

E tem por visão se tornar um porto modelo em gestão portuária e eficiência de serviços na região do nordeste brasileiro. Os valores da companhia estão embasados na ética, integridade, valorização pessoal, responsabilidade socioambiental e excelência nos serviços (CODERN, 2019). Por base em seus norteamientos administrativos, é permitido perceber a

preocupação da empresa pública em promover não somente o transporte de cargas, mas também o recebimento e envio de passageiros em trânsito com o intuito de desenvolver o turismo em Natal e no estado do RN.

A infraestrutura do porto está dividida por berços. Pode-se entender por berço, no contexto portuário, como sendo o ponto de atracação das embarcações no cais, ou seja, é a área dentro do complexo que permite o escoamento e recebimento de cargas, bem como o trânsito de passageiros, tripulantes e colaboradores, desde que se possa atracar uma ou mais embarcações para a dinâmica acontecer. Atualmente, o porto é um dos principais pontos logísticos para cargas de alto impacto e assim como a Cidade Alta e Ribeira, o porto de Natal também passou por mudanças estruturais ao longo de sua história, como o alargamento dos berços 01 e 02 em 1986, construção do berço 03 em 2001 e a construção do TMP em 2014 (CODERN, 2019).

O berço 01 possui 140m de comprimento e é utilizado para o embarque e desembarque de *containers* em função de sua proximidade com o maior pátio do porto. Possui oito cabeços de amarração, oito defensas e profundidade no local de 12,9m. Já o berço 02 possui 195m de comprimento, dispõe dos equipamentos necessários para o descarregamento de trigo a granel e embarques e desembarques de cargas em geral. Possui seis cabeços de amarração, doze defensas e profundidade no local de 10m (CODERN, 2019).

O berço 03 tem 232m de comprimento e 10m adicionais devido ao *dolphin* de amarração utilizado nas atividades do TMP. Possui oito cabeços de amarração, dezesseis defensas e a profundidade no local é de 12,4m (CODERN, 2019). Este terceiro berço, foi contemplado com extensão, bem como com a obra resultado do PAC Copa 2014 e tinha como principal objetivo garantir leitos em navios para o mundial de futebol masculino e como legado atender uma demanda turística que tem a possibilidade de chegar a Natal por via marítima.

Antes da construção do TMP, o recebimento de turistas era realizado em tendas montadas especialmente para as tramitações legais necessárias da Receita e Polícia Federal. Considerando essa fragilidade operacional para o recebimento e envio de passageiros turístico, em abril de 2012 foi assinado no âmbito do Conselho de Administração do Porto de Natal – CAP, a ordem de serviço para a construção do TMP natalense. O TMP foi inaugurado em meio ao evento mundial de futebol em virtude de uma série de entraves que congestionaram o percurso de sua obra, finalização e operacionalização turística (Silva Júnior & Nóbrega, 2023).

A estrutura do TMP conta com três andares, distribuídos entre saguão de embarque e desembarque, salão multiuso, espaços para alimentos e bebidas, mirante e salas operacionais comandadas pela própria CODERN e demais autoridades, *dolphin* de amarração, passarela de

acesso, além de reforma e readequação do antigo frigorífico que é integrado ao TMP e utilizado por artesãos para o comércio de seus produtos (CODERN, 2019), como ilustram as figuras 28, 29 e 30.

Figura 28: Estrutura externa do TMP de Natal



Fonte: dados da pesquisa (2020).

Figura 29: Vista do cais do Porto para atracar embarcações turísticas



Fonte: dados da pesquisa (2020).

Figura 30: Vista do TMP a partir do Rio Potengi



Fonte: Ana Neri Justino (2023).

Segundo o Plano de Desenvolvimento e Zoneamento da CODERN (2019), o TMP é um instrumento importante para a propulsão do turismo no estado, sobretudo a partir de 2022, pois o terminal é considerado como um catalizador de rotas de cruzeiros turísticos que podem realizar ancoragem por horas ou dias. O TMP possui condições de receber mil e seiscentos passageiros, simultaneamente, além de navios com até 240m de comprimento, salientando que também deve ser considerado a altura e extensão dos pilares centrais da ponte Newton Navarro que limita o acesso das embarcações até a chegada no porto, como ilustra a figura 31.

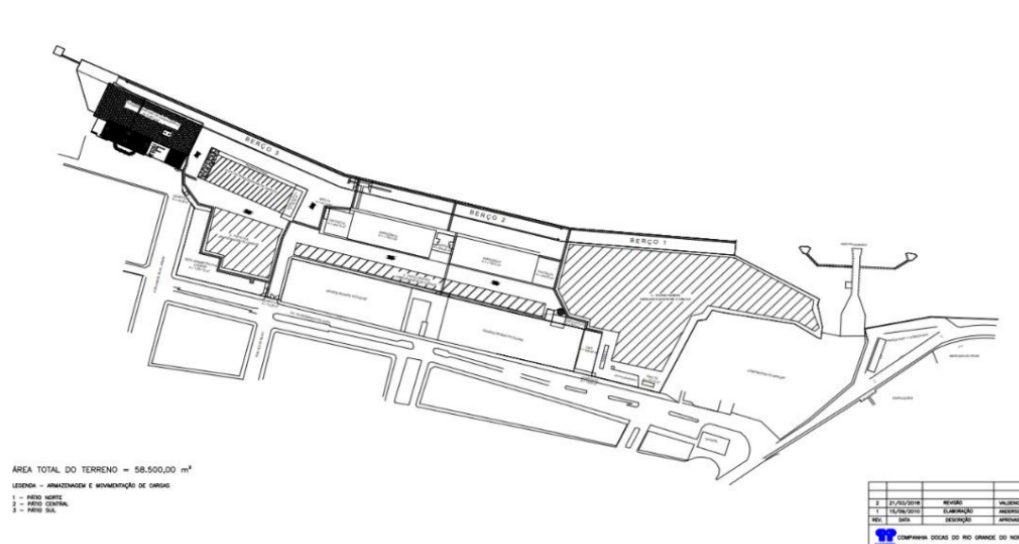
Figura 31: Embarcação atracada no Porto de Natal



Fonte: Dinarte Mariz (2018).

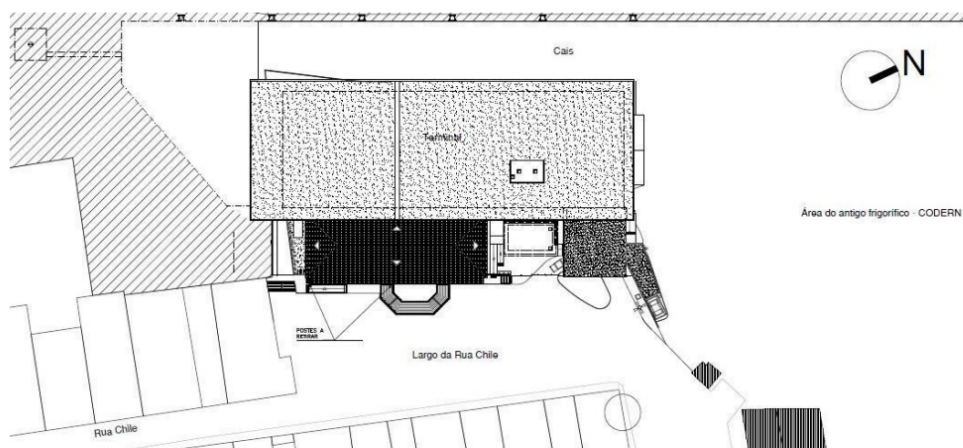
Além disso, o TMP também conta com espaço comercial para lojas de artesanato e prestadores de serviços turísticos (agências de receptivo, por exemplo) e gerador de energia de 500 kVA. O detalhamento da localização do TMP no território do porto pode ser visualizado nas plantas disponibilizadas pela companhia nas figuras 32 e 33.

Figura 32: Localização do TMP considerando todo território da CODERN



Fonte: CODERN (2019).

Figura 33: Localização do TMP considerando o Berço 03 do Porto



Fonte: CODERN (2019).

A construção do TMP no Porto de Natal configurou-se como uma intervenção que intencionou o além do embarque e desembarque de passageiros. Também foi pensado que o

TMP já nascesse como um instrumento para outros usos além do operacional turístico. As estruturas e espaço externo foram desenhadas para realização de eventos privados/públicos que intencionaram a geração de uma renda alternativa à CODERN, considerando que a temporada de cruzeiros ser muito bem definida pela sazonalidade e reduzida se comparada ao período de doze meses (Silva Júnior, 2021).

As funcionalidades alternativas ao TMP apesar de proporcionarem novos usos, pouco impactaram o contexto local ligado ao bairro da Ribeira e Cidade Alta. O recebimento e envio de passageiros turísticos e os eventos não impulsionaram uma nova harmonia no bairro, sobretudo porque eles aconteceram de forma pontual, não incluindo os demais agentes de composição do campo que transitam entre as redondezas da zona, tampouco geraram um movimento amplo de reuso dos espaços públicos e dos edifícios históricos (Silva Júnior, 2021). Ponderando que a operacionalidade turística do TMP proporcionaria, em teoria, uma nova harmonia do tecido histórico da Ribeira e Cidade Alta, Tavares (2013, p. 17), afirmou que o TMP:

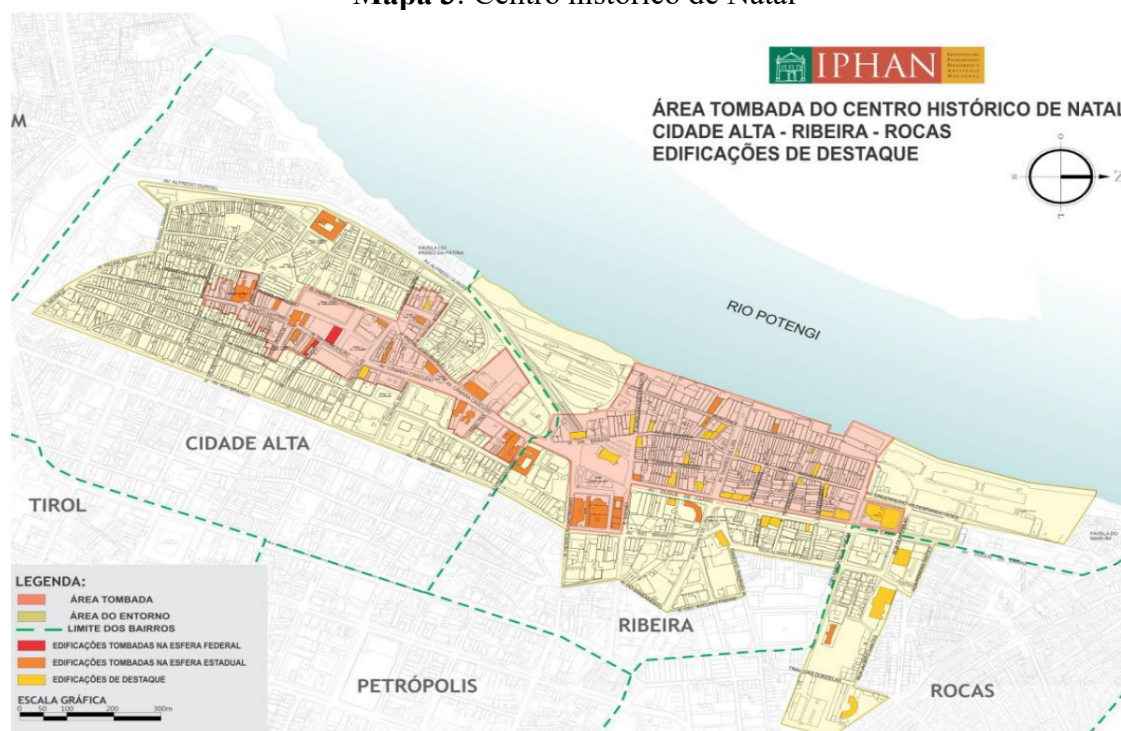
Será o catalisador da revitalização do bairro da Ribeira, contribuindo para a integração Porto – malha urbana e, assim, colaborando com o desenvolvimento econômico e social do estado do Rio Grande do Norte. Além de exercer importância histórica, já que o bairro da Ribeira se expandiu a partir do porto, possui importância econômica para o bairro e para a cidade do Natal.

O TMP somou-se às ações públicas e privadas que buscaram revitalizar a zona histórica natalense, funcionando como um agente dinamizador desse espaço na busca por uma nova aproximação na relação porto-cidade. Sua movimentação impulsionaria o processo de reuso dos equipamentos históricos, promovendo a ocupação e ressignificação desses espaços a partir da circulação de turistas e moradores que intencionariam o uso dos destes locais para fins de lazer, conhecimento, turismo cultural e demais oportunidades. Esse fluxo constante reforçaria o senso comum de que a atividade turística contribui para a geração de empregos, o aquecimento econômico e a valorização histórico-cultural da região, como reforça os impactos positivos do turismo.

Para o IPHAN, a zona histórica de Natal, tombada tanto em âmbito federal, estadual e municipal corresponde à área dos bairros originários da cidade, conforme ilustrado no mapa 3. Esse território se configura como um corredor de edifícios que interliga os bairros da Cidade Alta e Ribeira à zona portuária, evidenciando a importância histórica e cultural desse eixo para

a cidade. Assim, a presença de iniciativas como o TMP poderia, em tese, fortalecer as interações entre esses espaços, promovendo uma maior articulação entre patrimônio, turismo e desenvolvimento urbano, interseccionando a zona histórica a portuária em um contexto único.

Mapa 3: Centro histórico de Natal



Fonte: IPHAN (2010).

Uma das principais problemáticas relacionadas a esta zona é o processo de desvalia e as consequentes intervenções realizadas para revigoração da região. Os bairros passaram ao longo dos últimos dez anos a contar com menos habitantes e fechamento do comércio de rua. Alguns edifícios com características arquitetônicas de interesse histórico e turístico foram abandonados e quase não há o comércio de um roteiro cultural nas agências de receptivo da cidade¹³, embora algumas entidades públicas promovam roteiros aos próprios natalenses e turistas em momentos específicos¹⁴.

¹³ Buscou-se nos portais de venda *online* de sete empresas de receptivo em Natal. Apenas duas ofertam um passeio cultural que tem maior apelo à Fortaleza dos Reis Magos. Dos dois passeios encontrados, apenas um cita o centro histórico como local a ser visitado, porém de forma panorâmica.

¹⁴ Os passeios culturais são promovidos pelo Serviço Social do Comércio – SESC, Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC e Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN. Os passeios possuem o objetivo de divulgar a história da cidade do Natal, além de apresentar os edifícios, lendas urbanas e religiosidades.

Nesse sentido, para compreender como o turismo entra como objeto de disputa na zona histórica e portuária natalense, motivado pela sua existência ou ausência, deve-se buscar as principais ações públicas e privadas de interesse turístico destinadas a ela. Uma vez as ações identificadas, os agentes se fazem emergir em virtude de seu empenho na intervenção, no jogo, nos conflitos, utilizando-se do turismo enquanto justificativa de uso dos espaços ou manejo do turismo para outras zonas, seja por interesse próprio ou de uma coletividade.

4.5 Ações Públicas e Privadas para a Zona Histórica e Portuária de Natal

Por que pensar as ações públicas e privadas para a zona histórica e portuária de Natal se faz relevante? As ações que foram ponderadas para a zona constituem o interesse dos agentes nela, simbolizando o seu processo na busca por sua dominação. No que se refere ao transporte marítimo, esse figurou como o principal meio de locomoção entre a costa brasileira por um longo período. A navegação a vapor (na modalidade de cabotagem¹⁵), fortemente desenvolvida no país no século XIX estava contextualizada na necessidade de modernização e diversificação econômica, considerando que as ferrovias construídas no eixo sul eram insatisfatórias perante a demanda de escoamento de produtos e mobilidade de passageiros (Dourado, 2019).

Até o final do século XIX, Burlamaqui (1918) dissertou que a história da navegação brasileira pode ser resumida em três momentos. O primeiro se refere ao momento em que a cabotagem se tornou livre através de legislação específica. O segundo momento tem-se a navegação livre se expandindo para outras nações daquelas fora do eixo europeu e o terceiro momento faz referência a uma retomada a cabotagem, buscando articulações entre os portos nacionais e demais instalações fluviais do próprio país.

O avanço tecnológico no século XX permitiu que novas funcionalidades fossem inseridas nas navegações, como por exemplo, o rápido fluxo de navios cargueiros por todo o globo. Mesmo com o progresso dos meios de transporte pós a Segunda Guerra Mundial, o setor marítimo não obteve um avanço se comparado ao modal aeroviário e rodoviário na América Latina, isso porque o contexto de desenvolvimento e progresso latino-americano tem bases extrativistas de matéria-prima, submetendo ao modal rodoviário um intenso

¹⁵ De acordo com a Resolução Normativa nº 5 de 23 de fevereiro de 2016 da ANTAQ, pode-se entender por navegação de cabotagem aquela que é “realizada entre portos ou pontos do território brasileiro, utilizando a via marítima ou as vias navegáveis interiores”, ou seja a navegação de cabotagem utiliza as vias aquáticas para navegar entre os portos de um mesmo país.

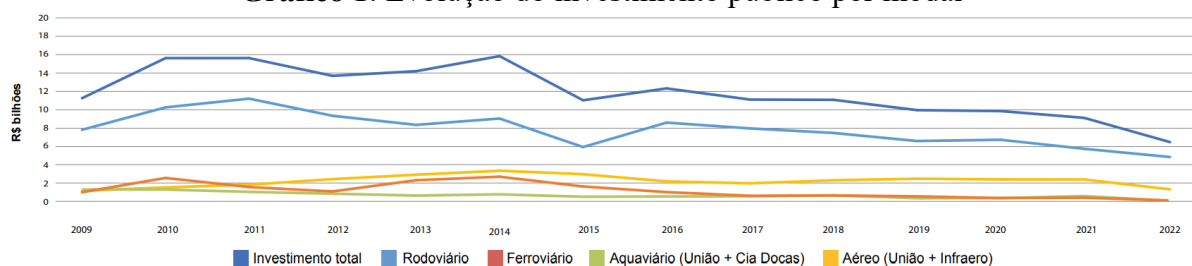
investimento, onde na Europa, no mesmo período, o processo de industrialização já estava solidificado, consolidado na modernização dos portos e, principalmente, das ferrovias, bem como construção de aeroportos e abertura de rodovias, possibilitando maiores possibilidades de transportes.

Dentre os modais de transportes disponíveis no Brasil, o aquaviário representou apenas 13,4% de predominância interrelação em 2014 (Confederação Nacional do Transporte, 2014). Em 2013, a navegação de cabotagem no país apresentou um aumento de 1,7% em relação ao ano anterior, representando uma movimentação de 204 milhões de toneladas de cargas de diferentes tipos. Em 2018, a navegação de cabotagem obteve uma movimentação de 135 milhões de toneladas através do transporte de minério de ferro, petróleo e derivados (óleo bruto e sem óleo bruto), soja e containers. Em 2023, o cenário do trânsito de cargas é o mesmo, apresentando um crescimento de 6,9% em relação a 2022, gerando uma movimentação total de 1,303 bilhão de toneladas (ANTAQ, 2023).

A demanda por serviços portuários é derivada, por isso os portos devem seguir as tendências globais de diversificação de serviços para não serem “abandonados” frente às novas tecnologias dos demais modais e necessidades sociais, buscando eficiência em suas performances (Marlow & Casaca, 2003). Para Cong *et al.* (2020), os portos possuem a capacidade de impactar fortemente a economia das cidades onde estão localizados devido a produção, operação e desenvolvimento das atividades portuárias que objetivam a geração de emprego, cobrança de taxas e impostos, bem como movimentando mercadorias e indivíduos entre territórios.

Zhang, Geerlings, Makhoul e Chen (2018) apontaram em uma revisão de literatura quem governa e o que é governado no âmbito portuário. Os autores afirmaram que houve sucessivas evoluções na governança portuária, apresentando diferentes modalidades de liderança e aplicação científica. Os portos têm apresentado uma governança multinível capaz de dialogar com economias locais e globais, sendo possível identificar diferentes agentes logísticos que pensam e aplicam saberes capazes de dinamizar a área portuária para diversos segmentos do comércio, regulados por políticas específicas.

De acordo Confederação Nacional do Transporte – CNT (2022), até 2022 o Estado mais as Companhias Docas investiram mais de um bilhão de reais em infraestrutura aquaviária. Entretanto, o valor empregado é inferior se comparado a aplicação nos modais aeroviário e rodoviário, como ilustra a evolução do investimento público no gráfico 1.

Gráfico 1: Evolução do investimento público por modal

Fonte: CNT (2022).

O modal rodoviário é destaque nos investimentos públicos ao longo dos anos, concentrando mais de cinco bilhões em investimentos. É notório que o setor é o principal motor de escoamento e deslocamento de mercadorias no Brasil, por isso, as rodovias obtiveram, *a priori*, maiores investimentos. O setor aeroviário também obteve uma boa parcela de investimentos, tendo seu pico em 2014, sendo o principal agente logístico no transporte de passageiros no Brasil. Parte da justificativa do auge neste ano foram as construções de novos aeroportos e reformas de outros para garantir uma qualidade internacional para os jogos da Copa do Mundo masculina FIFA 2014, permanecendo em alta até uma leve queda em 2022. O setor ferroviário também tem pico em investimentos em 2014, passando para uma constante nos anos seguintes.

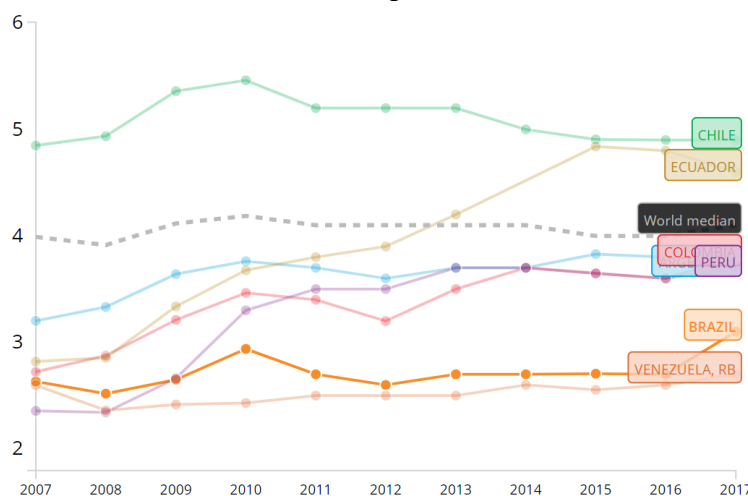
O setor aquaviário é o segmento que menos recebeu investimentos estatais ao longo dos anos, mesmo em situações críticas como a atuação do mundial de futebol. Ainda de acordo com a Confederação, entre 2007 e 2018 foram realizados 2.663 projetos de intervenção nos modais do país distribuídos entre projetos de integração nacional por meio dos eixos estruturantes¹⁶ e projetos urbanos.

Para infraestrutura portuária foram realizadas 248 intervenções, destas 90 na região Nordeste, onde os projetos previam principalmente o acesso terrestre ao porto, acesso aquaviário, área portuária e construção de porto. Para a CNT, os principais entraves do setor portuário do país estão concentrados na necessidade de criação de novos acessos aos portos, na resolução de interferência intermodais e na realização de dragagens constantemente para evitar problemas operacionais.

¹⁶ Os projetos de integração nacional foram divididos em nove eixos: E1 – Nordeste-Sul; E2 – Litorâneo; E3 – Norte-Sul; E4 – Amazônico; E5 – Centro-Norte; E6 – Norte-Sudeste; E7 – Leste-Oeste; E8 – Nordeste-Sudeste; e E9 – Cabotagem. Juntos, foram apresentados 2.343 projetos de intervenção para os eixos com o objetivo de realizar as interligações entre eles através dos principais modais utilizados por cada um.

A pesquisa realizada por Oliveira, You e Coelho (2021) revela que o Brasil apresentou baixos índices quando analisado a *Quality of Ports Infrastructure*¹⁷ – QPI. O índice apresenta números desafiadores para os portos brasileiros e isso coloca o país em situação de vulnerabilidade quando trata-se do mercado global, mesmo apresentando crescimento de 1,8% no período de 2007 a 2017, como ilustra o gráfico 2 em comparação com os demais países da América Latina, afirmou o World Economic Forum – WEF (2018).

Gráfico 2: Índice QPI dos países latino-americanos



Fonte: World Economic Forum (2018).

O contexto retratado se faz fundamental para compreender que a dinâmica portuária está fortemente ligada ao comércio de mercadorias em grandes volumes que dialoga com os cenários de outros países sul-americanos ao fazer referência aos portos do Chile, Colômbia, Peru e Argentina, por exemplo. Para a CNT (2022), existem no Brasil 30 terminais arrendados, 29 Estações de Transbordo e Carga – ETC, 136 Terminais de Uso Privado – TUP, 38 Instalações Portuárias de Pequeno Porte – IPP e 36 portos organizados¹⁸, este último ilustrado por uma mandala na figura 34.

¹⁷ O índice QPI avalia os portos a partir de uma escala de 1 a 7, onde a maior nota indica um porto com melhor eficiência e performance. O QPI é avaliado a partir de uma pesquisa com executivos e suas opiniões sobre as instalações portuárias de seu país (WEF, 2018).

¹⁸ De acordo com a Lei nº 12.815 de 05 de junho de 2013, um porto organizado é um bem público formatado para atender as utilidades de navegação, movimentação de passageiros e movimentação de cargas e mercadorias no qual o complexo portuário está respaldado por sua jurisdição de autoridade própria.

Figura 34: Mandala dos portos brasileiros organizados



**Administrações Portuárias
(Portos delegados a estados e municípios)**

CDSA - Companhia Docas de Santana
CDS - Companhia Docas de São Sebastião
COMAP - Companhia Municipal de Administração Portuária
Docas - PB - Companhia Docas da Paraíba
EMAP - Empresa Maranhense de Administração Portuária
SNPH - Superintendência Estadual de Navegação, Portos e Hidrovias
Porto do Recife S.A.
Portos do Paraná
SCPar - SC Participações e Parcerias S.A.
SOPH - RO - Sociedade de Porto e Hidrovia do Estado de Roraima
SPI - Superintendência do Porto de Itajaí
Suape - Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros
Portos RS - Autoridade Portuária dos Portos do Rio Grande do Sul S.A.

Administrações Portuárias (Companhias Docas)

CDC - Companhia Docas do Ceará
CDP - Companhia Docas do Pará
CDRJ - Companhia Docas do Rio de Janeiro
CODEBA - Companhia das Docas do Estado da Bahia
CODERN - Companhia Docas do Rio Grande do Norte
SPA - Santos Port Authority

Concessões (Portos Concedidos)

CODESA - Companhia Docas do Espírito Santo

Fonte: Ministério da Infraestrutura (2022).

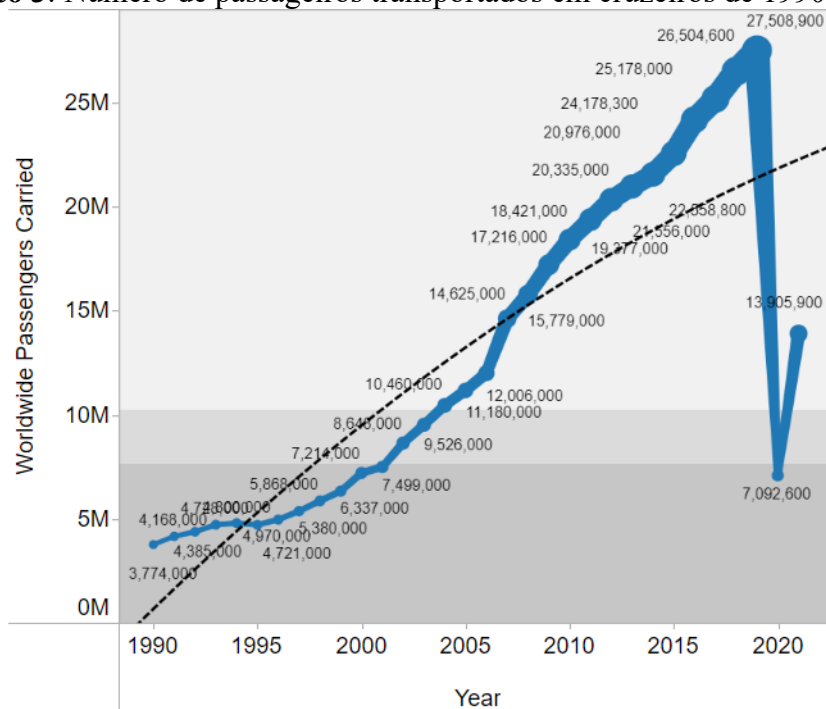
Com a evolução da regulamentação e operacionalização dos transportes ao longo do final do século XX, os modais foram se adaptando as novas necessidades sociais em vigência, como a ampliação do leque de serviços, incluindo o turismo. Para o turismo, o setor de transporte se configura como um importante agente logístico com vistas ao deslocamento, pois o turismo pode gerenciar receitas, integrar a indústria convencional, gerar impactos econômicos para os transportes e criar alianças estratégicas entre os modais (Palhares, 2022).

O transporte marítimo ganha destaque ao incrementar no mercado um segmento que viabiliza a hospedagem, lazer e deslocamento ao mesmo tempo por meio dos cruzeiros marítimos.

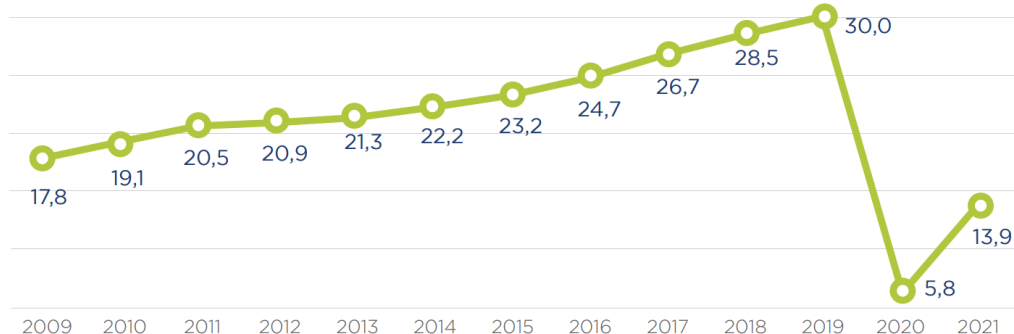
O setor de cruzeiros surgiu no Reino Unido como uma proposta de viagem descontraída ainda no final dos anos 1890, mas é nos Estados Unidos que a indústria de cruzeiros ganha impulso e notoriedade com navios luxuosos, mais confortáveis, caracterizados como meganavios. O mercado de cruzeiros vinha apresentando alta em número de adeptos desde 2009, porém após a crise gerada pelo Covid-19 e consequente paralização das atividades turísticas ao redor do mundo, o setor de cruzeiros na temporada (2021-2022), vem apresentando relativo crescimento em relação ao número de passageiros, como mostram os gráficos 3 e 4, dado que o transporte “cruzeiro” é considerado como um transporte para e com o turismo, diferenciando-se do transporte como utilitário (Lumsdon & Page, 2004).

O setor de cruzeiros para Chen, Petrick, Papathanassis e Li (2019) possui uma facilidade de impacto direto na economia nas cidades portuárias receptoras em razão da possibilidade, a depender do porte da embarcação, de transportar milhares de turistas e tripulação de uma única vez, realizando paradas estratégicas para que estes possam desembarcar e vivenciar os destinos, gerando divisas e oportunidades para aqueles que vivem e vivenciam dessa e nessa dinâmica.

Gráfico 3: Número de passageiros transportados em cruzeiros de 1990 a 2021



Fonte: Cruise Market Watch (2021).

Gráfico 4: Número de passageiros em cruzeiros de 2009 a 2021

Fonte: CLIA Brasil (2022).

Para a Cruise Market Watch (2021), 48% dos passageiros de cruzeiros são da América do Norte, 25% da Europa, 16,7% da Ásia, 3,5% da América do Sul, 5,8% da Austrália e Oceania e, por fim, 1% do Oriente Médio e África. O estudo da associação CLIA Brasil apontou que os viajantes de cruzeiros de cabotagem no Brasil são formados por brasileiros praticando turismo doméstico, sendo um setor atraente para o público, pois é possível visitar vários destinos em uma única viagem de forma dinâmica e com conforto, caracterizando o mercado brasileiro em expansão, uma vez que 72 mil brasileiros realizaram cruzeiros no exterior, gerando uma receita de R\$ 233 milhões de gastos em outros países. Os destinos internacionais preferidos pelos brasileiros na última temporada foram o Caribe, Mediterrâneo e os Emirados Árabes Unidos (CLIA, 2022).

No Brasil na temporada 2021-2022 os cruzeiros tiveram duração média de 4,8 dias com um gasto médio de R\$ 4.523,84 por passageiro na compra da viagem. O perfil e hábitos de viagem dos cruzeiristas brasileiros apontam uma maioria para o público feminino (61,9%), com ensino superior, casada(o) ou em união estável, com renda mensal familiar acima de R\$ 5.000,00 e residência em São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Os respondentes informaram que o destino nacional de preferência é a costa nordestina com 66,2%, com disponibilidade de realizar todo o deslocamento na baixa temporada (CLIA, 2022).

A chegada de navios de diferentes portes às estações portuárias também gera impactos ambientais, pois suas chegadas e partidas representam uma movimentação de milhares de pessoas e o abastecimento de toneladas de produtos, combustíveis, água, além do recolhimento de rejeitos produzidos ao longo da viagem em alto mar (Palhares, 2022). O Brasil recebeu navios de cruzeiros entre novembro de 2021 e abril de 2022 que somados movimentaram 141.289 passageiros (CLIA, 2022). Até aqui, podemos perceber que, mesmo nessa retomada incipiente, o setor de cruzeiros gerou um impacto na economia do turismo e

na dinâmica do saber-fazer do fenômeno. Além disso, a operação de cruzeiros em cidades onde a zona histórica é parte da zona portuária, dinamiza as atividades realizadas no sítio, gerando consequências igualmente desafiadoras.

Além dos impactos e números apontados, o porto de Natal, que está caracterizado e contabilizado na categoria de porto organizado, possui outro fator de interferência, a interação com sua zona histórica. Ponderando pelo olhar no local, o quão essa dinâmica interfere na lógica do funcionamento e comercialização turística da zona histórica para promoção do desenvolvimento turístico aliado às práticas portuárias? Para responder essa questão, precisamos ponderar sobre os números e os que eles revelam sobre essas realidades.

Em 2011, antes da construção do TMP, o porto havia recebido 2.779 passageiros de cinco navios com quatro nacionalidades distintas (CODERN, 2011). No Relatório de Gestão da CODERN (2020), em Natal foram recebidos dois navios com 903 passageiros e 716 tripulantes. Entretanto, o cenário do mercado de cruzeiros no Porto de Natal foi desafiador desde sua propensão ao turismo, pois os turistas eram recebidos em tendas montadas para logística alfandegária antes da construção do TMP. Após a construção, os números foram continuaram desafiadores se comparados a outros terminais no país (Silva Júnior & Nóbrega, 2023). Em 2018, o TMP natalense recebeu cinco navios, totalizando 1.529 passageiros em trânsito (CODERN, 2018).

Observando o Relatório de Gestão da CODERN de 2019, o TMP é apontado como grande potencial turístico para a cidade do Natal, dado que poderia fomentar ações comerciais junto as empresas de cruzeiros como uma estratégia para ampliar a movimentação de passageiros. Neste ano, houve cinco atracações de embarcações que juntas somaram 2.275 passageiros 1.640 tripulantes. Em 2021, o relatório de gestão do ano apontou que não houve movimentação de passageiros em virtude das limitações impostas pelo Covid-19.

No Relatório de Gestão da CODERN de 2023, não fica claro quantas embarcações atracaram no Porto de Natal, na categoria cruzeiro marítimo. O relatório informa que foram operados 29 cruzeiros nos terminais em que a CODERN detém a gestão (Natal, Areia Branca e Maceió). Em seu relacionamento com a sociedade, os relatórios apontam que colocam a disposição ferramentas de acesso à informação por meio do site oficial, imprensa, ouvidoria e mídias sociais, buscando uma excelência na divulgação de informações para a sociedade e partes interessadas, bem como dispõe de um modelo de governança onde a sociedade é inserida enquanto agente de interesse. Não se observou nos documentos, ações e práticas que vislumbrassem uma relação mais próxima com a sociedade e, sobretudo, com a zona histórica e seus transeuntes.

A ZEPH está distribuída entre os bairros da Cidade Alta e Ribeira. Para Souza (2013, p. 120), na década de efetivação da ZEPH “pouco foi realizado para viabilizar o objetivo maior da Lei nº 3.942”. Naquele momento, ainda não estava compreensível os benefícios da ZEPH para os moradores e comerciantes da zona e, tampouco, se fizeram a partir dessa legislação ações integrativas de interesse dos agentes (Souza, 2013).

Em 1997 o debate é retomado e a Operação Urbana Ribeira – OUR, define o bairro como foco para operação urbana, por meio da Lei nº 4.932 de 1997. O objetivo da OUR foi garantir a promoção do desenvolvimento urbano, melhorando a qualidade de vida dos residentes, empresários e transeuntes, valorizar a atividade turística e o patrimônio histórico e daquele bairro (Prefeitura do Natal, 2007), dando continuidade na manutenção da revitalização da zona histórica na agenda política local. O IPHAN iniciou a preparação de estudos com foco no tombamento de edifícios históricos com o propósito de salvaguarda do material cultural edificado no município, passando a compreender a zona histórica de Natal como sendo uma zona mais abrangente aos bairros da Cidade Alta, Ribeira e Rocas.

De acordo com Souza (2013), os critérios considerados pelo IPHAN se sobrepõem aos instituídos localmente anteriormente apresentados, fazendo com que o poder público municipal se adequasse ao novo cenário natalense. A partir de 2010, a política de requalificação da zona histórica passou a ser liderada pelo tombamento do IPHAN, pois dava norteamento de onde os demais interessados poderiam atuar na intervenção por meio das atividades de lazer e comerciais. Em 2022, o Plano Diretor de Natal revogou a ZEPH e inseriu as Áreas Especiais de Interesse Turístico e Paisagístico – AEITP, a Área Especial de Preservação Cultural – AEPC e as Áreas Especiais Portuárias – AEP.

As AEITPs de acordo com a Lei Complementar nº 208 de 2022 “visam proteger o valor cênico paisagístico, assegurar condições de bem-estar, garantir a acessibilidade e a qualidade de vida e o equilíbrio climático da cidade e fortalecer a atividade turística”. Já a AEPC “visa à preservação patrimonial da parcela do centro histórico” e a AEP trata-se de uma área especial que visa o controle e manejo das áreas portuárias no município, como ilustra a figura 36.

Figura 36: a) AEITP, b) AEPC e c) AEP



Fonte: Prefeitura do Natal (2022).

Essa configuração evidencia uma priorização do que se considera área de interesse do turismo, dando ênfase ao litoral em detrimento de outras potencialidades turísticas da cidade, refletindo uma lógica de desenvolvimento turístico que concentra o planejamento em áreas voltadas para o turismo de sol e mar. A ausência das AEITPs na zona histórica e portuária de Natal sugere uma marginalização dessas áreas no planejamento turístico, deixando de considerar suas especificidades e potenciais culturais, históricos e patrimoniais. Por outro lado, a AEPC apresenta uma distribuição híbrida, abrangendo parcialmente os bairros estudados, mas sem consolidar uma estratégia clara de integração entre esses espaços e a dinâmica turística predominante. Já a AEP, ao se concentrar na zona portuária, destaca o reconhecimento dessa área como um eixo de interesse econômico e logístico.

Com esse apanhado, o quadro 10 dimensiona os projetos de intervenção realizados na zona histórica, especificamente, de caráter público desde o início do século XX, destacando o ano, a ação desenvolvida, o caráter e o interesse da ação para com a zona.

Quadro 10: Ações públicas no centro histórico de Natal de 1901 a 2023

Ano	Ação	Caráter	Interesse
1901	Plano Polidrelli	Público	Expansão urbana
1929	Plano Palumbo	Público	Expansão urbana
1990	Criação da Zona Especial de Patrimônio Histórico	Público	Salvaguarda
1995	Fachadas da Rua Chile	Público	Comercial
1999	Plano Monumenta	Público	Salvaguarda
2003	Corredor cultural Ribeira-Rocas	Público	Mobilidade, Turismo e Lazer
2005	Plano de Reabilitação de Áreas Centrais	Público	Comercial e Cultural
2007	Projeto Rehabitar	Público	Residencial e Requalificação
2009	Circuito histórico	Público	Turístico

2010	PAC Cidades Históricas	Público	Comercial, Cultural e Turístico
2014	Centro Histórico de Natal: guia para turísticas e moradores	Público	Educacional e Turístico
2015	Coopere	Público	Requalificação
	Caminhada Histórica	Público	Educacional e Turístico
2018	Caminhada Espaços Sagrados do Centro Histórico de Natal	Público	Educacional e Turístico
2021	Reforma do Teatro Alberto Maranhão	Público	Cultural e Lazer
2021	Reforma da Escola de Dança do TAM	Público	Educacional
2023	Requalificação do Centro Histórico e da Ribeira	Público	Cultural e Turístico
2024	Reurbanização da Cidade Alta e Ribeira	Público	Urbanístico

Fonte: elaboração própria (2024) com base em Coutinho, Nóbrega & Fazito (2020).

Observa-se que as ações que aconteceram no final da década de 1990 até os anos 2010, tiveram interesses convergentes. Cabe ressaltar que essas ações seguiram atuantes na zona histórica, como o PAC Cidades Históricas que trouxe a comunidade ao debate. Entretanto, desde então são mais de quinze anos de atuação na tentativa de recuperação e, talvez, valorização dos bairros históricos de Natal. Essas ações tiveram parcerias com o empresariado local, bem como com as entidades públicas e as comunidades que estiveram sediadas nestes bairros.

A partir dos anos 2010, a academia (Universidades e Institutos Federais) e o sistema S, passam a promover a zona histórica e portuária por meio de caminhadas históricas que objetivaram levar o natalense e turistas a conhecer uma Natal “desconhecida”. Por parte da sociedade civil, surgiu a Sociedade dos Amigos do Beco da Lama e Adjacências – SAMBA, em 1994, uma associação criada pelos frequentadores do Beco da Lama que teve por objetivo promover atividades culturais e gastronômicas no bairro da Cidade Alta. Também foram desenvolvidas ações por parte dos produtores culturais sediados na Ribeira, com a promoção de eventos que mobilizavam as ruas do bairro no início dos anos 2000 e 2010.

Essas diferentes ações que tracejam a zona histórica e portuária ressaltam a importância da zona para a compreensão do campo turístico. É dizer, se há investimentos públicos e privados que almejam a promoção turística da zona, pelo menos nas narrativas, há o interesse de diferentes agentes no retorno desse investimento, seja ele político, econômico, social, cultural ou turístico. A formação do campo deriva da conjuntura do ter um problema e querer solucioná-lo a partir do uso turístico, ou seja, o turismo se torna peça central na resolução problemática em que o contexto se encontra e, por isso, os agentes lutarão pelo domínio do turismo, suas consequências e suas direções.

4.6 A Formação e o Uso de um Campo Turístico

O campo é o espaço social das relações objetivas, onde cada agente tem sua posição fixada *a priori*, sendo o espaço estruturado cujas suas características dependem das posições ocupadas neste espaço (Bourdieu, 2002). Ao criar a concepção de campo, Bourdieu transpôs o conceito de Marx Weber para compreender que os agentes em sua diversidade, determinam suas atuações e que suas relações sociais dão o sentido a existência do campo. Para Bourdieu (1989, p. 66):

Nada mais restava fazer do que pôr a funcionar o instrumento de pensamento assim elaborado para descobrir, aplicando a domínios diferentes, não só as propriedades específicas de cada campo [...] mas também às invariantes reveladas pela comparação dos diferentes universos tratados como “casos particulares do possível”.

A noção de campo permite a existência de um conceito que pode ser aplicado a diferentes campos da vida, perpassando por uma homologia estrutural e funcional entre todos eles. As homologias que se encontram em todos esses campos são traduzidas em manifestações de poder e acúmulo de capital, fazendo com que o campo possa se tornar instrumento metodológico para compreensão das diversas existências da sociedade (Carvalho, 2003). A compreensão da formação de um campo em qualquer cenário da sociedade, deve contemplar as relações sociais e os sistemas estruturados de posições sociais onde as disputas e lutas simbólicas acontecem e, por isso, o campo está em constante fluxo e pode ter alternância de agentes e de suas posições ao longo do tempo. Para Bourdieu (1993, p. 135) “o que define a estrutura do campo [...] é também o princípio de sua estrutura”, refletindo relações de poder, hierarquia e dominância de uns agentes sobre os outros. Entretanto, antes de desenhar a estrutura de um campo turístico a partir da disputa do turismo pela zona histórica e portuária, cabe questionar a existência desse campo.

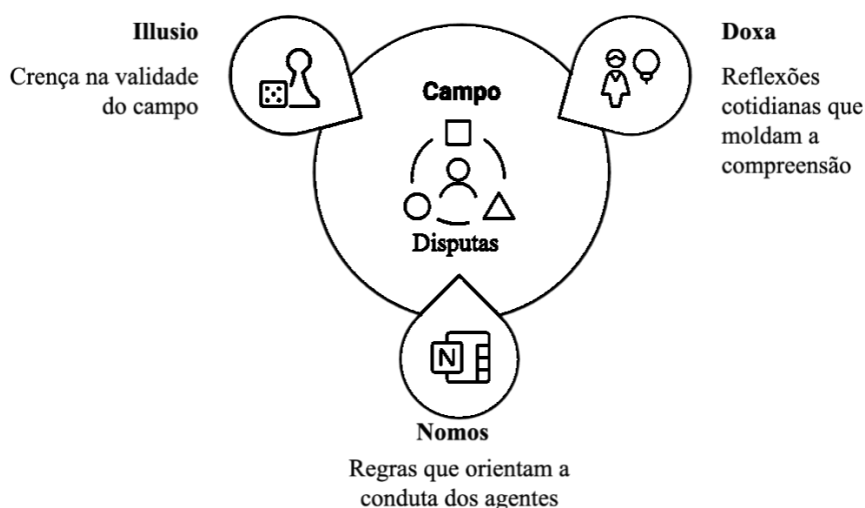
As fronteiras no campo não são fixadas, estão em constante mudança na medida em que se luta pelo acúmulo de mais espaço. Mais área em um campo significa mais poder de dominação e reprodução da lógica central do campo para os agentes mais frágeis. As fronteiras móveis de um campo também revelam como esse campo evolui ou regride com o tempo. Para Saint Martin (2022, p. 232), “os diferentes campos são, de fato, mortais e podem se

desagregar ou desaparecer sob o efeito de coações internas ou, sobretudo, externas”. Contudo, antes que possa perpetuar mudanças ao longo de sua existência ou até mesmo desaparecer, o campo precisa existir, o campo é criado.

A criação de um campo é firmada por indivíduos, que aos estarem dispostos no jogo, constituem novos saberes e novas relações de poder. A particularidade de cada indivíduo, no que se refere a sua forma de atuação e articulação no campo, considerando o composto do todo dá o perfil direcionado que o campo atuará, uma vez que os agentes distribuídos determinam a disputa pelo objeto de “ambição”. Nesse jogo, entram as estratégias de convencimento, barganha e conflitos. À medida que o tempo/jogo mudam a posição dos agentes, estes podem dar novos significados ao campo.

Desse modo, são elementos constitutivos do campo, segundo Bourdieu (2007a, 2019) a *doxa*, o *nomos* e a *illusio*. A primeira se refere ao senso comum, ou seja, são as reflexões que são balizadas no cotidiano causando uma compreensão de que a vida é como é. O *nomos* se refere as regras que regem o campo, direcionando a conduta dos agentes nele distribuídos. E, a *illusio* é a crença de que o jogo vale a pena ser jogado, resultado de um produto histórico onde cada campo, em seu recorte de atuação terá seus elementos de ilusão distintamente trabalhados (Bourdieu, 2011b). O esquema ilustrado na figura 37, busca traduzir os elementos basilares de um campo.

Figura 37: Esquema de constituição de um campo



Fonte: elaboração própria (2024) com base em Bourdieu (2007a, 2011b, 2019).

Todo campo desenvolve sua *doxa*, *nomos* e sua *illusio*. A *doxa* está localizada no estágio onde todos os agentes estão de acordo, quando inquietados sobre algo, contemplando

tudo que está sinalizado como “sendo assim mesmo” (Bourdieu, 2019). O *nomos* apresenta as leis gerais que coordenam o funcionamento do campo, figurando como um produto histórico que deriva do uso cotidiano, da cultura, das normativas legais e das dinâmicas sociais. E a *illusio* representa as ilusões que são produzidas e reproduzidas como consequências do funcionamento do campo, recaindo sobre a vida dos indivíduos e compartilhando suas crenças (Bourdieu, 2019). Outro ponto de destaque centra-se em compreender que o campo é composto de estruturas, geralmente em dois extremos: dominantes e dominados. Até aqui, compreende-se que além dos três elementos constitutivos do campo, outros três elementos são fundamentais para a sua composição: a) indivíduos, b) relações entre esses indivíduos e c) objeto de disputa.

Ao considerar o turismo (c) enquanto objeto de disputa em um campo, ressalta-se que a complexa relação do turismo enquanto fenômeno social (b) com os diferentes agentes (a) que o observam, faz dele um meio capaz de configurar cenários de dominação, poder e desigualdade na luta pelo seu monopólio, seja ele na promoção econômica do turismo por meio da concentração de mercado em um território ou *cluster*, seja no apagamento do fazer turístico em detrimento do avanço e afluência dele em um lugar de interesse mais específico. A partir disso, a identificação dos agentes se promove fundamental para perceber como estes observam o turismo em zona histórica e portuária e, primordialmente, como estes disputam o turismo para questioná-lo enquanto fenômeno capaz de readequar o pensamento e lógica da vida social onde está instalado ou ausentado.

A Doxa: o senso comum

A *doxa* está inserida no campo, sendo em igual medida uma variável para caracterizar e definir o próprio campo. O objetivo dela é deixar evidente as formas de poderes simbólicos inexplorados que atuam no campo, que sustentam a lógica da prática e o seu funcionamento (Deer, 2018). Nesse sentido, sendo a *doxa* um componente de compreensão da prática do que se entende pelo o que é, um dos primeiros desafios para compreender o conceito de turismo (objeto de disputa no campo que analisamos) nessa sociedade é pautar-se no recurso de que há uma evolução no decorrer da história que carrega em si novas definições e hábitos não relacionados as sociedades pré-capitalistas e, por isso, direcionam o conceito de turismo a uma direção a ser seguida. O turismo adotou um ritmo acelerado de desenvolvimento que pode ser aplicado em diferentes modalidades nos campos territoriais intitulados nortenhos ou sulistas. Essa idealização do turismo pode ter diversos desdobramentos políticos, econômicos,

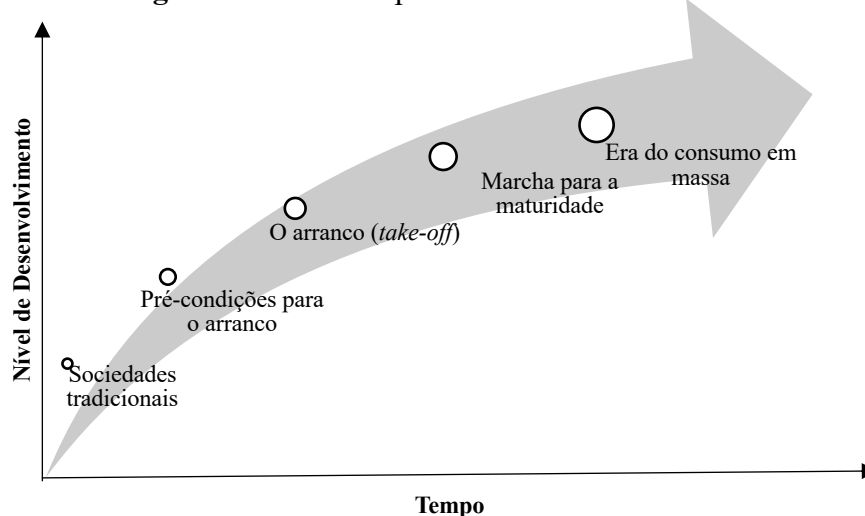
culturais e sociais e, por isso, carece de estar envolto em conexões mais amplas para seu entendimento e consequente aplicação.

O turismo, tido como categoria econômica para o desenvolvimento, multifacetado em seu prisma de oportunidades mercadológicas, encontra no desenvolvimento econômico um preceito para abertura e fechamento de mercados cada vez mais fluidos. Prova dessa dinâmica é a constante segmentação turística que aloca o consumidor dentro de um parâmetro de desejos no qual o comprador da experiência opta por um mecanismo de oportunidades limitadas do experimentar, gerando e buscando diferenciação daqueles que não podem. Turismo cultural, turismo de aventura, turismo de sol e mar, turismo de saúde, turismo de eventos, são alguns dos exemplos que podem ser observados nos sentidos desdobrados do turismo, sugerindo que as oportunidades de desenvolvimento estejam focadas em gerar uma sociedade com altos níveis de consumo, enfatizando o processo socioeconômico da modernização (Fazito, 2015).

A teoria da modernização nasceu nos Estados Unidos como potência global pós Segunda Guerra Mundial e se disseminou pelo mundo com uma proposta linear de desenvolvimento. De acordo com a teoria da modernização, as sociedades são mais produtivas, a educação é de melhor nível e se tem uma melhor qualidade de vida. Em um sentido geral, essa teoria tem aplicabilidade em um processo contínuo de desenvolvimento que uma vez iniciado não pode ser parado, tornando-a uma mudança política, econômica e cultural evolutiva (Reyes, 2001).

Para Harvey (2009), modernização trata-se de mais um processo capitalista. As relações humanas, uma vez dinamizadas pela forma de atuação do capital, dão resultados sociais que culminam no individualismo, consumo e efemeridade. De maneira geral, o cunho da modernização está focado nas mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais que surgem no desenvolvimento industrial para a sociedade de consumo abundante e passageiro (Garcia, 2016). A modernização, portanto, faz com que as sociedades se adaptem economicamente às suas necessidades de produção de bens e serviços (Gonzáles, 2016).

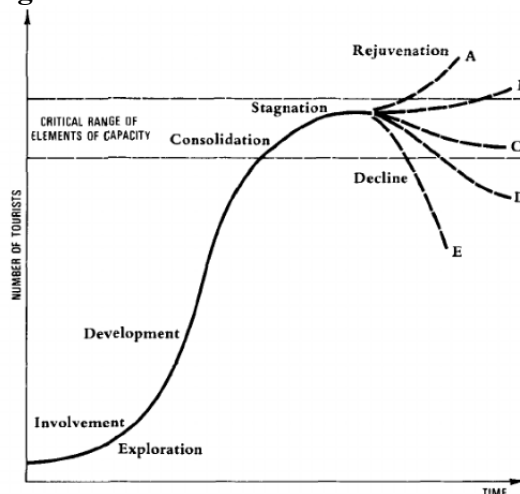
Neste sentido, o funcionamento da modernização na sociedade está intrinsecamente ligado ao consumo massivo e sem freios pautados na justificativa de desenvolvimento econômico. A teoria da decolagem de Rostow (1960) com os cinco estágios de desenvolvimento (figura 38), tratando da saída do estágio primitivo de consumo para atingir uma sociedade de alto consumo é reflexo da produção massiva de bens e serviços consumidos em massa e de forma rápida na sociedade atual.

Figura 38: Cinco etapas do desenvolvimento

Fonte: elaboração própria (2024) com base em Rostow (1960).

O turismo, obteve uma forte notoriedade no cenário da modernização com o desenvolvimento dos transportes e tempo livre de lazer, passando a interligar as agendas políticas nacionais e individuais, figurando como espaço de arrecadação e legislação, além de proporcionar distinção para quem o usufrui. Esse período marcou o início do processo de entendimento do turismo como senso comum, associando-o a atividades de descanso, férias, contemplação, conhecimento de culturas e experiência em lugares diferentes do habitual. O turismo começou a ser visto não apenas como uma forma de lazer, mas também como uma oportunidade de enriquecimento cultural e social na individualidade. No coletivo, o mercado por exemplo, figura o turismo como produto de consumo rápido e passível de ser adquirido por uma massa de indivíduos.

Similar vertente de proposta de crescimento foi desenhada pelo ciclo de vida dos destinos turísticos de Butler em 1980. Butler propôs que os destinos turísticos possuem um ciclo de vida específico, caracterizado por diferentes estágios de desenvolvimento. Ele identificou que os destinos passam por fases de exploração, envolvimento, desenvolvimento, consolidação e estagnação, podendo eventualmente chegar ao declínio. No entanto, Butler também sugeriu que esses destinos têm a capacidade de se reinventar e se revitalizar, lançando novas perspectivas para o seu pleno funcionamento no mercado turístico. Esse conceito coloca o turismo em proporções de um produto que pode experimentar desinteresse, validade e obsolescência, mas que também possui a possibilidade de relançamento ou rejuvenescimento, garantindo sua sustentabilidade e atratividade a longo prazo, como pode ser visualizado na figura 39.

Figura 39: Ciclo de vida do destino turístico

Fonte: Butler (1980).

Para Butler (1980), as agências públicas e privadas raramente refletem sobre a possibilidade de declínio de um destino turístico, considerando que o turismo possui a característica de crescimento acelerado e ilimitado, oportunizando ao turismo entrar como uma forte ação modernizatória nas economias estatais, justificado na diminuição das distâncias e quebrando barreiras burocráticas entre nações. Os destinos turísticos, mediante seu impulso para o desenvolvimento, podem ser acometidos por ações externas (epidemias, pandemias, recessões econômicas, abandono) e internas (falta de planejamento, investimento, falta de infraestrutura), capazes de provocar seu declínio definitivo.

Encarar o turismo apenas como fio capitalista que induz e produz desigualdades, gerando riquezas e oportunidades, sendo o princípio da *doxa* turística, é reduzi-lo ao notório de qualquer fenômeno que o capital gerencia, dada as condições para sua manutenção. A implementação da modernização na sociedade não trouxe soluções modernas para os problemas que esse movimento desenvolveu ao longo do tempo. Por isso, com o avanço do turismo pelo mundo e suas atuações nas mais diversas camadas socioculturais e a superação do entendimento positivista de cunho econômico do turismo, fez o turismo transcender para a categoria de fenômeno para uma parcela do crivo acadêmico. Além disso, em virtude dos novos modelos sociais de vida e economia, outros motivadores de desenvolvimento tentaram e/ou superaram o discurso da modernização, como a teoria da dependência, a abordagem das capacidades e o pós-desenvolvimento.

Turismo é, sem dúvida, um fenômeno de movimento multidimensional, sendo passível de estudo por várias ciências. O turismo torna-se uma ferramenta de representação econômica

e cultural capaz de gerar inquietações diversas, consolidando-o como tal (Escalona, 2015). Para a ampla atuação do turismo na sociedade ocidental é necessário que o turista adquira produtos e serviços desenhados pelo mercado para atingir o objetivo de sua experiência, seja ela qual for, reforçando o modelo modernizante de consumo massivo, embora esse cenário não seja de caráter absoluto, porém ainda capaz de gerar e manter muita influência.

Dado esse prelúdio, a partir de sua *doxa*, isto é, de seu senso comum, o turismo pode ser visualizado por diferentes agentes que o fazem se consolidar enquanto fenômeno social. Do ponto de vista da comunidade, o turismo é visto por dedução, como um benefício para a mudança na qualidade de vida, pois gera a oportunidade de trocas interculturais e geração de emprego e renda. Entretanto, uma vez posto o turismo como ação econômica hegemônica de dependência excessiva nos destinos onde está instaurado, os impactos negativos se sobressaem, fazendo aumentar o custo de vida e a perda da identidade local, por exemplo (Dall'Agnoli, 2012; Dantas & Dantas, 2021). Para o respondente 10, turismo é:

R10m[Sên]Mor: *É muito importante para a cidade, pro estado. Além de trazer renda, traz a divulgação de tudo que contém... a arquitetura, comportamento do povo [...] enaltece a cidade diante do mundo.*

O mercado devido a facilidade de implantação do turismo se comparado a infraestrutura industrial produtivista, enxerga no turismo uma oportunidade de investimento rentável que pode ser comercializado em moeda local ou estrangeira, facilitando o acúmulo de capital econômico. A *doxa* do turismo a partir da iniciativa privada também contempla a oferta de produtos que buscam proporcionar uma experiência para o turista e, para isso, necessita do aval do Estado enquanto facilitador da expansão desse mercado para mais possibilidades, sendo o poder público quem proporciona a construção de infraestrutura básica, incentivos fiscais e regulamentação. Por outro lado, percebe-se uma preocupação em virtude da volatilidade do turismo, se tornando perecível quando acometido por um desastre natural, pandemia, guerras e conflitos civis (Beni, 2004; Jafari, 2005; Donaire, Silva & Gaspar, 2009).

Já o Estado observa no turismo um mecanismo de cruzar fronteiras e minimizar as barreiras burocráticas entre países, perfazendo negociações internacionais que contemplam autorizações de entrada e saída de estrangeiros, acordos de paz, sanções para o mercado e conectividade com nações que detenham outros interesses comerciais. Também se preocupa o Estado em legislar ações que dialoguem direta ou indiretamente com o turismo, produzindo políticas públicas, programas e projetos que geram consequências para a diversidade de

agentes que se utilizam do turismo enquanto oportunidade (Hall, 2010; Gonzáles, 2011; Edgell, Allen, Smith & Swanson, 2008).

A *doxa* do campo turístico esteve defendida pela OMT, principal órgão institucional de turismo a nível global, como sendo uma atividade econômica que necessita de pessoas que se desloquem para fora de seu local habitual por mais de um dia e por menos de um ano e que são capazes de usufruir dos recursos artificiais, culturais e naturais dos destinos, encadeados por uma série de agentes que se somam em um complexo sistema de oferta de serviços para todos os públicos. A definição da OMT busca uma aproximação comum para todos os países membros e isso gera desconsideração com as realidades distintas enfrentadas pelas desigualdades evidentes dos destinos turísticos ao redor do globo. Por isso, a *doxa* enquanto senso comum, deve considerar a amplitude de agentes que o turismo detém, para oportunizar um entendimento integral de sua lógica no cenário das sociedades atuais. Em consonância a essa reflexão, o respondente 3, dissertou:

R3m[Sên]Pub: *Então, veja só. Turismo para mim... Inclusive eu acho que a OMT teria que repensar o conceito do próprio turismo. Não dá mais para trabalhar com a ideia de que turismo é algo que você fica no mínimo um dia fora e/ou um determinado período para não virar residente [...] O processo de pós-modernidade trouxe novas configurações diferenciadas de turismo. Criou-se uma vertente de turismo pedagógico que você não precisa de pernoite.*

Para o turista, o fazer turismo se torna uma possibilidade de intercâmbio intercultural com as sociedades receptoras, sendo o deslocamento para desvendar o terreno novo sua *doxa* mais usual, possuindo também diferentes motivações que darão a tônica das atividades que o turista irá realizar no destino turístico. Lazer, negócios, cultura, meio ambiente, saúde, eventos são alguns dos tópicos que podem ser fatores de motivação para uma viagem. O perfil do turista em um destino turístico serve de orientação para o mercado buscar atender a esse perfil, bem como orientar o poder público com ações publicitárias e facilidades infra estruturais (melhores estradas, aeroportos, portos, rodoviárias), para que esses turistas consigam chegar aos locais desejados. O volume exacerbado de turistas pode causar impactos negativos como aumento inflacionário, perda da identidade local, transformação dos territórios em não lugares, espaços de privilégio, especulação imobiliária, aumento da prostituição e consumo de drogas, apenas para citar alguns

(Cohen, Prayag & Moital, 2014, Pérez-Nebra & Torres, 2002, Andrade, 2001; Urry & Larsen, 2011). Para o respondente 24, turismo é:

R24m[Adu]Tur: *é conhecer coisas novas, sair do cotidiano, divertimento, relaxamento.*

Na perspectiva dos trabalhadores do turismo, estes veem o turismo como uma atividade para qualificação profissional, consequente ingresso no mercado de trabalho e assim obter uma melhor qualidade de vida. Entretanto, aqueles profissionais que atuam na iniciativa privada atestam ter uma rotina de trabalho, por vezes temporário (contratos de alta estação), desgastante, com remuneração não compatível com o volume de trabalho. Esses agentes também apresentam que suas atividades laborais são atingidas pelo avanço das tecnologias da informação (inteligência artificial, aplicativos, *e-commerce*) e pela volatilidade que atinge diretamente ao fazer turístico (Teberga, 2021; Frattucci & Carneiro, 2020; Heleno, Alves & Oliveira, 2021). O respondente 7, dissertou que:

R7m[Sên]Tra: *No final das contas, é uma profissão que depende do Estado. Ela começa a declinar por falta desse tipo de apoio. Evidentemente a internet é um contributo para que essa profissão tenham um declínio.*

Para a academia, a *doxa* do turismo está centrada em um campo interdisciplinar de produção de conhecimento que descentraliza o turismo enquanto área de interesse unicamente econômico. As grades curriculares e produções acadêmicas tem enfatizado a pluralidade de aproximações que o turismo pode ter com outras áreas do saber como a Sociologia, Administração, Direito, Tecnologia da Informação e Antropologia, por exemplo. Pesquisadores tem se debruçado na compreensão do turismo em seu formato macro, buscando correlações teóricas com áreas correlatas e integrando novas possibilidades de entender o turismo, proporcionando experimentos de inter e transdisciplinaridade (Jafari, 2005; Sonaglio, 2013; Tribe, 1997; Echtner & Jamal, 1997).

Outras formas de pensar e fazer o turismo existem e estão em atuação em diversas partes do globo como, por exemplo, o Turismo de Base Comunitária e o Turismo Sustentável, que não se observam enquanto segmento de mercado e buscam minimizar os impactos negativos do turismo nas comunidades receptoras, bem como descentralizando o turismo dos

grandes centros acumulativos de pessoas transeuntes. As formas de turismo contra hegemônicas surgiram como via alternativa ao turismo massificado de alto consumo e proporcionam novos olhares para o fenômeno com busca de produzir um novo olhar para a produção do turismo enquanto ferramenta do capital. Entretanto, a *doxa* de um turismo comercial sob a lógica da OMT vigora entre os agentes do campo. Para os respondentes 5, 1, 4, 9 e 6 o turismo é:

R5m[Sên]Mer: *O turismo é o lazer das pessoas. Entende? As pessoas dedicam uma grande parte, a maior parte do ano ao trabalho, quer dizer à sua manutenção (casa, comida, filhos, colégio, carro, saúde etc.), e aí precisa, né? Natural que alguns momentos do ano (feriadão, férias ou em alguns períodos) desligar, sair do seu dia a dia para dar um fresco na mente [...] no lado da pessoa, da sociedade. E no lado econômico, é uma indústria. Uma indústria poderosíssima, né? Que em muitos lugares do mundo trabalha como sua principal indústria [...] uma indústria limpa, extremamente capilarizada.*

R1f[Sên]Pub: *Turismo é um movimento pessoal para outro destino em busca de bem-estar, cultura e conhecimento e descanso. É a principal fonte de economia do mundo. Praticamente, tirando as indústrias é o que mais movimenta a economia, no meu entender, de um pipoqueiro a um empresário está tudo envolvido na cadeia produtiva.*

R4f[Sên]Pub: *Turismo é deslocamento de pessoas para lugares fora de seu local de residência por mais de 24h e menos de 3 meses, onde se tem contato com outras realidades. Importante para as pessoas, intercâmbio cultural, uma coisa que depois da segunda guerra, o turismo foi considerado muito importante, que ele colabora para a paz no mundo, conhecer novos lugares, novas culturas, a gente acaba tendo uma visão diferente e tem uma importância econômica para vários países do mundo, importância e potencial. Uma atividade econômica que tem potencial de fazer mal, mas tem mais potencial para fazer bem, em sendo bem-feito.*

R9m[Adu]Pub: *O turismo ele... primeiro, é uma atividade. Segundo é a ação, o efeito de viajar.*

R6f[Sên]Pub: *Turismo é você sair do local onde você vive, se deslocar para outro destino, né? Para conhecer os atrativos, a cultura, a gastronomia. Vivenciar... Você pode fazer isso com o intuito de lazer, você pode fazer isso no aspecto de trabalho também [...] E ampliar o conhecimento. Eu acho que quem viaja, amplia a mente de uma maneira como um todo.*

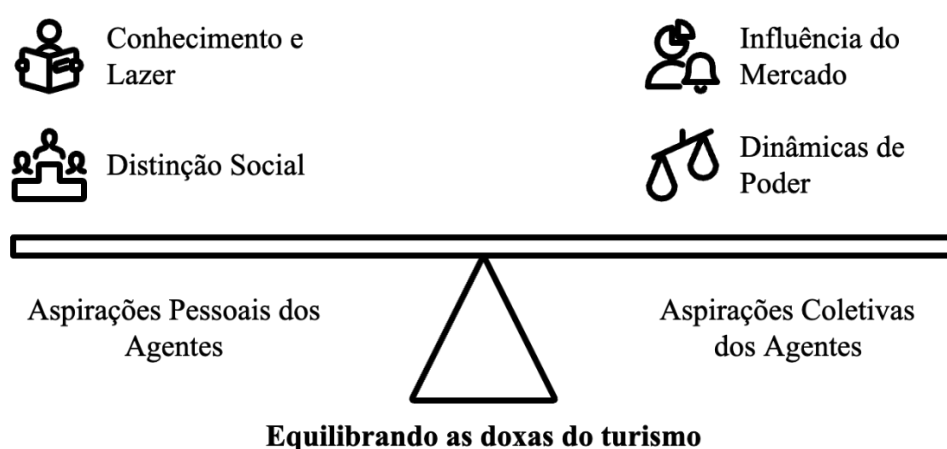
As respostas coincidem com a *doxa* difundida globalmente pela organização mundial, sendo a relação do turismo enquanto uma oportunidade de lazer fora das obrigações do trabalho para adquirir bem-estar, conhecimento e descanso, seu núcleo mais concentrado. Ademais, o turismo também é previsto enquanto uma forte potência econômica, uma indústria, capaz de movimentar a economia dos destinos onde está instalado, permitindo a aderência de diferentes agentes que podem ganhar com seu processo de desenvolvimento por meio da geração de emprego, renda e consequente melhor qualidade de vida. Para o respondente 2, turismo é:

R2m[Sên]Tra: *Turismo é um fenômeno do lazer, a importância do lazer não está na renda ou emprego, que some quando qualquer outra indústria mais concreta assume. Enquanto fenômeno do lazer, ele passa a ter valores mais enriquecedores, com foco no viajante, na qualidade da viagem. O potencial do turismo está muito relacionado a uma humanização, abertura das mentes. A indústria não pode ser o centro. A forma como o turismo é entendida como rede dominante de emprego e renda é terrível. Turismo é fenômeno do tempo livre do lazer.*

A partir do conjunto de visões que se apresentaram, a *doxa* do turismo está embasada na construção de um senso comum destacada em qualquer produto criado pelo capitalismo. É dizer, as forças que regem o turismo (em qualquer uma de suas formas), buscam o lúdico da diferenciação e, por isso, turismo é encarado como um fenômeno social que balanceia entre as aspirações pessoais e coletivas. Pessoais na busca por uma distinção (com fortes raízes em

seu princípio fundador, na procura por conhecimento de mundo, educação de qualidade, lazer e elitismo) e coletivas na medida em que atinge diferentes envolvidos em seu processo de produção, causando uma disputa pelo seu domínio, submetendo-se ao proceder político e mercadológico, tornando-se objeto de massificação e retórica de poder, promovendo desigualdade entre os agentes que dele se utilizam, além de deter a forte centralidade cognitiva nas pessoas que se beneficiam de suas consequências. A figura 40 busca ilustrar as visões de *doxa* a partir dos agentes turísticos, perfazendo suas falas.

Figura 40: *Doxa* do campo turístico a partir dos agentes turísticos



Fonte: elaboração própria (2024).

Turismo, portanto, enquanto *doxa* é compreendido como um fenômeno social constituído, representando um movimento pendular de indivíduos que, motivados por razões intrinsecamente ligadas às suas subjetividades, transitam entre territórios distintos. Para se moverem, necessitam de um sistema de intermediação complexo que envolve uma cadeia política e econômica concebida pela capilarização de serviços constituídos para o dispor do uso do indivíduo transeunte. Ao locomover-se o indivíduo ganha nome e *status*, visto que o turismo se materializa e se corporiza fundamentalmente através do ato de seu deslocamento, pois esse movimento concentra e distribui capital, naturalizando o processo de diferenciação. A *doxa* do turismo é, portanto, um equilíbrio entre as aspirações pessoais do que imagético turístico pode causar e as aspirações coletivas do que o poder político e econômico do turismo pode gerar para um grupo de agentes.

Ao considerar a *doxa* enquanto a construção do senso comum no campo, as regras do campo se basearam nessas visões do objeto, reforçando ou contradizendo a própria *doxa*. O *nomos* surge no campo para regular essas relações e permear os conflitos do campo turístico.

O Nomos: as regras

O *nomos* se representa, basicamente, enquanto as regras do campo. Este pode ser regulado por dispositivos institucionais, leis e decretos relacionados ao campo, no nosso caso, ao turismo, como forma de instrumentos de ordenação política, jurídica e social, bem como aspecto das regras sociais. Os marcos regulatórios de turismo no Brasil contemplam as fases de avanço do turismo no país, colaborando com a regulação do desenvolvimento turístico em escala nacional. O aparelhamento jurídico nacional relacionado ao turismo data desde 1938 quando o Decreto-lei nº 406 que dispõe sobre a entrada de estrangeiros em território nacional. Com o *boom* da aviação e navegação comercial, regulou-se sobre registro para o funcionamento das agências e sobre instituições criadas para o planejamento do turismo.

Em 1966 é criada a Empresa Brasileira de Turismo – EMBRATUR, pelo Decreto-Lei nº 55. Em 1968 o Decreto nº 63.067 que dispõe sobre os requisitos exigidos para aprovação dos projetos específicos relacionados com a concessão de estímulos do turismo. Em 1971 surgiu o primeiro curso de turismo do país no estado de São Paulo. Já em 1978, o Decreto nº 82.307 dispõe sobre a concessão de vistos para estrangeiros com base na reciprocidade, dando ênfase para o interesse estatal no turismo internacional. Nos anos de 1980 e 1981, dois decretos visaram a regulamentação dos meios de hospedagem, restaurantes e acampamentos turísticos e a criação de áreas para o turismo, este último promulgado pela Lei nº 6.513 de 1997.

No que se refere ao amparo legal a uma parcela dos trabalhadores, a profissão de guia de turismo foi regulamentada pela Lei nº 8.623 de 1993. Dez anos após, têm-se a criação do Ministério do Turismo pela Lei nº 10.683. Em 2008 é criada a Lei nº 11.771 que definiu sobre a Política Nacional de Turismo – PNT, no que se refere ao planejamento, desenvolvimento e estímulo do setor. A profissão de turismólogo foi reconhecida pela Lei nº 12.591 em 2012 e em 2014 a Lei nº 12.974 dissertou sobre as atividades das agências de turismo.

No cenário nacional, para Cerqueira, Furtado e Mazaro (2009) existem dois momentos históricos no marco legislativo do turismo. O primeiro compreende um lapso temporal de 1938 a 1984 onde foi possível notar um forte intervencionismo estatal nas atividades turísticas. O segundo compreende de 1986 a 2008, quando houve um estímulo à liberdade de mercado no exercício do turismo. Entre 2008 até 2023, há uma manutenção da lógica ponderada com base na política nacional, sobretudo pela consolidação do Ministério do Turismo.

Para Pimentel (2015), a gestão pública de turismo no Brasil carece de uma composição mais sólida do que se considera a esfera pública de turismo no país, bem como se amparar na produção acadêmica enquanto subsídio empírico para a formulação e norteamiento de políticas mais assertivas. Para o autor, a composição de espaços de legitimidade como os conselhos, necessitam dialogar para além dos interesses pessoais e com mais participação da sociedade. Já a produção acadêmica, na visão do Pimentel (2015) deve alavancar o desenvolvimento de conhecimento entre turismo e política pública, necessitando maior articulação entre os centros de saber e classe política, pois o que se observou é uma baixa transferência desse conhecimento para o cenário político.

No contexto do estado do Rio Grande do Norte, os marcos regulatórios do turismo espelham os dispositivos nacionais. Em 1995 a Lei nº 6.763 autorizou o poder executivo estadual a celebrar o contrato de financiamento para aplicação do Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste – PRODETUR/NE. Após os investimentos do PRODETUR/NE, a Setur RN foi criada em 1996 pela Lei nº 144, oportunizando o reconhecimento da necessidade de planejamento e controle do turismo por parte do estado. No mesmo ano, o curso de bacharelado em turismo foi criado pela Resolução 001/96. Em 1997 o Decreto nº 13.723 de 1997 aprovou o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial do Rio Grande do Norte – PROADI, que dispunha de mecanismos de financiamento para comerciantes do turismo. Em 1999, a Lei nº 7.435 tornou obrigatório a exibição de informações do turismo potiguar nas telas de cinema do estado.

O estado possui forte apelo ao turismo de sol e mar, devido a extensa faixa litorânea e ao tempo ensolarado durante boa parte do ano, por isso, atividades com veículos sobre as dunas se tornou uma característica do turismo potiguar e em 2006, a Lei nº 8.817 disciplinou as permissões administrativas para realização do serviço de *buggy*. Em 2007 a Lei nº 339 criou a Empresa Potiguar de Promoção Turística – EMPROTUR, com o objetivo de incentivar o planejamento, estratégias e mecanismos de divulgação do destino Rio Grande do Norte em canais de comunicação, feiras nacionais e internacionais.

No ano de 2008, surgiu o primeiro programa de pós-graduação em turismo em uma instituição pública de ensino pela UFRN. Também se destaca o pioneirismo na oferta do Doutorado em Turismo a partir de 2014. Em 2015 o estado publica a Lei Estadual de Turismo nº 9.931 que tratou sobre a política de turismo no Rio Grande do Norte, reproduzindo o contexto da lei federal no contexto local. Em 2017, a Lei nº 10.213 dispôs sobre a instituição de diretrizes para o turismo religioso no estado, vide os festejos culturais e atrativos artificiais pensados na vertente religiosa católica no interior do estado nas cidades de Santa Cruz (Santa

Rita de Cássia), São Gonçalo do Amarante e Canguaretama (Santos Mártires de Cunhaú e Uruaçu), Currais Novos e Caicó (Sant'Ana), Mossoró (Santa Luzia), Patu (Nossa Senhora dos Impossíveis) e Carnaúba dos Dantas (Nossa Senhora das Vitórias), para citar alguns.

Em 2022 o turismo rural na agricultura familiar tornou-se pauta para o que se reconhece enquanto atividade de turismo rural na Lei nº 11.230. Ainda no mesmo ano, a Lei nº 11.274 reconheceu o Sindicato dos Guias de Turismo do Rio Grande do Norte – SINGETUR, gerando um reconhecimento local para a organização sindical da profissão e a Lei nº 11.264 estabeleceu as diretrizes para a sinalização turística nas rodovias estaduais. Em 2023, a Lei nº 11.352 instituiu o dia estadual do Guia de Turismo, a ser celebrado no dia 10 de maio, em alusão a importância do profissional para o turismo.

Em Natal, em 1993 o Decreto nº 4.964 criou a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo com similar objetivo de planejar e regular o desenvolvimento do turismo. Em 2009 a Lei nº 6.028 promoveu a consolidação a respeito do Fundo Municipal de Turismo – FUNATUR. Em 2010, a Lei nº 6.079 criou a linha de ônibus denominada linha turismo, seguindo a lógica das linhas de ônibus para o turismo das cidades europeias, que deveria interligar, necessariamente, os principais atrativos turísticos da cidade do Natal. Entretanto, ambas as ações não obtiveram sucesso na implementação.

No ano de 2015, a Lei nº 6.531 regulamentou a atividade de guia de turismo em Natal, em consonância com a legislação federal. Em 2016 implantou-se o Centro de Culinária, Cultura e Turismo de Ponta Negra pela Lei nº 6.639, enquanto um equipamento de uso turístico, não se concretizando. Em 2018 instituiu-se o dia municipal do turismólogo e dos profissionais do turismo pela Lei nº 6.864, como um incentivo à celebração no dia 27 de setembro. No mesmo ano, a Lei nº 6.866 promoveu a reestruturação do Conselho Municipal de Turismo – CMTur, com a inserção de mais representantes ligados ao turismo.

Em 2019, a Lei nº 6.886 dispôs sobre o turismo pedagógico nas escolas da rede pública municipal, com finalidade de promover atividades extraclasse, devendo estar contido no calendário anual da escola, ao menos, uma visita pedagógica. Essa lei é uma referência a uma educação pensada fora dos muros da instituição que poderia propiciar aos estudantes uma visão ampla sobre os conteúdos abordados em sala de aula.

No ano de 2020 a Lei nº 7.106 instituiu a política municipal de turismo, consolidando diretrizes estratégicas para o desenvolvimento da atividade nos âmbitos econômico e social, para a promoção, diversidade cultural, sustentabilidade e inovação tecnológica. Em 2021, há o foco na promoção de ações que venham beneficiar a população idosa na Lei nº 7.169 que

dispôs sobre a política municipal de incentivo de turismo para o idoso. E, em 2023 a Lei nº 7.602 dispôs sobre as diretrizes básicas para a propulsão do turismo religioso no município.

O quadro 11, busca sintetizar e correlacionar a *doxa* dos agentes do fazer turístico com o *nomos* preconizados nas instituições, considerando as conjunturas nacional, estadual e municipal.

Quadro 11: Correlação entre a *doxa* e o *nomos* do campo turístico

Agente	Doxa	Nomos (ano e nível)	
		Ano	Nível federal
Poder público	Regulamentação Políticas públicas Incentivos para o mercado e sociedade	1966	Decreto nº 55
		1968	Decreto nº 63.067
		2003	Lei nº 10.683
		2008	Lei nº 11.771
		Ano	Nível estadual
		1995	Lei nº 6.763
		1996	Lei nº 144
		2007	Lei nº 339
		2015	Lei nº 9.931
		2022	Lei nº 11.264
		Ano	Nível municipal
		1993	Decreto nº 4.964
		2009	Lei nº 6.028
		2018	Lei nº 6.866
		2020	Lei nº 7.106
Trabalhadores	Oportunidade Trabalho exaustivo	Ano	Nível federal
		1993	Lei nº 8.623
		2012	Lei nº 12.591
		Ano	Nível estadual
		2006	Lei nº 8.817
		2022	Lei nº 11.274
		2023	Lei nº 11.352
		Ano	Nível municipal
Mercado	Crescimento econômico Novos produtos Volatilidade	2015	Lei nº 6.531
		2018	Lei nº 6.864
		Ano	Nível federal
		1997	Lei nº 6.513
		Ano	Nível estadual
		1997	Decreto nº 13.723
		1999	Lei nº 7.435
		2017	Lei nº 10.213
		2022	Lei nº 11.230
Comunidade local	Emprego e renda Comércio Qualidade de vida	Ano	Nível municipal
		2010	Lei nº 6.079
		2023	Lei nº 7.602
		Ano	Nível estadual
		1999	Lei nº 7.435
		2022	Lei nº 11.230
		Ano	Nível municipal
		2016	Lei nº 6.639

Turistas	Intercâmbio intercultural Conhecimento de mundo	2018	Lei nº 6.866
		2019	Lei nº 8.886
		2021	Lei nº 7.169
		2023	Lei nº 7.602
		Ano	Nível federal
		1938	Decreto nº 406
		1978	Decreto nº 82.307
		Ano	Nível municipal
		2010	Lei nº 6.079

Fonte: elaboração própria (2024).

Em uma perspectiva crítica ao que foi desenvolvido, apresentado e aplicado na legislação do turismo, Maranhão (2017, p. 255), afirmou que há um:

Entendimento limitado do turismo, pautado sob uma interface puramente econômica. Esta é plataforma pela qual o turismo vem sendo justificado enquanto área de prioridade do Estado brasileiro desde 1980 até os dias atuais. Dificultando o necessário alinhamento com um planejamento mais amplo, dotado de estratégias participativas, por parte da gestão pública no Brasil.

Para o autor, a visão limitada do turismo faz com que o percurso econômico tenha ditado as regras dos processos, fazendo com que o caminho da regulamentação do turismo no Brasil tenha seguido a evolução do sistema capitalista (Maranhão, 2017), dada a concentração de poder político em atender os interesses do mercado em cada momento histórico. Destaca-se que inexistente regulamentação específica pensada para a zona histórica e portuária, considerando suas particularidades e dinâmicas. Embora o setor público tenha tido ferramentas para proporcionar um direcionamento legal para o uso destas zonas, não o fez por via judiciária, mas sim por meio de políticas públicas.

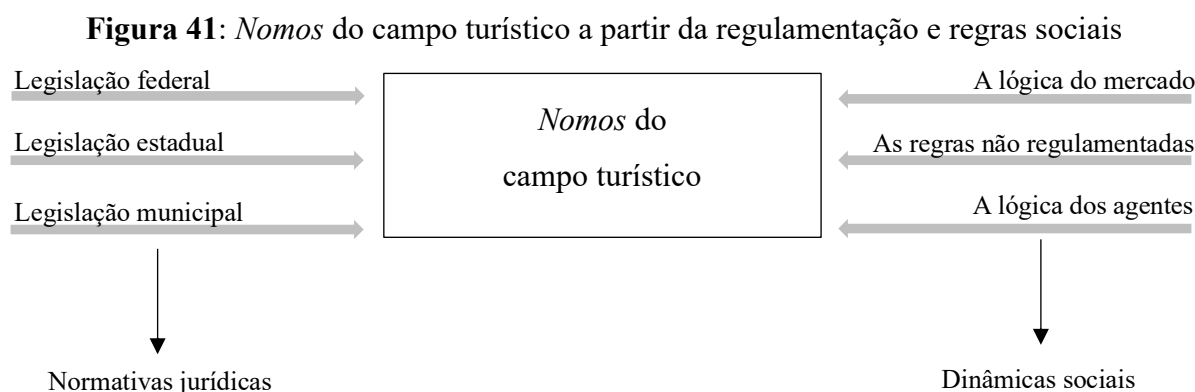
Assim, nos questionamos: o que funciona, de fato, na prática, para além de uma lei? Algumas regulamentações não saíram do papel, em especial aquelas formuladas a nível municipal e além das normativas jurídicas, a própria dinâmica do campo detém as suas regras que podem estar em constante transformação decorrente da disposição do jogo. Outras normativas não regulamentadas podem estar cristalizadas no seio do campo, pelos agentes normalizarem o processo enquanto dispositivo regulador, seja ele legislado ou não.

Para Bourdieu (2023, p. 103):

O campo não é alguma coisa que começaria num certo momento, por contrato, por decreto. Não há um contexto absoluto. Mesmo que a análise sociológica tenha por função encontrar essa espécie de *nomos*, de lei originária que é ao mesmo tempo uma divisão, encontrar os *nomi* e torná-los visíveis, não se trata de pensar que existe um nomóteta que, num certo momento, formulou e constituiu o *nomos*.

Nesse sentido, a formulação de um *nomos* originário não se faz fundamental para a existência do campo, dando a ele as características de uma instância de governança. A temporalidade e as dinâmicas sociais fazem com que os *nomi* sejam criados e configurados para atender as demandas do campo em questão, diluindo e aperfeiçoando as regulamentações, disputas simbólicas e jogos de poder. Quando se trata do mundo social, a definição de um problema, seja ele público ou não, perpassa pela validação dos agentes e estes definem os caminhos para a solução, considerando as normativas legais e práticas sociais não regulamentadas. É dizer, em todo campo coexistem aquilo que se deve as regras preponderadas pelo meio jurídico e político e aos mecanismos de disposição preconizados na estrutura social.

A figura 41, busca ilustrar a disposição dos aparatos do *nomos* enquanto objetos reguladores.



Fonte: elaboração própria (2024).

Do lado esquerdo se tem o cenário de normativas subsidiadas pelo contexto político e jurídico, ajustadas para atender universalmente todos os agentes que delas necessitem para o desenvolvimento do turismo, regulando-o com o aval do aparelhamento estatal. Do lado direito estão estabelecidas o *nomos* do que está convencionado na sociedade, levando em consideração que o campo pode ser (re)desenhado a partir da luta pelo acúmulo de capital e dos *habitus* dos agentes que nele estão inseridos. Observando que o *habitus* é princípio de

diferenciação e, por sua vez, carregado do histórico pessoal e cultural de cada indivíduo, as regras não regulamentadas e a dinâmica do mercado podem constituir como normativas para o funcionamento e manutenção do campo.

Sobre a construção de regras de consenso entre os agentes dispostas em um campo, gerando processos que são naturais do fazer turístico na zona histórica e portuária de Natal, os respondentes 5 e 11 nos dão um exemplo de normativa social que está fortemente estabelecida na lógica do mercado e seus agentes. Vide:

R5m[Sên]Mer: *Ainda há um trabalho pouco desenvolvido em relação aos outros agentes. Tu não vê hoje, nos hotéis, eles estimulando a ida ao centro histórico. Tem a questão do... do... Vamos lá, vamos numa questão bem matricial. A má remuneração dos agentes da hotelaria em geral e dos guias turísticos faz com que eles tenham que fazer... Vamos supor assim, manobras para receber um salário mais digno e aí eles só acabam indicando os lugares que eles têm uma remuneração é... Por fora, extra, entendeu? Então lugares que são extremamente importantes que valorizam o desenvolvimento do destino, são esquecidos por conta desse tipo de coisa, entende?*

R11m[Sên]Tra: *Você não vê eles aqui. Eles não vêm porque não ganham comissão.*

Para os respondentes 6 e 7, os espaços de governança como os conselhos, não se discutem o cenário da zona histórica e portuária do município. Os agentes agem, por vezes, isoladamente, faltando sinergia e conexões mais fibrosas que possam articular ações mais assertivas e que, de fato, impulsionem a área para uma melhoria turística efetivamente possível e com uma carga de responsabilidade equitativa para todos os agentes envolvidos.

R6f[Sên]Pub: *Sempre se fala nisso. Que precisa melhorar essa visita, valorizar o nosso centro histórico, mas é uma coisa que não fluiu e eu não consigo ter um entendimento do que é dificulta. Eu sei que precisa ter uma sinergia [...], mas ao mesmo tempo a coisa fica dentro de um oito ali.*

R7m[Sên]Tra: *Naquele tempo havia espaço para fazer iniciativas como ele fez, depois as agências vinham e depois vinha o Estado. Havia dentro do segmento a possibilidade você auferir melhor. A coisa foi perdendo, porque faltou desse agente governamental uma participação mais efetiva [...], todas as pautas são ditas, discutidas, mas não são realizadas [...] Falta de uma ação conjunta.*

O *nomos*, portanto, transcende o reconhecimento legal, sendo também enveredado sobre os cenários turbulentos entre os agentes envolvidos. Para Bourdieu (2023, p. 107) “nem tudo é instituído num campo e os campos não são igualmente institucionalizados”. Há um complexo emaranhado de informações que revela um contexto de estagnação de interesses persistentes na zona histórica e portuária, gerando um ambiente nebuloso sobre o que, de fato, está em jogo. Se é, por um lado, o uso do turismo enquanto vetor de transformação responsável do espaço ou, por outro lado, da deliberada ausência do turismo para não tirar o foco dos outros cenários consolidados do turismo no estado do RN, especialmente, do litoral potiguar.

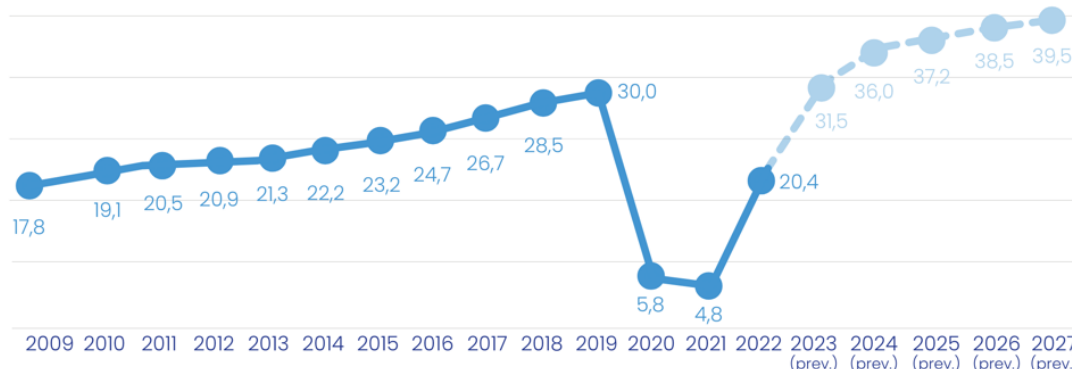
A Illusio: as recompensas do investimento

As normativas, retóricas e investimentos criam a sensação de que o jogo vale a pena ser jogado, promovendo a *illusio* da disputa. De 1901 a 2023, o poder público investiu em ações de requalificação da zona histórica e portuária de Natal por meio do uso de recursos de infraestrutura e a partir dos anos 2000, as gestões despertaram para o interesse turístico. Em paralelo, o porto, como parte integrada a zona histórica natalense e motor de progresso, tornou-se pavilhão econômico para o setor de cruzeiros impulsionado pela construção do TMP. Ambos os cenários dão ênfase para a origem da *illusio*, como dizer: sempre houve investimentos e mudanças calorosas são possíveis.

Chen, Petrick, Papathanassis e Li (2019) destacam que o setor de cruzeiros tem um potencial significativo de impactar diretamente a economia das cidades portuárias receptoras. Isso ocorre devido à capacidade de transportar milhares de turistas e membros da tripulação simultaneamente, realizando paradas estratégicas para desembarque e promoção de experiências nos destinos. Essa dinâmica gera receitas e oportunidades tanto para os residentes quanto para aqueles que participam ativamente dessa cadeia turística, fortalecendo a economia e a vivência cultural dessas regiões. No Brasil, a temporada 2022-2023 de cruzeiros apresentou uma duração média de 4,9 dias com gasto médio de R\$ 5.073,51 por passageiro

na compra da viagem. Após crise global causada pelo Covid-19, o número de passageiros embarcados tem aumentado exponencialmente e a previsão é que esse número extrapole o cenário pré-pandêmico de 2019 (CLIA, 2023), como ilustra o gráfico 5.

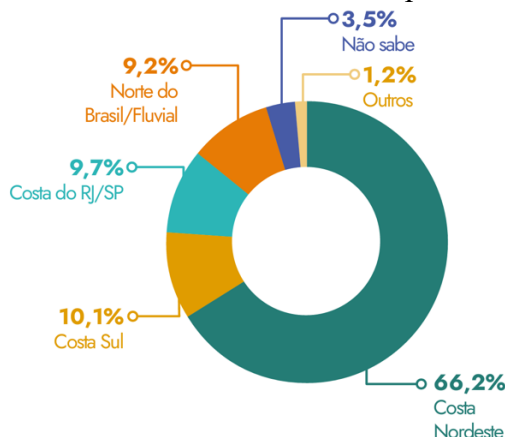
Gráfico 5: Número de passageiros no mundo (em milhões)



Fonte: CLIA e *Cruise Market Watch* (2023).

Além do impacto econômico, o setor repercute na cadeia do turismo gerando vendas nas agências de viagens e operadoras, transporte, receptivo, atrativos turísticos e comércio, além de destacar a geração de empregos diretos, indiretos e induzidos. No Brasil, a temporada 2022-2023 recebeu 29 navios, passando por 38 destinos. Na temporada 2023-2024, os dados foram sobressaltados e o perfil e hábitos de viagem dos cruzeiristas apontam para uma maioria do público feminino (60,8%), com ensino superior, casada(o) ou em união estável, com renda mensal familiar acima de R\$ 5.000,00 e residência em São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais (CLIA, 2024). Os respondentes informaram que o destino nacional de preferência é a costa nordestina com 66,2%, com disponibilidade de realizar o deslocamento na baixa temporada (CLIA, 2024), como ilustra o gráfico 6.

Gráfico 6: Destino nacional de preferência



Fonte: CLIA Brasil (2024).

92,9% dos respondentes informaram que pretendem realizar uma outra viagem de cruzeiro, sendo 35,7% destes pela costa brasileira (CLIA, 2024). Nesse contexto, a Companhia Docas do Rio Grande do Norte noticiou¹⁹ a chegada de um cruzeiro de luxo abrindo a temporada 2023-2024, trazendo 264 passageiros acomodados em 132 cabines. No discurso do respondente 9:

R9m[Adu]Pub: *Estamos estudando a viabilidade de cruzeiros com calado acima da ponte, que eles possam ficar fundeados próximo ao Forte dos Reis Magos. Ali é uma área de pesquisa de dragagem [...]. Em tese [...] a ideia é fundear o cruzeiro ali e depois vim pequenas embarcações [...], isso é um projeto a longo prazo [...] Mas já estamos pensando isso como medidas alternativas é... Para trabalhar e tentar fomentar a entrada de cruzeiros.*

No que se refere a zona histórica, os respondentes acreditam que este núcleo urbano é importante no leque de oportunidades do turismo, considerando que se trata de uma área importante da história da cidade, configurando um espaço de favorecimento ao comércio, visitação e moradia digna. Na visão dos respondentes 3, 10, 11, 6 e 25:

R3m[Sên]Pub: *Primeiro... é o traçado, o nascimento dos locais. Isso garante a ele um status diferenciado aos outros locais. É que a partir dele e dele é possível observar camadas que a cidade ganhou ao passar do tempo. Tudo da uma dimensão, formatação das casas, das ruas mostram a história da cidade.*

R10m[Sên]Mor: *É o bairro de mais importância da cidade, como a própria palavra diz, é o centro.*

R11m[Sên]Tra: *É o início da história da cidade. A cidade começou aqui, mas o povo se lembra mais dos americanos na Segunda Guerra.*

¹⁹ Notícia pode ser lida no portal da CODERN através do link: <https://codern.com.br/noticia/cruzeiro-de-luxo-seabourn-pursuit-abre-temporada-20232024-no-porto-de-natal>.

R6f[Sên]Pub: *Ele é importante, porque ele consegue... Exatamente passar a memória daquela localidade. Para isso é necessário esteja preservado, que ele seja acessível e que tenha a visita aberta direto, entendeu? [...] Sempre vejo assim, centros históricos da Europa. As cidades da Europa, os centros históricos é aquela coisa aberta, onde turismo flui ali dentro que a gente consegue de manhã, tarde e noite.*

R25f[Adu]Tur: *Não tenho muita propriedade para falar, mas é o lugar que a gente conhece melhor a história da cidade.*

Aparentemente se constituiu a liga perfeita para o desenvolvimento do turismo na perspectiva histórica no município, assumindo propostas de (re)qualificação e a abertura para a entrada de turistas por via marítima, desembarcando diretamente na zona histórica. Nota-se que o cenário de *illusio* se desenha enquanto oportunidade de acúmulo de capital por parte do mercado, de incentivos, arrecadação e regulamentação por parte do poder público, de lazer e entretenimento por parte do turista, de oportunidade de trabalho pela comunidade.

Os agentes do turismo são parte inerente no desenho do campo turístico, ajudando na compreensão da disputa pelo seu monopólio. A aplicação de uma composição no campo turístico, ou seja, um campo em que os interesses envolvem a tomada de decisões e deliberações de interesse turístico, coloca-o como agenda na competição. Iniciamos nossa disposição com a relação dos agentes com o capital global, conjecturando que todos possuem algum acúmulo ou afinidade com o turismo. Esse cenário conflituoso aparece nas retóricas dos respondentes, ao respondente 7 e 4, afirmam que:

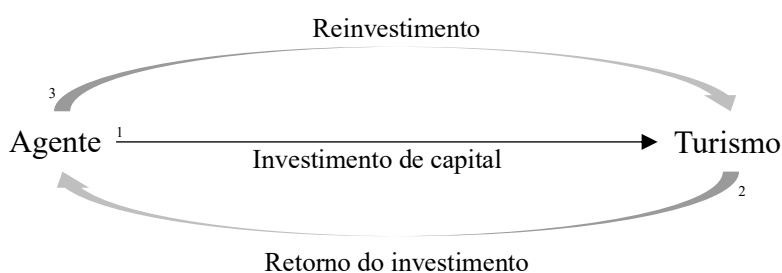
R7m[Sên]Tra: *O que acontece é que uns querem restaurar, outros querem fazer um novo plano diretor e fica nesse impasse. Eu sou a favor de que... Eu sou a favor de duas coisas, de que se traga vida para aquele bairro, seja lá de qual forma. Preserve o que se é de preservar e o resto deixa construir, porque a cidade precisa evoluir. Hoje nós temos um esvaziamento grande das Rocas, das Quintas, da Ribeira, da Cidade Alta.*

R4f[Sên]Pub: Na zona histórica já tivemos um projeto, um trabalho técnico de construção de um corredor cultural, faz um bom tempo, acho que foi 2008, 2009. Tivemos várias reuniões, palestras, reuniões com guias, mas nunca saiu do papel por várias questões. Por os guias não acreditarem tanto, por não ter uma estrutura que acolha os ônibus, os turistas.

Ao julgar essa análise no contexto do turismo, considerou-se uma variedade de agentes sociais envolvidos no campo. Empresários, acadêmicos e trabalhadores, por exemplo, podem estar distribuídos no campo compondo um arranjo de arena política onde teríamos, sob a visão *bourdieusiana*, uma mescla das influências e interesses. Para Bourdieu (2023), existem duas formas de manipular a *illusio*, uma concentrada nas esperanças subjetivas dos agentes do campo e a outra com foco nas chances reais do jogo ser lucrativo, isto é, nas chances objetivas.

De acordo com Bourdieu (2023, p. 232) “a lei de todos os campos é que o investimento no jogo, aquilo que chamo de *illusio*, a vontade de jogar, a propensão a investir tempo, esforços, boa vontade, aspirações etc. no jogo, supõe um mínimo de chances no jogo”. A partir desse cenário, os agentes passam a investir no objeto disputado, esperando retorno para o reinvestimento em um ciclo constante de *illusio* do agente para o objeto e vice-versa, como ilustra a figura 42.

Figura 42: *Illusio* do campo turístico a partir do retorno de capital investido



Fonte: elaboração própria (2024).

O processo de investimento na *illusio* se ocasiona de forma simbólica por meio do interesse dos agentes e, também, de forma material através do emprego de capital econômico, cultural e social no desenvolvimento de atividades que gerem retorno financeiro. À medida que o agente investe capital no turismo (1), o turismo de maneira figurada ou factual, retorna o investimento (2) com sobreposição de qualidade, fazendo com o que o agente retorne a

investir (3), gerando um ciclo micro que somado aos demais agentes do campo faz com que a *illusio* seja difundida e perpetuada na existência do campo. A *illusio* proporciona importância ao jogo social, admitindo que o que está na disputa é de interesse que exista e que seja disputado, apostado, barganhado (Oliveira, 2005).

Os números, as estatísticas, as ações de reconfiguração urbana e as promessas de um futuro promissor são partes fundamentais da constituição da *illusio* do campo turístico que nos debruçamos. Observamos que tanto nas narrativas, quanto na matemática dos agentes há desesperança, mas há também esperança na mudança e no aproveitamento do retorno do investimento, forjando um cenário que gera em seu núcleo de discussão conflitos simbólicos entre os agentes participantes do campo, dando início e ao mesmo tempo finando, a formação do campo.

O campo

A partir das três inquietações constitutivas do campo (*doxa*, *nomos* e *illusio*), focamos na compreensão da complexidade ao tomar o turismo corporizado na zona histórica e portuária enquanto elemento de disputa, configurando um campo turístico. Turismo na percepção comum gera uma noção de que, por ser uma via de comércio, qualquer indivíduo é capaz de utilizá-lo, gerenciá-lo e quiçá desenvolvê-lo sem prévio conhecimento. Por isso, o envolvimento de diferentes agentes faz do turismo um objeto fenomenológico, pois cada agente interpõe os seus entendimentos, exteriorizando o que o turismo oferece de subjetividade e interiorizando as práticas turísticas no saber-fazer de suas ações.

De acordo com Bourdieu (2023, p. 33) “há, portanto, propriedades invariáveis de todos os campos, e o princípio invariável de todos os campos é que a estruturação de cada campo é definida pela distribuição daquilo que chamo de capital específico, o qual [...] define a força no espaço em consideração”. No que se refere ao nosso objeto, as forças do espaço podem ser medidas pelos níveis de intervenção realizados pelos agentes que se propuseram a depositar *illusio* na zona histórica e portuária com justificativa baseada no turismo. A esse nível de intervenção podemos escalonar em alto, médio e baixo.

Consideramos um alto nível de intervenção aqueles que possuem, em um primeiro momento, uma considerável influência no seio político nacional, estadual e municipal. Estes agentes possuem a capacidade de dialogar e influenciar os demais agentes do campo, sobressaindo os interesses dos agentes dominados, pois suas narrativas e tratativas estão respaldadas em um considerável volume de investimento econômico, cultural e social

materializado em projetos, ações de impacto direto, com parcerias consolidadas e a longo prazo.

Ao nível de intervenção médio, pondera-se para os agentes que, apesar de possuírem um bom diálogo com os demais e realizarem intervenções para médio prazo, eles não induzem completamente a manipulação simbólica dos demais indivíduos a fim de atender suas demandas no campo. Por vezes, os agentes que possuem um nível médio de intervenção são coligados aos de alta intervenção, sendo parceiros diretos em seus projetos. E, aos agentes de baixa intervenção se atribuiu aos que realizam atividades pontuais e para o curto prazo, que estão nivelados abaixo na escala de subordinação, pois não encontram justificativa econômica de grande relevância, retórica de influência e poder para barganhar os demais agentes e promover mudanças efetivas.

Ao considerar o lapso histórico de intervenções públicas e privadas para estas zonas, e ao ponderar pela *doxa*, *nomos* e *illusio* do turismo apontadas, o campo estaria formado pelos seguintes agentes e seus níveis de intervenção (quadro 12). Buscou-se entender por intervenção, em um primeiro momento, a produção de conteúdo (ações, políticas, programas, intervenções, investimentos, entre outros), que objetivaram, de alguma maneira, introduzir o turismo enquanto ferramenta para impulsionar a zona portuária e histórica de Natal.

Quadro 12: Agentes do campo

Agente	Interesse	Disputa por qual capital	Nível de intervenção
Pasta de esfera federal	Infraestrutural e comercial	Econômico, Simbólico (político) e Turístico	Alto
Agência federal	Orientativo	Simbólico (político) e Turístico	Alto
Pasta de esfera federal	Fluxos turísticos	Econômico, Simbólico (político) e Turístico	Alto
Autarquia federal	Gestão	Econômico e Turístico	Alto
Pasta de esfera estadual	Fluxos turísticos e diversificação do produto turístico	Econômico, Simbólico (político) e Turístico	Alto
Alto mercado	Comercial	Econômico e Turístico	Alto
Pasta de esfera municipal	Fluxos turístico e diversificação do produto turístico	Econômico, Simbólico (político) e Turístico	Médio
Autarquia federal	Salvaguarda patrimonial	Cultural e Turístico	Médio
Pasta da esfera estadual	Fortalecimento da cultura	Cultural e Turístico	Médio
Pasta de esfera municipal	Fortalecimento da cultura	Cultural e Turístico	Médio
Academia	Produção científica	Simbólico (científico) e Turístico	Médio
Médio mercado	Comercial	Econômico e Turístico	Médio
Médio mercado	Comercial	Econômico e Turístico	Médio

Associações de interesse turístico	Comercial	Econômico e Turístico	Médio
Paraestatais	Educacional	Cultural e Turístico	Baixo
Pasta de esfera municipal	Reconfiguração da cultura natalense	Cultural e Turístico	Baixo
Mercado associativo	Comercial	Econômico e Turístico	Baixo
Trabalhadores	Mercado de trabalho	Econômico, Cultural e Turístico	Baixo
Comunidade local	Vida digna	Econômico, Cultural e Turístico	Baixo
Turistas	Intercâmbio intercultural	Econômico, Cultural e Turístico	Baixo

Fonte: dados da pesquisa (2024).

Nota: Alto mercado: grandes corporações do turismo natalense, associações empresariais; Médio mercado: empresas de turismo de menor porte, mas que de certo ângulo influenciam e dialogam com o alto mercado; Baixo mercado: micro e pequenas empresas; e Mercado associativo: organizações coletivas, organizações comunitárias.

A disposição dos agentes na disputa pelo uso turístico (nas mais variadas formas), configura uma disputa pelos capitais de seu interesse. É importante ponderar que para além de suas ações efetivas e considerando suas relações com o campo e com os demais, os agentes disputam unanimemente pelo capital turístico. Aqueles agentes que possuem uma maior afinidade de interesse, poderão estar coligados quando o turismo é tópico de debate. Os atores que possuem interesse em acumular capital econômico e simbólico (político), possuem um alto nível de intervenção, ou seja, propuseram e/ou efetuaram ações de interesse turístico na zona histórica e portuária de Natal, direcionando seu uso para o público/privado.

Os agentes de médio nível de intervenção, apesar de pautarem seus interesses para a zona portuária e histórica, não vêm induzindo novos usos. As produções acadêmicas, manifestações culturais, a salvaguarda do patrimônio edificado e a promoção do comércio de rua, apesar de proporcionar dinâmicas de usos diversos para a zona, encontra uma barreira hegemônica no processo de desvalia dos bairros. No que corresponde a relação porto-cidade, fundamental para criar conexões e fortificar a região, Silva Júnior e Nóbrega (2023) argumentam que “essas variáveis corroboraram para atender grupos específicos que não dialogavam com o entorno”.

Já os agentes de baixo nível de intervenção, disputam um capital mais cultural que econômico. A posse de capital cultural desperta um interesse que está além do acúmulo econômico. O capital cultural também favorece a diferenciação, uma vez que o seu acúmulo sugere enriquecimento pessoal, cognitivo, experiência de mundo e validade entre os pares. Essas personas são promovedoras de ações pontuais nas zonas (caminhadas, eventos e roteiros históricos) e são os que a vivenciam (trabalhando, morando ou visitando), deixando um legado de uso e resistência frente ao processo de abandono dos últimos anos.

Uma das principais problemáticas relacionadas a essa região é o processo de desvalorização e as diferentes intervenções realizadas para o seu revigoração. Nos últimos anos, os bairros têm registrado uma redução no número de habitantes e no fechamento de estabelecimentos comerciais de rua (lojas de varejo, alimentos e bebidas, quiosques, farmácias etc.). Diversos edifícios com características arquitetônicas relevantes e valor histórico-turístico foram abandonados e além disso, há uma escassa oferta de roteiros culturais por parte das agências de receptivo da cidade, mesmo que alguns agentes organizem, em momentos pontuais, passeios voltados tanto para os moradores de Natal quanto para os turistas que visitam a região. Em uma resposta metafórica sobre o estado atual da zona histórica e portuária de Natal, o respondente 8 dissertou:

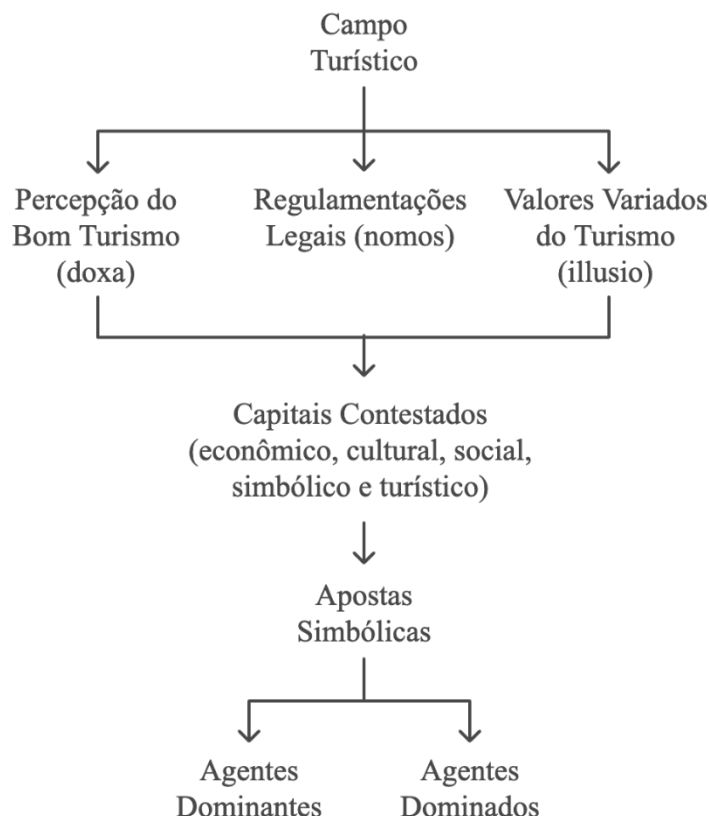
R8m[Sên]Tra: *Como é que eu vou visitar sua casa, se ela está de cabeça pra baixo? Nem você quer me chamar, para que eu não veja a desorganização que está dentro da sua casa e, nem eu vou ter interesse de querer ir na sua casa por achar que não é um ambiente interessante para eu visitar. Então quem é responsável pela sua casa? É você.*

O campo que pode ser analisado a partir de estruturas pré-existentes, oportuniza uma leitura das produções da temporalidade histórica e as consequências que o produz. O turismo se tornou ponto de inflexão, quando a zona é vista enquanto um produto comerciável (vide exemplos nas cidades latino-americanas e europeias), porém em Natal esse campo gera um conflito de interesse no uso turístico do território em detrimento de outra zona onde o turismo é mais enfático, presente e subsidiado, apesar da *doxa* apresentar o turismo enquanto elemento indispensável ao desenvolvimento, o *nomos* mostrar suas regulações e a *illusio* suas conquistas.

Para Oliveira e Pimentel (2020), pensando no campo turístico, este “traz elementos necessários para uma interpretação mais profunda da realidade, ultrapassando a descrição da evolução de um destino turístico a partir de seu ciclo de vida”, e por isso, para esse recorte socio geográfico e temporal uma análise de cada agente a partir do acúmulo dos seus capitais se faz necessário, uma vez que ao ponderar pelas ações investidas pelos agentes, o campo mostrou sua força para o predomínio estatal e mercadológico, em contraposição aos agentes de pastas públicas pouco representativas, das comunidades, trabalhadores e turistas.

Ao ponderar pela sua *doxa*, *nomos* e *illusio*, o turismo se apresenta enquanto um braço forte do movimento capitalista, pois seu desenvolvimento está intrinsicamente ligado ao modelo hegemônico de consumo massivo e experiências efêmeras. O poder público ponderou pela direção e controle dos mecanismos jurídicos que buscaram, de alguma maneira, uma contemplação de todos os envolvidos, mas o mercado acabou por ser o principal beneficiado nessa relação. O poder do mercado é evidente frente a dinâmica e lógica na qual a sociedade está envolvida e, por isso, o turismo é abraçado enquanto uma oportunidade de aprimoramento dos novos mecanismos do capital financeiro internacional e no reforço da globalização descentralizada dos grandes centros, ocupando áreas antes não previstas para o turismo em si. Enquanto isso, sociedade e academia buscam dentro de suas limitações nesse campo, uma oportunidade de uma melhor vida, bem como expor medidas alternativas, dada as condições postas, respectivamente.

Para Figueiredo e Nóbrega (2015, p. 14), o campo turístico, a princípio, é “normalmente organizado e estruturado a partir da dominância da instância governamental, que, dependendo das forças em disputa e da feição da política, definem as posições dominantes. Esse movimento é alimentado pelo ideário do desenvolvimento.” Nesse sentido, o campo estaria turvado de disputas que ponderam sobre o bom do turismo (*doxa*), a regulamentação legal e dinâmicas sociais (*nomos*) e sobre o valor econômico, sentimental, cultural, diferenciado que o turismo pode causar nos indivíduos (*illusio*). A partir disso, os capitais disputados, com exceção do capital turístico, entram para oferecer a tônica do jogo, dando oportunidade de apostas simbólicas sobre o que cada agente considera importante a partir do quanto cada agente está disposto a investir, como ilustra a figura 43, gerando uma relação de dominantes e dominados.

Figura 43: O campo turístico a partir das disputas de capital

Fonte: elaboração própria (2024).

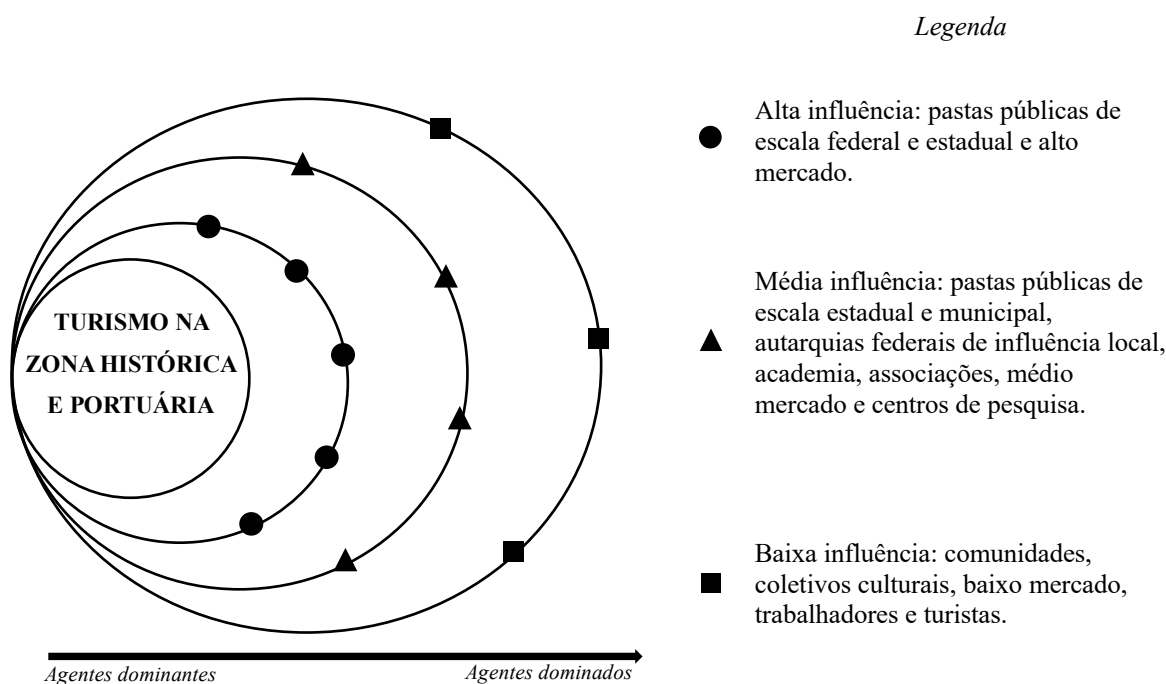
Portanto, a composição de um campo requer também a estruturação do acúmulo do(s) capital(is) em disputa. A sociologia de Bourdieu “*implies that social actors struggle and compete to position themselves in fields with the help of different forms of symbolic and material resources (capital)*” (Ihlen, 2009) e com isso podemos afirmar que o turismo possui corpo suficiente para constituir um campo seu que possui regras próprias, considerando suas regulamentações e maneiras simbólicas de ordenamento. Também é um objeto de disputa de seus agentes e estes visam o seu acúmulo para gerar diferenciação a partir da disputa pelo capital turístico.

O capital turístico é substancial para o campo turístico (Pimentel, 2018), pois o campo existe em função de seu capital, ou seja, o que está em disputa no campo econômico é o capital econômico e assim como os demais campos. Esse capital estaria espalhado na disputa do campo na forma simbólica (conhecimento do turismo enquanto fenômeno transformador da realidade), e na forma material (execução do turismo enquanto atividade econômica). No que se refere ao campo turístico a partir da zona histórica e portuária de Natal, o campo estaria apresentado não cartesianamente cristalizada, mas em forma circular, dada a importância do

fluxo entre os agentes, e ao mesmo tempo ao negligenciamento do turismo enquanto uma alternativa plausivelmente viável para essa zona, como pode ser observado na figura 44.

A figura apresenta uma representação temporal da formação do campo, estando devidamente correlacionada com as estruturas preponderadas no que já é passado. O campo turístico é fluido e, por mais que os agentes possam parecer isolados em seus contextos, a fragilidade do campo abre espaço para o poder simbólico se instaurar com mais força, pois as lutas travadas entre os agentes são de clara dominação. Não obstante, mediante uma crise severa para solucionar um problema latente, o campo tende a organizar-se de maneira tendenciosamente rápida, conotando preocupação e suposta união, quando em verdade está expondo suas fronteiras de poder e superioridade de alguns agentes para outros.

Figura 44: O campo turístico da zona histórica e portuária de Natal



Fonte: elaboração própria (2024).

Os agentes dominantes desse campo estão concentrados nas pastas públicas federais e estaduais com influência e capacidade de articulação com eixos do domínio que são de interesse turístico, sendo serviços essenciais para o seu bom funcionamento, além do alto mercado turístico local que concentra os serviços na área litorânea do estado do RN, pouco promovendo e dialogando com os atrativos da zona histórica e portuária. No meio do campo estão reunidas as pastas públicas estaduais e municipais de interesse turístico, mas de menor influência. Geralmente, esses setores detêm pouco orçamento e são demandados para serviços

mais práticos, pouco urgentes. Somados a eles estão a academia com o cenário da pesquisa e extensão, em atividades pontuais.

Na escala dos agentes dominados estão as comunidades locais, o baixo mercado, os trabalhadores e os turistas. Esses agentes não se encontram organizados em uma lógica coletiva, sendo suas percepções individuais a forma de luta simbólica nesse campo. Por não estarem representados em forma colegiada os agentes sob dominação pouco interferem na zona histórica e portuária de Natal, uma vez que, considerando suas individualidades, os agentes, por vezes, não possuem compreensão do que se passa nas lutas travadas entre os atores mais próximos do centro do campo, onde o objeto está localizado. De acordo com os respondentes 10, 12 e 34:

R10m[Sên]Mor: *Em 1977 o centro histórico tinha uma efervescência, tinha livraria, tinha cinema... cinema Nordeste, cinema Rex, cinema Rio Grande. Tinha uma vivência cultural. Era o shopping de Natal. O povo vinha ver as vitrines das lojas. Tinha também uma concentração de intelectuais.*

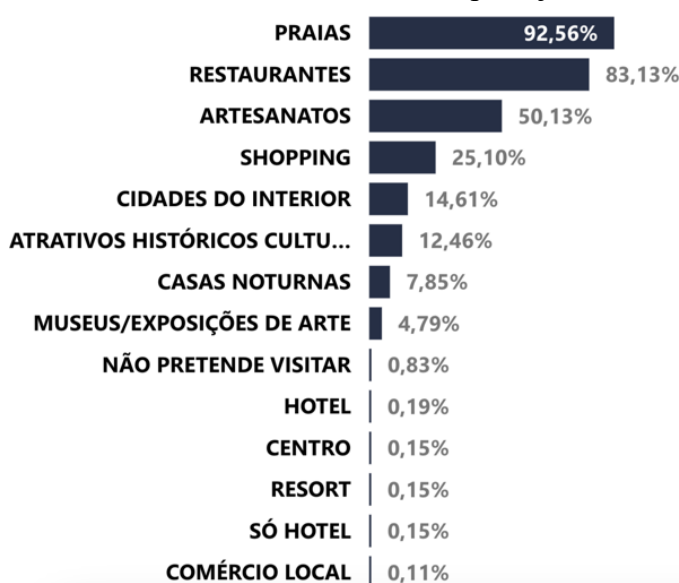
R12f[Adu]Tra: *Eu montei esse restaurante aqui há uns dois anos, meu marido trabalha ali mais frente. A gente tá aqui porque gosta, o pessoal vem almoçar, mas a Ribeira está esquecida faz é tempo.*

R34m[Adu]Tur: *Nós não temos noção de como é o centro histórico, nem como podemos chegar a Natal de cruzeiro (risos). Confesso que não sabia que a cidade recebia, entende? Talvez preciso de mais divulgação, não sei.*

A partir desse posicionamento dos agentes, é notório perceber que os eles possuem interesse que o campo exista, mesmo que o turismo na zona histórica e portuária não seja uma realidade concreta, consolidada e fortalecida pelos próprios. O debate em torno dessas zonas pelo turismo se dá pela retórica de uma preocupação com o apagamento da história, porém com olhares enviesados para o desenvolvimento e maior avanço do turismo de sol e mar, já trabalhado por décadas no estado, reforçando o interesse do turismo como uma única via de possibilidades. Cenários onde o turismo de sol e mar e histórico-cultural se encontram

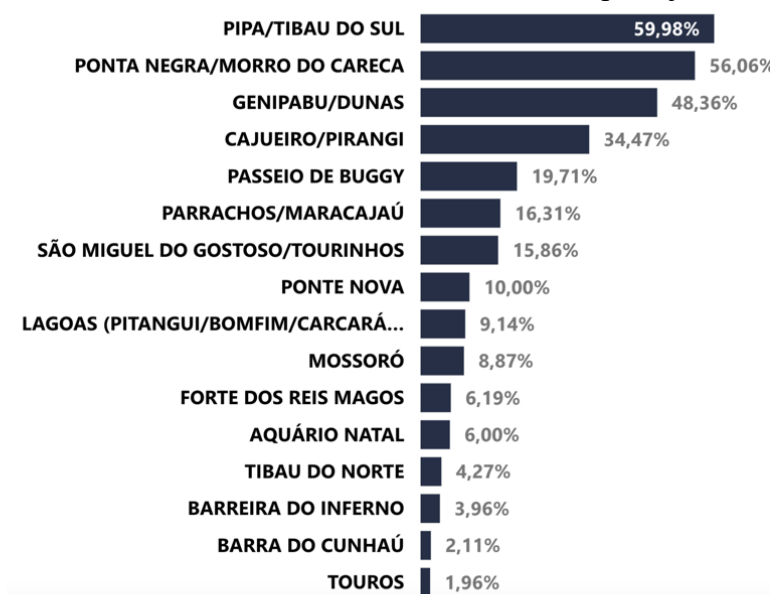
mais visitados (gráfico 7). Ademais, nenhum atrativo histórico-cultural da zona histórica e portuária aparece no ranking dos 10 atrativos mais visitados (gráfico 8). O Forte dos Reis Magos surge isolado, se comparado aos demais atrativos culturais de Natal. Para alguns a “culpa” de tal realidade é do setor público, especialmente das gestões estadual e municipal e para outros, reconhecer a ausência de ações mais assertivas do Estado é uma realidade, mas o interesse privado do turismo natalense pouco incentiva, nem busca pressionar as gestões por alternativas viáveis, mesmo que em projetos de parceria.

Gráfico 7: Quais locais visitou ou planeja visitar?



Fonte: SÍRIO (2024).

Gráfico 8: Quais atrativos turísticos visitou ou planeja visitar?



Fonte: SÍRIO (2024).

De acordo com os respondentes 7 e 8:

R7m[Sên]Tra: *A questão é, não existe interesse por parte dos órgãos públicos em restaurar a cidade. Na minha opinião eles querem que tudo caia para que eles construam edifícios.*

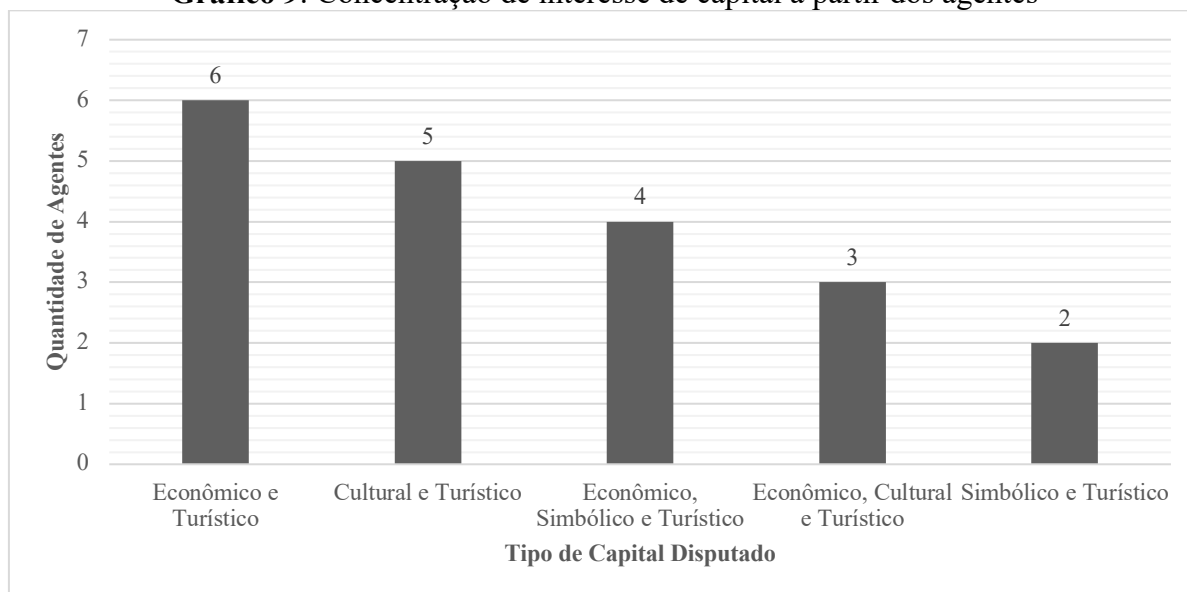
R8m[Sên]Tra: *Eu acho que a iniciativa privada também não cobra [...] externamente a gente não vê. Imagine o seguinte: os donos de agência, se reunirem, chama os guias e ir pra frente de algum prédio que tá caindo, botar a boca no trombone, levantar uma placa, não sei que. Entenda, não é obrigação deles não, eu sei, mas entenda o impacto.*

Quando o interesse não é visível, significa dizer que não enxergamos a diferença que o campo proporciona entre os agentes, ou seja, os agentes envolvidos no campo não são capazes de perceber o processo de diferenciação entre eles, menosprezando o campo enquanto um espaço latente de oportunidades, consequentemente, de concorrência. Para Bourdieu (2023, p. 144) “aquele que não tem o *principium divisionis*, o princípio de visão e de divisão, não enxerga o interesse porque não enxerga onde estão os lucros”. Para o autor, quando o desinteresse nas estruturas do campo é vaga, mais espaço há para as manobras do poder simbólico de interferência dos agentes dominantes, bem como de intromissão de outros campos.

Esse contexto de desinteresse pelo campo revela um dado interessante, pois o campo possui uma autonomia relativa, ou seja, uma lógica própria. Se os agentes de média e baixa influência não são capazes de mobilizar esforços conjuntos para a solução do problema, os agentes dominantes ditam as regras que lhes convém, reforçando a diferenciação e invisibilizando o turismo na zona. O campo é um jogo contínuo, onde os agentes cientes de suas regras, participam e debatem, mesmo que simbolicamente, criando a relação de dominantes e dominados e gerando lucros específicos para o agente que está no epicentro do campo. Para Bourdieu (1982), essas lutas internas no campo envolvem a distribuição de um ou mais capitais, transparecendo aqueles agentes que buscam um maior posicionamento, especialmente para a tomada de decisão. De acordo com os agentes levantados no quadro 12, com a fala dos entrevistados e refletindo, a princípio, sobre uma distribuição de um capital

global, percebe-se uma tendência de maior concentração no capital econômico, seguida do capital cultural, como pode ser observado no gráfico 9.

Gráfico 9: Concentração de interesse de capital a partir dos agentes



Fonte: elaboração própria (2024).

O capital econômico está concentrado na busca pela dominação dos bens econômicos, sejam eles uma melhor renda, seja na forma de patrimônio material, dinheiro. O simbólico aqui tem duas vertentes, quando junto do capital econômico o capital simbólico assume a forma de capital político e quando separado releva o capital acadêmico, compartilhado entre os agentes dos espaços de saber. O capital cultural denota um recurso tão útil quanto o econômico, visto desde suas formas de capilarização (incorporado, objetivo e institucionalizado), potencializa o uso da zona histórica e portuária, além de reforçar a diferenciação entre os agentes.

Ademais, também é possível perceber uma junção de interesse em mais de um capital (econômico e simbólico, econômico e cultural). Isso se dá devido os agentes possuírem mais de um interesse de acúmulo, concentrando mais poder de dominação sobre os demais agentes, dado a interferência de outros capitais no campo para além do turístico. Devido a ausência de um espaço objetivado para a construção dos debates em torno da zona a partir do turismo, o capital social não foi revelado aos agentes do campo, a princípio. O capital social expõe dois elementos fundamentais: a) as redes das relações sociais e b) a qualidade dessas relações nos fatores determinantes do campo. Observa-se que os agentes estão relativamente isolados em

seu processo de luta, principalmente os agentes dominados, caracterizando um espaço fluído e fragilizado. Para a respondente 6:

R6f[Sên]Pub: *O conselho municipal de turismo de Natal que, eu entendo que poderia ser um espaço para isso, não é ativo nisso.*

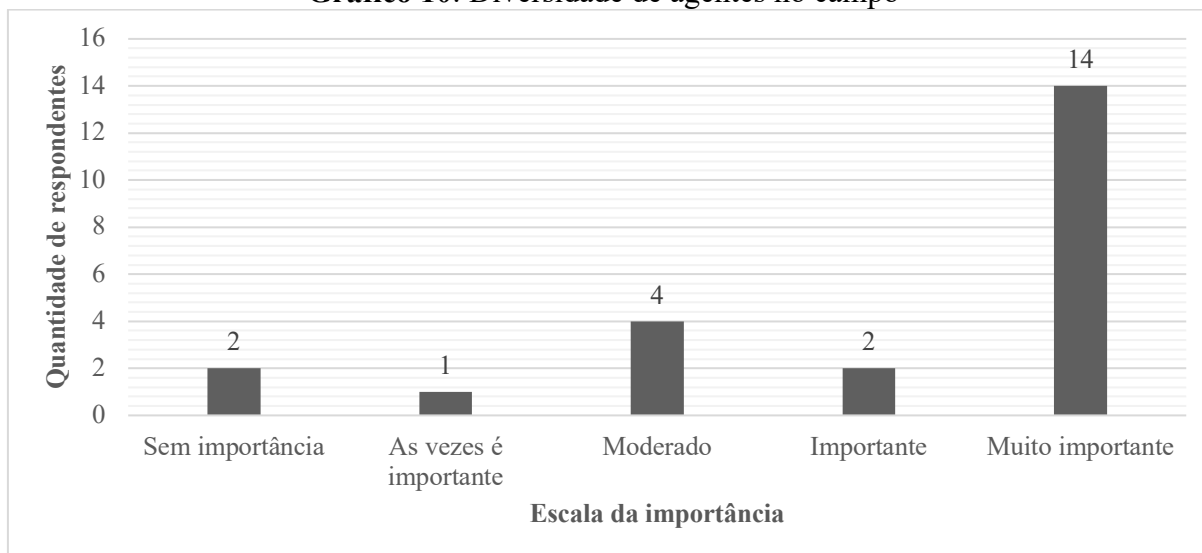
A vulnerabilidade do campo, na falta de conectividade acentuada de seus agentes, revela os limites que o campo opera. Para Bourdieu (2023, p. 28) “poderíamos dizer que uma das maneiras de decidir a questão dos limites de um campo é saber o lugar em que de alguma maneira se enfraquece o que podemos chamar de efeito de campo”, ou seja, por mais que os agentes estejam isolados ou com pouca conectividade em suas articulações, o campo revela que as disputas pelo capital turístico se concentram no arco mais próximo ao objeto, nos agentes dominantes.

Sendo o campo, portanto, um *locus* de combate para acúmulo ou subversão de da distribuição de capital, podemos inferir que dada a dinâmica do campo a partir do posicionamento que os agentes ocupam, o campo turístico é um espaço fundamentalmente turístico, político e concorrencial. Político, pois o que está em jogo é o monopólio do turismo, enquanto retórica, ação pública de investimento, visibilidade e concorrencial devido ao exercício de seu comércio fluir em zonas específicas da cidade. No conjunto do campo político, os agentes se conectam, desde suas individualidades até formações de arenas, que possuem um destaque menor no campo, sendo espaços mais intimistas.

É dizer, as arenas reúnem agentes de similares *habitus*, por vezes influenciando as relações de dominação pelo capital em disputa. Nesse sentido, as práticas turísticas não podem ser compreendidas como práticas desinteressadas no campo turístico. Há sobremaneira, uma concentração de decisão para onde o turismo caminha e é desenvolvido no estado do RN, em especial na cidade do Natal, em virtude de sua disposição nas mãos de poucos agentes que influem sua dominação na realidade dos dominados, proporcionando a zona histórica e portuária um contexto de pouco ou nenhum interesse. A materialidade estrutural do campo existe nas ações público, privadas e naquelas desenvolvidas pela sociedade, mas não viabilizaram a radicalização do cenário do turismo na zona. Isso implica em dizer que o desinteresse pelo campo pode ser proposital, reforçando a dominação para invisibilizar a zona do contexto turístico local.

Em contrapartida, para os respondentes, caso o campo existisse em um formato de instância de governança, por exemplo, o campo deveria compor uma diversidade ampla de agentes, como ilustra o gráfico 10.

Gráfico 10: Diversidade de agentes no campo



Fonte: elaboração própria (2024).

Esse comportamento denota uma aproximação para o surgimento de pequenos grupos que desenham as dinâmicas entre os agentes e suas consequências, pois nestes espaços de debate e construção de ideias para a solução de um problema público com base no turismo, se ampliam os olhares para a concentração de decisão com mais força, nos agentes de dominação. A distribuição desigual dos capitais é o que infere ao campo, um espaço de lutas. O campo determina, por sua concepção, um espaço de privilégio ao conferir aos agentes dominantes, a tomada de decisão. Questiona-se, portanto, já que o campo possui uma abrangência maior, por que não caracterizar as alianças como subcampos?

A noção de subcampo denota a existência de um campo maior que domina o campo que está englobado e, devido a força dos agentes do poder público no campo turístico quando considerando a análise a partir da zona histórica e portuária, não faria sentido a exposição de um campo turístico onde esses agentes dominam e são dominados por si mesmos. Entretanto, os subcampos podem existir dentro de uma relação de dominação dos campos inerentes a cada campo em particular. É dizer, o público possui seu próprio campo de lutas, o mercado, os turistas e a comunidade local também.

No Estado pode haver subcampos onde existam, por exemplo, a concentração de agentes no corpo técnico (servidores) e no corpo político (secretários, diretores, políticos),

explicitando uma relação dialética que também se espelha no mercado com os trabalhadores e empresários. Em similitude, entre os turistas e suas motivações (natureza, negócios, eventos, cultura) e entre os moradores (líderes comunitários) e a comunidade que se porta de forma mais passiva frente a uma liderança. Nessa perspectiva, podemos falar em subcampos, pois a relação de dominação pressupõe que o campo englobado é dominado pelo campo maior, dada as circunstâncias de disparidades dos grupos.

O turismo e suas características flexíveis de comportamento, denota um campo onde as forças, além de apresentarem forte desigualdade, compreendem a formação de grupos não caracterizados por subcampos, mas por arenas políticas que, desenhadas a partir de afinidades, reforçam à lógica de dominação dos agentes dominantes no campo turístico, onde esses agentes buscam um acúmulo de um ou mais capital(is). Uma vez o campo consolidado, a próxima sessão detalhará como o capital econômico, cultural, social e turístico está distribuído e como a busca pelo acúmulo do capital turístico se dá a partir da zona histórica e portuária na formulação das arenas políticas ponderadas para propulsionar decisões que transpassam e ao mesmo tempo negligenciam o turismo nestas zonas.

4.7 Considerações Parciais

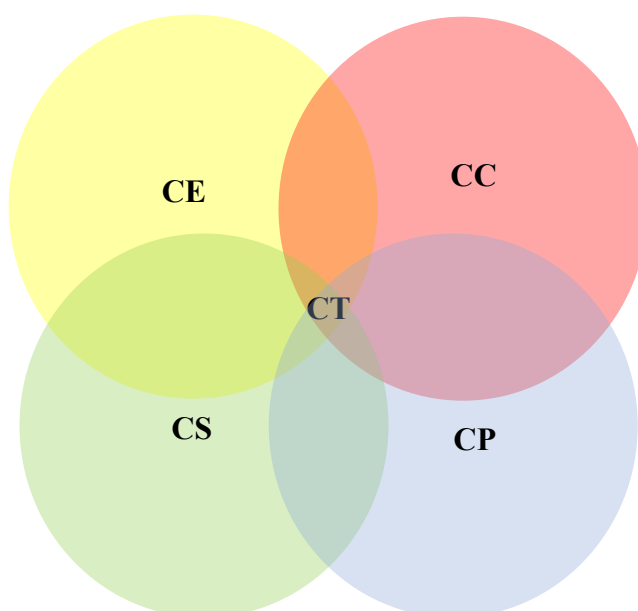
As zonas históricas e portuárias, devido a formação urbanística das cidades litorâneas estão intrinsicamente relacionadas, apresentando momentos de alta e baixa na relação porto-cidade. A diversidade de propostas de desenvolvimento pensada para essas zonas, a faz questionar o interesse e o manejo dos agentes para utilização do território enquanto oportunidade de disputa. O turismo de cunho cultural em Natal entra na pauta a partir dos anos 2000, enquanto um mecanismo de revigoração da zona histórica e portuária da cidade, por meio das ações públicas objetivadas no uso turístico.

Entretanto, os desafios encontrados ao longo dos anos, fez questionar quais agentes estão envolvidos no processo de disputa pelo turismo nesta zona e como eles intervêm a partir da justificativa turística? Nesse sentido, identificou-se que os agentes de maior nível de intervenção relacionaram suas ações com maior investimento em um posicionamento diferencial. Os demais agentes (médio e baixo nível de intervenção), apesar de terem produzido ações que oportunizaram um novo olhar momentâneo para a zona, estas não produziram um fazer turístico efetivo na motivação cultural na cidade.

Novos usos e novas configurações foram pensadas por todos os agentes, mas não despertaram para a propulsão do turismo como idealizado pelos agentes do campo, o que nos

faz crer que há agentes dominantes (direcionam o uso turístico para outras zonas) e dominados (aqueles que resistem à lógica de dominação). Pelo campo, considerando sua *doxa*, *nomos* e *illusio*, a construção das ações públicas, levou em consideração um coletivo na luta por um capital e um coletivo de *habitus* intrinsecamente correlacionados a uma hegemonia econômica que, ao conduzir a política à aplicação, devolve a esse pequeno grupo, os seus interesses atendidos. Nesse sentido, o campo turístico (CT), mediante as relações variadas que o fenômeno permite com a sociedade, está organizado em uma complexa relação que possui recursos e influências dos campos econômico (CE), cultural (CC), social (CS) e político (CP) (figura 46).

Figura 46: Figuração esquemática do campo turístico



Fonte: elaboração própria (2024).

O campo turístico se apresenta como uma mescla contínua e descontínua das forças dos demais campos e enquanto um campo autêntico apresenta suas próprias estruturas. Essa característica multifacetada do campo turístico evidencia como ele não apenas absorve elementos de outros campos, mas também os transforma e reconfigura os recursos para atender às suas próprias lógicas e demandas. Considerando, o vetor econômico o campo turístico se utiliza dos incentivos inertes do capitalismo, ao longo que tem impulsionado o comércio de viagens e experiências. Enquanto poderio econômico, o turismo se constitui uma vasta infraestrutura voltada para a maximização do lucro e a criação de experiências de consumo.

No campo cultural, o foco está no enriquecimento pessoal dos indivíduos através do contato com diferentes culturas, patrimônios históricos, natureza e práticas sociais. O campo turístico se aliena na busca pelas vivências autênticas que proporcionem aos indivíduos uma compreensão mais profunda das sociedades nas quais o turismo faz base de atuação, gerando diferenciação a partir do *status* social do poder viajar, além do conhecimento produzido pela academia sobre e para o turismo. Já no campo social, o campo turístico recolhe a lógica da construção de redes de relacionamento que transcendem fronteiras. A partir dessa visão, o campo turístico absorve a premissa de criar oportunidades para interações sociais diversificadas, onde o turismo é um catalizador para expansão do capital social. E no campo político, o campo turístico colhe a institucionalização do seu saber-fazer a partir do reconhecimento de sua importância para os diferentes mecanismos sociais que vão da economia, sociabilidade a cultura.

Por isso, o campo turístico apesar de possuir sua lógica própria, ele é continuamente moldado e influenciado pelas lógicas e recursos dos campos econômico, cultural, social e político, pois seus agentes advém desses outros campos com suas percepções próprias e leituras atravessadas por influências. A particularidade do turismo, e em destaque do campo turístico, reside em sua capacidade de integrar e transformar esses recursos, criando um espaço onde as motivações decorrem para o desenvolvimento e aprimoramento do turismo. O campo se apresenta como um espaço de convergência, onde as forças dos diferentes campos se articulam e se expressam de maneira para o turismo ou ausência dele. Essa mescla contínua e descontínua é o que permite ao turismo se adapte e evolua em resposta às mudanças nas condições econômicas, culturais, sociais e políticas.

Referências

- Adler-Nissen, R. (2011). On a fiel trip with Bourdieu. *International Political Sociology*, 5, 327-345.
- Agência Nacional de Transportes Aquaviários. (2023). *Relatório de gestão 2023*. ANTAQ: Brasília.
- Ahmad, R. (2013). Working Pierre Bourdieu in the tourism field making a case for 'third world tourism'. *Cultural Studies*, 27(4), 519-539.
- Amore, A. & Hall, C. M. (2017). National and urban public policy in tourism. Towards the emergence of a hyperneoliberal script? *International Journal of Tourism Policy*, 7(1), 4-22.
- Andrade, J. R. (2001). Consumer's behavior and tourist product's choice. *Turismo em Análise*, 12(1), 7-19.

- Arrais, R. (2004). *O pântano e o riacho: a formação do espaço público no Recife do século XIX*. São Paulo: Humanitas/USP.
- Arrais, R. (2008). *O corpo e a alma da cidade: Natal entre 1900 e 1930*. Natal: EDUFRN.
- Assunção, G. L. (2014). Memória da cidade: uma porta de entrada para preservar o patrimônio cultural de Natal-RN. *III Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo*, São Paulo.
- Benchimol, J. L. (1992). *Pereira Passos: um Haussmann tropical: a renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do Século XX*. Biblioteca Carioca: Rio de Janeiro.
- Beni, M. C. (2004). Turismo: da economia de serviços à economia da experiência. *Turismo – Visão e Ação*, 6(3), 295-305.
- Bourdieu, P. (1982). *Leçon sur la leçon*. Paris: Les éditions de minuit.
- Bourdieu, P. (1989). *O poder simbólico*. Editora Bertrand: Rio de Janeiro.
- Bourdieu, P. (1997). The forms of capital. In H. A. Halsey, H. Lauder, P. Brown & A. S. Wells (Eds.). *Education: culture, economy, and society*. (Pp. 46-58). Oxford: Oxford University Press.
- Bourdieu, P. (2002). *Esboço de uma teoria da prática: precedido de três estudos de etnologia Cabila*. São Paulo: Celta.
- Bourdieu, P. (2004). *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Editora UNESP.
- Bourdieu, P. (2005). O campo econômico. *Política & Sociedade*, 6, 15-57.
- Bourdieu, P. (2007a). *A distinção: crítica social do julgamento*. EDUSP: São Paulo.
- Bourdieu, P. (2007b). *A economia das trocas simbólicas*. Perspectiva: São Paulo.
- Bourdieu, P. (2010b). *Meditações pascalianas*. Bertrand Brasil: Rio de Janeiro.
- Bourdieu, P. (2011a). *Capital cultural, escuela y espacio social*. Tres Cantos: Siglo XXI de España Editores.
- Bourdieu, P. (2011b). *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Papirus Editora: Campinas, SP.
- Bourdieu, P. (2013). *Outline of a theory of practice*. 26 ed. Cambridge: Cambridge University Press.
- Bourdieu, P. (2019). *Questões de sociologia*. Editora Vozes: Petrópolis, RJ.
- Bourdieu, P. (2020). *Habitus and field: general sociology*. 2 vol. Medford: Polity Press.
- Bourdieu, P. (2023). *Sociologia geral vol. 3: as formas do capital*. Editora Vozes: Petrópolis, RJ.
- Bourdieu, P., & Wacquant, L. (1992). *An Invitation to Reflexive Sociology*. Polity.
- Burawoy, M. (2010). *O marxismo encontra Bourdieu*. Editora Unicamp, Campinas – SP.
- Burlamaqui, A. (1919). *A marinha mercante brasileira*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.
- Butler, R.W. (1980). The concept of a tourism area cycle of evolution: implications for management resources. *Canadian Geographer*, 24, 5-12.
- Carlos, A. F. A. (2015). A reprodução do espaço urbano como momento da acumulação capitalista. In *Crise urbana*. São Paulo: Contexto.

- Carvalho, K. F. (2003). Os conceitos de habitus e campo na teoria de Os conceitos de habitus e campo na teoria de Pierre Bourdieu. *Cadernos de Campo: Revista de Ciências Sociais*, 9, 101-111.
- Cascudo, L. C. (1999). *História da cidade do Natal*. RN Econômico: Natal.
- Cerqueira, L. R., Furtado, E. M. & Mazaro, R. M. (2009). Políticas públicas em turismo no Brasil: cronologia dos 70 anos da legislação turística e das instituições oficiais de turismo. *VI Seminário da ANPTUR*. São Paulo.
- Chen, J. M., Petrick, J. F., Papathanassis, A. & Li, X. (2019). A meta-analysis of the direct economic impacts of cruise tourism on port communities. *Tourism Management Perspectives*, 31, 209-218.
- CLIA Brasil. (2022). *Cruzeiros marítimos: estudos de perfis e impactos econômicos no Brasil*. FGV: Rio de Janeiro.
- CLIA Brasil. (2023). *Cruzeiros marítimos: estudos de perfis e impactos econômicos no Brasil*. FGV: Rio de Janeiro.
- CLIA Brasil. (2024). *Cruzeiros marítimos: estudos de perfis e impactos econômicos no Brasil*. FGV: Rio de Janeiro.
- Cohen, S. A., Prayag, G., & Moital, M. (2014). Consumer behaviour in tourism: Concepts, influences and opportunities. *Current Issues in Tourism*, 17(10), 872-909.
- Companhia Docas do Rio Grande do Norte. (2011). *Memorial descritivo da arquitetura: terminal marítimo de passageiros de Natal*. SEP: Natal.
- Companhia Docas do Rio Grande do Norte. (2011). *Relatório de avaliação ambiental – RAA do Porto de Natal*. CODERN: Natal, RN.
- Companhia Docas do Rio Grande do Norte. (2018). *Relatório de gestão 2018*. CODERN: Natal, RN.
- Companhia Docas do Rio Grande do Norte. (2019). *Plano de desenvolvimento e zoneamento*. CODERN: Natal, RN.
- Companhia Docas do Rio Grande do Norte. (2020). *Relatório de gestão 2020*. CODERN: Natal, RN.
- Companhia Docas do Rio Grande do Norte. (2023). *Relatório de gestão 2023*. CODERN: Natal, RN.
- Confederação Nacional do Transporte. (2014). *Boletim estatístico*. Brasília: CNT.
- Confederação Nacional do Transporte. (2022). *Boletim econômico*. Brasília: CNT.
- Cong, L. et al. (2020). The role of ports in the economic development of port cities: Panel evidence from China. *Transport Policy*, 90, 13-21.
- Costa, M. F. (1993). *Fundação da Cidade do Natal*. (Monografia de Graduação). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Departamento de História, Natal, RN.
- Dall'Agnol, S. (2012). Impactos do turismo x comunidade local. *Anais do VII Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul*. Caxias do Sul, RS, Brasil.
- Dantas, G. A. F. (2003). *Linhas convulsas e tortuosas retificações: transformações urbanas em Natal nos anos 1920*. (Dissertação de Mestrado). Universidade de São Paulo, Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, São Carlos, SP.

- Dantas, N. L. S. & Dantas, A. V. S. (2021). Percepção dos impactos do turismo na comunidade de Pitangui (RN). *Atêlie do Turismo*, 5(2), 129-146.
- Daunton, M. J. (1984). The history and archaeology of ports. *The Journal of Transport History*, 5(2), 176.
- de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano, Recife, PE.
- Deer, C. (2018). Doxa. In M. Greenfell (Ed.). *Pierre Bourdieu: conceitos fundamentais*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Donaire, D., Silva, M. P. & Gaspar, M. A. (2009). A rede de negócios do turismo: um estudo sobre suas características e implicações estratégicas. *Turismo – Visão e Ação*, 11(1), 112-134.
- Dourado, B. I. M. (2019). O comércio marítimo brasileiro no século XIX: um estudo sobre a navegação de longo curso e de cabotagem na província de Pernambuco (c.1850 - c.1870). *História e Economia*, 22, 102-124.
- Dubois, V. (2015). The fields of public policy. In M. Hilgers & E. Mangez (Eds.) *Bourdieu's theory of social fields*. Routledge: London.
- Echtener, C. M. & Jamal, T. B. (1997). The disciplinary dilemma of tourism studies. *Annals of Tourism Research*, 24(4), 868-883.
- Edgell, D., Allen, M. D., Smith, G & Swanson, J. R. (2008). *Tourism policy and planning: yesterday, today and tomorrow*. Elsevier: Oxford.
- Fazito, M. (2015). Modernização turística: o papel do turismo nos discursos dominantes de desenvolvimento. In S. L. Figueiredo, F. F. Azevedo & W. R. M. Nóbrega (Orgs). *Perspectivas contemporâneas de análise em turismo*. (p. 108-126). Belém, PA: NAEA.
- Ferreira, A. L., et al. (2008). *Uma cidade sã e bela: a trajetória do saneamento de Natal – 1850 a 1969*. IAB/RN e CREA/RN: Natal.
- Figueiredo, S. L. & Nóbrega, W. R. M. (2015). Turismo e desenvolvimento regional: conceitos e políticas em um caso brasileiro. In S. L. Figueiredo, F. F. Azevedo & W. R. M. Nóbrega (Orgs.) *Perspectivas contemporâneas de análise em turismo*. (Cap. 1, p. 11-38). Belém, PA: NAEA.
- Flick, U. (2009). *Introdução à pesquisa qualitativa*. 3 ed. Artmed: Porto Alegre.
- Fratucci, A. & Carneiro, J. (2020). Trabalhadores do turismo: de quem estamos falando? *Revista Turismo Estudos & Práticas*, 9, 1-12.
- Garcia, R. A. (2016). Modernização do Nordeste brasileiro: um estudo microrregional. *Anais do IV e V Seminário Nacional População, Espaço e Ambiente (2017-2019)*, Belo Horizonte, MG.
- Gonzáles, R. M. T. (2016). Tránsito a la “modernidad”: crisis, turismo, administración, evolución e hibridez. *PASOS, Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, 4(1), 169-180.
- Gonzáles, R. M. T. (2016). Tránsito a la “modernidad”: crisis, turismo, administración, evolución e hibridez. *PASOS, Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, 4(1), 169-180.
- Grosfoguel, R. (2018). Desenvolvimentismo, modernidade e teoria da dependência na América Latina. *Revista Epistemologias do Sul*, 2(1), 10-43.
- Hall, M. (2010). *Politics and tourism – interdependency and implications in understanding change*. Goodfellow Publishers: Oxford.

- Harvey, D. (2009). *Condição pós-moderna*. Edições Loyola: São Paulo.
- Heleno, C. T., Alves, K. S. & Oliveira, I. C. C. (2021). Trabalho em turismo: um olhar sobre o/a trabalhador/a. In M. C. A. O. Magnani *et al.* (Orgs.). *Turismo consciência: diálogos em tempos de pandemia*. UFVJM: Diamantina, MG.
- Jafari, J. (2005). El turismo como disciplina científica. *Política y Sociedad*, 42(1), 39-56.
- Jobim, K. (2013). O progresso desembarca pelo porto: as obras de melhoramento do porto de Natal e a construção de uma nova cidade (1893-1913). *XXVII Simpósio Nacional de História*. Natal, RN.
- Jobim, K. (2013). *O progresso desembarca pelo porto: as obras de melhoramento do porto de Natal e a construção de uma nova cidade (1893-1913)*. XXVII Simpósio Nacional de História. Natal, RN.
- Koster, H. (1817). *Viagens ao Nordeste do Brasil*. Companhia Editora Nacional: Recife.
- Lahire, B. (2017). Campo. In A. M. Catani, M. A. Nogueira, A. P. Hey & C. C. C. Medeiros (Orgs.). *Vocabulário Bourdieu*. Autêntica Editora: Belo Horizonte.
- Lebaron, F. (2017). Capital. In A. M. Catani, M. A. Nogueira, A. P. Hey & C. C. C. Medeiros (Orgs.). *Vocabulário Bourdieu*. Autêntica Editora: Belo Horizonte.
- Lumsdon, L. & Page, S. J. (2004). Progress in transport and tourism research: reformulating the transport-tourism interface and future research agendas. In L. Lumsdon & S. J. Page. (Cap. 1, pp. 1-27). *Tourism and transport: issues and agenda for the new millennium*. Elsevier: Netherlands.
- Maranhão, C. H. S. (2017). A trajetória histórica da institucionalização do turismo no Brasil. *Revista de Turismo Contemporâneo*, 5(2), 238-259.
- Marlow, P. B. & Casaca, A. C. P. (2003). Measuring lean ports performance. *International Journal of Transport Management*, 1, 189-202.
- Maton, M. (2018). Habitus. In M. Greenfell (Ed.). *Pierre Bourdieu: conceitos fundamentais* (Cap. 3, pp. 73-94). Petrópolis, RJ: Editora Vozes.
- Medeiros, A. L. & Luna, I. J. (2012). Memória e patrimônio: um estudo do centro histórico de Natal. *Congresso Norte Nordeste de Pesquisa e Inovação*. Palmas, TO.
- Meichsner, S. (2007). El campo político en la perspectiva teórica de Bourdieu. *Voces y Contextos*, 3(2), 1-22.
- Moore, R. (2018). Capital. In M. Greenfell (Ed.). *Pierre Bourdieu: conceitos fundamentais* (Cap. 3, pp. 73-94). Petrópolis, RJ: Editora Vozes.
- Nooy, W. de. (2003). Fields and networks: correspondence analysis and social network analysis in the framework of field theory. *Poetics*, 31, 305-327.
- Oliveira, G. P. (2008). *A cidade e a guerra: a visão das elites sobre as transformações do*
- Oliveira, G. P. (2008). A cidade e a guerra: A visão das elites sobre as transformações do espaço da cidade do Natal na segunda guerra mundial. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano. Universidade de Pernambuco. Recife, PE.
- Oliveira, H. C., You, J. & Coelho, A. P. (2021). Governing coalitions and key performance indicators of port governance. *Maritime Transport Research*, 2, 1-9.
- Oliveira, P. P. (2005). Illusio: aquém e além de Bourdieu. *Mana*, 11(2), 528-543.
- Palhares, G. L. (2022). *Transportes turísticos*. Aleph: São Paulo.

- Pérez-Nebra, A. R., & Torres, C. V. (2002). The image of Brazil as a tourist destination: a study of consumer psychology. *Turismo - Visão e Ação*, (10), 101–114.
- Pimentel, T. D. (2015). A gestão pública do turismo no Brasil hoje: notas para uma introdução ao campo e proposição de uma agenda. *Com Ciência: Revista Eletrônica de Jornalismo Científico*, 1-4.
- Pimentel, T. D. (2018). Uma perspectiva sociopolítica para os estudos em turismo. *Rev. Anais Brasileiros de Estudos em Turismo*, 8(3), 26-31.
- Prefeitura do Natal. (2007). *Anuário Natal 2007*. Prefeitura do Natal: Natal.
- Reyes, G. E. (2001). Four main theories of development: modernization, Dependency, world-system, and globalization. *Nômadias, Revista Crítica de Ciencias Sociales y jurídicas*, 4, 1-16.
- Rostow, W. (1960). *The stages of economic growth: a non-communist manifest*. University Press: Cambridge, 1960.
- Saint Martin, M. (2022). A noção de campo em Pierre Bourdieu. *Revista Brasileira de Sociologia*, 10(26), 222-235.
- Severino, A.J. (2016). *Metodologia do trabalho científico*. Cortez: São Paulo.
- Silva Júnior, F. X. da & Nóbrega, W. R. M. (2023). Relação porto-cidade e a operacionalidade turística do Terminal Marítimo de Passageiros de Natal – RN. *Observatório de Inovação do Turismo*, 17(1), 105-128.
- Silva Júnior, F. X. da. (2021). *Arena política no campo turístico: composição, organização e reflexos do terminal marítimo de passageiros do Porto de Natal – RN, Brasil*. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-graduação em Turismo. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN.
- Silva, J. L.; Emmendoerfer, M. L. & Cunha, N. R. S. (2020). Análise Documental Ilustrada em Administração Pública: uma Proposta Operacional (Re)Aplicável. *Teoria e Prática em Administração*, 10(2), 23-41.
- Simonini, Y. (2010). *Ribeira, técnica versus natureza: transformações em prol de um projeto de modernização (1860- 1932)*. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN.
- Sonaglio, K. E. (2013). Transdisciplinar o turismo: um ensaio sobre a base paradigmática making. *Pasos – Revista de Turismo e Património Cultural*, 11(1), 205-216.
- Souza, I. (2008). *Nova História de Natal*. 2 ed. Natal: Departamento Estadual de Imprensa.
- Targino, D. (2022). *Morte e vida de um pequeno centro histórico: o processo de “revitalização” do bairro da Cidade Alta, Natal/RN*. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-graduação em Arquitetura. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN.
- Tavares, A. C. O. K. (2013). *O Porto de Natal: sua importância para o comércio exterior do RN*. (Monografia de Especialização). Especialização em Engenharia e Gestão Portuária, Florianópolis, SC, Brasil.
- Teberga, A. (2021). Trabalhadores sem destino: uma análise preliminar dos impactos da pandemia à classe trabalhadora do turismo. *Revista do Centro de Pesquisa e Formação*, 14-35.

- Thiry-Cherques, H. R. (2006). Pierre Bourdieu: a teoria na prática. *RAP Rio de Janeiro*, 40(1), 22-55.
- Tinoco, M. B. M., Bentes Sobrinha, M. D. P. & Trigueiro, E. B. F. (2017). *Plano de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais: PRAC/Ribeira*. Natal: EDUFRN.
- Tribe, J. (1997). The indiscipline of tourism. *Annals of Tourism Research*, 24(3), 638-657.
- Urry, J. & Larsen, J. (2011). *The tourist gaze 3.0*. Sage Publications: London.
- Ward, D. (2006). *Complete guide to cruising & cruise ships*. Berlitz Publishing Company: London.
- World Economic Forum. (2018). *Quality of Port Infrastructure*. Recuperado de: <https://tcddata360.worldbank.org/indicators/IQ.WEF.PORT.XQ>.
- Zhang, Q., Geerlings, H., Makhloufi, A. E. & Chen, S. (2018). Who governs and what is governed in port governance: a review study. *Transport Policy*, 64, 51-60.
- Zuelow, E. G. E. (2016). *A history of modern tourism*. Palgrave: London.

5 O CAPITAL EM DISPUTA: A COMPOSIÇÃO DAS ARENAS POLÍTICAS A PARTIR DO CAMPO TURÍSTICO

Depending on the field in which it functions, and at the cost of the more or less expensive transformations which are the precondition for its efficacy in the field in question, capital can present itself in three fundamental guises: as economic capital, which is immediately and directly convertible into money and may be institutionalized in the form of property rights; as cultural capital, which is convertible, in certain conditions, into economic capital and may be institutionalized in the form of educational qualifications; and as social capital, made up of social obligations (“connections”), which is convertible, in certain conditions, into economic capital and may be institutionalized in the form of a title of nobility (Bourdieu, 2004, p. 16).

As arenas são compostas por indivíduos e estes possuem suas próprias percepções do campo, formulando articulações e produzindo atitudes capazes de modelar o funcionamento de uma política pública. O entrelaçamento dos sujeitos em disputa coloca em xeque deliberações e poder que são fatores preponderantes para a compreensão do funcionamento do organismo público e, sobretudo, sobre as propostas desenvolvimentistas para a sociedade. Para alguns autores estamos intrinsicamente ligados à política neoliberal que vem de uma corrente econômica cuja base está firmada na liberdade plena do mercado e redução dos gastos por parte do Estado. Para outros, já adentramos no hiperliberalismo (Ferry, 1984) que, além do foco anterior, possui articulações com mercados internos e externos, reposicionamento mundial e alinhamento com ideologias reacionárias do espectro político de extrema direita.

Por este ponto de vista, pensar sobre como os agentes, combinados em suas arenas dentro do campo, ponderam sobre reativação de determinadas zonas urbanas a partir do uso turístico, é entender as intenções e motivações que são geradoras de preocupação econômica e social, dando ênfase para atividades específicas de barato custeio de implementação e que proporciona um retorno rentável. Entretanto, ao produzir intervenções urbanas para ampliação das atividades econômicas da cidade, essas arenas criam um paradoxo em si mesmas. É dizer,

à medida que possuem posturas liberalistas de comércio, justificam suas ações em bem-estar e justiça social, além da qualidade de vida para as comunidades. Para Aguilar (2021, p.):

La aplicación de los arquetipos habituales de la política neoliberal a los temas urbanos [...] era la mejor manera para acrecentar el crecimiento económico o acaparamiento de capital, es decir, entregar la ciudad a los organizadores y especuladores mercantiles resultaría en un beneficio para todos.

No Brasil diversas intervenções foram realizadas em zonas históricas e portuárias com o objetivo de requalificar estas áreas para o consumo imediato e massivo com perspectivas de crescimento econômico. Apesar da não ausência do Estado nas intervenções urbanas para ceder espaço ao mercado, o ente público atua, por vezes, em benefício da categoria privada, gerando diretrizes e regulamentações que favorecem alguns em detrimento de outros, tornando-o e contradizendo-o ideologicamente no agente que deveria se portar enquanto balizador e “ponto de equilíbrio” dos conflitos. Dessa complexa relação saem produtos enviesados e capazes de não justificarem sua aplicação (mesmo sendo aplicados), pois consideram poucas ou uma única realidade, resultando na não solução do problema público.

5.1 Introdução

De acordo com Biffis (2018), as mudanças técnico-sociais e as novas formas de experimentar a cidade proporcionaram uma abordagem para as zonas históricas e portuárias que deve estar amparada no uso e gestão sustentável para valorização da memória, identidade e cultura. Compreender, portanto, a lógica das arenas a partir dos agentes e suas individualidades por meio dos seus respectivos acúmulos de capitais nos direcionará para um entendimento amplo de percepção das disputas de poder e funcionalidades quando o tema central é o uso do turismo enquanto ferramenta de reativação de zonas obsoletas.

Para Pimentel (2015), a gestão pública do turismo no Brasil pode ser compreendida por diversos ângulos, dentre os quais o autor destaca: o campo político e o campo acadêmico. Ao campo político, Pimentel (2015) refere-se ao aparelhamento estatal, sua capacidade de articulação e ação frente ao interesse público no tocante ao turismo. Já no campo acadêmico, autor faz referência a produção teórica-metodológica que concerne a intersecção entre gestão pública e turismo na produção de livros e na distribuição e comercialização destes nas principais editoras brasileiras.

Dentre as dimensões abordadas por Pimentel (2015), o pensamento foi direcionado para uma reflexão de que é necessário construir uma agenda de pesquisa e intervenções públicas em turismo com o intuito de subsidiar o Estado, aproveitando as produções acadêmicas para assistir as tomadas de decisão da União, estados e municípios. Entretanto, o Estado nem sempre considera os pensamentos e sugestões da academia, sumárias vezes desconsiderando-o, em virtude dos centros de saber serem um agente importante no contexto social que pode travar, criticar e/ou sugerir mudanças que podem descaracterizar ou descentralizar os interesses (pessoais ou coletivos) daqueles que detém o poder.

Por esse ângulo, estudos que consideraram as zonas históricas e portuárias como campo de atuação de pesquisa foram desenvolvidos a fim de destravar novas e possíveis realidades com o intuito de readequá-las ao uso. As experiências de incorporar tais conceitos nestas zonas reforçam a não tentativa de novas funcionalidades de práticas sociais diferenciadas, focando apenas na espetacularização dos espaços e memórias. O turismo torna-se um objeto considerável similaridade no rearranjo dessas ideias e ações (Barreira, 2010), ocupando espaços de disputa com vistas ao seu acúmulo no campo, isto é, da ampliação do capital turístico e demais capitais em voga.

Inferindo que os agentes dispostos em um campo se unem em arenas mais intimistas, notificamos que estes disputam o capital turístico com o objetivo de trazer à tona os processos de diferenciação entre eles, bem como a violência simbólica imposta pelo poder intermediado no campo. Ao abordar essa temática de estudo, diversas angulações de análises podem surgir e, considerando os recortes existentes na teoria da gestão pública do turismo e as lacunas que ainda podem ser aprimoradas, o objetivo deste capítulo fundamentou-se em dimensionar o acúmulo dos capitais econômico, cultural, social e turístico para a constituição de distinções e formações de arenas políticas. Como observado na seção anterior, é no campo que as disputas acontecem e dele saem as consequências das lutas simbólicas travadas. Por isso, para ascender do campo turístico para suas arenas (governo, espaços de poder, discussão e sociabilidade), as arenas políticas entram no debate por representarem espaços mais íntimo de articulação entre os agentes, auxiliando-os a ocupar posições de dominação mais claras – devido a luta pelo acúmulo de capital e considerando que o campo pode ser muito abrangente.

Determinou-se arenas políticas, pois o campo turístico possui reflexos do campo político, econômico, cultural e social, resgatando aspectos que instituem uma lógica pensada com base no acúmulo de capital e desdobrando-se em uma relação dos agentes com o objeto de interesse necessariamente remontando ao poder público como agente central. Cabe salientar que a gestão pública/privada para esta pesquisa não é foco teórico, mas concentra

uma tônica enquanto objeto de estudo através de suas articulações para tornar o turismo um espaço possível de atuação em diferentes cenários, i.e., não abordaremos questões reflexivas relacionadas ao *status quo* da gestão, mas seu *modus operandi* enquanto composição de agentes e promotora de políticas, medidas, programas e ações públicas para o próprio setor público, a sociedade, o mercado e os turistas.

5.2 Metodologia

Bourdieu (1983, 2010a, 2010b) dissertou que o seu modo de conhecimento pode ser chamado de *praxiológico*²⁰, seu método de estruturalismo genético e sua técnica de objetivação participante. Para esse conhecimento não há uma determinação objetiva de como os objetos são em sua complexidade e nem uma determinação subjetiva de como os objetos podem ser considerados, mas uma relação mútua entre elas. O método de estruturalismo genético investiga os espaços sociais de interesse da pesquisa em sua gênese, identificando o capital específico que justifica a existência do campo. Também podendo expressar as lutas e a exposição de capitais necessárias para ganhar o jogo.

A técnica da objetivação participante associada a outras técnicas de pesquisa como análise do discurso, pesquisa documental, entrevistas e observação, colaboram para a compreensão da realidade, permitindo a imersão do pesquisador em contato com o *locus* (Garcia, 2011). Para romper com o paradigma dominante constituído pelas relações positivistas, é preciso desenvolver uma definição realista da racionalidade que emerge do campo, dispondo de agentes que o estruturam, dão sentido e se manifestam para a manutenção dele. Mais precisamente são os agentes que, definidos pelos seus volumes de acumulação de capitais, determinam as estruturas do campo e a disposição das formas que exercem para romper ou mitigar com agentes de visões distintas. Para Bourdieu (2005, p. 23-24):

A força ligada a um agente depende de seus diferentes recursos, por vezes chamados *strategic market assets*, fatores diferenciais de sucesso (ou de fracasso) que podem lhe assegurar uma vantagem na concorrência, isto é, mais precisamente, do volume e da estrutura do capital que ele possui, sob suas diferentes formas: capital financeiro, atual ou potencial, capital cultural [...] capital jurídico, capital comercial e capital simbólico.

²⁰ No contexto filosófico, praxiologia é a teoria da prática, aquela que apura cientificamente as ações humanas, tornando-se uma abordagem que pesquisa como e por que os indivíduos tomam e realização decisões.

Para entender o volume de capital acumulado por cada agente, Oliveira e Pimentel (2020) traçaram uma corrente que colabora na compreensão dos agentes para visualizar quem possui mais ou menos capital. Após o mapeamento dos agentes envolvidos no campo, os autores sugerem agrupá-los por setor (para obter aproximações com seus *habitus*), em seguida criam-se variáveis com valores atribuídos dispostos em uma escala de 1 a 8 para cada capital analisado e seu posterior cálculo, como ilustra o quadro 13.

Quadro 13: Formas para identificar o volume de capital no campo

Posição	Tipo de capital	Valores atribuídos
	Capital econômico	1 para menos de um salário-mínimo; 2 de um a dois salários-mínimos; 3 de três a quatro salários-mínimos; 4 de cinco a seis salários-mínimos; 5 de sete a oito salários-mínimos; 6 de nove a dez salários-mínimos; 7 de onze a doze salários-mínimos; 8 mais de treze salários-mínimos
	Capital cultural	A partir dos níveis escolares: 1 Ensino fundamental; 2 Ensino Médio; 3 Técnico Superior; 4 Superior; 5 Especialização/MBA; 6 Mestrado; 7 Doutorado; 8 Pós-doutorado
	Capital social	1 Sem associação; 2 Conhecido; 3 Colega; 4 Trabalho; 5 Parceria; 6 Cliente; 7 Fornecedor; 8 Associação; 9 Patrocínio; 10 Amizade
	Capital turístico	1 Planejamento e organização; 2 Conhecimento cultural; 3 Redução do impacto ambiental e sustentabilidade; 4 Frequentemente viajo; 5 Considero visitar atrativos turísticos; 6 Destinos nacionais; 7 Destinos internacionais; 8 Engajamento local
Tomada de posição	Interferência	Postura, tomada de decisão, nível de interferência

Fonte: elaboração própria (2024) adaptado de Oliveira e Pimentel (2020).

Para o capital econômico foi elaborada uma escala considerando intervalos de salários-mínimos. Para o capital cultural, analisamos os níveis escolares de cada respondente em oito níveis. Para o capital turístico, oito patamares foram questionados aos entrevistados buscando compreender suas relações com o saber-fazer turístico, em escalas que vão desde o gosto pela viagem até o compartilhamento de experiências. No que se refere as relações do capital social, lado subjetivo da disposição dos agentes, elencou-se dez posições de relacionamento, a saber: 1. sem associação, 2. conhecido, 3. colega, 4. trabalho, 5. parceria, 6. cliente, 6. fornecedor, 7. associação, 8. patrocínio, 9. colaboração e 10. amizade. Assim, temos um número máximo de escala respaldado por oito, dividido por dez (número máximo de relações), resultando em uma escala de 0,8 para cada relação que o agente pode manter (Oliveira & Pimentel, 2020).

Para a constituição da representação gráfica do capital social, foi utilizado o *software Gephi*. Para o capital econômico, se reflete o número da escala atribuído. O valor para o acúmulo de capital cultural retratará um valor máximo de 1 a 8, não representando um somatório, mas sim ponderando pelo maior número da escala que o agente atingir. No que se refere ao capital social, este foi orientado a partir da quantidade das relações mantidas, partindo do somatório, gerando média e dividindo pela quantidade máxima de relações, dez. O capital turístico segue a mesma lógica, mas fundamentando o somatório das suas variáveis e dividindo pela escala máxima, oito.

A título de exemplo, considere que o agente A que, durante a entrevista, revelou receber três salários-mínimos, com nível superior, com um nível de relação de trabalho e fornecedor com os demais indivíduos do campo e que, quando o assunto é turismo, ele planeja viagens curtas, a nível estadual, para destinos litorâneos durante o fim de semana, com pouca ou nenhuma conexão com a comunidade local.

Os cálculos direcionaram para o capital econômico:

$$\text{Capital Econômico} = 3$$

Para o capital cultural:

$$\text{Capital Cultural} = 4$$

Para o capital social contendo relações de trabalho e fornecedor, que correspondem a posições 4 e 7 na escala de 1 a 10. A média dessas posições é:

$$\text{Média das relações: } \frac{4 + 7}{2} = 5,5$$

Para normalizar na escala de 1 a 8, no capital social, temos:

$$\text{Capital social: } \left(\frac{\text{Média das relações}}{\text{Quantidade de relações}} \right) \times \text{Escala} = \text{valor}$$

$$\text{Capital social: } \left(\frac{5,5}{10} \right) \times 8 = 4,4$$

Para o capital turístico, mesma lógica. Somatório das variáveis contempladas planejamento e organização: 1; considero visitar atrativos turísticos: 5; destinos nacionais: 6, para gerar uma média.

$$\text{Média das relações: } \frac{1 + 5 + 6}{3} = 4$$

Para normalizar a escala de 1 a 8, no turístico, temos:

$$\text{Capital turístico: } \left(\frac{\text{Média das relações turísticas}}{\text{Escala}} \right) \times \text{Escala} = \text{valor}$$

$$\text{Capital turístico: } \left(\frac{4}{8} \right) \times 8 = 4$$

Ao aplicarmos fórmulas e direcionamentos analíticos para o campo turístico, estamos corporificando os elementos intangíveis que compõem a realidade dos agentes, como os valores culturais, as práticas sociais e as dinâmicas de poder presentes no campo. Essas fórmulas nos permitem transformar variáveis abstratas em dados tangíveis, escalonáveis e mensuráveis, criando um ponto de partida para compreender a complexidade da luta simbólica, dos comportamentos e das estratégias de ação, sendo possível identificar as contradições e tensões.

Os números nos proporcionam a utilização de recursos gráficos e imagens que tem a capacidade de materializar e dar visibilidade a essas lutas simbólicas dentro do campo turístico, criando um elo entre teoria e prática. Esses recursos visuais, além de possibilitar uma compreensão mais acessível dos fenômenos tratados no campo, ajudam a contextualizar a teoria aplicada, fornecendo uma interpretação mais holística do campo turístico.

Para compreender a formação da(s) arena(s) política(s), considerando o contexto histórico e portuário, precisamos nos debruçar sobre o objeto de intervenção que intencionou impulsionar turisticamente a zona, o uso turístico. Entendendo a funcionalidade do turismo como objeto que transita entre as estruturas objetivas e subjetivas do campo, podemos conceber que essas interpretações passam por uma constante atualização e reprodução de seus significados. Para o entendimento da formulação e consequências do acúmulo dos capitais, se faz necessário a aplicação de entrevistas semiestruturadas com o universo de pesquisa e (re)desenho das arenas enquanto composição e ação dos agentes no campo turístico.

Para compreender o campo de forças, a entrevista semiestruturada com o universo da pesquisa dará clareza sobre o(s) agente(s) que dominam para desenhar e redesenhar a arena, o ambiente em que essas decisões foram tomadas, o peso das decisões direcionada por estes agentes, as conexões dentro e fora da arena feitas, o tempo que levou para articulação considerada ideal para o desenvolvimento do turismo, a forma de participação (reunião, encontros formais ou informais, entre outros) e, sobretudo, como estes ampliam seus capitais a partir do seu comportamento no campo.

5.3 Os capitais de Pierre Bourdieu: definição conceitual

A noção de capital revela um dos conceitos mais emblemáticos das teorias das ciências sociais. Entretanto, o olhar que Bourdieu dá a esse conceito está além da sua acumulação primitiva de bens e do consumo. O discernimento da base de capital de Marx, apoia a construção do conceito de Bourdieu em diversas questões, que vão desde a acumulação até o processo de diferenciação social. Bourdieu debruça o conceito de capital em diferentes vertentes, utilizando-os como os recursos que são movidos na disputa no campo constituído para sua acumulação. Para Bourdieu (2023, p. 178), o capital trata de um “conjunto das energias acumuladas pelo trabalho histórico e passíveis de serem reinvestidas a cada momento na ordem social com efeitos sociais determinantes”.

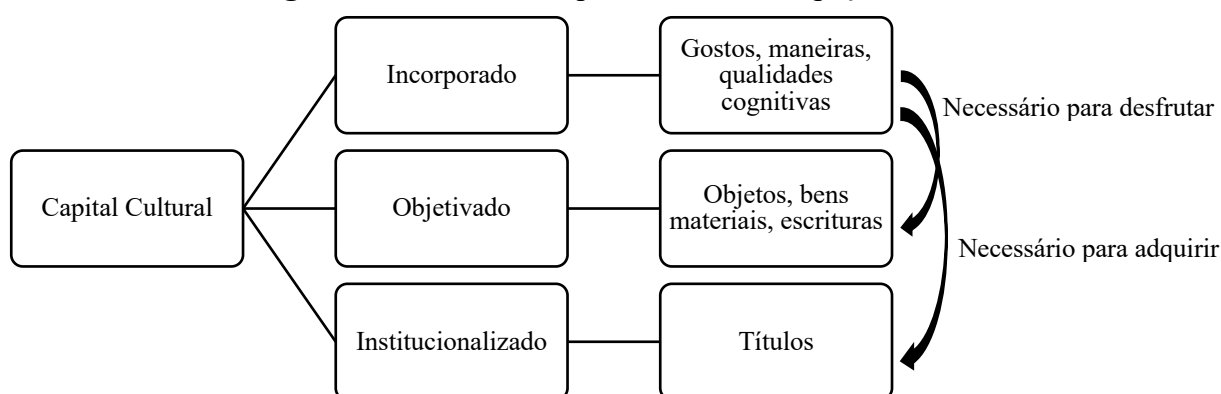
Tendo a possibilidade de diversidade no conceito, o capital portanto, pode se ramificar em outras configurações (Neveu, 2018). À medida que os capitais se diversificam em seus campos de atuação, os conceitos de capital e campo se conectam mutuamente, uma vez que são nestes espaços que os detentores de capital(is) buscarão diferentes modalidades de acumulação visando a detenção de poder (Wacquant, 2007). Bourdieu (1997) nomeia quatro formas de capitais: o cultural (associado às formas de conhecimento, estéticas, gostos, linguagens, comportamento), o econômico (relacionado aos bens materiais e ao dinheiro), o social (referente as ligações, redes sociais que constituímos ao longo da vida) e o simbólico que pode representar todas as outras formas de capital e que podem ser reproduzidos em diferentes campos.

O autor entende que o espaço social em que os agentes estão envolvidos é constituído, ao menos, de dois capitais fundamentais: o cultural e o econômico. Quanto mais afinados essas dimensões estão, mais os agentes têm em comum e quanto menos, quase não há conexões entre eles. O capital cultural é a forma mais oculta de transmissão hereditária, ou seja, o seu processo de disseminação se dá no seio das relações sociais que ocorrem explicitamente (na convivência) e implicitamente (nas relações familiares), este último com formas mais censuradas e controladas (Bourdieu, 2011), pois a família *“juega un rol determinante en el mantenimiento del orden social, en la reproducción, no sólo biológica, sino social, es decir, en la reproducción de la estructura del espacio y de las relaciones sociales”* (Bourdieu, 1997, p. 6).

O capital cultural se apresenta enquanto uma força de conhecimentos, habilidades, educação, vivências e convivências que um indivíduo pode possuir e apresentar vantagens em detrimento do outro, dando-lhe um *status* social diferenciado, poder e relevância. Esse capital

pode assumir três formas: a) forma incorporada; b) forma institucionalizada; e c) forma objetivada/materializada. A forma incorporada dos capitais remete-se ao acúmulo pessoal que um ou mais capital(is) foram incorporados no indivíduo. A forma institucionalizada é o reconhecimento desse acúmulo a partir das instituições, pois elas certificam, diplomam e discerne o capital daquele indivíduo que não o possui. E a forma objetivada trata-se da materialidade dos capitais em bens materiais. A figura 47 ilustra como o capital cultural é simbolizado a partir do processo de desfrute e aquisição.

Figura 47: Formas do capital cultural no espaço social



Fonte: elaboração própria (2024) com base em Bourdieu (2011b) e Meichsner (2007).

A acumulação de capital cultural é uma disposição que demanda tempo e, por isso, a transmissão para incorporação desse capital está baseada na lógica de transmissão, por vezes familiar, dado que a integração dele detém formas específicas de acúmulo. Para Bourdieu (2011, p. 81), a acumulação desse capital pressupõe “*a process of embodiment, incorporation that, insofar as it implies a labor of inculcation and assimilation, costs time, time that must be invested personally by the investor*”. A objetivação do capital cultural, portanto, relaciona-se a sua forma incorporada, pois é dela que os objetos ganham notoriedade ao uso, sendo transmissíveis em igual medida (Bourdieu, 1987). Na premissa do autor:

El capital cultural en su estado objetivado se presenta con todas las apariencias de un universo autónomo y coherente, que, a pesar de ser el producto del actuar histórico, tiene sus propias leyes trascendentes a las voluntades individuales, y que, como lo muestra claramente el ejemplo de la lengua, permanece irreductible ante lo que cada agente o aún el conjunto de agentes puede apropiarse (es decir, de capital cultural incorporado) (Bourdieu, 1987, p. 4).

Já em sua forma institucionalizada, o poder público e privado confere ao capital cultural o reconhecimento institucional possuído por um agente que dispôs de tempo para aquisição daquele conhecimento, repercutindo em títulos acadêmicos, estabelecendo um parâmetro de valor entre as diferentes categorias existentes de titulação, bem como determinando variadas formas de remuneração equiparada com o capital institucionalizado adquirido (Bourdieu, 1987).

O poder público atribui ao capital cultural o reconhecimento institucional, conferindo a este uma condição que reflete a quantidade de tempo e esforço que um indivíduo dedicou para adquirir tal conhecimento. Esse reconhecimento se manifesta, por exemplo, na obtenção de títulos acadêmicos. Esses títulos não apenas servem como um parâmetro de valor, permitindo a comparação entre diferentes níveis e categorias de formação e especialização, mas também influenciam diretamente a estrutura de remuneração. A sociedade atesta uma relação direta entre a posse de títulos acadêmicos e o valor atribuído ao indivíduo no mercado de trabalho, legitimando e valorizando o esforço investido na aquisição de conhecimento formal e certificações (Bourdieu, 1987), estruturando e respeitando por meio da lógica institucional que legitima a hierarquia do conhecimento adquirido.

O capital cultural ponderado no sentido estratégico torna-se uma ferramenta reprodutora das condições sociais, reforçando conexões com as outras formas de capital (Silva, 1995). O elo entre o capital cultural e o capital econômico é estabelecido pelo tempo, pois os processos de aquisição de um capital cultural podem demandar o capital econômico. Por exemplo, para obter o título de bacharel em Turismo, o indivíduo precisa dedicar tempo aos estudos, mas também adquirir conhecimentos fora o mundo acadêmico, infringindo a ele viagens, equipamentos eletrônicos e *softwares*, nem sempre ofertados gratuitamente pela universidade, unindo o acúmulo de capital cultural incorporado com a objetivação do capital econômico.

O capital econômico refere-se aos recursos financeiros e materiais que um agente ou grupo detém. Esses recursos, quando mantidos adequadamente, podem ser utilizados para adquirir outros bens e serviços, bem como para gerar diferenciação entre os agentes do campo. Esse tipo de capital é didaticamente mensurável em termos monetários, o que facilita sua avaliação e comparação. Além disso, o capital econômico é facilmente transformado em outros tipos de capital, como o cultural e o social. Por exemplo, pode-se usar recursos financeiros para adquirir bens e serviços culturais, como educação, livros, obras de arte e experiências culturais, o que aumenta o capital cultural de um indivíduo. Da mesma forma, o

capital econômico pode ser empregado para garantir a participação em ambientes sociais específicos, típicos de uma determinada classe, aumentando assim o capital social.

Assim como os demais capitais, o capital econômico também assume diferentes formas, tais como terras, dinheiro e trabalho. Cada uma dessas formas possui características específicas de reprodução e investimento. A posse de terras, por exemplo, pode gerar renda através da agricultura ou da especulação imobiliária, enquanto o dinheiro pode ser investido em negócios ou em redes globais de investimento em diferentes moedas. O trabalho, por sua vez, pode ser transformado em renda através do emprego ou do empreendedorismo.

Essas diferentes formas de capital econômico possibilitam o estabelecimento de cadeias agrupadas de agentes que dispõem de volumes similares de capital. Esses agentes tendem a se unir em classes sociais ou grupos com interesses econômicos comuns. Para Bourdieu (2000), o capital econômico não é apenas uma medida de riqueza, mas também um meio de perpetuar e reforçar a posição social. Por exemplo, famílias com maior capital econômico podem proporcionar aos seus herdeiros melhores condições de vida e aparatos de ensino mais sofisticados, como escolas de elite, cursos extracurriculares, viagens culturais e acesso a redes de contatos influentes. Esses investimentos não apenas aumentam o capital cultural e social dos herdeiros, mas também garantem a reprodução da posição social elevada da família. Desse modo, o capital econômico desempenha um papel crucial na manutenção das desigualdades sociais e na dinâmica de poder dentro de uma sociedade (Bourdieu, 2000).

Muito embora o volume de capital seja perceptível nos sujeitos, coletivamente eles também podem angariar recursos. O mesmo nível de capital cultural ou econômico em um indivíduo, pode ser também encontrado em um indivíduo para com um grupo mais ou menos definido e coordenado por suas afinidades e semelhanças. O conceito de capital social é mobilizado na busca por compreender como, individualmente ou coletivamente, esse capital pode ser disposto no campo a partir das relações sociais, construção de redes, colaborações e parcerias. Esse conceito foi estimulado por uma variedade de tradições sociológicas (Neveu, 2018).

A diferenciação do conceito de capital social de Bourdieu para com os outros pensadores, está centrado no olhar do indivíduo para a rede, impedindo que se aglomerem todos em uma única perspectiva ideológica. Além disso, Bourdieu também observa o capital social a partir das instituições, proporcionando um pensamento complexo que incorpora a sociabilidade dos agentes e das organizações na vida cotidiana. O capital social se apresenta, na visão do autor, como um recurso de diferenciação social e reprodução das classes. Bourdieu & Wacquant (1992, p. 95), conceituam o capital social como sendo:

The sum of the resources, actual or virtual, belonging to an individual or group, by virtue of possessing a durable network of more or less institutionalized relationships of mutual acquaintance and recognition, in others words the sum of capitals and powers that such a network allows mobilizing.

O capital social é um tipo de capital comum a todos os campos e possui quatro elementos fundamentais para sua constituição e validação na visão do autor, sendo i) o pertencimento a um grupo; ii) a existência de relações sociais; iii) a troca de materiais simbólicos ou não; e iv) seu grau de institucionalização, implicando que deve haver recursos de domínio desse grupo (materiais ou imateriais), passíveis de serem disputados por outros indivíduos ou conjuntos de coletividades (Plascencia, 2005).

Para Bourdieu, toda análise de classificação deve considerar dois aspectos de propriedade, o primeiro relacionado as propriedades materiais e do outro as propriedades simbólicas, esta segunda onde os sujeitos percebem e apreciam de acordo com suas interpretações, tornando-se um produto de um sistema de percepção alinhada ao indivíduo e sua coletividade. O capital simbólico, também pode ser compreendido como a forma que todo capital assume quando este é reconhecido como ferramenta de poder, dando validação ao uso do capital em um campo de disputas (Bourdieu, 2013).

Para Bourdieu (2013, p. 111), o capital simbólico enquanto objeto de diferenciação para assegurar poder e lucro na acumulação “só existe na relação entre as propriedades distintas e distintivas com o corpo correto [...] e indivíduos ou grupos dotados de esquemas de percepção e de apreciação que os predispõem a reconhecer [...] essas propriedades, ou seja, a instituí-los como estilos expressivos, formas transformadas e irreconhecíveis das posições nas relações de força”, isto é, a apropriação do capital simbólico está revestida do caráter de validação que o grupo ou agente confere a esse capital.

Assim, compreendendo os capitais como meios e fins dentro das disputas, podemos compreender que todo campo funcionará a partir de uma forma específica de capital simbólico, pois os agentes entrarão em campo dispostos a investir em seus capitais para que estes tenham o reconhecimento e a autoridade final sobre as decisões. Esse cenário está contextualizado no que Bourdieu aponta como poder simbólico. O poder simbólico torna-se, então, um mecanismo para manutenção das decisões, uma vez que as relações de dominação são percebidas e vivenciadas por todos os agentes do campo. Cabe ressaltar que a violência

gerada pelo poder simbólico nas relações de dominação é invisível e não percebida como uma violência que demande força física brutal.

A disposição do poder simbólico e das dinâmicas de capital se refletem diretamente na constituição de arenas políticas, onde as disputas pelo reconhecimento e pela autoridade são intensamente mobilizadas, dada sua menor proporção em relação ao campo. No campo, os agentes utilizam o capital simbólico para moldar a percepção pública, influenciar narrativas e consolidar sua legitimidade no todo. Nas arenas políticas há uma reprodução desse comportamento, permeado por formas de poder que operam de maneira sutil e pessoalista, muitas vezes mascarando os processos de dominação sob a aparência de consenso ou diálogo.

5.4 Reflexões Teóricas sobre Arenas Políticas

Ao considerar as arenas políticas como meio analítico, isto é, enquanto concepção de campo articulado que produz um determinado fim e não como condição *sine qua non*, e atentando para os agentes envolvidos com vistas à tomada de decisão e implementação de ações públicas no território, questões como: de que forma se configura uma arena dentro do campo turístico? Qual o nível de envolvimento, ao considerar os interesses dos agentes para o processo de criação e imposição de uma intervenção no espaço pelo uso turístico? Ao se constituir uma arena, quão intrínseca ela é na percepção do desenvolvimento turístico? A arena é dominada por interesses comuns ou parte do princípio democrático de participação e tomada de decisão? Nortearão o desenvolvimento deste eixo teórico à medida que os avanços do e no pensamento possam emergir.

A política é dinâmica e fluída, por isso a política só se faz na ação, ou seja, política é a ação de alguns sobre os demais. Para Ribeiro (1998, p. 10), a política é “um processo através do qual interesses são transformados em objetivos e os objetivos são conduzidos à formulação e tomada de decisões efetivas, decisões que ‘vinguem’”. Ela é baseada em processos de negociações, barganhas e imposição de interesses pessoais e coletivos. A política possui características básicas como o compartilhamento de problemas e questões que são importantes para a sociedade, configurando um ambiente alinhado à formação da agenda política. As pressões de grupos externos e a troca de governos também ajudam a configurar a atividade da política. Entretanto, para articular interesses direcionados à um grupo em comum, criam-se arenas políticas para colidir com o conhecimento, referências e dados (Schramm & Fenner, 2017).

A política é relativamente autônoma e depende de um conglomerado de regras sociais, crenças, valores e papéis de interesse que geram resultados voltados à aplicação na sociedade (Bourdieu, 1981). Se a política é, então, o processo de tomada de decisão concebida coletivamente, mediante imposição de poder frente às disputas e interesses diversos, a expressão “arena política” pode ser referida como a determinação do campo onde são travados esses conflitos. As características desse campo, é dizer, sua composição e organização enquanto condição de habitat, delinearão a dinâmica da vida política no que concerne às instituições, valores, prioridades, interesses e direcionamentos dos produtos políticos (Reis, 2013).

Para Reis (2013), desde a Antiguidade, praticamente qualquer direcionamento de reflexão para a política abraçava, também, alguma noção conceitual de arena política, por entender que a política opera de modos diferentes em cada contexto de sua existência. Pensadores como Karl Marx e Rosa Luxemburgo, trouxeram contribuições para a noção conceitual da arena, mas não realizaram um esboço teórico específico sobre. No decorrer do século XX, alguns teóricos iniciaram uma composição de pensamento na tradição pluralista ao considerar a teoria dos grupos nas organizações/instituições, fazendo aparecer a arena política passivamente (Reis, 2013).

As arenas políticas podem ser desenhadas por diferentes prismas. Na teoria estruturalista formata-se uma conceituação sobre as organizações ao considerar a rede e a relação de poder entre as pessoas envolvidas em processos decisórios (Morgan, 2002). Para Etzioni (1974, p. 68), os teóricos estruturalistas “veem a organização como uma unidade social grande e complexa, onde interagem muitos grupos sociais”, e que em detrimento desse cenário os organismos seriam atravessados de conflitos constantes. Essas variações de conflitos existentes em uma organização/instituição derivam dos interesses pessoais e/ou de grupos seletos que dão origem às negociações e a outros mecanismos de formação de alianças, por vezes, recíprocas que desenharam a vida nesses ambientes. Essas alianças, para esses teóricos, podem ser denominadas de arenas.

As arenas podem ser civis, políticas, públicas, decisórias, entre outras, podendo haver interações entre elas, isto é, a arena política pode ser uma arena decisória, tornando o conceito de arena política amplo e de multi aplicações. Nessa abordagem inicial, para o quadro analítico de uma arena dentro das organizações, deve-se considerar o conceito de *collective projects* que abrangem os projetos e demandas oriundos de narrativas de um grupo ou de uma coletividade em particular; também considerar o *social settings* definido como os contextos locais caracterizados pelo curto prazo de duração das narrativas e projetos; e, *publics*

entendido como a configuração social composta por um misto de atores envolvidos que possuem seus projetos segmentados um do outro (Mische & Pattison, 2000).

Essa concepção de arena é baseada na sociedade que possui algum tipo de organização em comum ou de viés mercadológico, para estruturação dos argumentos e desenvolvimento de ideias, proposições e efetivações e por isso, os autores a definem como sendo “*cluster of 'public' settings in which sectorally diversified actors provisionally suppress their particularistic projects in order to formulate and pursue an emerging common purpose*” (Mische & Pattison, 2000, p. 168). Dada sua composição por indivíduos de similares ou diferentes características e interesses, a diversidade é um tema presente nas arenas, pois é dela que procedem as demandas e proposições sociais, porém o fator “diversidade” tanto de representações como de ideologias é motivo para a criação de alianças, direcionamento de poderes e imposição de anseios próprios gerando conflitos.

Baseado nos conflitos das organizações/instituições através da intensidade entre os indivíduos, difusão das informações e duração dos conflitos, Mintzberg (1985) traçou quatro formas de pensar as arenas políticas nesse contexto. A primeira arena traçada pelo autor é a *confrontation* que é caracterizada por conflitos internos e breves. A segunda arena trata-se da *shaky alliance* que é definida por conflitos moderados e possivelmente duradouros. A terceira arena é denominada *politicized organization*, que se refere aos conflitos comedidos e apoiados artificialmente pelos envolvidos. A última arena é a *complete political arena* evidenciada por um conflito intenso e profundo. O direcionamento do conflito na arena política, pode gerar competições entre os agentes, ocasionando uma lentidão nas decisões para a qual a arena foi desenhada.

Pensando nas competições dentro de uma arena política, Ashwortha *et al.* (2014) articularam que a competição pode ser forte ou mais maleável. Quando ocorre uma acirrada competição, fica difícil obter resultados e deliberações, pois os agentes possuem interesses distintos e querem pôr em pauta as suas concepções. Já quando a competição na arena é mais fraca, um dos agentes (geralmente o Estado), monopolizará as decisões, providenciando mais ou menos serviços públicos, porém sem deixar de ganhar ou de direcionar parte do reinvestimento para um grupo específico, em cima desse processo (Lake & Baum, 2001)

A constituição de uma arena política, portanto, dentro da seara da Ciência Política, Sociologia ou Economia é abertamente discutida por estudiosos que trazem suas pesquisas para uma perspectiva aberta e dinâmica, pois essa concepção aglutina poder, competição e influência. Muitas características podem estar apoiadas nas arenas políticas, podendo os agentes envolvidos criarem barreiras para inserção de novos agentes com o objetivo de mitigar

possíveis conflitos, pois isto indicaria maiores níveis de competitividade e direcionaria as decisões concebidas na arena para um viés heterogêneo (Ashwortha *et al.*, 2014).

A considerar por outra abordagem conceitual, pode-se tomar arena política por meio do sistema partidário, ou seja, pelo conjunto de mecanismos e formas de política no contexto social que definem alianças partidárias, ferramentas e ações para desenvolvimento de programas eleitorais visando a competição e vitória na disputa em eleições em um ambiente democrático (Carneiro & Almeida, 2008). Apesar de todos esses cenários teóricos de construção de arenas políticas e caminhos para soluções dos conflitos, cria-se a falsa impressão de que conhecemos os nossos problemas sociais e que o que falta é apenas uma “gerência” eficiente – a crença fundamental de toda visão tecnocrática – quando, na verdade, sequer se sabe do que se está discutindo (Randolph, 2015). Por essa perspectiva, acabam-se criando arenas políticas institucionalizadas compostas por agentes diversos (em teoria), capazes de direcionar e formatar as políticas públicas a serem aplicadas no contexto social.

Para Cerny (2000) a arena política é redesenhada no contexto da globalização, pois o Estado passou a assumir novas características, adquirindo mais competitividade ao corpo estatal. Para o autor, essa transformação é complexa e não é linear, envolvendo três diferentes paradoxos: 1) o Estado competitivo não leva a um Estado mínimo, mas sim a uma expansão da intervenção estatal; 2) as instituições e os agentes do Estado são promotores da competitividade ao inserir a lógica de mercado; e 3) a implementação da competitividade problematiza a capacidade das instituições quando levadas à legitimidade dos processos desenvolvidos.

Nesse contexto, as arenas podem ser tomadas como espaço de decisão democrática com vistas a participação efetiva da população por meio de comitês, organizações e representações sociais ou por participação popular, com o intuito de viabilizar uma aproximação dos integrantes à realidade política decisória dos serviços públicos, por meio de arenas públicas. Todavia, a inserção do público em geral em uma arena pública, não necessariamente direciona para uma tomada de decisão ampla e democrática. Estas arenas podem estar atadas a lógica de reprodução de discursos já consolidados e racionalizados pela minoria do composto (Nóbrega, 2012).

Para Bobbio (1992, p. 33), as arenas públicas são como esferas das relações sociais que não estão controladas pelo Estado e que se constituem como um conjunto de elementos que, em uma sociedade organizada, exerce o poder coativo. Por este raciocínio, as arenas políticas podem conflitar com outras arenas políticas compostas por indivíduos com interesses comuns, é dizer, se podem aglomerar em campo maior, arenas com os movimentos sociais,

em outra arena os interesses de mercado e em uma outra focada em partidos políticos. Ideologicamente essas arenas possuem interesses diversos e não necessariamente se têm indivíduos simbolicamente lutando por seus espaços, mas conglomerados robustos que carregam as vozes e interesses de agentes que possuem afeições (Rossi & Silva, 2018).

As características da arena política ajudarão a definir a dinâmica da vida política de acordo com as instituições e representações presentes nela (Reis, 2013). As nuances, as linhas de interesse e os conflitos gerados nos ajudam a compreender a complexidade e amplitude das arenas (Lindegard, 2018). Essas características são delineadas, pois as arenas são compostas por pessoas e estas possuem suas individualidades e interesses. Assim, o êxito ou o fracasso dos conflitos debatidos que promoverão políticas públicas dependerá, ademais de outros fatores: da efetividade e do nível de influência dos agentes na arena política (Suasnábar, 2018). Uma vez que esse campo é permeado por conflitos, cabe questionar: qual o limite dos conflitos em uma arena? Ao trazer o debate para o nível global, Marsili (2021) contextualiza que o limite está quando as nações iniciam confrontos armados, sanções econômicas ou esforços diplomáticos coercitivos.

Esse limite é imposto por arenas decisórias, que podem ser tomadas em diversas frentes de organização social. As arenas decisórias recaem no campo com poucos agentes envolvidos, tomam um caráter restritivo e são insuladas do restante do sistema político e da sociedade, uma vez que os envolvidos nessa arena são responsáveis pelas tomadas de decisão e imposição de limites das ações que a arena irá direcionar (Loureiro, Santos & Gomide, 2011). Por trás do grande debate, há nas arenas políticas as disputas, os conflitos, o choque de valores, os poderes que estruturam o campo e expõem os comportamentos dos agentes, pois estes condicionam ou mantêm suas visões sobre o campo (Mata, Pimentel & Emmendoerfer, 2019).

Para Offe (1981), existem três níveis ou três arenas dispostas umas sobre as outras. A primeira arena consiste nos processos políticos que sucedem na tomada de decisão no âmbito do Estado sem retratar um poder, já que é aqui que são produzidas as coligações e orçamentos. A segunda arena trata sobre as forças sociais que influenciam diretamente os políticos, suas opiniões e direcionamentos proporcionando modificações à agenda política e formando um campo de potencialidades e contingências. A terceira e última arena é aquela onde ocorrem as mudanças no contexto da sociedade, dando a oportunidade de mudar a realidade das políticas, entendendo assim à arena política como um espaço decisório que perpassa por conflitos e interesses que podem ser analisados no discurso e comportamento dos agentes.

O efeito dos discursos políticos adversários é que eles ganham ou perdem em uma arena política definida e esse jogo de ações e argumentos é o que baliza as ações. Os diferentes agentes envolvidos neste processo são definidos por suas capacidades de reunir recursos e aliados. Como os recursos são limitados, a competição constitui-se, fabricando coalizões e um comportamento político que passa a fomentar todas as ações e direcionamento a serem incrementadas no contexto (em que a arena foi definida), na sociedade (Fazito, Scott & Russell, 2016; Ventura & Nassif, 2016). Na busca por compreender esse campo de coalisões, se faz necessário clarear as informações, o ambiente, o peso das decisões, as conexões políticas, o tempo, o problema social em questão a ser solucionado, a forma de participação e quem são os indivíduos durante todo o processo.

Para Lowi (1964, 1970), existem quatro arenas políticas. A arena distributiva que se refere à alocação de recursos entre os diferentes grupos, para que as políticas que são formuladas possam distribuir esses recursos de maneira que atenda a múltiplas demandas. A arena regulatória envolve a criação de regras e regulamentos que administrem os comportamentos dos agentes da arena, visando controlar suas ações para garantir conformidade. A arena redistributiva está focada na redistribuição de recursos entre diferentes grupos, com foco em políticas de equidade e justiça social. E a arena constitutiva que diz respeito à formulação de normas e estruturas que definem as regras do jogo político, abrangendo a criação de instituições e a estruturação do Estado. A cada uma dessas arenas estão aliadas políticas com terminologias iguais, isto é, na arena distributiva gera-se políticas distributivas, por exemplo.

Enquanto aos indivíduos, estes em seu âmbito privado tomam suas decisões sem interferência do Estado. As relações que ultrapassam à esfera privada e recaem no público, passam para um debate coletivo que podem ser reguladas pelo poder público que assumirá um papel de intermediador e mediador dos interesses (Schattschneider, 1960). Diversos podem ser os agentes envolvidos neste processo. Alguns se sobressaem em detrimento de outros devido ao seu nível de representatividade no debate, por exemplo, o Estado.

Outros são direcionados para compor a diversidade, como a sociedade civil organizada. Na teia dos atores envolvidos em uma arena espera-se, de acordo com Elliott (1997), que a iniciativa privada, por vezes representada por empresários do ramo, tome uma posição de menor poder em direção a política que irá direcionar-se à solução, e fique em segundo plano na arena, em comparação com o papel do setor público e da população. Porém não é essa a racionalidade que passa para realidade.

Gerber, Gregory, Humber & Dowling (2011), tracejam as cinco principais personalidades características de uma arena política. O estudo, de caráter analítico para o viés psicológico, revela como a definição de personalidades direciona a interação entre as pessoas em ambientes políticos. Os autores mensuram o comportamento político dos agentes a partir de cinco categorias, sendo elas: a extroversão, a agradabilidade, a conscienciosidade, o equilíbrio emocional e a abertura, relacionado a outras categorias como ideologia, domínio econômico e social. A compreensão desse comportamento, discutem os autores, ajudaram a entender como os políticos direcionam suas ações, realizam parcerias e propõem soluções aos problemas sociais. Para Doherty (2015), a maneira como as pessoas atribuem causas as arenas políticas podem contribuir para a fomentação de polarização, onde os sujeitos não são capazes de apenas discordar de opiniões e construir um caminho para solução dos problemas, mas imputam uma disputa que pode gerar conflitos danosos à sociedade, alimentando o embate por questões erradas ou mal direcionadas pelos agentes que detém o poder da fala e persuasão.

5.5 Zona Histórica e Portuária no Cenário do Turismo Natalense

A zona histórica e portuária exerce uma influência significativa na geografia urbana e cultural da cidade do Natal. Geralmente, o “centro” abrange uma parcela substancial ou mesmo uma cidade inteira e compreende as obras arquitetônicas e estilos de vida que contam a história e renovam a cidade. De modo geral, a zona histórica é como experiência, um patrimônio que mesmo sem oficializar nomes, são as raízes coletivas de uma sociedade com uma combinação de construção enfraquecida ao longo de séculos que frequentemente torna-se um produto – um bem cultural influenciador e reinventado, atraindo turistas interessados na experiência proporcionada pelo mercado através do turismo cultural, caracterizado pelo desejo da história e pela experiência autêntica.

Após compreender a formação histórica desde a “colonização”, da zona de disputa na seção anterior, neste corte buscaremos trazer a atualidade da zona histórica e portuária de Natal, por meio do olhar turístico com foco nos atrativos dispostos em seu terreno. Em particular, os bairros da Cidade Alta e Ribeira, ali localizados, exemplificam essa dinâmica. Segundo o IPHAN, esses bairros “historicamente, serviu ao comércio e ao trânsito de pessoas para a capital, estabelecendo-se como o local de cultura e lazer da cidade”. A importância histórica dos dois bairros está intimamente ligada à sua localização estratégica ao longo do rio Potengi, onde o Porto de Natal desempenha um papel central. Desde os tempos coloniais, os

bairros foram um ponto de confluência para mercadorias e pessoas, sendo um elo vital na economia local e regional.

O bairro da Cidade Alta junto à Ribeira, formaram o núcleo fundacional da cidade do Natal. A Cidade Alta, situada em uma área elevada oferece vistas privilegiadas do rio Potengi, desempenhando um papel crucial no desenvolvimento urbano e histórico da capital potiguar. Durante o período colonial, foi na Cidade Alta que se estabeleceram os primeiros edifícios administrativos e religiosos, como a Igreja de Santo Antônio e o Palácio Felipe Camarão, sede do governo municipal até os dias atuais. Esses edifícios não apenas testemunham a evolução arquitetônica de Natal, mas também simbolizaram o poder político e religioso que moldou a cidade ao longo dos séculos.

No passado, a Cidade Alta consolidou-se, portanto, como o centro administrativo e religioso, abrigando importantes instituições governamentais e eclesiásticas. Além disso, o bairro também se destacou como um polo comercial e residencial, atraindo a elite local que buscava proximidade com o poder e os principais serviços da época. Hoje, o bairro ainda preserva alguns dos seus edifícios históricos que são testemunhas silenciosas de eventos marcantes na história da cidade e do estado do RN. A preservação desse patrimônio tem sido um desafio constante, diante da pressão do crescimento urbano e das mudanças nos usos do território.

Por sua vez, o bairro da Ribeira, também localizado às margens do rio Potengi, é um dos mais antigos e históricos, carregando consigo uma rica herança cultural e arquitetônica, fundada ainda no período colonial. Sua localização estratégica, próxima ao porto, fez com que o bairro se tornasse um importante núcleo comercial e de trânsito, conectando a capital potiguar a outras regiões e impulsionando o crescimento urbano ao longo dos séculos. Durante os séculos XIX e XX, a Ribeira floresceu como o principal centro de comércio e lazer de Natal. Foi lá que se instalaram os primeiros armazéns, mercados, linhas férreas que conectavam Natal ao interior e estabelecimentos comerciais, além de teatros, clubes e cinemas que animavam a vida cultural da cidade.

A arquitetura do bairro reflete essa prosperidade, com edifícios em estilos ecléticos e *art déco* que ainda hoje podem ser observados, apesar do desgaste do tempo. Entretanto, ao longo do final do século XX, a Ribeira começou a perder sua centralidade, à medida que novas áreas da cidade se desenvolveram e o foco econômico e social se deslocou para outras regiões. O bairro passou por um processo de decadência, com muitos de seus edifícios históricos sendo abandonados ou utilizados para fins que não refletiam mais sua antiga glória.

Com o passar dos anos, os bairros passaram por uma série de transformações que alteraram sua função fundadora e seu perfil socioeconômico. Atualmente, os bairros abrigam uma série de serviços voltados para o comércio náutico, como estaleiros e marinas, oficinas mecânicas de motos, carros e embarcações, comércio de vestuário e alimentos e bebidas. Entretanto, essas atividades não são suficientes para preservar a vibrante vida cultural que o IPHAN descreve como parte da identidade dos bairros. A Ribeira também se tornou um local onde oficinas mecânicas, mercados de peixe e algumas poucas opções de lazer, onde bares, restaurantes, casas noturnas e teatros, coexistem. Essa diversificação de usos, apesar de trazer certa vitalidade econômica, resultou em uma visibilidade limitada para a função do fazer cultura, turismo e lazer que o bairro historicamente desempenhou.

O circuito histórico de Natal não é apenas um esforço de um espaço físico de preservação do patrimônio material edificado, mas também um território de memória viva que conecta passado e presente. Enquanto a Ribeira reflete a dimensão comercial e cultural da cidade, a Cidade Alta destaca-se pela sua importância política e religiosa, formando um conjunto histórico que oferece aos visitantes uma compreensão abrangente da trajetória de Natal. Juntos, esses dois bairros não apenas contam a história da fundação da cidade, mas também ilustram a complexa relação entre as forças econômicas, políticas e culturais que moldaram o desenvolvimento urbano da capital potiguar ao longo dos séculos.

Na Cidade Alta, a Praça André de Albuquerque (figura 48), encontra-se no cerne da zona histórica de Natal, compreendida por ser ponto da fundação da cidade, o marco zero. O local foi palco para a missa comemorativa de fundação de Natal e ao seu redor foram construídas prédios públicos, a igreja matriz e a casa de câmara e cadeia. Além disso, a praça foi ponto de encontro para várias manifestações populares, palanque político e atividades sociais (Costa & Amaral, 2016).

Figura 48: Praça André de Albuquerque



Fonte: elaboração própria (2024).

Localizada ao redor da praça, a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Apresentação foi construída no local da primeira capela do início da colonização portuguesa, fundada em 1599. Em 21 de novembro de 1753, um grupo de pescadores no Rio Potengi encontraram um caixote com uma imagem de Nossa Senhora do Rosário envolvida em uma faixa que se lia “aonde essa imagem chegar, nenhuma desgraça acontecerá”. Pelo evento acontecer no dia 21 de novembro, deram a imagem o título de Nossa Senhora da Apresentação (Arquidiocese de Natal, s/d). A igreja também é conhecida como Catedral Velha, contando com estilo barroco, como ilustra a figura 49.

Figura 49: Igreja Matriz de Nossa Senhora da Apresentação



Fonte: elaboração própria (2024).

Também situado aos arredores da praça e administrado pela Fundação José Augusto, o Memorial Câmara Cascudo (figura 50) foi palácio do efêmero governo republicado de André de Albuquerque. Nele também funcionou a Delegacia Fiscal e a sede do Quartel General da 7ª Região Militar, e hoje tornou-se um espaço de homenagem para o intelectual potiguar, contando com um acervo próprio e biblioteca (Fundação José Augusto, 2023). Durante a pesquisa de campo, memorial não apresentava um acervo para visitação.

Figura 50: Memorial Câmara Cascudo



Fonte: elaboração própria (2024).

A Igreja de Santo Antônio, mais conhecida como Igreja do Galo, é considerada a terceira igreja mais antiga do estado, construída em 1766. Possui um estilo arquitetônico barroco tardio e em seu interior abriga uma decoração de alteres laterais esculpidos em madeira, sem aplicações de metal, nem policromia (Natal das Antigas, 2019a). Em seu complexo também estão dispostos o Museu de Arte Sacra de Natal (fechado para visitação durante a pesquisa de campo), e um convento, como ilustra a figura 51.

Figura 51: Igreja de Santo Antônio (Igreja do Galo)

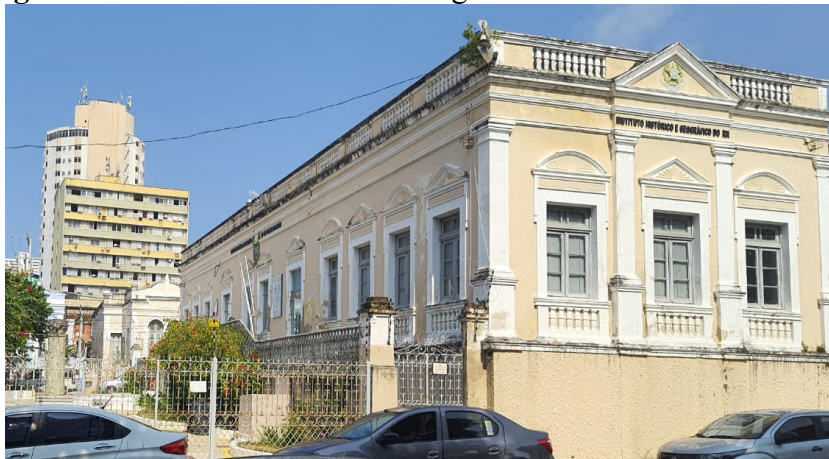


Fonte: elaboração própria (2024).

O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte – IHGRN (figura 52), também conhecido como Casa da Memória, é uma associação civil, sem fins econômicos,

construído em 1902, abriga um acervo museológico, bibliográfico e documental referente a história, geografia e cultura do RN. O instituto promove exposições, palestras e atividades ligadas à manutenção da cultura e geografia do estado. Em seu jardim está localizada a Coluna Capitolina, um monumento presenteado a Natal pelo Benito Mussolini em 1931 (IHGRN, s/d).

Figura 52: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte



Fonte: elaboração própria (2024).

Na Praça 7 de Setembro estão localizadas o Palácio da Cultura (Pinacoteca Potiguar) e o Palácio Filipe Camarão (Prefeitura Municipal de Natal), ilustrados respectivamente nas figuras 53 e 54. Inaugurado em 1873, o prédio da Pinacoteca Potiguar foi sede do governo do estado, permanecendo como núcleo da vida política potiguar até 1995. Com arquitetura neoclássica, o edifício abriga maior parte do acervo de artes visuais do governo, além de promover exposições de artistas locais e nacionais (Fundação José Augusto, 2023).

Figura 53: Palácio da Cultura (Pinacoteca Potiguar)



Fonte: elaboração própria (2024).

A Prefeitura Municipal do Natal foi construída em 1922. O prédio recebeu o nome Palácio Felipe Camarão em homenagem ao indígena potiguara que habitava as margens do

Rio Potengi. Antônio Felipe Camarão foi catequizado e batizado juntamente com sua esposa, Clara Camarão, e recebeu destaque pela sua luta na expulsão dos invasores holandeses (Prefeitura do Natal, s/d).

Figura 54: Palácio Felipe Camarão (Prefeitura Municipal do Natal)



Fonte: elaboração própria (2024).

O Museu Café Filho (O Sobradinho), fotografado na figura 55, é administrado pela Fundação José Augusto e foi construído entre 1816 e 1820. Em seu interior é possível visualizar um acervo documental e iconográfico sobre Café Filho (único potiguar Presidente da República). O museu também possui a biblioteca particular do presidente e parte do mobiliário de sua residência do Rio de Janeiro (Fundação José Augusto, 2020).

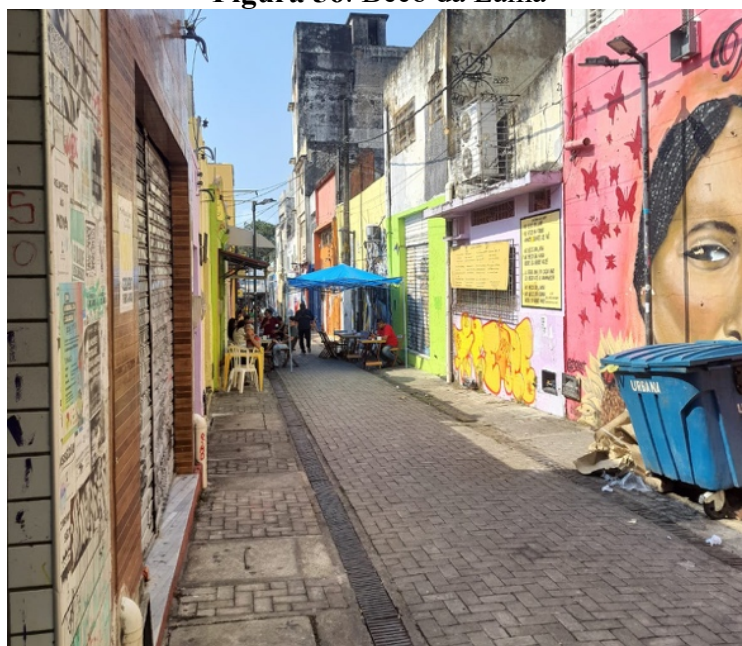
Figura 55: Museu Café Filho



Fonte: elaboração própria (2024).

O Beco da Lama está localizado próximo ao Palácio Felipe Camarão e ao Museu Café Filho. Segundo historiadores, o beco era muito enlameado, tratando-se de um logradouro público que, em meados de 1840, grupos de teatro apresentavam espetáculos em suas imediações (Nesi, 2020). Após um processo de organização social e comercial, o Beco da Lama foi reestruturado (saneamento, passeio público), passando a receber obras de grafite de artistas potiguares, como aponta a imagem 56, e rodas de samba. O Beco da Lama se tornou um espaço de exposição cultural e resistência de um lazer desfrutado com base em uma memória do samba no centro da cidade.

Figura 56: Beco da Lama



Fonte: elaboração própria (2024).

A Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos (figura 57), é o segundo templo católico mais antigo da cidade. Sua construção tem data desconhecida, mas estudiosos apontam que ocorreu entre os anos de 1706 e 1714, sendo construída por pessoas escravizadas e tendo seu funcionamento direcionado para o atendimento aos indivíduos marginalizados da sociedade. Aos domingos, ainda se reza a missa em latim, atendendo ao ritual mais tradicional da igreja católica. Ao seu redor encontra-se a pavimentação original e conta com uma bela vista para o Rio Potengi (Costa & Amaral, 2016).

Figura 57: Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos

Fonte: elaboração própria (2024).

Em estilo *art decó*, a Casa da Viúva Machado (figura 58), foi construída em 1910 e adquirida pelo português Jorge Machado em 1920. A Casa Machado foi uma das principais lojas de Natal, vendendo alimentos e conservas, bebidas nacionais e internacionais, madeira e cedro. Após sua morte, a fortuna do Sr. Machado foi herdada pela sua esposa Amélia Duarte Machado. Com o falecimento do esposo, a Amélia fechou as portas e viveu seu luto discretamente, ficando conhecida como Viúva Machado.

A sociedade não compreendeu suas escolhas e a acusaram-na de ter feito pacto para ficar rica e, por isso, não poderia mais sair de casa, roubando-lhe a beleza. O casal Machado não teve filhos. A viúva que adorava crianças, convidava-as para servir bolos e doces. Entretanto, surgiu a lenda de que a Viúva Machado comia o fígado das crianças para permanecer viva, sendo chamada de papa-figo (Natal das Antigas, 2019b).

Figura 58: Casa da Viúva Machado

Fonte: elaboração própria (2024).

A Capitania das Artes (figura 59) está localizada em uma das avenidas que liga a Cidade Alta à Ribeira. No final do século XIX abrigou a Capitania dos Portos. O edifício esteve fechado por anos, passando por um período de degradação considerável. Ao abrigar a Fundação Capitania das Artes, a Prefeitura do Natal assumiu a administração do complexo, possuindo um acervo artístico visual e uma galeria de arte (Costa & Amaral, 2016).

Figura 59: Capitania das Artes



Fonte: elaboração própria (2024).

O Solar João Galvão, ilustrado na figura 60, funcionou como residência do Coronel e comerciante Aureliano de Medeiros, proprietário da loja Paris em Natal, considerada uma das mais abastadas da cidade. Aureliano morou com sua família no solar até construir o Solar Bela Vista, localizado ao lado da sua residência. O edifício ficou fechado e deteriorado por muitos anos, passando a abrigar, em 2002, o setor de documentação da Fundação José Augusto, tornando-se responsável pela gestão do espaço.

Figura 60: Solar São João



Fonte: elaboração própria (2024).

Também construído pelo Aureliano de Medeiros, o Solar Bela Vista foi rodeado de jardins. Sua construção obteve diversos materiais vindo da Europa, como vidros e grades de ferro. Enquanto funcionou como residência, a casa detinha diversos objetos de decoração importados. Após o falecimento do seu proprietário, o solar ficou fechado. Anos depois, o prédio foi sede do Tribunal de Justiça e na década de 1930 foi um hotel. Em 1958, o solar foi vendido ao Serviço Social da Indústria – SESI, funcionando como centro cultural e de lazer da instituição, passando a se chamar SESI Solar Bela Vista, como ilustra a figura 61.

Figura 61: Solar Bela Vista.



Fonte: elaboração própria (2024).

A casa em que Câmara Cascudo viveu por mais de quarenta anos está localizada na avenida que leva seu nome e próxima ao Solar Bela Vista, Travessa Pax e a Capitania das Artes. A casa (figura 62), foi construída em 1900, sendo primeiramente residência do seu sogro e hoje funciona como instituto que leva seu nome, estando aberta à visitação desde 2010. Em seu interior é possível visualizar mobília e utensílios do potiguar, além de uma biblioteca onde Cascudo recebia visitas como Gilberto Freyre, Ari Barroso, dentre outras personalidades políticas e intelectuais, fazendo-as assinar nas paredes sua presença (Instituto Câmara Cascudo, s/d).

Figura 62: Instituto Câmara Cascudo



Fonte: elaboração própria (2024).

A Travessa Pax separa o Solar Bela Vista da Casa de Câmara Cascudo. Conservando o calçamento original de 1904, um dos poucos trechos preservados com essa técnica de calçamento na zona histórica da Cidade Alta, essa via pública é fechada para o trânsito de veículos e hoje conta com uma série de artes em grafite em ambas as laterais, como ilustra a figura 63.

Figura 63: Travessa Pax



Fonte: elaboração própria (2024).

Mais deslocada do eixo considerado como corredor histórico na Cidade Alta, a Catedral Metropolitana de Nossa Senhora da Apresentação (figura 64), é uma construção recente datada de 1988. Também conhecida como Catedral Nova, a construção desenhada pelo arquiteto Marconi Grevi, possui uma capacidade para três mil pessoas em seu interior. A catedral conta com um vão único, onde acontecem as celebrações religiosas e um subsolo, ocupado o setor administrativo.

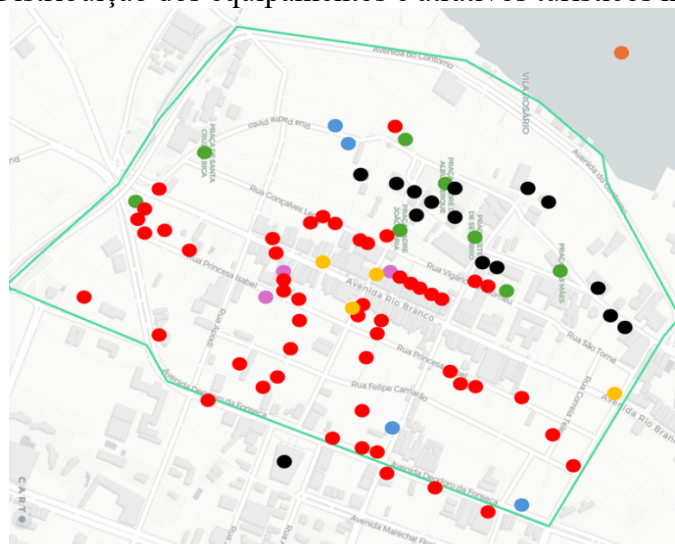
Figura 64: Catedral Metropolitana de Nossa Senhora da Apresentação



Fonte: elaboração própria (2024).

Esse conjunto de elementos históricos estão consagrados em diferentes documentações da Prefeitura do Natal e produções acadêmicas. Na figura 65, produzimos uma distribuição dos equipamentos e atrativos turísticos da Cidade Alta, seguindo a lógica da inventariação turística desenvolvida pelo Ministério do Turismo. Foram elencados os elementos de maior caracterização do turismo, sendo da Categoria B (serviços e equipamentos turísticos): hospedagem, alimentos e bebidas, agências de turismo, eventos e lazer; e os elementos da Categoria C (atrativos turísticos): atrativos naturais e culturais.

Figura 65: Distribuição dos equipamentos e atrativos turísticos na Cidade Alta



Legenda

- Atrativo turístico cultural
- Atrativo turístico natural
- Alimentos e bebidas
- Hospedagem
- Espaços públicos de lazer
- Agências de viagens e de eventos

Fonte: elaboração própria (2024).

É passível observar que os elementos históricos constituem um corredor de interesse patrimonial e que se mesclam com as áreas de lazer públicas, como as praças. Esse levantamento esclarece que o bairro como um todo não é considerado parte da memória do passado, mas apenas seu trecho fundador. O bairro da Cidade Alta possui como principal dinâmica o comércio varejista, dispondo dos mais diversos serviços. Por estar próximo aos bairros do Tirol e Petrópolis (característico por ser uma zona hospitalar da cidade e de moradias de luxo), a Cidade Alta possui um volume considerável de bares e restaurantes, que atuam diretamente para atender a lógica comercial do bairro no período diurno e não necessariamente aos frenesis do turismo. Outros elementos históricos estão presentes no bairro, mas não ganharam destaque nos roteiros turísticos produzidos pelos diferentes agentes ao longo do tempo, como a Praça das Mães (figura 66) e o Prédio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN (figura 67), por exemplo.

Figura 66: Praça das Mães



Fonte: Tribuna do Norte (2023).

Figura 67: Prédio do IFRN



Fonte: IFRN (2019).

Já no bairro da Ribeira, temos alguns espaços elitizados reforçados nas memórias dos edifícios e espaços públicos de lazer como na Cidade Alta, com poucos movimentos de

resistência ou que naveguem na contramão dessa história de via única. A Ribeira era tida como uma região pantanosa e a expansão da cidade do Natal para essa região foi demorada, devido ao difícil acesso. Até o final do século XIX, a área que hoje corresponde a Praça Augusto Severo (figura 68), era um terreno alagado por um braço do Rio Potengi (Nesi, 2020). Com o aterramento da região, a praça que recebeu o nome do político e entusiasta da aviação, sendo foi construída em 1904 e possuindo uma fonte de ferro e três pontes sobre um canal.

Figura 68: Praça Augusto Severo



Fonte: elaboração própria (2024).

Localizado nos arredores da Praça Augusto Severo, o Teatro Alberto Maranhão teve suas obras iniciadas em 1898 e concluídas em 1904 e tinha o nome de Teatro Carlos Gomes. O prédio passou por uma alteração em sua arquitetura em 1910, onde sua fachada recebeu ornamentos trazidos de Paris, como ilustra a figura 69.

Figura 69: Teatro Alberto Maranhão



Fonte: elaboração própria (2024).

Vizinho ao teatro e no arredor da praça, o Antigo Grupo Escolar Augusto Severo foi inaugurado em 1908 e detinha o modelo educacional preconizado no século XX. O prédio abrigou a escola Atheneu Norte-rio-grandense e a Faculdade de Direito de Natal. Hoje o prédio é de domínio da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e passa por reforma (figura 70), onde se tornará o centro de extensão, cidadania e cultura da universidade.

Figura 70: Antigo Grupo Escolar Augusto Severo



Fonte: elaboração própria (2024).

Vizinho ao antigo grupo escolar, a antiga Escola Doméstica de Natal (figura 71) foi criada por um grupo de intelectuais potiguares e inaugurada em 1914, sob inspiração do modelo educacional suíço, sendo pioneira no Brasil. De acordo com o Ipatrimônio (s/d), a escola “iniciou suas aulas sob a direção de Helena Bondoc e corpo docente composto por professoras europeias, funcionando com o atendimento as alunas nos moldes de internato e de semi-internato, variando o pagamento de acordo com o regime (interna ou semi-interna) escolhido.”

Figura 71: Antiga Escola Doméstica de Natal

Fonte: elaboração própria (2024).

Esse conjunto desses três edifícios na Praça Augusto Severo compunham a primeira visão de quem chegava a Natal de trem, podendo visualizar a modernidade da capital (Costa & Amaral, 2016). Como parte das mudanças urbanísticas mais recentes de Natal, o Museu de Cultura Popular Djalma Maranhão, ilustrado na figura 72, foi a rodoviária da capital até a década de 1980. Com uma estética mais modernista, o prédio passou por problemas estruturais e em 2008 foi restaurado e instituído o museu. Sob administração da Prefeitura do Natal, o museu está desativado (até o período da pesquisa de campo).

Figura 72: Museu de Cultura Popular Djalma Maranhão

Fonte: elaboração própria (2024).

Adentrando as ruas da Ribeira, encontram-se outros elementos históricos edificados, como o Espaço Cultural Casa da Ribeira, ilustrado na figura 73, que foi uma hospedaria. A Casa da Ribeira trata-se de um casarão reformado por meio de incentivos privados, inaugurado em 2001 e em seu interior estão disponíveis um teatro com 164 lugares, uma sala multiuso e um espaço com café, música e livros, sendo uma das opções de espaço que mesclam educação e cultura do bairro (Casa da Ribeira, s/d).

Figura 73: Espaço Cultural Casa da Ribeira



Fonte: elaboração própria (2024).

O Grande Hotel foi inaugurado em 1939, durante o período da Segunda Guerra Mundial, tendo como principais hóspedes à época, os militares norte-americanos. Além desses, também recebeu personalidades políticas como Juscelino Kubitscheck, artistas da música e literatura como Nelson Gonçalves e Clarisse Lispector, respectivamente. O hotel possuía salão de festas para o entretenimento da classe elitizada da cidade, ofertando banquetes (Costa & Amaral, 2016). A estrutura do edifício é em formato meia lua, com janelas para as duas principais avenidas da Ribeira, como ilustra a figura 74.

Figura 74: Antigo Grande Hotel



Fonte: elaboração própria (2024).

A residência na Avenida Duque de Caxias foi casa de um empresário natalense ainda no início do século XX. Dono de uma livraria na Rua Dr. Barata, Fortunato Aranha morou

nessa residência por boa parte de sua vida. Após isso, a casa teve diversos usos comerciais, obtendo acréscimos estruturais em sua arquitetura. Em 2012 passou a sediar a Superintendência do IPHAN RN, como aponta a figura 75.

Figura 75: Sede do IPHAN



Fonte: elaboração própria (2024).

Na mesma avenida, encontra-se a Casa do Empresário (figura 76). A Ribeira, por muitos anos, foi considerada um bairro de comércio. O edifício levou quase cinco anos para ser construído, sendo inaugurado em 1944. Abriga Associação Comercial e Empresarial do Rio Grande do Norte – ACRN, sendo um prédio imponente e de destaque, exaltando elementos decorativos típicos do final do século XIX, início do século XX (Costa & Amaral, 2016).

Figura 76: Casa do Empresário



Fonte: elaboração própria (2024).

A Rua Dr. Barata (figura 77) foi uma das principais ruas da cidade do Natal onde, inicialmente, era uma rua residencial, mas com o alargamento da cidade passou a concentrar

uma diversidade de serviços e atuando como ponto de encontro para negócios entre empresários e para debates nas livrarias com os intelectuais potiguares, passando a ser conhecida como Rua das Lojas. A rua ainda apresenta algumas edificações de cunho histórico, mas suas funcionalidades foram amplamente modificadas.

Figura 77: Rua Dr. Barata



Fonte: elaboração própria (2024).

O Obelisco da Avenida Tavares de Lira está localizado em frente ao cais construído em 1869. Em 1913, a via de acesso ao cais foi construída e nela foi posta o obelisco com cinco metros de altura, que contém em cada lado uma informação com uma data importante para Natal. Nas imediações eram realizados encontros festivos, carnavaís, desfiles cívico-miliares e comícios, onde era possível ter uma vista ampla para o Rio Potengi, ilustrado na figura 78.

Figura 78: Obelisco da Avenida Tavares de Lira



Fonte: elaboração própria (2024).

Segundo Costa e Amaral (2016), o casarão (figura 79), hospedou o Conde D'eu, casado com a Princesa Isabel e foi de sua sacada que Pedro Velho anunciou que havia sido proclamada a República no Brasil. Situado na Rua Chile, o prédio serviu como Palácio do Governo do poder executivo de 1869 a 1902. Foi vendido e usado como um bar, retornando à administração do estado do RN em 1989 e hoje é a Escola de Dança do Teatro Alberto Maranhão.

Figura 79: Escola de Dança do Rio Grande do Norte (Antigo Palácio do Governo)



Fonte: elaboração própria (2024).

A Rua Chile talvez seja uma das ruas mais conhecidas da Ribeira, por ser a primeira rua do bairro, tendo sua ocupação datada do início do século XVIII. Devido a sua proximidade ao Rio Potengi, as edificações abrigavam os produtos que eram comercializados através das instalações portuárias, também conhecida como Rua da Alfândega. Em 1994 e em outros momentos históricos na busca por revitalização, recebeu investimentos para recuperar suas fachadas, onde é possível visualizar diferentes momentos históricos e estilos arquitetônicos, como se visualiza na figura 80.

Figura 80: Largo da Rua Chile

Fonte: elaboração própria (2024).

O Beco da Quarentena é uma via estreita localizada entre a Rua Chile e a Rua Frei Miguelinho. A origem do seu nome se dá pelo fato de nele se localizarem tanto as prostitutas de mais idade, que já não encontravam trabalho nas casas noturnas da Ribeira, como também os marinheiros com doenças infectocontagiosas e, por isso, passou a ser conhecido como Beco da Quarentena. A título de ilustração para um resgate imagético de como seria sua dinâmica, o jornalista e professor Emanuel Barreto, escreveu sobre o beco:

“Na Ribeira há um caminho torto, feio, escuro.

É a Travessa da Quarentena, onde, há
muito, muito tempo, os deuses desvairados
do sexo barato faziam ali suas orgias.

O Beco da Quarentena, como ficou na
Lembrança popular, é esse falido porão
da cachaça barata e das mulheres de todos
e de ninguém.

Ali, vez por outra, passantes cortam
caminho, num atalho sem futuro.

Ali, quem sabe, nas noites da velha Ribeira,
fantasmas de bêbados e marias se juntam.

E dançam sua dança de cachaça”

O beco encontra-se completamente desativado de suas funções de outrora, se tornando um espaço de concentração de lixo, materiais abandonados e nenhuma moradia, como ilustra a figura 81.

Figura 81: Beco da Quarentena

Fonte: elaboração própria (2024).

A depender da referência, no final ou no começo da Rua Chile, está o Porto de Natal. O projeto inicial do porto data de 1922, porém somente em 1932, dez anos depois o porto é instituído pelo Presidente Getúlio Vargas. A Companhia Docas do Rio Grande do Norte é uma empresa pública, vinculada ao Ministério de Portos e Aeroportos, criada em 1970. Sua fachada é plana com detalhes em azul (figura 82), onde se concentram as funções administrativas do porto (CODERN, s/d).

Figura 82: CODERN

Fonte: elaboração própria (2024).

Localizado em frente ao Porto de Natal, edifício da Receita Federal foi inaugurado em 1928 para abrigar a alfândega de Natal. Há poucos relatos das funcionalidades que o edifício adquiriu ao longo do tempo até abrigar a Receita Federal. Entretanto, é um dos edifícios mais

bem conservados do circuito histórico, apresentando uma fachada limpa e bem cuidada, como mostra a figura 83.

Figura 83: Receita Federal



Fonte: elaboração própria (2024).

A atual sede do Departamento Nacional de Obras Contra a Seca – DNOCS (figura 84), é um edifício mais aliado do circuito histórico da Ribeira. Com arquitetura neoclássica, o prédio foi inaugurado em 1906 como escritório da Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte, também conhecido como Estação de Ferro Sampaio Correia (DNOCS, 2022).

Figura 84: Sede do DNOCS



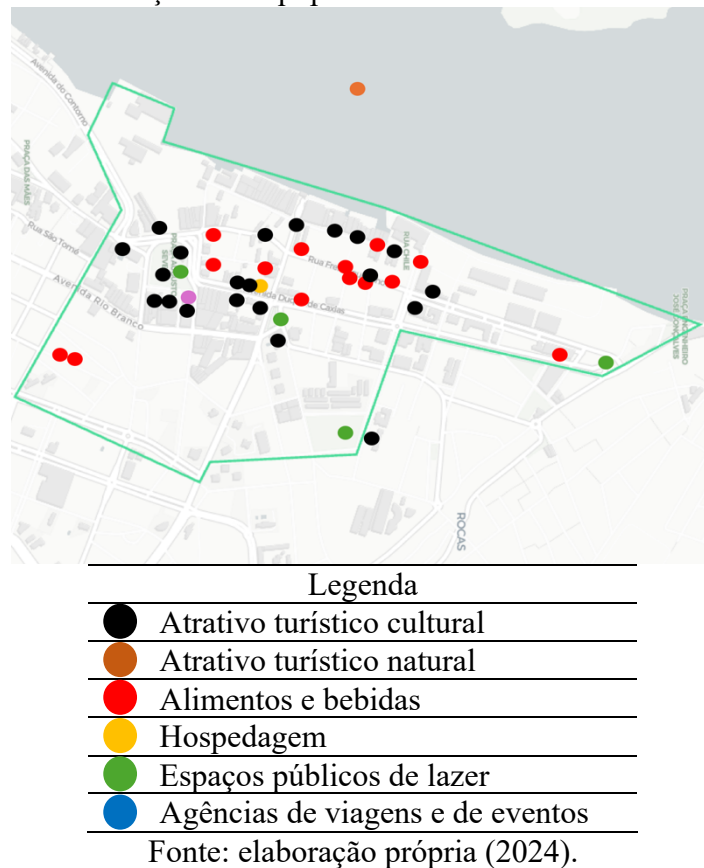
Fonte: elaboração própria (2024).

Em comparação a Cidade Alta, o bairro da Ribeira possui restritas opções de alimentos e bebidas, hospedagem e nenhuma opção de agências de viagens e produtoras de eventos, como ilustra a figura 85. É possível observar que os elementos históricos similarmente

constituem um corredor de interesse patrimonial, sendo alguns destes tombados, seja pelo IPHAN ou pelos órgãos competentes do estado e do município. O levantamento evidenciou que a Ribeira, apesar de concentrar boa parte do acervo histórico edificado de Natal, ainda mantém, mesmo que em estado de precariedade, para uma visualização imagética da zona histórica em todo o bairro, diferindo-a da Cidade Alta.

Repete-se a lógica de corredor histórico, sendo registrado em pesquisas, informativos turísticos e de interesse aqueles já consagrados pela dinâmica. Importante destacar que no bairro, os elementos estão mais pulverizados, não apresentando tanta concentração se comparado a sua extensão territorial. A Ribeira, característica pela arquitetura dos seus edifícios, conta com uma considerável quantidade de oficinas mecânicas, que dá o contexto da diária do bairro no dia a dia.

Figura 85: Distribuição dos equipamentos e atrativos turísticos na Ribeira



A abordagem de pensar a zona histórica de Natal como uma coleção de elementos isolados, como casas ou edifícios específicos, limita a compreensão e a valorização do espaço urbano como um todo. Quando se foca apenas nesses elementos unitários, a interpretação da zona histórica se fragmenta, resultando em roteiros turísticos que destacam pontos isolados, sem considerar as inter-relações que formam a totalidade dos bairros e sua relação com o

porto. Para uma visão mais bem fundamentada, é essencial pensar e fomentar a zona histórica e portuária enquanto uma zona integrada, onde cada elemento contribui para a construção de um paisagismo urbano histórico em amplitude e perspectiva. Esse raciocínio não se limita a destacar edifícios ou casas individuais, mas abrange a complexa rede de ruas, espaços públicos de lazer, atrativos turísticos e demais espaços que juntos formam o tecido histórico do centro.

A maioria dos itens elencados, até então, retratam uma Natal gloriosa e elitista. O que está conservado, seja administrado pela iniciativa privada ou pelo poder público, simboliza uma herança religiosa e aristocrata potiguar, restando poucos espaços para os grupos socialmente vulnerabilizados, repercutindo desigualdades sociais e culturais. A manutenção desses itens, que são de valiosa importância para a memória natalense, reitera uma narrativa oficial que privilegia as classes dominantes e suas contribuições históricas. Esse movimento, contribui para minimizar as vivências e influências de trabalhadores, povos indígenas e comunidades afrodescendentes que estiveram e são presentes nessa sociedade, porém suas histórias são frequentemente ignoradas ou sub representadas nos edifícios e discursos oficiais.

A preservação destes elementos, em específico, se transforma em um ato político que reflete e reforça os interesses dos grupos dominantes, enquanto invisibiliza as contribuições e as demandas dos setores menos favorecidos. A escassez de espaços que celebrem as culturas e histórias das populações vulnerabilizadas na Cidade Alta e Ribeira, evidencia uma visão limitada de patrimônio, que não reconhece a riqueza e a diversidade das expressões culturais presentes em Natal. Essa abordagem restritiva do que merece ser preservado perpetua um ciclo de exclusão, onde somente o que está alinhado com os valores da elite é considerado digno de ser lembrado e protegido, muito embora o bairro possua um volume de pessoas em situações de rua e pobreza, contrastando com a memória edificada excludente.

Para tornar essa parte da zona histórica e portuária natalense mais inclusiva e representativa, é necessário repensar as políticas de preservação, incluindo as vozes e histórias daqueles que foram historicamente marginalizados. Isso implica não apenas em conservar edifícios, mas também em promover a memória de espaços e culturas que refletem a diversidade social da cidade, permitindo que todas as camadas da sociedade se vejam representadas na história local. Essa crítica amplia o debate sobre quem tem o direito à memória e ao espaço urbano, questionando as políticas de preservação que, até o momento, parecem servir principalmente aos interesses de uma classe específica, enquanto relegam as histórias e as vivências dos menos favorecidos ao esquecimento.

Na contramão desse movimento, surgiram iniciativas ligadas a uma ceara mais progressista, ocupando os espaços nos bairros com a promoção de eventos culturais, como

coletivos de artistas diversos que utilizam o espaço para o desenvolvimento de suas atividades. Todavia, retomando o ponto central dessa discussão, boa parte da zona histórica e portuária de Natal não foi preservada enquanto bairro como um todo. Um enorme trecho dos bairros já não possui características históricas ou foram cobertos com fachadas modernas e de plástico, fazendo com que os elementos permaneçam isolados em seu contexto, contradizendo a lógica dos centros históricos onde o turismo e outros usos são ferramentas para dinamização dos serviços como em Olinda, Recife Antigo, Ouro Preto e Salvador. A ideia de corredor cultural parece não sustentar o que se é dito por centro histórico de Natal, fragilizando uma memória coletiva e contribuindo para demarcação de história seletas como explanado.

Além disso, outros elementos históricos que estão posicionados próximos aos atrativos principais não estão enraizados na lógica do percurso histórico natalense. Pensar o centro como uma zona composta por todas essas variáveis, implica em reconhecer que o valor histórico e cultural de um território não está apenas nos edifícios preservados, mas também na forma como esses elementos se conectam e dialogam entre si e com o espaço circundante. Alguns exemplos esquecidos na Cidade Alta e Ribeira podemos observar nas figuras 86, 87 e 88.

Figura 86: Edifício do Jornal a República



Fonte: elaboração própria (2024).

Figura 87: Antigo prédio do Ministério da Fazenda



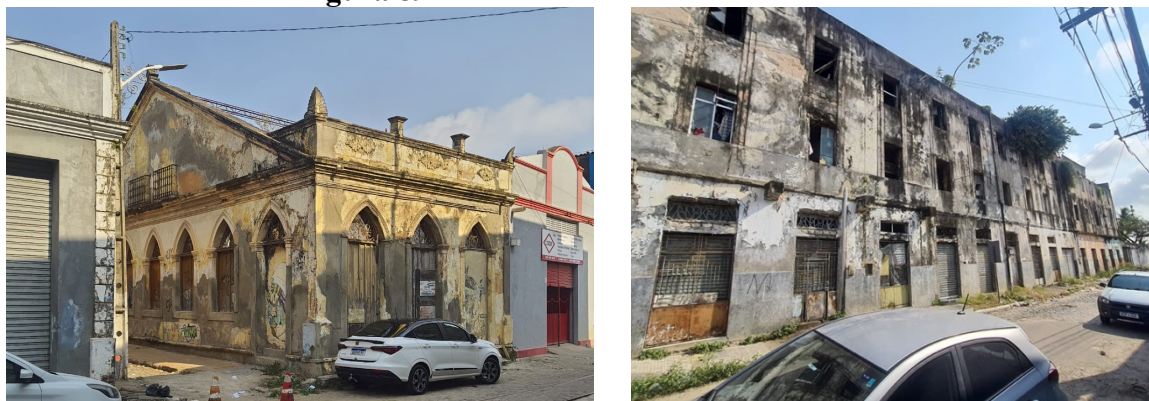
Fonte: elaboração própria (2024).

Figura 88: Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) de Natal



Fonte: elaboração própria (2024).

Outros elementos que ajudam a compor as imagens históricas dos bairros, encontram-se em estado de depredação, estando à mercê do tempo e da ação humana. A depredação, nesse contexto, não apenas descaracteriza os elementos físicos, mas também enfraquece a coesão e a integridade do paisagismo urbano histórico. Esse processo impacta diretamente a percepção e a experiência turística e social da zona histórica, prejudicando sua identidade e o valor cultural que ela oferece, como ilustram as fotografias na figura 89.

Figura 89: Edifícios abandonados na Ribeira

Fonte: elaboração própria (2024).

O abandono do acervo histórico edificado nos bairros minimiza as oportunidades de um fortalecimento do turismo cultural em Natal, dada as circunstâncias do uso dos espaços destinados à ruína ou a seleção de memórias. Entretanto, na literatura encontramos que as narrativas do uso do patrimônio pelo turismo frequentemente está embasada na originalidade dos bens, sendo por vezes, refuncionalizados para o uso turístico ou para reforçar narrativas dos agentes dominantes, transformando-os em produtos consumíveis pelo turismo (Hiernaux, 2020), o que não acontece em Natal. A busca por distinção no processo de acúmulo de capital, não permite que o turismo seja encarado como janela de transformação destes espaços, relegando o fazer turístico a segmentação de sol e mar.

5.6 A Busca por Acúmulo de Capital: Constituindo um Capital Turístico

Considerando as apostas do campo, do cenário turístico constituído e da composição dos agentes frente a zona histórica e portuária, alguns apontamentos podem ser dispostos ao considerar os grupos e o desenvolvimento de seus capitais turísticos. Não há na teoria *bourdieusiana* um pensamento que direcione para a compreensão do que seria um capital turístico. Entretanto, Taveira (2016, p. 18), propõe que esse capital seja entendido como “o legado econômico, social e simbólico proporcionado por fatores técnicos, científicos, informacionais, empresariais e públicos, com participação de organizações governamentais e não governamentais e das comunidades, materializado e desenvolvido em lugares apropriados pelo turismo articulados com os outros lugares”.

Para o autor, a construção do conceito de capital turístico emerge a partir das visões do Marx (econômico), Bourdieu (simbólico) e Putnam (social) que juntos, configuram bases

fundamentais para a compreensão das inter-relações que o turismo possui com a sociedade e, apesar da relevância de integrar múltiplas dimensões na análise do turismo, o conceito se materializa em um complexo emaranhado de fatores que exterioriza o turismo a partir da visão de seus agentes formuladores para as territorialidades, sem explorar uma centralidade universal que o turismo pode carregar, diluindo a profundidade analítica e metodológica.

Considerando que o capital turístico seria um subtipo do capital cultural de Bourdieu, Pimentel (2018, p. 28), argumenta que o capital turístico “significa o conhecimento turístico acumulado. É a condição para ser turístico ou ter interesses turísticos. Isto também implica a possibilidade (ou capacidade) de influenciar e controlar o fluxo turístico e a produção turística”. Nesta perspectiva de construção conceitual, o autor frisa no conhecimento do turismo enquanto fator de distinção, gerado a partir da necessidade do ser e do interesse pelo turismo, constituindo influência nos fluxos e usos turísticos entre os territórios. O autor retira a ênfase dos agentes produtores de turismo e abstrai o turismo enquanto possibilidade de acúmulo a partir de sua necessidade e não de seu poder de diferenciação, desconsiderando a complexa relação de poder que moldam o saber-fazer turístico e negligenciando a análise crítica do turismo como uma prática social e econômica que perpetua desigualdades e reforça hierarquias.

A construção do conceito de capital turístico envolve, portanto, a compreensão do turismo não apenas como um fenômeno de acumulação de conhecimentos e influências entre indivíduos, mas também como um processo dinâmico que reflete as necessidades e os interesses turísticos de seus agentes formadores. Esse conceito propõe que o capital turístico vá além da simples aquisição de recursos econômicos, sociais e simbólicos; ele engloba uma rede complexa de fatores interligados que são continuamente moldados pelas ações e interações dos diferentes agentes envolvidos no turismo, desde suas percepções individuais e coletivas do fenômeno.

Para construí-lo, é necessário formar sua base para além dos conceitos de capital econômico e cultural do Bourdieu. Deve-se considerar também o conceito de capital simbólico, uma vez que, segundo o autor em palestra proferida em Toulouse, o capital simbólico tem “base cognitiva que se apoia no conhecimento (não intelectual, mas um domínio prático, um senso prático)”, considerando que esse tipo de capital está concentrado no valor atribuído aos agentes, objetos ou práticas dentro de um campo, onde são conferidos prestígios e reconhecimento.

O capital simbólico pode ser fator decisivo nas relações de disputa em determinado campo, proporcionando jogadas surpresa que direcionam o jogo para novas condições de

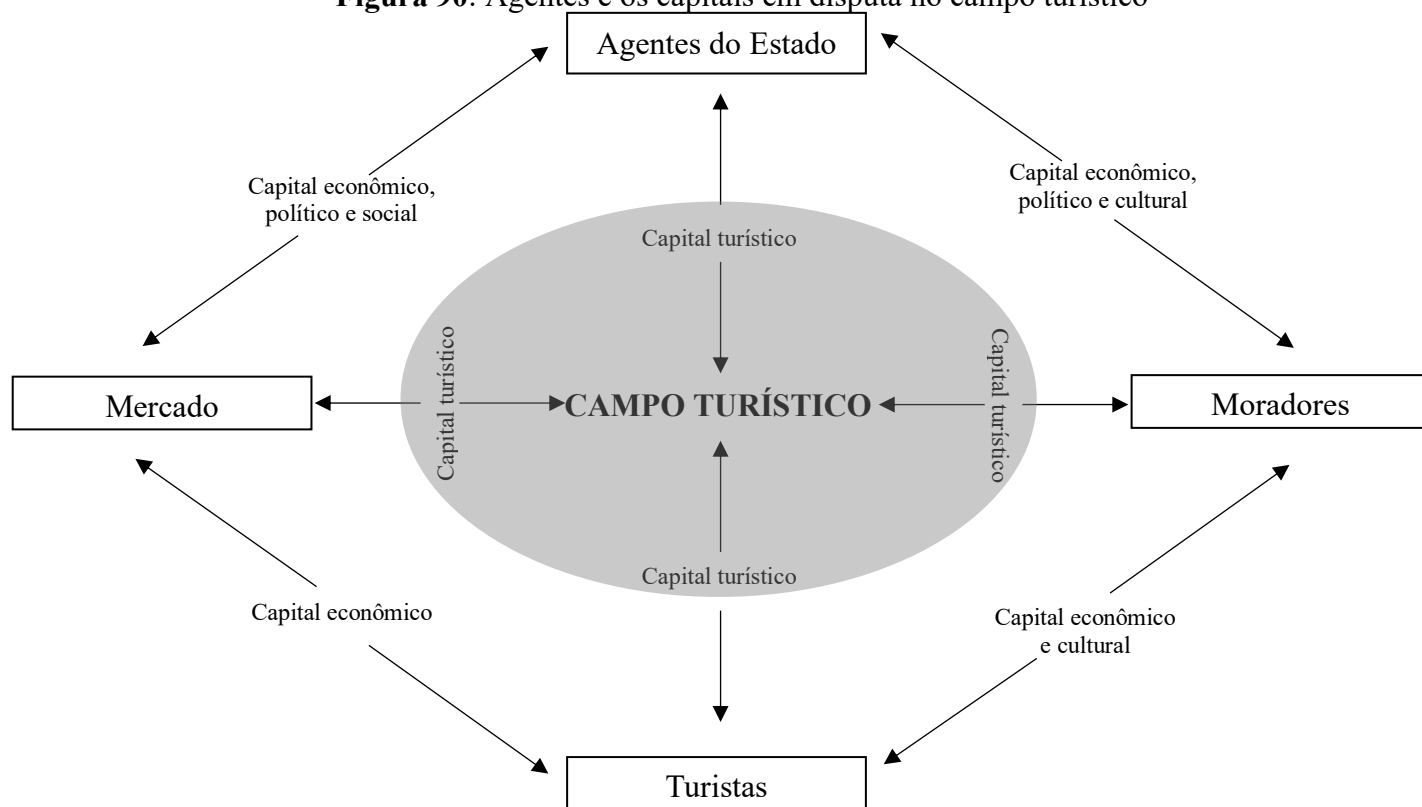
negociação e luta, pois sua configuração não material oportuniza um acúmulo de importância significativa na dinâmica de poder e na estrutura do campo, subvertendo hierarquias estabelecidas e criando oportunidades de influência e controle. Para Martin (2017), o capital simbólico possui dimensões diferentes dos demais capitais, pois é frágil e vulnerável, sendo alienado por definição, apoiando-se nos demais capitais para existir e ter efeito. Não é possível padronizar o capital simbólico dado que não é um capital autônomo, uma vez que sua eficácia depende do reconhecimento social e das percepções dos agentes dentro do campo.

Para Bourdieu (2004), o capital simbólico se dá através de uma relação social de reconhecimento entre os agentes, se tornando uma relação de produção e reprodução. Para nós, o capital simbólico poderá ser de valia na medida em que diversos agentes no turismo não possuem ligações diretas com o saber turístico, por vezes, se perfazendo em suas experiências empíricas do lazer, na condição dos agentes que assim o veem, gerando “capacidades cognitivas limitadas” de compreensão da complexidade do turismo. O capital simbólico torna-se uma ferramenta poderosa para aqueles que conseguem utilizá-lo, permitindo-lhes influenciar percepções e práticas dentro do campo turístico e na construção de um conceito sobre capital turístico.

A figura 90 apresenta um esquema norteador de entendimento dos principais agentes de turistificação dos espaços e, sobretudo, daqueles que estão envoltos no processo do saber-fazer turístico em sua amplitude. Este esquema ilustra a constante troca e disputa de capitais entre os agentes, evidenciando como cada capital em disputa pode ser mobilizado de maneira estratégica para obter vantagens e redefinir as relações de poder no campo turístico. Entre esses agentes, há uma dinâmica contínua de negociação e conflito, onde o capital a ser barganhado desempenha um papel crucial ao mediar percepções e legitimidades, moldando assim as práticas do turismo em seu campo de atuação.

Em seu centro, os agentes disputam o capital que é de interesse do campo que se formulou, o turístico. Essa centralização do campo turístico e do capital turístico sugere que ele é o núcleo onde as dinâmicas e relações entre os diferentes agentes onde capitais se convergem. O diagrama indica que o turismo não é apenas um objeto de desejo econômico, mas também um campo de disputas e interações sociais e culturais que despertam outros interesses. Os agentes do Estado, o mercado, moradores e os turistas são representados como agentes que contribuem com diferentes tipos de capitais, em especial, o turístico, que influenciam e são influenciados pelo campo turístico.

Figura 90: Agentes e os capitais em disputa no campo turístico



Fonte: elaboração própria (2024).

Para essa constituição, agrupamos os seis agentes principais (Agentes do Estado, trabalhadores, comunidades locais, turistas, academia e mercado), em quatro grandes grupos. As relações dos trabalhadores com o mercado e a academia com Estado, onde na tradição brasileira, constitui-se como um corpo que atua (dentro dos seus processos de diferenciação internas), como um coletivo que respalda suas atuações no fazer turístico. Assim, o mercado concentra além das organizações empresariais do turismo, os seus trabalhadores, e o Estado centraliza a dinâmica da academia, dada realidade das escolas de turismo estarem figuradas em maior número nas Instituições de Ensino Superior – IES, públicas. A relação entre os agentes é compreensível com mais capitais autônomos, mas colocamos em destaque aqueles com maior intensidade de disputa. Os agentes elencados no esquema de disputa no campo turístico fazem parte do universo da pesquisa e podem ser representados em subgrupos, a ilustrar no quadro 14.

Quadro 14: Agentes de turistificação e seus subgrupos de representação

Agente	Subgrupo
Agentes do Estado	Representantes das esferas institucionais do executivo, legislativo e judiciário a nível

	federal, estadual ou municipal, instituições de ensino públicas
Mercado	Representantes dos empreendimentos de interesse turístico, trabalhadores(as), associações de interesse empresarial, sindicatos
Moradores	Comunidade que reside em zonas tidas como turísticas ou de interesse turístico
Turistas	Indivíduos que estão em trânsito por motivações diversas para experienciar um local diferente do seu habitual por tempo limitado

Fonte: elaboração própria (2024).

Os Agentes do Estado talvez sejam os principais agentes quando consideramos a composição de campos turísticos, dado que é são os agentes que tem o poder de regular, direcionar investimentos e conceber infraestrutura básica para o aprimoramento de destinos turísticos. Estes agentes estão em constante ligação com o mercado, pois estes, devido ao fundamentalismo neoliberal, trabalham para atender os interesses econômicos de produção de lucro e redução da intervenção estatal nas dinâmicas de mercado. Bourdieu (2012, p. 39) alerta que o Estado:

É alguma coisa que não se pode tocar com o dedo, ou tratar como o faz uma gente vindo da tradição marxista que diz: “O Estado faz isso”, “o Estado faz aquilo”. Eu poderia citar-lhes quilômetros de textos com a palavra “Estado” como sujeito de ações, de proposições. É uma ficção absolutamente perigosa, que nos impede de pensar o Estado. Portanto, como preâmbulo gostaria de dizer: cuidado, todas as frases que têm como sujeito o Estado são frases teológicas — o que não quer dizer que sejam falsas, na medida em que o Estado é uma entidade teológica, isto é, uma entidade que existe pela crença.

Por isso, esclarecemos que os agentes que estão dentro do funcionalismo público, aqui denominados agentes do Estado, se tornam sua representação no que diz respeito a ação pública do saber-fazer turístico, considerando que estes possuem seu campo próprio de atuação (o burocrático) para manejo de seus interesses nos demais campos. Para Bourdieu (2012, p. 80) o Estado é “em grande parte, produto dos teóricos”, sendo fundamentalmente o espaço onde se diz o oficial. Já com os moradores, os agentes do Estado têm uma relação de trocas econômicas e culturais, pois no Brasil a União é responsável por proporcionar um terreno fértil para o desenvolvimento econômico, mas também para oportunizar educação,

cultura, segurança, lazer. Os moradores, por sua vez, além de possuírem relações com o mercado, também constroem ou são utilizados como justificativa para construir trocas culturais com os turistas, perfazendo a necessidade de reforçar comportamentos e estereótipos com o intuito de atrair turistas ao convívio social por um tempo limitado.

Os turistas, por outro lado, além de serem o foco dos agentes do Estado, no que diz respeito à sua atração – para dar sentido aos investimentos direcionados ao mercado e à infraestrutura dos destinos, realizam troca de capital econômico com o mercado, já que é no mercado onde as relações são consolidadas para que a viagem possa acontecer e o turismo possa emergir enquanto atividade econômica, em uma troca e reprodução constante de capital econômico, refletindo e reforçando determinados comportamentos, perfis e necessidades de consumo. A complexidade fenomenológica do turismo acontece quando todos esses agentes e seus subgrupos se relacionam para dar sentido ao todo do turismo, ou seja, quando a experiência de cada um deles é corporizada por suas motivações.

Já o mercado, o encaramos como sendo segmentado em diferentes categorias conforme o porte e a influência dos agentes inseridos no campo. O alto mercado é representado pelas grandes corporações do setor, como redes hoteleiras e operadoras de turismo com ampla atuação local. O médio mercado inclui empresas menores e associações que possuem relevância local, mas que possuem ligações sociais com o alto mercado, por vezes seguindo seus passos. No baixo mercado, encontram-se pequenos empresários turísticos e trabalhadores formais e informais, autônomos e prestadores de serviços turísticos de menor escala. Já o mercado associativo abrange sindicatos, associações de classe e organizações comunitárias que atuam na representação e desenvolvimento do setor.

A figura 90 aponta ainda que existe uma zona de luta no campo onde o principal capital disputado é o turístico. Para consolidação do capital turístico enquanto capital emancipado e de campo próprio, é necessário justificar como se dá a sua produção e reprodução nas estruturas sociais em disputa. Por isso, a constituição de um capital turístico que seja autônomo, que detenha sua própria lógica de acúmulo e reprodução, faz sentido ao observar que o turismo é, por consequência de seu *modus operandi*, um fenômeno passível de disputa, seja ela uma luta por acúmulo de bens materiais ou simbólicos. Os agentes desempenham papéis fundamentais na formação e transformação do capital turístico. Suas ações são guiadas por uma variedade de interesses, como a valorização cultural, o desenvolvimento econômico, a preservação ambiental e a promoção de experiências autênticas.

Ao considerar esses interesses, o capital turístico se torna uma representação do valor individual e coletivo atribuído ao turismo, que é constantemente reavaliado e redefinido

conforme as necessidades e desejos dos agentes evoluem. Para Moesch e Noschang (2012, p. 4) turismo possui um “alto valor simbólico, conjugados entre o atributo e o atribuído, portanto é também um processo humano que necessita de ressignificações às relações impositivas, aos códigos capitalistas e aos valores colocados como bens culturais”.

A ascensão de um “novo capital” se inter-relaciona com os conceitos já preconizados por Bourdieu, entretanto revela uma nova aproximação com a realidade do campo definido para a disputa desse capital constituído. Sua construção teórica requer uma anatomia que relacione as conexões de seu enredo e suas características de disposição para o acúmulo e transmissão, gerando oportunidade para a diferenciação. O capital turístico pode ser visto como um elemento de distinção e poder dentro do campo turístico. Aqueles que possuem maior concentração de capital turístico, detém um maior conhecimento e capacidade de influenciar os fluxos turísticos, podendo ter o potencial de moldar a oferta e a demanda do mercado, podem delinear as percepções e experiências das comunidades e turistas, bem como podem traçar normativas institucionais e legais para o gerenciamento público do turismo. Isso implica que o capital turístico não é estático, mas está em constante mudança e fluidez, refletindo as dinâmicas sociais, econômicas e culturais que permeiam o turismo.

A construção do conceito de capital turístico requer uma aproximação multifacetada que reconheça tanto a acumulação de recursos (econômicos e culturais), quanto as interações, processos e dinâmicas entre os diversos agentes e demais capitais (econômico, cultural, social e simbólico) que compõem o campo. Ao considerar essas acumulações, essa abordagem permitirá uma compreensão mais profunda e holística do turismo, considerando-o como um fenômeno complexo que é continuamente moldado pelas necessidades e interesses daqueles que participam e influenciam o campo turístico.

O capital turístico é dotado de uma natureza singular e distinta, fundamentando-se no reconhecimento de uma competência humana que, ao gerar efeitos tanto individuais quanto coletivos, estabelece um novo paradigma no campo das relações sociais. Uma vez iniciado, esse processo de acumulação e valorização do capital turístico não retorna ao seu estado original, mas se perpetua e se transforma, conferindo uma autoridade que é tanto simbólica quanto prática. Esse capital contribui significativamente para a diferenciação e estratificação no jogo social em que se insere, criando parâmetros de distinção e exclusividade. O capital turístico é constituído tanto das relações sociais dispostas pelos agentes, quanto pelo acúmulo de conhecimento turístico que o indivíduo possa carregar. Ademais, ele também é formado por um processo singular de diferenciação que está ligado diretamente a sua prática, o ato de viajar.

Em sua constituição basilar, o capital turístico pode ser observado como uma combinação das diferentes abordagens de capital já preconizadas por Bourdieu, gerando uma massa conceitual que abraça os recursos financeiros e materiais, como os investimentos em infraestrutura, atrativos turísticos, rede de apoio, lucro e rendimentos; recursos culturais (habilidades e qualificações educacionais do turismo, conhecimento de idiomas, práticas culturais, experiências, valorização patrimonial e ambiental); com recursos sociais (redes de contatos, parcerias com os *stakeholders*, acesso a oportunidades) e recursos simbólicos (reconhecimento social, prestígio, excelência do serviço), se consolidando como o conjunto desses recursos que os agentes no campo do turismo acumulam e utilizam para competir, influenciar e se posicionar no campo turístico. Em síntese, o capital turístico é o volume de retenção de um conjunto de relações e experiências turísticas que determina o êxito e a posição dos agentes no campo turístico.

É possível identificar a existência de dois tipos distintos de capital turístico. O primeiro tipo se refere ao político, institucional ou institucionalizado, que está ligado à ocupação de posições estratégicas e de destaque nas instituições públicas de turismo em nível federal, estadual e municipal. Esse tipo de capital é essencial para a definição e direcionamento de políticas públicas, para a alocação de recursos públicos em contextos de interesse turístico e para a implementação de programas públicos de turismo que visam o seu desenvolvimento e a sua promoção. O segundo tipo de capital turístico pode assumir a forma de notoriedade, fascinação, distinção social e influência, relacionando-se exclusivamente ao reconhecimento social e ao poder de usufruir dos equipamentos, infraestruturas e serviços turísticos de maneira distintiva. Esse capital é conferido àqueles que, por meio de suas experiências e práticas no turismo, conseguem estabelecer-se como referências no campo, atraindo a atenção e o reconhecimento dos demais agentes.

Em igual medida há dois caminhos para a acumulação do capital turístico. A primeira forma se dá através das estratégias políticas que podem ser institucionalizadas ou não e que envolvem a articulação e a negociação dentro das esferas de poder para garantir a implementação de políticas e ações favoráveis aos interesses turísticos dos agentes envolvidos no campo. A segunda forma de acumulação ocorre por meio da prática individual e/ou coletiva do turismo, onde o ato de “fazer turismo” proporciona aos indivíduos experiências e “visões de mundo” que ampliam seu repertório cultural e simbólico, reforçando sua posição distintiva no campo. A acumulação do capital turístico, em qualquer cenário, não se apresenta de uma maneira primitiva de acúmulo onde não é possível se dissipar, mas se manifesta em uma descontinuidade radical, isto é, onde a acumulação acontece e recomeça a todo instante, como

se a qualquer momento pudesse recomeçar, tendo o turismo em si mesmo o princípio de seu próprio progresso.

O capital turístico é disperso, sendo complicado a previsão de um sucesso em seu acúmulo, dado que ele pode ser acumulado em pequenas porções. É dizer, há no turismo um leque de oportunidades possíveis e diversos campos do turismo podem ser compreendidos nas diferentes realidades, gerando lucros específicos. Por exemplo, em um campo turístico onde a disputa está pela exploração de um território no litoral, o lucro (uso legal do território) é muito específico se comparado com os lucros de outros campos. O jogo tenderá a expandir quando, após a exploração, surgirem outras demandas problemáticas para a disputa. Em outro cenário de exemplificação, um turista pode concentrar um maior capital turístico ao viajar para lugares pouco ou nada explorados pelo turismo de massa, gerando maior contato com a comunidade local, agregando valor a sua experiência e empregando os recursos de diferenciação aos seus semelhantes, vide em seu retorno “eu conheci um lugar que não tem turistas”, diz o turista.

O capital turístico é, portanto, um recurso multiforme que tomará a forma que lhe for posta no campo turístico, considerando o objeto turístico em disputa. Ele se adapta às dinâmicas específicas de cada contexto, seja na exploração ou redesenho de um destino e seus atrativos, na criação de experiências ou na constituição de políticas. Sua natureza flexível permite que ele seja moldado pelas estratégias dos agentes, que buscam acumulá-lo por meio institucionalizado ou por *status*. Assim, o capital turístico não apenas reflete as relações de poder e as disputas no campo, mas também influencia diretamente a evolução e a transformação do próprio turismo, perpetuando-se como um elemento central na construção e na reprodução do espaço social.

Por outro lado, o capital turístico é um capital de grande investimento. Quando se decide investir um recurso paralelo, como o econômico ou o cultural, o agente precisa investir, por vezes, a totalidade de seus recursos para ter o monopólio da experiência, da política, do mercado, do conhecimento e/ou do domínio do turismo no cenário em que ele é destaque para o campo. Com isso, uma vez posto o capital turístico em disputa, o jogo colabora para produzir as necessidades de acúmulo, dando o norteamento para a produção das condições de funcionamento do jogo, suas regras e cenários possíveis.

O capital turístico possui propriedades específicas dele. Uma das principais propriedades é a variável do tempo. Quanto mais tempo, mais é possível incorporar o capital turístico. A relação do tempo se torna uma variável importante, pois destaca que o capital está além dos agentes que o disputam, podendo ser espelhado nos destinos turísticos. Por exemplo,

à medida que o tempo avança e os agentes do destino estimulam o turismo para o desenvolvimento, o destino tende a se tornar consolidado na memória, desejada individualmente e coletivamente pelos indivíduos, construindo uma cena ilusória que mescla o desejo e a expectativa pela viagem. Outra propriedade importante do capital turístico é que ele é inerte as pessoas, ou seja, nasce e morre naquele indivíduo, devido a experiência singular que cada indivíduo tem com o turismo, causando-o um efeito de objetividade e subjetividade, sendo de difícil transmissão, como no cultural.

Um dos mecanismos de transmissão desse capital se dá por meio da aplicação de um outro capital (econômico, cultural ou social) que dada as oportunidades, o capital turístico é repassado pelas experiências que um deseja que o outro tenha. É dizer, constituir capital turístico repassado de A para B implica, necessariamente, experiência no turismo. Aquele agente que nunca teve contato com o turismo (seja em qualquer aproximação que o turismo oferece), não pode repassar um capital que não lhe é próprio. Já as pessoas que obtiveram a oportunidade de experienciar o turismo, podem transmitir a expectativa de suas experiências, mas nunca transmitirão o que viveram, reforçando a propriedade da pessoalidade do capital e tornando o capital turístico um recurso intransponível.

Ao ser disputado no campo de sua reprodução, o capital turístico não apenas define as regras do jogo, mas também coordena os caminhos possíveis para a obtenção de lucro, reconhecimento e prestígio dentro desse espaço social específico. Essa disputa proporciona aos agentes do campo a capacidade de exercer poder e direcionar o curso dos eventos, influenciando diretamente a dinâmica do turismo no que se refere aos seus parâmetros, investimentos, políticas e sociabilidades. Os agentes que detêm maior quantidade desse capital possuem a vantagem de moldar o campo e o jogo em disputa conforme seus interesses, estabelecendo normativas e estratégias que perpetuam e ampliam sua posição privilegiada no campo turístico.

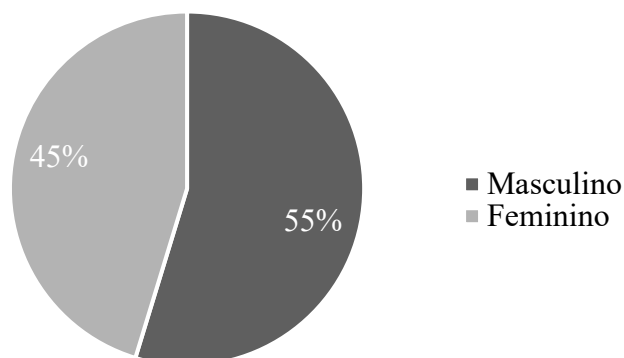
As bases conceituais de Bourdieu para o capital (econômico, cultural, social e simbólico) como retratado anteriormente, involucram o capital turístico em seu processo de acumulação, onde a depender das relações que são tratadas, o investimento em um outro capital reforça o capital turístico no campo, como por exemplo, o econômico se sobressai ao social, o simbólico ao cultural, dentre diferentes conexões. Essas demandas não ficam explícitas, *a priori*, mas sim invisibilizadas e para identificá-las se faz jus uma análise minuciosa do que se está buscando com o desenvolvimento do turismo. Essas disputas se tornam mais visíveis quando entendemos que, dentro do campo, pode haver pequenos grupos sociais que se articulam e buscam seu objetivo de acumulação nas arenas políticas.

5.7 A Disputa do Capital Turístico e a Constituição das Arenas

O acúmulo de capital na lógica *bourdieusiana* é um retrato das disputas e estratégias que são articuladas em um jogo social, onde o domínio do campo em que o capital é disputado, é o objetivo central da trama. Bourdieu (2023, p. 178) trata o capital como sendo um “conjunto das energias acumuladas pelo trabalho histórico e passíveis de serem reinvestidas a cada momento na ordem social com efeitos sociais determinantes”, ou seja, o capital tem forte influência nas dinâmicas sociais e na luta simbólica na busca pela sua concentração em uma individualidade ou coletividade.

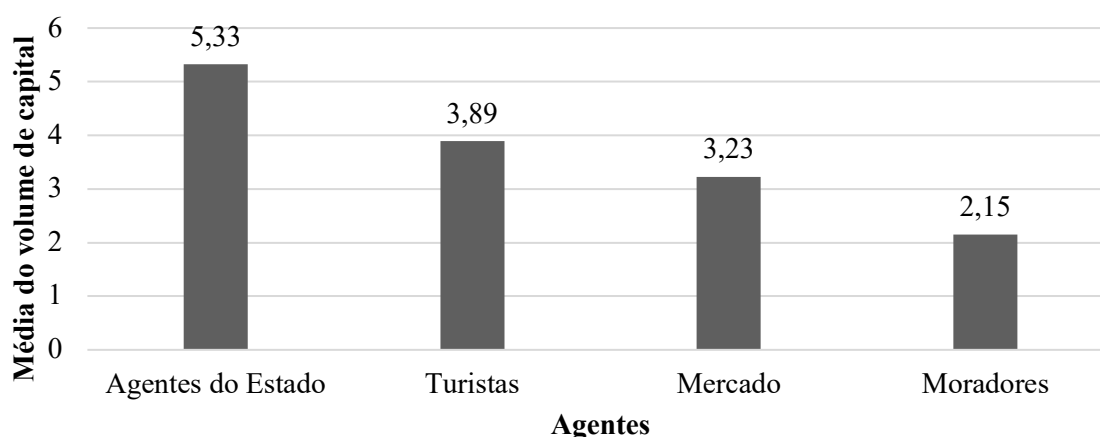
À medida que um campo se constitui enquanto espaço de diferenças, os agentes tendem a investir no jogo para barganhar aliados e somar esforços, mas sobretudo investem um capital específico daquele campo para vencer a disputa. Ao investir capital em um campo, os agentes não estão apenas participando de um jogo de forças, mas estão engajados na construção e na transformação das relações sociais. A capacidade de acumular, converter e aplicar capital dentro de um campo torna-se um fator crucial na determinação dos sucessos e fracassos, evidenciando a natureza profundamente estratégica e conflitual das interações humanas sob a ótica de Bourdieu.

Essa dinâmica revela que o capital, em suas diversas formas — econômico, cultural, social e simbólico, é essencial para a configuração das relações de poder. Agentes que dominam o capital mais relevante para aquele campo têm a capacidade de ditar as normas, definir as práticas objetivadas, determinar qual agente poderá ser incluído ou excluído e, em última instância, realizar direcionamentos políticos e sociais. Portanto, a análise das disputas por capital turístico no campo turístico nos oferece uma compreensão mais profunda das estruturas sociais e das forças que moldam as trajetórias individuais e coletivas na zona histórica e portuária de Natal. Para essa pesquisa somaram-se 59 respondentes, formando uma maioria masculina, representando 55%, seguidos de respondentes femininas, concentrando 45% (gráfico 11), com uma média de idade de 44 anos.

Gráfico 11: Gênero dos respondentes

Fonte: elaboração própria (2024).

Para a construção das representações gráficas, foi calculado a média do volume de cada capital (econômico, cultural, social e turístico) de cada grupo de agente (moradores, agentes do Estado, mercado e turistas), como mediado a agrupação anteriormente alinhada. Essa medida foi necessária para que se tenha uma visualização ampla da conjuntura objetivada desses agentes, ponderando um cenário comum (a média) e não apenas o somatório dos valores isoladamente. A iniciar pelo capital econômico, o gráfico 12 apresenta o volume médio de capital concentrado por cada um deles, expondo uma predominância de acúmulo desse capital por parte dos agentes do Estado. A variável dessa categoria foi de renda mensal a partir do salário-mínimo.

Gráfico 12: Concentração do volume de capital econômico

Fonte: elaboração própria (2024).

O capital econômico para Bourdieu (2023) tem uma posição, forma e dimensionamento privilegiado em relação aos demais capitais, pois é de fácil visualização

considerando os processos temporais de acumulação, apresentando uma medida real e se distanciando de um juízo de valor se comparado a qualquer outra forma de capital. Nos Agentes do Estado estão abarcados os entes públicos dos três níveis da federação mais a academia. A maioria dos respondentes possuem uma renda mensal entre sete e dez salários-mínimos, configurando um cenário de boa remuneração pelo trabalho no turismo, na cultura e no domínio portuário, seguindo pelos turistas que concentram a segunda maior média de capital econômico, passando para o mercado, representando os trabalhadores (baixo mercado), mas também os representantes das associações e representações empresariais e comerciais (alto mercado). Os moradores apresentaram um menor acúmulo com uma renda mensal entre um e dois salários-mínimos.

Apesar do capital econômico não se restringir aos salários-mínimos, pois existem diversas formas de acumulação, sua escolha como referência na pesquisa se deve à necessidade de uma métrica objetiva e acessível para a análise. A opção pelo salário-mínimo permite uma visualização mais didática e comparável dos diferentes agentes no campo turístico, facilitando a compreensão de seus posicionamentos e coligações. Dessa forma, ainda que o capital turístico envolva múltiplas dimensões que estão além da remuneração pelo trabalho, o seu uso como parâmetro contribui para a construção de um recorte analítico que possibilita uma abordagem brevemente dimensional.

Ao serem questionados se o desenvolvimento do turismo na zona histórica e portuária de Natal deve considerar a geração de emprego e renda, 100% dos respondentes informaram que esse contexto é de muita importância. Esse posicionamento revela uma *doxa* comum do campo do turismo que se baseia no desenvolvimento econômico imediatista para geração rápida de emprego. Independente da quantidade de capital acumulada, todos os agentes direcionaram para essa visão, a de um turismo que mude completamente a vida daqueles onde o turismo irá se instalar, proporcionando ocupação profissional, geração de divisas e demais impactos econômicos positivos, sendo ausente para os agentes do campo uma reflexão crítica sobre os impactos econômicos negativos do turismo no eixo econômico.

No que se refere ao acúmulo de capital cultural, focamos nos níveis de escolaridade para ilustrar de modo didático, considerando que para Bourdieu (2023), a educação é uma das formas mais primitivas de acúmulo de capital cultural, tanto a familiar quanto a constituída pela escola, sendo a partir dela que desencadeiam os norteamientos das relações sociais que constituímos. Para o autor o título escolar “tem a particularidade de criar cortes claros quando, na ausência de títulos escolares, temos *continuum*” (Bourdieu, 2023, p. 248).

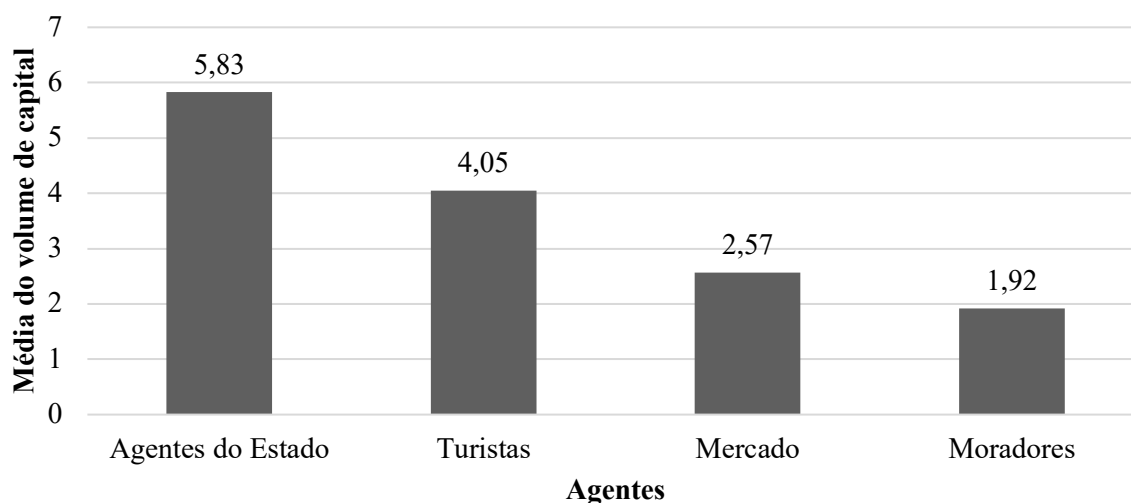
Embora o capital cultural envolva uma gama de elementos, como conhecimentos específicos, habilidades, práticas culturais e experiências acumuladas por outros contextos e que envolvem outros capitais e campos, nesta pesquisa optou-se por utilizar a escolaridade como seu principal indicador. Essa escolha se justifica pela necessidade de uma métrica comparável, permitindo uma análise mais clara das diferenças de qualificação entre os agentes do campo turístico. Assim, ainda que o capital cultural vá além da escolaridade formal, sua adoção como referência possibilita uma visualização interessante, facilitando a compreensão dos agentes no campo. O quadro 15 apresenta a lógica das variáveis a partir da escolaridade e o gráfico 13 apresenta o volume de capital cultural acumulado por cada agente.

Quadro 15: Variáveis do capital cultural com base no nível educação escolar

Variável quantificável	Variável correspondida
1	Ensino fundamental (completo ou não)
2	Ensino médio (completo ou não)
3	Técnico (completo ou não)
4	Superior (completo ou não)
5	Especialização/MBA (completo ou não)
6	Mestrado (completo ou não)
7	Doutorado (completo ou não)
8	Pós-doutorado (completo ou não)

Fonte: elaboração própria (2024).

Gráfico 13: Concentração do volume de capital cultural

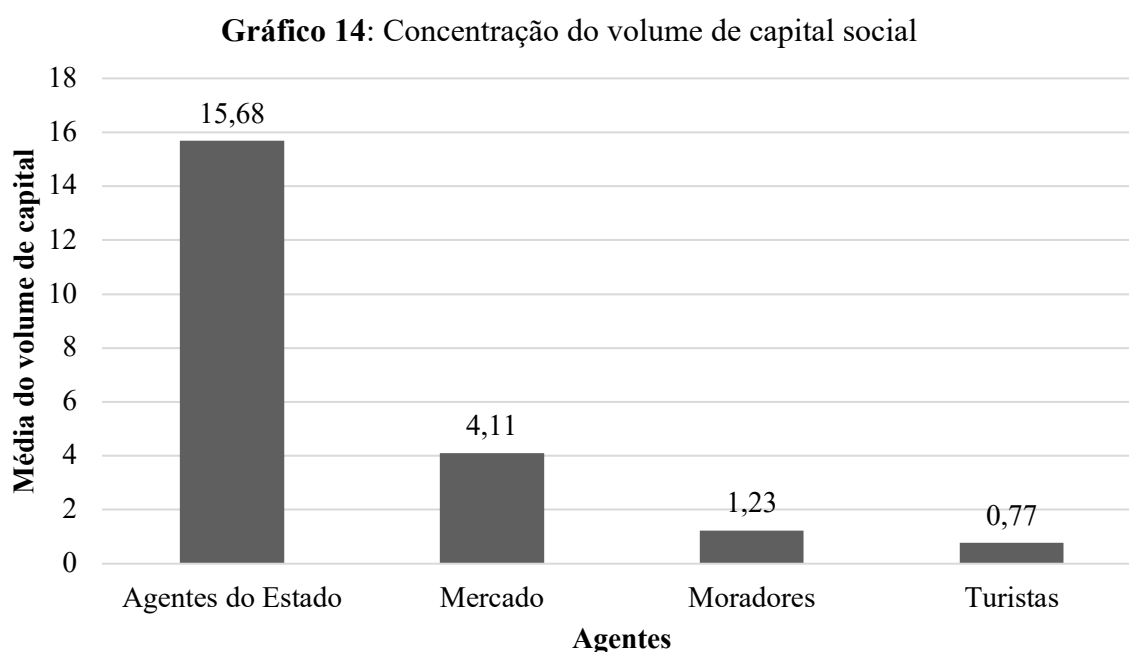


Fonte: elaboração própria (2024).

Há uma expressiva diferença na disposição desse capital no campo. Os Agentes do Estado possuem a maior concentração de conhecimento, gerando uma média de 5,83, seguido dos turistas com uma média 4,05, o mercado com uma média de 2,4 e dos moradores com um

indicativo de 1,92. Para essa categoria as variáveis corresponderam desde a formação educacional do ensino fundamental até ao doutorado. Esse recorte nos aponta que os agentes do Estado são indivíduos com maior concentração de conhecimento do turismo adquirido, seja por sua qualificação educacional, seja pela experiência de trabalho direto com o turismo ao longo dos anos. O movimento de acúmulo reforça que o princípio que descrevemos sobre o processo de capitalização do capital cultural não está na pessoa, mas sim nas condições sociais que a produziram enquanto detentora de conhecimento, refletindo em melhores oportunidades de acesso à educação (estruturais, familiar, possibilidade de cursar um curso superior) e como consequência, obter melhores oportunidades de trabalho, reconhecimento e atuação.

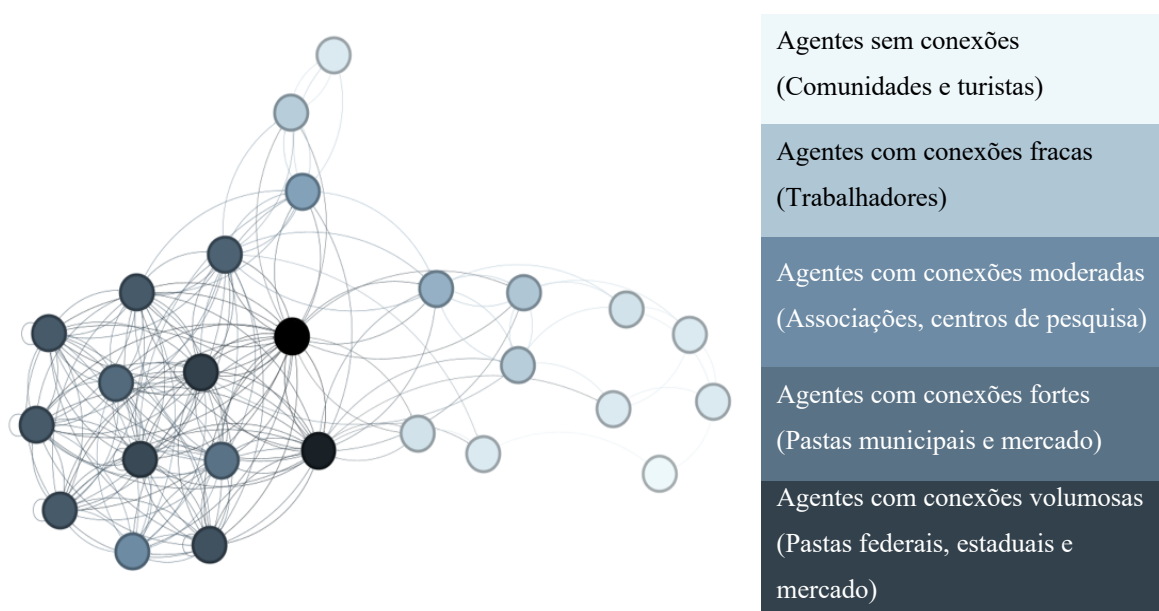
No que se refere ao capital social, a existência de relações sociais que formam uma trama de casualidades e objetividades, traz consequências para o funcionamento do campo e para seu grau de institucionalização. As conexões construídas e os mecanismos de coligação composto pelos agentes, produz uma rede complexa de associações entre eles, devido a suas similaridades de *habitus*, bem como suas afinidades na obtenção de lucro de um capital específico, seja ele na forma objetivada ou simbólica. Em números, o volume médio de capital social acumulado por parte dos agentes do Estado é expressivamente maior se comparado ao dos demais agentes, como pode ser visualizado no gráfico 14.



Fonte: elaboração própria (2024).

Aqui percebemos que os agentes do Estado reforçam seu protagonismo no campo e os turistas perdem sua posição de privilégio, se comparado aos capitais anteriores. Nesse cenário, os turistas quase não possuem associações com os demais agentes do campo, configurando uma categoria de agente mais distante do poder e da centralidade. A figura 91 busca mostrar como os agentes estão dispostos no campo a partir de suas relações com os demais e proporcionar um recurso visual das conexões realizadas entre eles, considerando que o capital social objetiva a socialização dos agentes, construindo uma rede de contato e influência capaz de gerenciar as decisões do campo, pontuando agentes sem conexões até os agentes com conexões volumosas a partir da intensidade da cor de cada agente.

Figura 91: Distribuição do capital social a partir dos agentes do campo

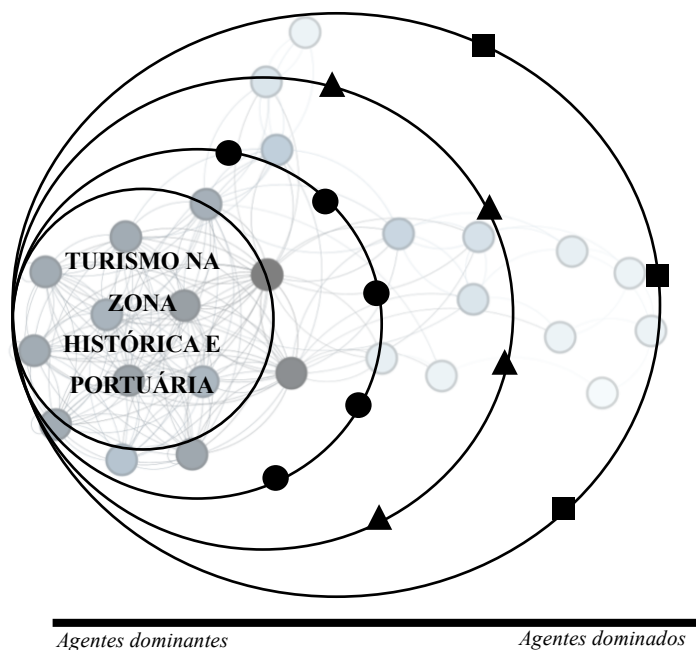


Fonte: elaboração própria (2024).

Foram identificadas 198 relações dentro do espectro evidenciado no capital social (sem associação, conhecido, colega, trabalho, parceria, cliente, fornecedor, associação, patrocínio e amizade). Para este cenário, os agentes dominantes do campo concentram um maior volume de capital social, considerando sua rede de contatos com parcerias, trabalho e até mesmo amizade. Os agentes dominados, por sua vez, concentram um menor volume, pois estes quase não possuem associações com os demais, estando limitados no contexto de sem associação. É pertinente observar que, as esferas com tonalidades mais densas, possuem maior grau de relação e as menos densas estão mais distantes com uma menor conexão. O formato dessa figura, produzida aleatoriamente pelo *software Gephi*, dialoga com a estrutura do campo onde os agentes hegemônicos estão concentrados no centro do campo na tomada de decisões e

apropriação dos lucros, e os agentes dominados estão espalhados distante do centro com pouca ou nenhuma força de articulação. A figura 92, busca fazer esse comparativo a título de ilustração.

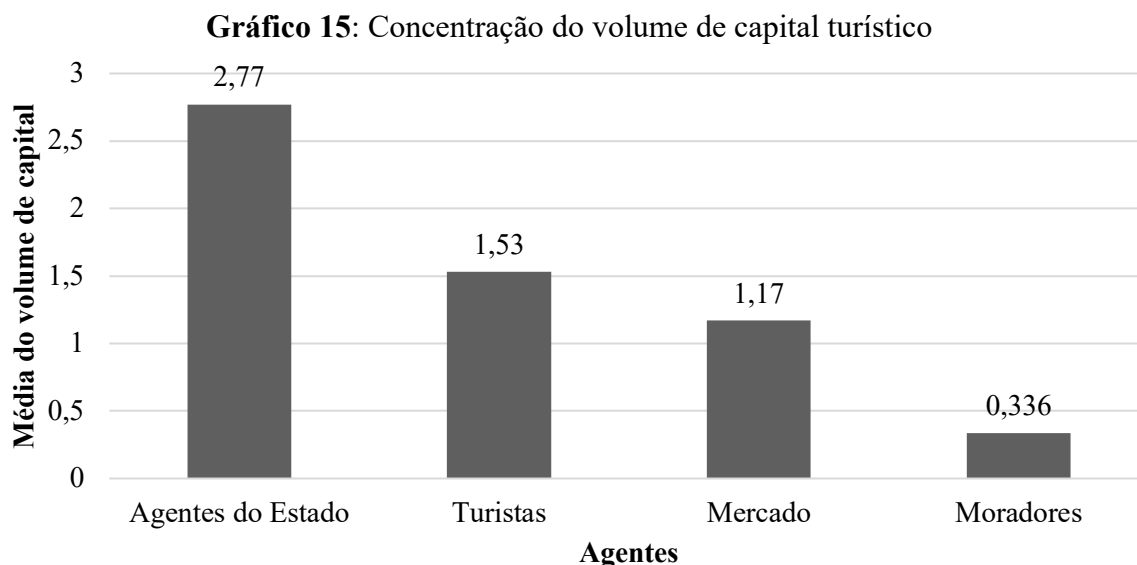
Figura 92: Comparativo entre o campo turístico e o capital social



Fonte: elaboração própria (2024).

O propósito da junção dessas duas figuras é relevar uma análise crítica de que o campo é dominado pelos agentes estatais e pelo mercado, pois estes possuem diversas conexões com as demais pastas públicas e agências de mercado de interesse e, por vezes, os agentes dos dois polos são mesclados (agentes de mercado assumindo cargos públicos, por exemplo) e, ao mesmo tempo, inferem uma *doxa* do turismo de uma área sobre a outra. É dizer, apesar dos agentes possuírem sua visão do que é e como o turismo tem sua importância para a sociedade e para a zona histórica e portuária, estes ao assumirem determinadas posições favoráveis de poder, imputam uma *doxa* compreendida anteriormente, aos novos ambientes.

Após a compreensão da disposição dos demais capitais no campo turístico aqui pesquisado e ao fato de concentrarem mais poderio no campo em virtude não somente das relações sociais constituídas pelo capital econômico, cultural e social, os agentes demandam a acumulação do volume concentrado de capital turístico, pois é no campo turístico que a disputa simbólica objetivada de maior importância tem foco no seu capital próprio. O gráfico 15 busca sintetizar o acúmulo médio de capital turístico.



Fonte: elaboração própria (2024).

O capital turístico se manifesta como uma força central que determina as posições dos agentes no campo, influenciando tanto as relações de poder quanto as possibilidades de mobilidade social, cultural e política do turismo. Agentes que possuem maior acúmulo desse capital conseguem não apenas manter sua posição dominante, mas também moldar as regras do jogo em seu favor, reforçando as estruturas do fazer turístico. Assim, a luta pela concentração de capital não é apenas uma disputa simbólica, mas uma luta econômica, cultural, política e social, onde os recursos materiais são tão importantes quanto a legitimidade cultural e o prestígio, reforçando a interseção entre os diferentes tipos de capital em uma união para o domínio do campo.

Os agentes do Estado são a categoria de agente de maior concentração de capital turístico com uma média de 2,77. Boa parte do seu aparato humano possui um alto capital econômico e cultural, ressaltando as visões que o agente modera. Por ser o principal retentor, esses agentes podem promover uma melhor remuneração, como também oportunizar viagens a trabalho, alargando as experiências turísticas dos seus indivíduos. Sobre o questionamento se gosta de viajar e o que é relevante em uma viagem, os respondentes 1, 2, 3, 4 e 6, revelaram que:

R1f[Sên]Pub: *Sim, eu gosto de viajar. Geralmente a trabalho ou a lazer [...] gosto de viajar para novos lugares novos, uma mistura de natureza e cultura. Depende da vibe e mescla.*

R2m[Sên]Pub: *Hoje não muito mais, no passado gostei muito. É um somatório de coisas. Que a viagem seja satisfatória e que signifique alguma coisa para você. As bolhas, os enclaves me incomodam um pouco. Ela, a viagem, tem que ser uma coisa importante da sua vida.*

R3m[Sên]Pub: *Sim, viajar é sempre bom! Mas com viagens mais longas, a gente vai ficando mais preguiçoso, ou por meio dos movimentos políticos no Brasil, tenho estado mais caseiro. Considerando relevante que tenha segurança, conhecimento prévio onde possa ter infraestrutura para o carro, comodidades, um hotel razoável, um bom café da manhã, um shopping center (no primeiro dia).*

R4f[Adu]Pub: *Muito, gosto sim de viajar. Considero o conhecimento. Gosto de viajar para aprender. Prazer, né? Minha mãe gosta de viajar mais que eu. É conhecer. Eu gosto muito de conhecer novos lugares, novas culturas, novas realidades e sempre tem prazer. Não tem nenhum lugar que eu não gostaria de conhecer.*

R6f[Sên]Pub: *Sim, muito. É relevante para mim conhecer destinos diferentes, a gastronomia, a cultura, ampliar o conhecimento assim... da diversidade. Tenho como meta conhecer todos os países da América e Europa. Todos os estados Brasil.*

Para esses respondentes a relevância de uma viagem estiveram vinculadas tanto a motivação de trabalho, como de lazer. Há uma preferência por experiências turísticas mais confortáveis, cômodas, reduzindo os imprevistos e buscando uma agilidade dos serviços turísticos. Os respondentes afirmaram que a história e cultura são princípios motivadores de suas viagens, entretanto ao serem questionados para onde gostam de viajar, estes relataram que há uma preferência por destinos de natureza, ecoturismo, praias, sol e mar.

Os turistas concentram uma média de 1,53, retornando o protagonismo no campo turístico. O fato de estarem em uma posição de privilégio no campo turístico da zona histórica e portuária de Natal em relação a esse capital, os turistas não influenciam diretamente no

direcionamento de poder do campo, dado seu isolamento se considerado o capital social. Entretanto, quando considerando o capital econômico que pode ser detido em virtude do ato de viajar e do consumo que um turista faz, esses agentes são essenciais para serem compreendidos e agraciados com ações de investimento no turismo para seu conforto e boa experiência, pois estão representando um grupo de agentes pelo qual o turismo existe fundamentalmente que, sem o circuito de turistas, o turismo perde a essência mais central – o ato de viajar, e assim concentrando o segundo maior volume de capital, pois é deles que saem a lógica do fazer turismo e suas consequências. De acordo com os respondentes 24, 25, 26 e 27.

R24f[Adu]Tur: *Sim, adoramos viajar. A gente busca relaxar, conhecer os lugares, as praias, principalmente.*

R25m[Adu]Tur: *Muito, o sol daqui é muito gostoso, as praias de águas quentes.*

R26f[Adu]Tur: *Sim. Buscamos paisagens naturais, pontos turísticos como o cajueiro, as praias.*

R27m[Adu]Tur: *Sim, sempre que possível viajo. Meus motivos são descansar mesmo, né? Sair um pouco da rotina e ficar descansando num paraíso desse (risos). A hospitalidade daqui me impressionou muito. Vocês são muito simpáticos, acolhedores, isso é importante em uma viagem.*

O mercado possui uma concentração média de 1,17. Esse retrato reforça que para a classe trabalhadora nem sempre é facultada a opção do turismo enquanto um mecanismo de lazer ou de possibilidades de capacitação, abraçando o turismo de eventos. Com a desvalorização do trabalho promovida pela fragilização de legislações trabalhistas e do avanço da preeminência do discurso neoliberal de “empresário de si mesmo” através da uberização do trabalho, reforçou-se a busca por mais de um emprego para uma melhor qualidade de vida, precarizando a classe trabalhadora para pouco tempo de descanso e lazer. Para os respondentes 5, 11, 13 e 20.

R5m[Sên]Mer: *Muito. Gosto de viajar para algum lugar novo e conhecer gente. O que fazem, como se relacionam. Tento manter contato com pessoas locais.*

R11m[Adu]Tra: *Não tenho muito tempo, mas quando viajo é mais para visitar a família mesmo.*

R13m[Adu]Tra: *Não tenho muita oportunidade de viajar, mais nas férias. Ai pego a família e vou visitar algum parente no interior.*

R20f[Adu]Tra: *Como eu sou a dona daqui e não tenho funcionário, é difícil viajar. Mas sempre que posso, vou em uma praia aqui na zona norte, zona sul. Uma festa.*

As noções de turismo, no que se refere ao seu néctar, refletem na *doxa* dessa classe para o fenômeno. O tempo de lazer aqui é considerado como um espaço para descanso e a viagem encarada como algo caro, supérfluo ou até mesmo desnecessário. A visão do mercado, em especial, dos trabalhadores no que se refere ao turismo está condensada no conceito de visita. Visita essa a familiares, amigos, praias próximas, a um evento. Alguns dos trabalhadores também compartilharam os sonhos de viagem, informando que sonham em viajar para lugares distantes, construídos no imaginário turístico como destinos que todos devem ir antes de morrer, como Paris, Nova Iorque, São Paulo, Londres. Entretanto, o tom do discurso era mais utópico do que um plano real.

A possibilidade de um acúmulo de capital turístico mais endossado por viagens de longo prazo e que proporcione choque cultural, não entra no plano real desse agente, mas alimenta uma esperança de um turismo possível. Não se sabe quando, como chegar lá, com quem conversar, qual primeiro passo dá, mas há uma esperança que os alimenta. Em virtude da baixa adesão do alto escalão das classes empresariais à pesquisa, a concentração de capital por parte do mercado transparece em maior escala a realidade dos trabalhadores. Entretanto, sabemos que se tivéssemos a oportunidade de inserir esses outros agentes no banco de dados, seus números estariam bem próximos ou até mesmo superiores aos dos agentes do Estado.

Já os moradores dos bairros apresentam a menor média de capital turístico. Apesar de entenderem a *doxa* do turismo a partir das oportunidades benéficas, estes relataram não terem muitas chances de fazer turismo, de serem ativos no turismo, de estar em contato com turistas,

de usufruir de uma infraestrutura exclusivamente turística, condensando apenas em seus cognitivos um cenário construído no senso comum de que seria bom ter turistas por aqui. Segundo os respondentes 10, 17, 22 e 23:

R10m[Sên]Mor: *Não tenho muita oportunidade de viajar. É casa, trabalho, casa.*

R17m[Sên]Mor: *Viajei mais a trabalho quando ia trabalhar nessas obras. Hoje em dia quase não saio de casa. Fico mais por aqui mesmo.*

R22f[Sên]Mor: *(risos), viajar? Menino, não tenho esses luxos não.*

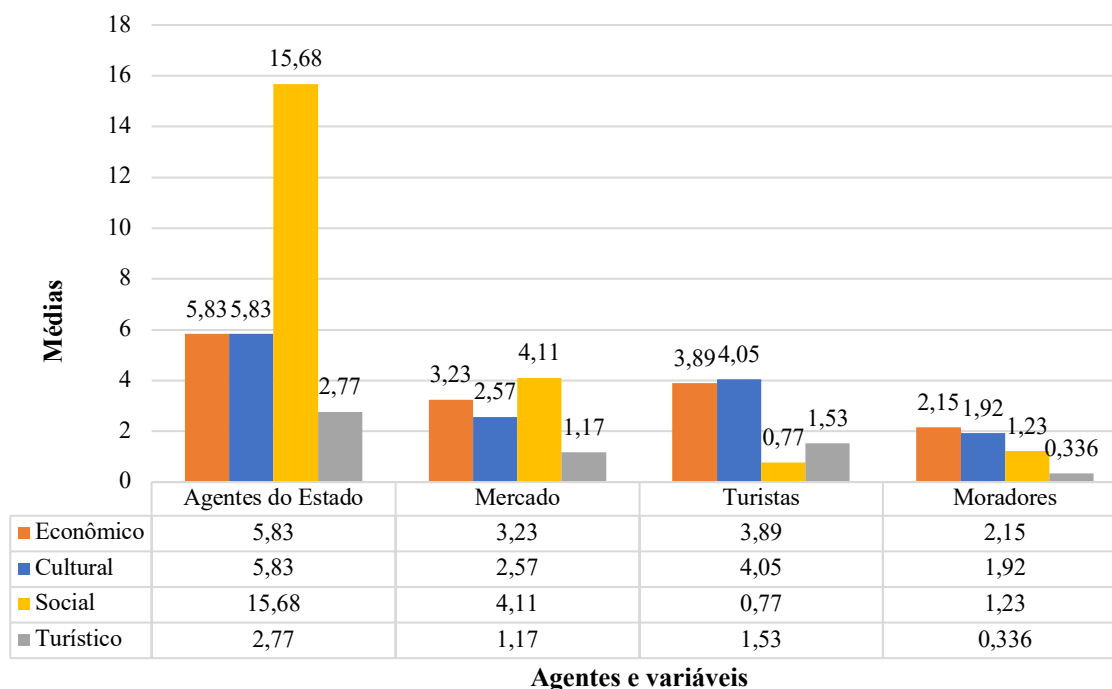
R23f[Sên]Mor: *Queria poder viajar mais, mas não tenho como.*

Para os moradores, a viagem é um estado de poesia, pois está vinculada ao que não é possível alcançar. A viagem é encarada como um trânsito ao trabalho fora de casa, a busca por uma melhor oportunidade de vida e não como uma opção de lazer, afetividade, exploração de novos ambientes e culturas. Ao serem questionados o que consideravam relevante para uma viagem, os moradores encontraram dificuldades em responder, pois não entendiam o que pode ser relevante diante daquilo que não tiveram a oportunidade de vivenciar sob a lógica do lazer. Assim como para boa parte dos trabalhadores do mercado, o acúmulo de capital turístico possui o foco de utópico da conquista, da viagem dos sonhos, do que está longe de alcançar porque a vida é uma preocupação do agora, a viagem é uma preocupação para um futuro que não iremos saber se vai chegar.

Em uma reflexão sobre os menos desfavorecidos no campo, Bourdieu (2012, p. 22) reflete que esse processo de exclusão sobre uma parcela da “população atomizada, incapaz de se mobilizar coletivamente” é central no debate da disputa pelo capital, pois suas percepções individuais não são capazes de concentrar uma organização coletiva que seja atuante na definição de suas vidas e modos de fazer a vida, aceitando sem levantar críticas ou posturas contrárias, as decisões que são impostas de cima para baixo.

Após compreendermos as visões de todos os capitais, em uma abordagem geral, os agentes do Estado são os maiores concentradores de capitais nesse campo, vide o gráfico 16.

Gráfico 16: Visualização geral das médias dos volumes de capitais



Fonte: elaboração própria (2024).

Como visualizado, os agentes do Estado são os articuladores e centralizadores do campo turístico da zona histórica e portuária de Natal, seguido pelo mercado, turistas e moradores. Como agente principal, se torna também um centro de poder, pois é a partir dele que as decisões e formações da arena política de atuação serão ponderadas. Refletir o mecanismo desses indivíduos enquanto agentes dominantes, é essencial para a compreensão dos limites do campo, da formação das coligações que direcionam as decisões e indicam o caminho a ser percorrido e da relação dele com os agentes dominados. Dentre a diversidade de agentes que podem ser encontrados na dinâmica de acordo com Ribeiro (1998), é o “Estado que tem monopólio do exercício do poder e, por isso, os sujeitos buscam uma posição de destaque neste cenário”. Segundo o autor:

É claro que, se é o Estado que detém a posição formal de poder, é necessário que vejamos, como temos aprendido a ver, quem está “por trás do Estado”, quem ele representa basicamente. Como dissemos acima, quem manda é quem está levando vantagem (Ribeiro, 1998, p. 128).

Entretanto, em igual medida é saber a quem esses agentes servem, recaindo nas relações de dominação apontadas por Bourdieu na composição do campo e na disputa dos agentes em seus acúmulos de capitais. Para Bourdieu (2012, p. 171):

O Estado é o lugar de um poder reconhecido que tem, atrás dele, o consenso social, consenso atribuído a uma instância encarregada de definir o bem público, isto é, o que é bom para o público, em público, para o conjunto das pessoas que definem o público. Seria possível dizer que um dos paradoxos do Estado reside no fato de que os detentores do monopólio do bem público são também detentores do monopólio do acesso aos bens públicos.

O turismo se torna, portanto, fruto de intervenção estatal no território e possivelmente construído para atender as demandas de um ou mais grupos específicos. Encontrar as relações que coexistem sob esse contexto, nos ajuda a compreender como os objetos interferem nos agentes e como estes são influenciados pela disputa do objeto, seja ele o turismo enquanto utensílio de diferenciação, no seu uso político ou a sua dinâmica monetária, na competição pela dominação.

À medida que os agentes estão envolvidos nessas percepções de si para com o turismo na zona histórica e portuária e vice-versa, eles também absorvem os valores que constituem o capital turístico, enquanto fator de distinção no campo. O capital turístico é simultaneamente um reflexo e um produto das dinâmicas de interiorização e exteriorização dos agentes. Ele se torna o meio pelo qual as subjetividades interiorizadas são transformadas em práticas concretas e influentes no campo turístico. A acumulação desse capital permite aos agentes não apenas participar, mas também moldar o campo em suas próprias condições, definindo o que é possível ou desejável no desenvolvimento da zona histórica e portuária.

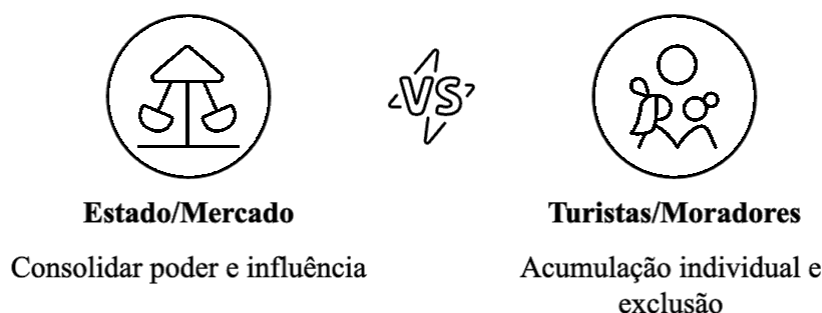
A partir dessa modulação e de acordo com o conceito desenvolvido sobre o que é o capital turístico, como ele se torna um recurso, seus tipos e formas acumulação e reprodução, podemos inferir que para esse campo turístico, o capital turístico assume um formato autônomo, possuindo sua própria lógica de articulação, apropriação e reprodução devido a sua autonomia. O capital é constantemente redefinido conforme as necessidades dos agentes de dominação, impactando diretamente em sua existência e atribuindo um valor significativo no intercâmbio de experiências individuais e coletivas.

Os agentes do Estado, em coletivo, se apropriam do capital turístico de forma política ou institucionalizada. Isso significa que se criam políticas públicas e estratégias para promover

o turismo, especialmente em áreas que já são tradicionalmente turísticas, facilitando a consolidação de um modelo de turismo que prioriza o “sol e mar” em detrimento de outras formas de turismo, como o cultural ou histórico, vide o *nomos* do campo, beneficiando outro agente hegemônico, o mercado. Em igual medida, os agentes do Estado e o mercado (com seus agentes individuais), também adquirem em volume considerável a outra tipificação do capital turístico, enquanto poder de distinção social, dada as narrativas do gosto pela viagem e motivações, ao criarem e disseminarem narrativas que associam o turismo a *status* e experiências exclusivas e cômodas.

Embora os turistas tenham protagonismo no acúmulo dos capitais e do capital turístico na forma de distinção social, estes atuam em individualidade, onde suas experiências são amplamente atingidas e moldadas pelas motivações da viagem em execução. Em virtude do seu isolamento demonstrado no capital social, a sua atuação é fragmentada, pois cada turista vivencia o turismo de maneira única, sem uma ação coletiva de interferência no campo, configurando-os como agentes dominados que recebem o que é posto pelos agentes dominantes. E, os moradores, não conseguem acumular o capital turístico a ponto de usá-lo como força no campo em virtude do seu isolamento social e da baixa ou quase inexistente experiência com o turismo. A figura 93 busca ilustrar em síntese esses dois lados construídos do campo a partir do acúmulo de capital turístico.

Figura 93: Dominantes e dominados a partir do capital turístico



Fonte: elaboração própria (2024).

Enquanto os agentes dominantes acumulam o capital turístico para consolidar poder e influência no campo, os agentes dominados pouco interferem nesta atuação dado o seu processo de exclusão e isolamento. Os agentes dominantes tendem a ter suas ações voltadas para zonas de alto lucro e retorno de investimento e os agentes dominados tendem a concordar pela falta de força e ao mesmo tempo a resistir a essa lógica, proporcionando usos pontuais, mas que proporcionam novos olhares para a zona histórica e portuária.

Assim como em outros contextos, o capital turístico para o campo turístico da zona histórica e portuária de Natal, se relaciona com os demais capitais, influenciando as dinâmicas de poder e distinção. Os agentes ponderam não somente pelas suas expectativas de acúmulo, como também se utilizam dos demais capitais para reforçar seus posicionamentos, visões e articulações. Pode-se visualizar, em uma primeira instância, que o capital turístico de tipo político-institucional, ocupa uma posição privilegiada de poder, dado que os agentes do Estado figuram como os principais concentradores de capital no campo. Em igual parcela, o capital turístico de tipo de notoriedade e influência, também estabelece um destaque para esse grupo dominante, em virtude de seus indivíduos representativos da coletividade, possuírem vastas experiências em equipamentos turísticos, viagens nacionais e internacionais, podendo obter a visão de comparativo com outros destinos e projetando experiências e influências diretas no campo.

Também é possível visualizar que para o campo em questão, o capital turístico é marcado pela variável do tempo. Natural de sua propriedade, o tempo dá a oportunidade de os agentes acumularem experiências turísticas ao longo de sua existência, considerando ser um capital inerte às pessoas, tornando-se pessoal e intransmissível em sua unidade. Entretanto, ele pode ser transmitido a partir do auxílio de outros capitais, levando em motivação o capital econômico, cultural ou social, a depender da experiência pessoal que deseja que o outro tenha a mesma experiência, reforçando a pessoalidade da expectativa que o outro irá sentir e criando uma unidade pessoal do capital.

As disputas de capital turístico ocorridas no campo, faz com que se criem cenários mais íntimos de coligação, na busca de esforços para manutenção da lógica posta ou renovação das condições das estruturas objetivas. Para Bourdieu (2023, p. 124) “quanto mais as estruturas objetivas de um espaço social são vagas, mais o poder simbólico poderá se exercer.” Há uma percepção vazia da importância do turismo na zona histórica e portuária de Natal. Os agentes dominantes, apesar de acumularem capital turístico, não são capazes de impulsionar o turismo nesta zona como uma forma de oportunizar o turismo ao desenvolvimento, como reproduzido nos discursos.

Já os agentes dominados, encontram-se deslocados do debate, recebendo o que é colocado de cima para baixo, sem a oportunidade de formular uma crítica ou propor algo que aproxime, de fato, a realidade destes ao território. Nas palavras de Bourdieu (2012, p. 216), o Estado é o concentrador de decisões no que se refere tanto as políticas quanto as dinâmicas sociais, isso porque “contribui para definir a distribuição do espaço ou, se preferirmos, a distribuição das diferentes categorias sociais no espaço”.

No domínio das pastas públicas de turismo, a concentração de capital turístico é considerável se comparada aos demais agentes. Esse dado revela a possibilidade de interconexão com os dois tipos de capital e correlação com agentes que estão alinhados ao mercado, possibilitando facilidades, meios de criação de oportunidades ao desenvolvimento econômico, ponderando para a lógica neoliberal onde o poder público assume a lógica de mercado e contribui para sua disseminação, dada a integração dos agentes (aqui vistos como indivíduos) do mercado nas pastas públicas, reproduzindo, por vezes, políticas mais pessoalistas ou de favorecimento ao mercado em detrimento dos demais interessados. Estado e mercado estão alinhados em uma arena política mais intimista, expressando sua dominação no campo e sobre os demais agentes.

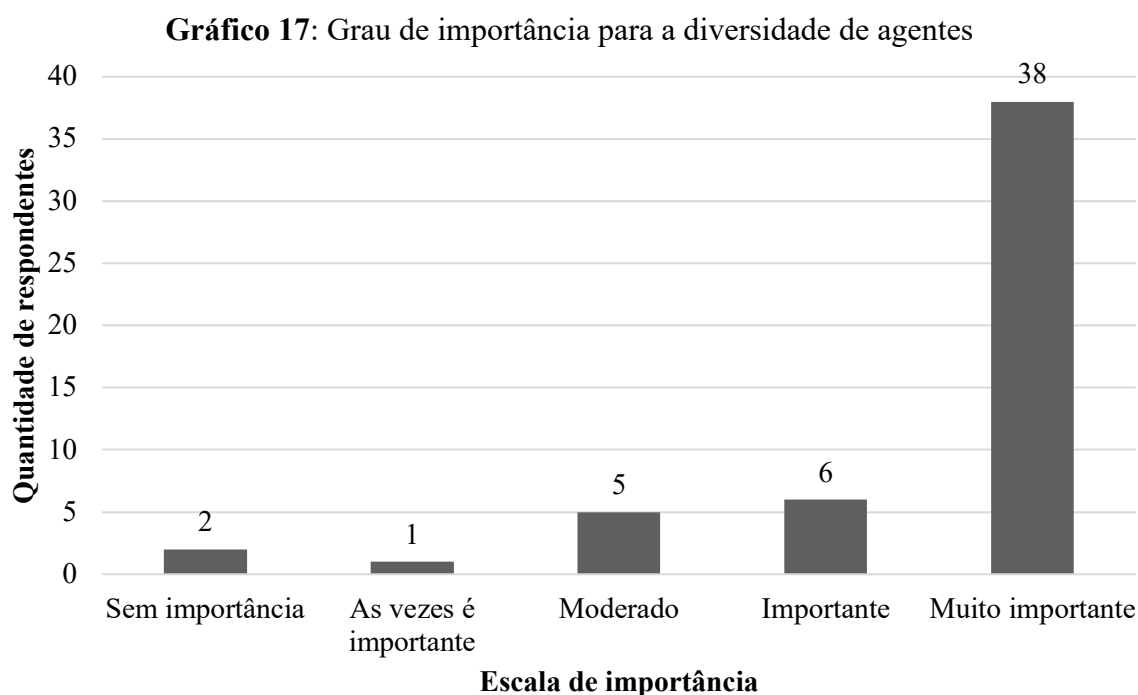
Importante ressaltar que não tomaremos como constructo, o conceito de subcampo para retratar um campo menor, com menos agentes ou com agentes similares em pensamento. Para Bourdieu (2023, p. 148), falar de subcampo é “pressupor que o campo englobado é dominado pelo campo que engloba”, e para a realidade na qual debruçamos esse contexto não se aplica, pois o campo é dominado pelo poder público e o próprio não cria as condições para um subcampo onde ele, enquanto agente, ele se domina, não oportunizando que o campo seja definidor das ações do subcampo, uma vez que o dominante principal não é, ao mesmo tempo, dominado. Assim, as disputas do capital turístico ocorrem, além do campo, em arenas políticas, uma vez que nas arenas é possível observar com mais nitidez as alianças dos grupos sociais que se articulam com o objetivo de dominação e construção de coligações.

No contexto das arenas políticas, as disputas pelo capital turístico revelam dinâmicas mais densas e complexas. Nessas arenas, o poder não é exercido explicitamente de maneira unilateral, mas por meio de negociações, trocas e alianças entre diferentes grupos sociais e agentes, mesmo que seja para cumprir a base essencial, o burocrático. O capital político, econômico e social desses agentes desempenhou um papel crucial na forma como as decisões foram tomadas e as políticas de turismo para a zona histórica e portuária foram implementadas, considerando que esses espaços funcionam como palcos de embates onde interesses diversos se encontram. Diferentemente do campo turístico em si abordado na seção anterior, onde outro tipo de capital pode se aliar frente ao capital turístico, nas arenas políticas a disputa se intensifica em torno da capacidade de influência e da construção de consensos, visando à consolidação de projetos de desenvolvimento turístico que atendam a interesses específicos e que ao mesmo tempo proporcionem mais acúmulo de capital turístico.

As coligações que se formam, muitas vezes, são guiadas por interesses comuns de manutenção ou ampliação de poder simbólico, o que reflete a lógica de dominação que

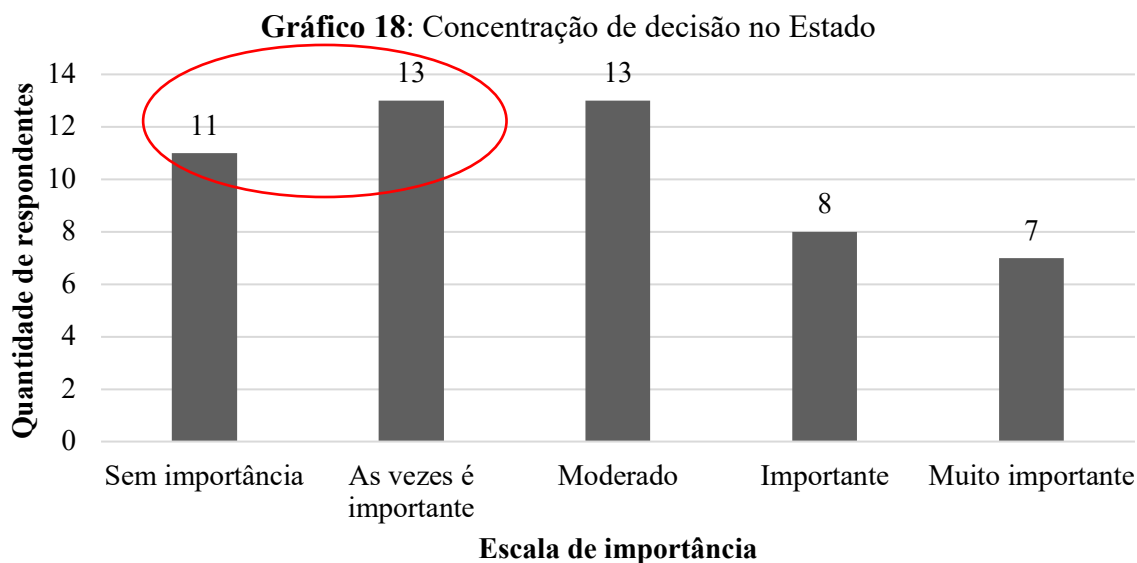
caracterizada pelo campo turístico de Natal. Isso evidencia como os agentes do Estado, ainda que formalmente detentores do poder, atuam em consonância com os interesses privados, alimentando uma estrutura que reforça a hegemonia de determinados grupos dentro do campo, refletindo em uma coligação para uma arena onde esses dois agentes estão alinhados e os agentes dominados excluídos do processo. Dessa forma, a compreensão das arenas políticas torna-se essencial para desvendar as lógicas subjacentes ao campo do turismo, pois é nesse espaço que as disputas pelo controle e pela definição das diretrizes de desenvolvimento turístico na zona histórica e portuária que realmente ocorrem, colocando em evidência as tensões entre os diferentes agentes e suas estratégias de ação.

Tendo o capital turístico um tipo institucionalizado e político, a política em turismo é fluída e moldada de acordo com os arranjos dos agentes dominantes com vistas à solução de um problema que é público e de interesse geral. Por isso, por isso é a política turística que se faz com base nos discursos de acordos econômicos, ou seja, se sobressaindo aos interesses dos demais agentes que ali comungam de capital turístico, mesmo que em menor volume. Ao serem questionados sobre a diversidade dos agentes para compor uma arena política do turismo onde essa variedade é ponto de importância, os respondentes (gráfico 17), ressaltaram que a multiplicidade de agentes é muito importante.

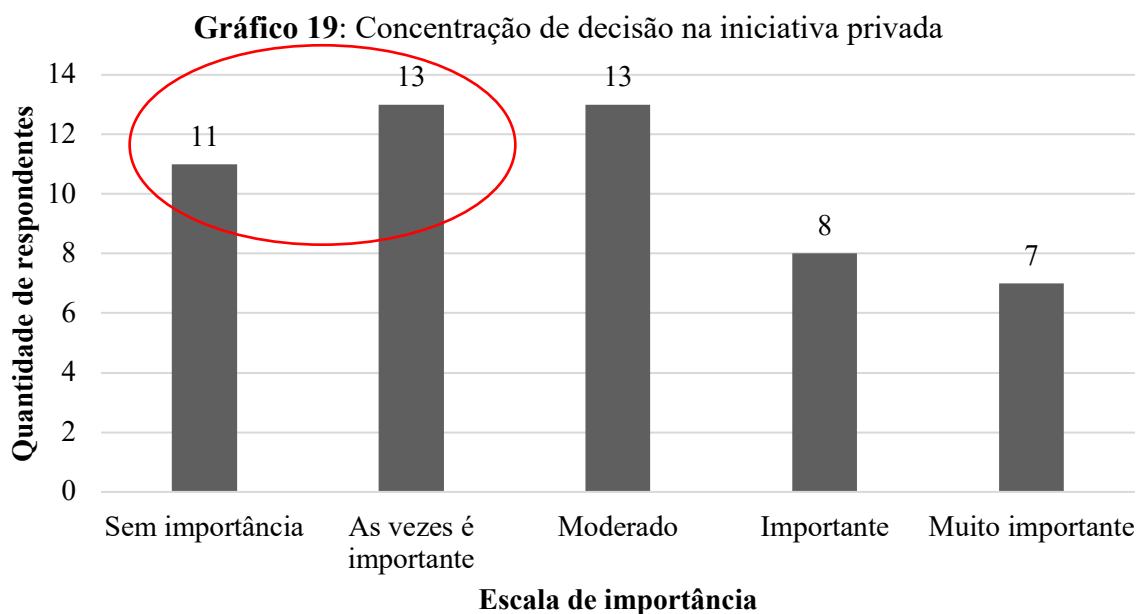


Fonte: elaboração própria (2024).

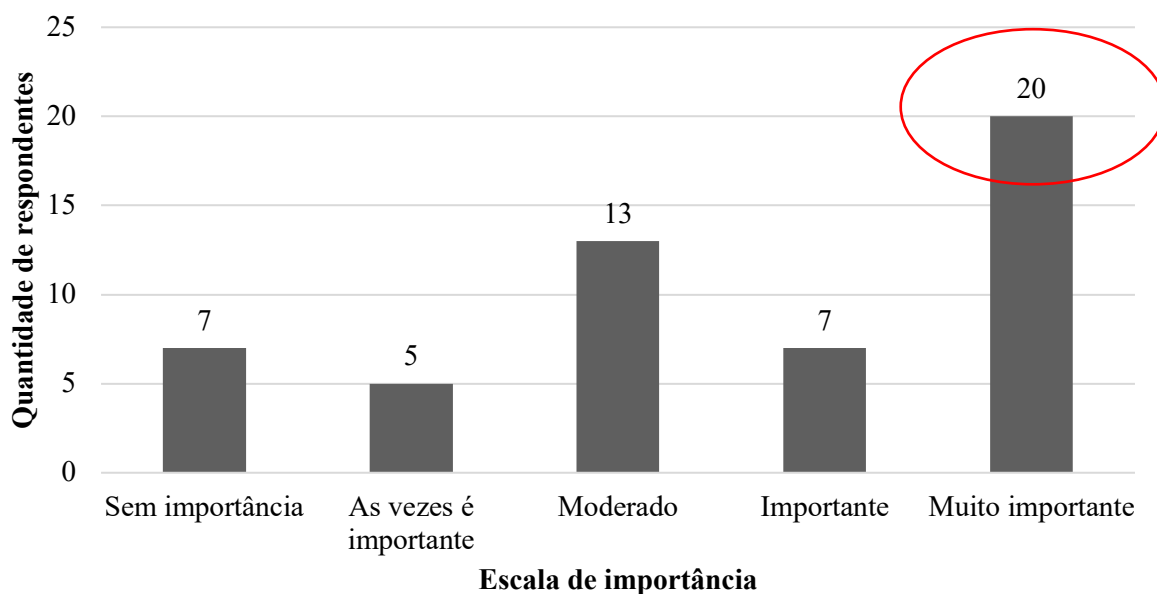
Esse dado revela que os agentes (dominantes e dominados), acreditam que a diversidade é um fator importante na composição da arena política, considerando que essa variável é a base dos valores democráticos e que visa a inclusão de todos aqueles que se sentem atingidos pela dinâmica do turismo cultural e seu leque de oportunidades. Entretanto, ao serem questionados sobre a concentração de decisão das arenas por parte de um agente específico (Agentes do Estado, sociedade ou iniciativa privada), os gráficos 18,19 e 20 apontam que:



Fonte: elaboração própria (2024).



Fonte: elaboração própria (2024).

Gráfico 20: Concentração de decisão na sociedade

Fonte: elaboração própria (2024).

Para o conjunto de respondentes, a concentração de decisão nas mãos da sociedade seria a decisão mais acertada, representado por um maior volume de respostas na variável muito importante e moderado, se comparado com os outros dois agentes. Em um cenário onde essas arenas possuem um leque de diversidade de agentes, a concentração de decisão nos agentes do Estado representou respostas consideráveis nas escalas de sem importância e às vezes é importante, sendo representativo também nas escalas mais negativas para uma concentração de decisão pela iniciativa privada. Nos três cenários, os respondentes acentuaram a variável de importância “moderado”, apresentando certa passividade e atendimento a um conformismo de que há pouca esperança na alteração do cenário atual da zona histórica e portuária.

Para Offe (1981), existem três níveis ou três arenas dispostas umas sobre as outras. A primeira arena consiste nos processos políticos que sucedem na tomada de decisão no âmbito do Estado sem retratar um poder, já que é aqui que são produzidas as coligações e orçamentos. A segunda arena trata sobre as forças sociais que influenciam diretamente os políticos, suas opiniões e direcionamentos proporcionando modificações à agenda política e formando um campo de potencialidades e contingências. A terceira e última arena é aquela onde ocorrem as mudanças no contexto da sociedade, dando a oportunidade de mudar a realidade das políticas, entendendo assim à arena política como um espaço decisório que perpassa por conflitos e interesses que podem ser analisados no discurso e comportamento dos agentes.

Para alicerçar a construção dessas arenas políticas no campo turístico, retomamos a construção da figura 90. Ela nos mostra um losango que considera a conexão dos quatro agentes fundamentais do campo turístico. Observamos que após as visitas *in loco*, realização das entrevistas semiestruturadas com os diversos agentes de composição e observação participante, a relação de aliança entre os agentes do Estado e mercado, bem como do isolamento dos moradores e turistas se faz clara, isso porque o poder público, por vezes, está composto por agentes do mercado que manuseiam a máquina de forma a atender seus objetivos individuais, classistas ou corporativos, sendo o capital econômico, social e turístico os mais disputados nessa convenção. Já os turistas e moradores se encontram mais isolados do processo, formando uma outra arena política de caráter passiva, se tornando alheia aos movimentos do público e privado, disputando um capital mais cultural que econômico.

A primeira arena política de Offe (1981, 1984) em diálogo com as disputas do campo em Bourdieu, revela dados interessantes nas constituições dos dispositivos de luta pela forma e manutenção do turismo nessa zona em Natal, dado que os agentes que compõem essa arena são os de maior poder e conseqüentemente, de maior acúmulo de capital turístico. Entretanto, essa linha tênue que separa o público dos interesses do privado, deixa opaco quais agentes, de fato, ordenam as diretrizes no campo, dado seu poderio e capacidade de transitar entre os dois polos. Offe (1984) entende que o Estado é instrumentalizado pela classe dominante, que o utiliza como meio para promover interesses dessa classe. Ele ressalta que a arena política é estruturada com base em princípios predominantes e definidos por quem os formula, resultando na inclusão ou exclusão de indivíduos em relação aos benefícios gerados pela configuração da arena.

Compondo a segunda arena política estão os agentes que influenciam na afirmação ou no redesenho, de alguma maneira, as decisões formuladas no topo da pirâmide. As mudanças ocasionadas por esses agentes se dão por meio da luta e da utilização dos recursos de disputa para que a primeira arena repense o que foi posto à prova. No campo turístico da zona histórica e portuária de Natal, os moradores e turistas possuem um comportamento passivo frente os agentes dominantes do campo. Entretanto, alguns movimentos de resistência podem ser visualizados no terreno físico da disputa, com a realização de eventos, protestos e movimentos culturais diversos no enfrentamento ao processo de desvalia da zona histórica no que diz respeito a derrubada e abandono dos edifícios e patrimônio imaterial conduzido na localidade. As figuras 94, 95 e 96, representam três momentos em que os agentes tidos como secundários realizaram momentos de intervenção, principalmente, no bairro da Cidade Alta.

Figura 94: VI Caminhada Espaços Sagrados do Centro Histórico



Fonte: elaboração própria (2024).

Figura 95: Parada da Diversidade LGBTQIA+ no largo da Pinacoteca



Fonte: elaboração própria (2024).

Figura 96: Festival histórico Rua da Conceição

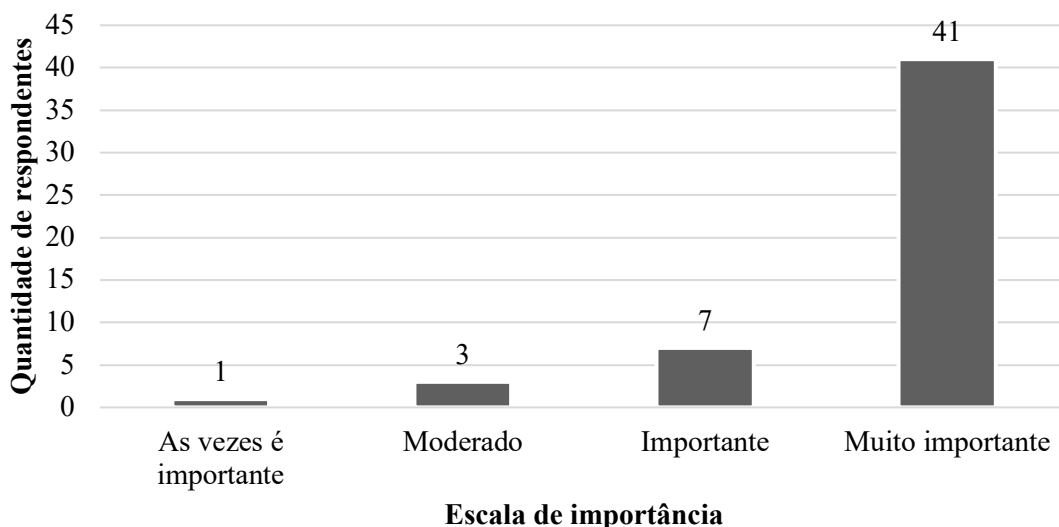


Fonte: elaboração própria (2024).

A caminhada histórica Espaços do Sagrado é promovida pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, através do curso de Ciências da Religião e tem como principal foco a visitação nos edifícios de cunho teológico, abraçando as diferentes manifestações religiosas existentes no bairro da Cidade Alta. A Parada da Diversidade LGBTQIA+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexuais e Assexuais, foi um evento promovido pela *teia.lab* e teve por objetivo reunir pessoas com o intuito de celebrar a vida e a existência dessa comunidade, contando com uma programação que ocupou todo o largo da Pinacoteca, bem como a via pública. O Festival histórico Rua da Conceição é uma produção do Ateliê Santa Catarina e mescla atividades de entretenimento que visam a ocupação da Rua Conceição na Cidade Alta, com mesas que reuniram entidades e indivíduos de interesse na zona histórica para o debate com vistas aos novos usos e formas de preservação.

Essas ações aconteceram entre os dias 24 de agosto e 11 de novembro de 2024 e, apesar de oportunizarem novos sentidos a zona histórica da Cidade Alta, não são capazes de reformular a doutrina dominante que opera nestes espaços. Nesse mesmo período aconteceram eventos musicais no bairro da Ribeira, especialmente na Rua Chile que foram promovidos com a intenção de ocupação, mas que em igual medida, não sobrepõe os capitais já fundamentados nas arenas mais exclusivas do campo turístico. Para Offe (1984), os movimentos de dominação da primeira arena, são similares aos movimentos do capitalismo no que se refere ao manejo da concentração dos recursos nas mãos de poucos agentes, isto é, operando de maneira a centralizar poder e influência em torno de agentes dominantes. Esse manejo estratégico visa garantir que as decisões, os benefícios e as estruturas de poder permaneçam sob o controle de uma elite restrita, reforçando desigualdades e excluindo parcelas significativas da sociedade do acesso aos recursos e oportunidades gerados nesse espaço.

Dado que as vivências, experiências e direcionamento dos usos da zona histórica e portuária de Natal podem ser pautas em encontros institucionais, considerando a diversidade dos agentes envolvidos para a construção de um debate responsável, ao serem questionados sobre a periodicidade de possíveis encontros, reuniões, momentos de discussão dos agentes desse campo, os respondentes consideraram ser muito importante encontros periódicos para debater o(s) cenário(s) da zona histórica e portuária de Natal (gráfico 21).

Gráfico 21: Deveríamos reunir os agentes periodicamente

Fonte: elaboração própria (2024).

Ao trazer esse gráfico, infere-se que há uma preocupação dos agentes em que ocorram encontros constantes para se discutir o que e como fazer a zona histórica e portuária de Natal um espaço de múltiplos usos, abarcando as diversas possibilidades que vão do comércio varejista, alimentos e bebidas, eventos, religiosidade, cultura e turismo. Esse dado se torna importante quando conferimos a ele a terceira arena de Offe (1981), pois o autor infere que é nessa arena onde ocorrem as ocorrências na sociedade onde a política se delineou. Entretanto, ao considerar que o campo turístico dessa zona não conduz a um uso turístico eficiente, as arenas espelham o comportamento do campo, ao acompanhar a lógica já ponderada nas arenas mais elitizadas. Ressalta-se que os eventos realizados durante a execução da pesquisa de campo possuem a característica da luta e da resistência pela efervescência da vida dos bairros, sendo promovidos para um público popular, não conduzindo ao agrado da arena mais elitizada do campo.

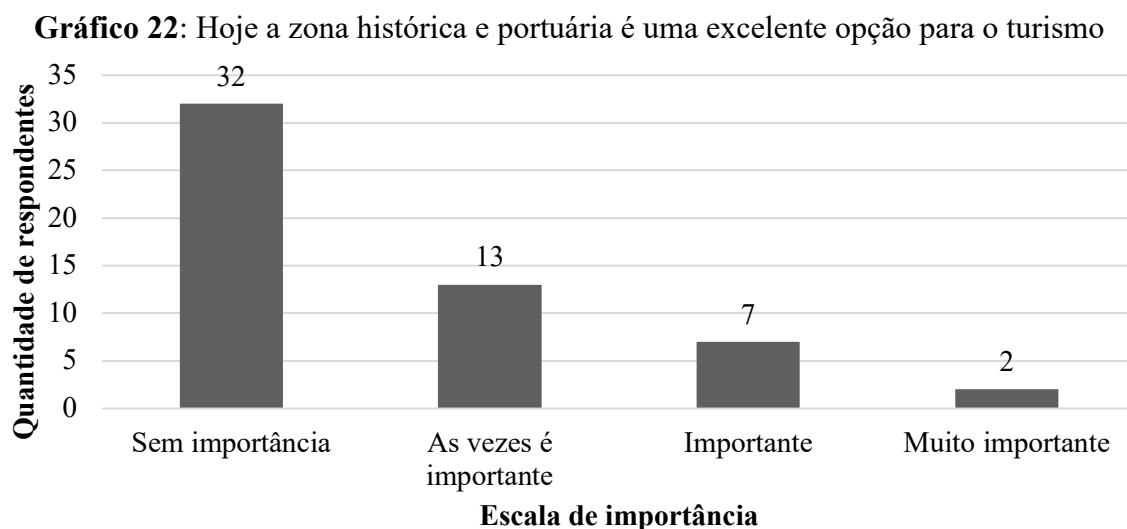
Nesse sentido, há uma prioridade para a aplicação e retorno do capital econômico e turístico, sobrepondo-se ao capital cultural e social, dado que os agentes alocados na arena mais abastada, detém o poder de direcionar recursos financeiros e investimentos de capital humano para outras zonas de interesse e que conflitam (teoricamente) com as atividades que podem ser apanhadas na zona histórica e portuária quando o tópico é turismo. O capital turístico, soma esforços ao capital econômico na aplicação dessa distinção, proporcionando um ambiente de isolamento dos agentes elitizados em detrimento dos mais populares.

A acumulação do capital turístico nas arenas definidas no campo espelha as premissas estabelecidas na teoria. É dizer, a arena alocada no topo da pirâmide concentra o capital

turístico de perfil institucional, garantindo que seus interesses sejam amparados pela máquina (humana e financeira) pública e privada, enquanto as arenas de base, aquelas que tentam furar a(s) bolha(s) criadas para que não sejam ultrapassadas, acumulam o capital turístico a partir de sua prática individual, por meio das visões de mundo, experiências, momentos. Isso nos leva a crer que há um movimento de subvalorização do material histórico que a zona histórica e portuária detém, impossibilitando-a de proporcionar um produto turístico capaz de diversificar a oferta de Natal, se os investimentos fossem aplicados a sua efetivação.

Outras capitais no Brasil têm feito esse movimento de diversificação de sua oferta com foco na pluralização do perfil do turista que as visita, garantindo novas oportunidades de desenvolvimento econômico, social e turístico. A existência de duas ou mais segmentações turísticas, não impossibilita os ganhos da já existente. Entretanto, há uma percepção única de que Natal não detém outras possibilidades além do sol e mar, marginalizando boas perspectivas de uso de outros espaços urbanos, em especial, a zona histórica e portuária. Com isso, a(s) ação(ões) de desvalorização e esquecimento da história de Natal a partir do esvaziamento dos seus bairros mais antigos, prova como os agentes de maior detenção de capital turístico não visualizam estes espaços como promissores ao turismo e os agentes de menor concentração buscam, através de movimentos de resistência, relembrar e ressignificar a importância das zonas.

Ao serem questionados se a zona histórica e portuária de Natal é uma excelente opção para o turismo, 59% dos respondentes (32 em totalidade), informaram que não tem importância, ou seja, a escala mais negativa do questionário, representado por um cenário de descaso com o que está posto, como ilustra o gráfico 22.



Fonte: elaboração própria (2024).

Esse dado nos revela um cenário interessante, ao representar o reconhecimento de que as zonas estão em uma situação de desamparo infraestrutural, com vários edifícios abandonados, ruas sujas, pouca iluminação, pouca segurança (figuras 97 e 98) e sobretudo, perdendo seus moradores. O que nos leva a crer que a disputa pelo capital turístico se dá pela manutenção desse cenário, isto é, os agentes dominantes reúnem esforços para que a zona não se caracterize como potencial concorrência, dado a relevância do turismo cultural nos cenários nacional e internacional, como acontece em outras cidades do país e do mundo. Há uma limitação cognitiva para compreensão de que, caso o turismo se aproximasse da zona histórica e portuária, ele não seria um concorrente direto da segmentação de sol e mar, mas sim um complemento a experiência turística para a cidade do Natal.

Figura 97: Lixo abandonado no bairro da Ribeira



Fonte: elaboração própria (2024).

Figura 98: Edifícios abandonados na Ribeira



Fonte: elaboração própria (2024).

O capital turístico, portanto, fica concentrado na classe dominante do campo, nas arenas mais íntimas, colaborando para que o contexto de degradação das zonas seja avassalador. Muitos edifícios estão em situação precária de manutenção e as ruas contam com um movimento de pessoas muito tímido, se comparado aos tempos de outrora. Para os respondentes 51, 42, 6, 21 e 55:

R51f[Sên]Mor: *Veja só a situação do nosso lugar. Tem muito prédio caindo, muita rua com lixo. Os becos, vixe, nem se fala. O pessoal vai soltando lixo lá. Agora começaram a ajeitar algumas ruas, mas continua assim, meio abandonado.*

R42f[Adu]Tur: *Desconheço a situação dessa zona.*

R6f[Sên]Pub: *O centro histórico de Natal... sempre se fala desse discurso. Precisa ter uma sinergia [...], mas ao mesmo tempo a coisa fica dentro de um oito. Não tem uma melhoria de estrutura [...] assim, o nosso centro histórico eu sei que ele tem uma baixa visitação.*

R21f[Adu]Tra: *É difícil. A gente tem até medo de ficar nas paradas de ônibus, porque nunca se sabe, né? Tem dias que aqui fica um esquisito.*

R55m[Adu]Mer: *A gente sempre vive com a sensação do que era, do que é e do que poderia ser e quando a gente olha para trás, aconteceu muitas coisas, que faziam as pessoas irem com mais assiduidade que hoje.*

É necessário, portanto, repensar o comportamento dos agentes e quando falamos em comportamento, não estamos nos referindo ao comportamento pessoal, mas sim o comportamento enquanto classe de agentes em suas escolhas frente à dinâmica social. A zona histórica e portuária de uma cidade é um espaço repleto de significados históricos, econômicos e sociais que reforçam a linhagem elitista, eclesial e militar da cidade. À medida que o turismo se torna uma opção, essa região pode se transformar em um local de contestação e contemplação simbólica, alterando não apenas sua aparência, mas também a imagem coletiva

que se tem dela. As narrativas que emergem em torno da zona histórica e portuária de Natal muitas vezes são moldadas pelos imperativos do turismo que buscam traduzir a riqueza cultural em experiências consumíveis.

Começar um novo pensamento que transborde a intenção única do consumo, reflete em reconfigurar os *habitus* que estão cristalizados nos agentes dominantes e dominados. O *habitus*, de maneira mais objetiva, é evidenciado como um conjunto de disposições duradouras e internalizadas que guiam as ações, percepções e expectativas dos agentes nos locais de sociabilidade e apesar de estarem e crescerem conosco, não significa dizer que não são passíveis à mudança. A transformação do *habitus* requer esforços coletivos que metamorfosearão os seres do amanhã com novas vivências e experiências, em nosso caso, turísticas.

5.8 Considerações Parciais

Capital econômico, cultural e social são mecanismos de medição efetiva e simbólica na medida em que ajudam a compreender os processos de dominação, acúmulo e diferença social existentes nos agentes que compõem o campo. O conceito de capital de Bourdieu foi base para a construção do que poderia se tornar o capital turístico, em virtude de suas características únicas, capazes de produzir não somente o acúmulo, mas também ser braço forte para o processo de diferenciação no campo turístico. Não faz sentido o campo turístico ser dominado por um outro capital se não o seu próprio e por isso, mesmo que não tenham conhecimento específico para distinguir, é por ele que os agentes lutam.

Isso ocorre devido a autonomia do campo turístico. Cada campo possui sua dinâmica específica e por ele se determina suas regras, práticas e disputas internas. Mesmo quando um outro capital, não o turístico, exerce “dominação” no campo turístico, este surge para reforçar o capital turístico e não para miná-lo. Caso o campo disperse suas lutas para acúmulo de outros capitais, o campo turístico deixa de existir para dar foco a outros determinantes. Nesse sentido, a luta dos agentes pelo capital turístico reflete tanto a busca pela manutenção da autonomia do campo quanto para o reconhecimento de que o domínio desse capital é o que legitima e diferencia suas posições dentro dele.

Associado aos demais capitais já preconizados por Bourdieu, o capital turístico ganha força, forma e presença no combate do campo. A formação das alianças se intensifica quando o capital econômico, por exemplo, também se torna objeto de disputa. A acumulação do capital turístico é passível de acontecer, resumidamente, em duas formas: a) político-institucional e

b) por experiência, e sua transmissão também se dá na pessoalidade que o turismo oferece a cada agente que dele o usufrui. As propriedades desse capital são forças tangenciadas ao tempo e experiências com o turismo, sendo seu investimento muito valioso na disputa pelo turismo em um campo turístico constituído.

Nesta seção, discutimos como se constitui fundamentalmente o capital turístico e em qual cenário ele é disputado. Observamos que dentro do campo há uma segmentação dos agentes dominantes e dominados em arenas políticas que, ao conduzirem às práticas objetivas do campo, induzem ao apagamento do turismo na zona histórica e portuária de Natal. Esse movimento acontece não só pela disputa do capital turístico fundamentado em outros pontos da cidade e de maior valor, mas também por limitações gerenciais e cognitivas de todos os agentes que ali coexistem.

Os agentes sociais envolvidos no processo de disputa no turismo estão circulando em um campo de intervenções capazes de proporcionar novas harmonias aos espaços de interesse ao turismo e as demandas desses agentes. É dizer, o que definirá as ações direcionadas ao turismo será, *a priori*, a quantidade de capital turístico que os agentes estão dispostos a acumular, distribuir e perder. Porém, o acúmulo do capital turístico põe à prova que os agentes dominantes direcionam o seu capital para o fazer turístico em outras zonas da cidade e consideram que o turismo cultural previsto para a zona histórica e portuária é valioso na pessoalidade, na emoção e no apego de uma memória seletiva e não na prática racional e local.

Portanto, urge a necessidade de uma mudança estrutural nos *habitus* pré-estabelecidos nos agentes que compõem o campo turístico da zona histórica e portuária de Natal. Essa transformação deve ir além da simples adaptação às práticas já existentes, sendo orientada por uma visão que integre a valorização da memória coletiva e a importância da manutenção das histórias e vidas do passado. Ademais, reforçar a manutenção do passado não se limita à preservação dos edifícios históricos, mas envolve também a perpetuação das narrativas, memórias e práticas que deram forma à identidade da região. Uma reconfiguração dos *habitus* implica repensar as formas de interação com o espaço, priorizando usos que conciliem os interesses turísticos com as demandas sociais, culturais e econômicas dos agentes.

Assim, o turismo pode ser visto não apenas como uma atividade econômica, mas como uma ferramenta de reconexão de Natal com sua história, promovendo a reviva da Cidade Alta e Ribeira. Esse processo de mudança requer a mobilização dos diferentes capitais, articulados de maneira que fortaleçam a identidade local e estimulem práticas inovadoras de apropriação do espaço. A integração do turismo a esses bairros, quando planejada com sensibilidade e participação diversa, pode funcionar como um motor de transformação, trazendo novos

significados para eles. Dessa maneira, a reconfiguração do *habitus* abre oportunidades para diálogos e estratégias que fomentem o desenvolvimento de ações colaborativas entre os agentes, alinhando suas expectativas e interesses, apesar do processo naturalizado de diferenciação.

Referências

- Aguilar, A. K. R. (2021). *Intervención urbana y desarrollo turístico: caso centro histórico de Morelia, Michoacán de 1991 a 2017*. (Tese de Doutorado). Doctorado en Urbanismo. Universidad Autónoma del Estado de México. Toluca, México.
- Arquidiocese de Natal. (s/d). *Arquidiocese*. Recuperado de: <https://www.arquidiocesedenatal.org.br/catedral-metropolitana>.
- Arquidiocese de Natal. (s/d). *Paróquia de Nossa Senhora da Apresentação – Cidade Alta, Natal*. Recuperado de: <https://www.arquidiocesedenatal.org.br/post/par%C3%B3quia-de-nossa-senhora-da-apresenta%C3%A7%C3%A3o-cidade-alta-natal>.
- Ashwortha, J. *et al.* (2014). Competition in the political arena and local government performance. *Applied Economics*, 46(19), pp. 2264-2276.
- Barreira, I. A. F. (2010). Pulsões no coração da cidade: cenários de intervenção em centros urbanos contemporâneos. *Caderno CRH*, 23(59), pp. 255-266.
- Biffis, A. G. (2018). *El centro histórico como paisaje urbano histórico: el desafío de intervenir*. (Tese de Doutorado). Doctorado en Arquitectura y Urbanismo. Universidad Nacional de La Plata. La Plata, Argentina.
- Bobbio, N. (1992). *A era dos direitos*. GEN LTC: Rio de Janeiro.
- Bourdieu, P. (1981). La représentation politique. *ARSS*, 36, 2-24.
- Bourdieu, P. (1983). Esboço de uma teoria prática. In R. Ortiz (Org). *Pierre Bourdieu: sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.
- Bourdieu, P. (1987). Los tres estados del capital cultural. *Sociológica*, 2(5), 11-17.
- Bourdieu, P. (1997). Espírito de família. *Razones prácticas*, pp.126-138.
- Bourdieu, P. (2000). Making the economic habitus: Algerian workers revisited. *Ethnography*, 1(1), pp. 17-41.
- Bourdieu, P. (2005). O campo econômico. *Política & Sociedade*, 6, pp.15-57.
- Bourdieu, P. (2010a). *O poder simbólico*. Bertrand Brasil: Rio de Janeiro.
- Bourdieu, P. (2010b). *Meditações pascalianas*. Bertrand Brasil: Rio de Janeiro.
- Bourdieu, P. (2011). The forms of capital. In M. Granovetter & R. Swedberg (Eds.). *The sociology of economic life*. Routledge: New York.
- Bourdieu, P. (2012). *A miséria do mundo*. Editora Vozes: Petrópolis, RJ.
- Bourdieu, P. (2013). Capital simbólico e classes sociais. *Novos Estudos*, 96, pp. 105-115.
- Bourdieu, P. (2020). *Habitus and field: general sociology*. 2 vol. Medford: Polity Press.

- Bourdieu, P. (2023). *Sociologia geral vol. 3: as formas do capital*. Editora Vozes: Petrópolis, RJ.
- Bourdieu, P. & Wacquant, L. (1992) *An invitation to reflexive sociology*. London: Polity Press.
- Carneiro, L. P. & Almeida, M. H. T. (2008). Definindo a arena política local: sistemas partidários municipais na federação brasileira. *Revista de Ciências Sociais*, 51(2), pp. 403-432.
- Casa da Ribeira. (s/d). *A casa da Ribeira*. Recuperado de: <https://casadaribeira.com.br/a-casa-da-ribeira/>.
- Cerny, P. G. (2000). Restructuring the political arena: globalization and the paradoxes of the competition state. In R. D. Germain (Ed.). *Globalization and its critics*. (Cap. 4, pp. 117-138). MacMillan Press: Great Britain.
- Companhia Docas do Rio Grande do Norte. (s/d). *Quem somos*. Recuperado de: <https://www.codern.com.br/p/quem-somos#ancora>.
- Costa, A. & Amaral, P. (2016). *Centro histórico de Natal: guia para turistas e moradores*. IFRN: Natal.
- Departamento Nacional de Obras Contra a Seca. (2022). *Estação de Ferro Sampaio Correia, no Rio Grande do Norte, abriga sede do DNOCS e carrega consigo história singular*. Recuperado de: <https://www.gov.br/dnocs/pt-br/assuntos/nossas-historias/estacao-de-ferro-sampaio-correia-no-rio-grande-do-norte-abriga-sede-do-dnocs-e-carrega-consigo-historia-singular#:~:text=Constru%C3%ADda%20em%20arquitetura%20neocl%C3%A1ssica%2C%20o,do%20Rio%20Grande%20do%20Norte>.
- Doherty, D. (2015). Perceived motivations in the political arena. *American Politics Research*, 43(3), pp. 363-393.
- Elliott, J. (1997). *Tourism: politics and public sector management*. Routledge: London.
- Etzioni, A. (1974). *Organizações modernas*. 4 ed. Pioneira: São Paulo.
- Fazito, M., Scott, M. & Russell, P. (2016). The dynamics of tourism discourses and policy in Brazil. *Annals of Tourism Research*, 57, pp. 1-17.
- Ferry, L. (1984). *Philosophie politique*. Paris: PUF.
- Fundação José Augusto. (2020). *Museu Café Filho*. Recuperado de: <http://www.cultura.rn.gov.br/Conteudo.asp?TRAN=ITEM&TARG=5676>.
- Fundação José Augusto. (2023). *Pinacoteca Potiguar*. Recuperado de: <http://www.cultura.rn.gov.br/Conteudo.asp?TRAN=ITEM&TARG=5661&ACT=null&PAGE=null&PARM=null&LBL=ACERVO+DE+MAT%C3%83%E2%80%B0RIAS>.
- Garcia, L. G. (2011). *Análise do controle interno do poder executivo federal brasileiro sob a perspectiva de Pierre Bourdieu: história social como possibilidade de compreensão da produção e reprodução de práticas dos agentes*. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-graduação em Administração. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- Gerber, A. S., Humber, G. A., Doherty, D. & Dowling, C. M. (2011). The big five personality traits in the political arena. *The Annual Review of Political Science*, 14, 265-267.
- Hiernaux, D. (2020). Nuevas encrucijadas para el turismo. *Estudios y Perspectivas en Turismo - 30º Aniversario*, 29, 996-1011.

- Instituto Câmara Cascudo. (s/d). *Histórico*. Recuperado de: <https://www.cascudo.org.br/casa/historico>.
- Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. (s/d). *Instituto*. Recuperado de: <https://ihgrn.org.br/instituicao/instituto>.
- Ipatrimônio. (s/d). *Antiga Escola Doméstica da Natal*. Recuperado de: <https://www.ipatrimonio.org/natal-antigo-predio-da-escola-domestica-de-natal/#!/map=38329&loc=-23.504398024796114,-406.6313409805298,13>.
- Lake, D. A. & Baum, M. A. (2001). The invisible hand of democracy: political control and the provision of public services. *Comparative Political Studies*, 587-621, doi.org/10.1177/0010414001034006001.
- Lindgaard, L. S. (2018). Adaptation as a political arena: interrogating sedentarization as climate change adaptation in Central Vietnam. *Global Environment Change*, 49, 166-174, doi.org/10.1016/j.gloenvcha.2018.02.012.
- Loureiro, M. R., Santos, F. P. & Gomide, A. A. (2011). Democracia, arenas decisórias e política econômica no governo Lula. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 6(76), 63-76.
- Lowi, T (1964). American business, public policy, case studies, and political theory. *World Politics*, 16(4), 677-715.
- Lowi, T. (1970). Decision making vs. policy making: toward an antidote for technocracy. *Public Administration Review*, 30(3), 314-325.
- Mata, G. M. F. da; Pimentel, T. P.; Emmendoerfer, M. L. (2019). Policy arena, policy network e teoria de campo social no estudo da gestão pública de turismo. *Caderno Virtual de Turismo*, 19(2), doi: dx.doi.org/10.18472/cvt.19n2.2019.1440.
- Mintzberg, H. (1985). The organization as political arena. *Journal of Management Studies*, 22(2), pp. 133-154.
- Mische, A. & Pattison, P. (2000). Composing a civic arena: publics, projects, and social settings. *Poetics*, 27, pp. 163-194.
- Moesch, M. & Noschang, J. (2012). Transposição das noções operatórias de Bourdieu: habitus, campo, poder simbólico para o estudo da memória turística do território. *IX Seminário da ANPTUR*. São Paulo, Brasil.
- Morgan, G. (2002). *Imagens da organização*. 2ed. Atlas: São Paulo.
- Natal das Antigas. (2019a). *Igreja de Santo Antônio dos Militares*. Recuperado de: <https://www.nataldasantigas.com.br/blog/igreja-do-galo>.
- Natal das Antigas. (2019b). *Casa da Viúva Machado*. Recuperado de: <https://www.nataldasantigas.com.br/blog/casa-da-viuva-machado>.
- Neveu, E. (2018). Bourdieu's capital(s): sociologizing an economic concept. In T. Medvetz & J. J. Sallaz (Eds.). *The Oxford Handbook of Pierre Bourdieu*. (Cap. 15, pp. 347-374). Oxford University Press: New York.
- Offe, C. (1981). Algumas contradições do Estado social moderno. In C. Offe. *Trabalho e Sociedade*. (pp. 112-131). Tempo Brasileiro: Rio de Janeiro.
- Offe, C. (1984). *Problemas estruturais do Estado capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

- Oliveira, M. C. B & Pimentel, T. D. (2020). A influência da posição dos agentes na elaboração de políticas públicas de turismo em campos turísticos: uma perspectiva comparada na América Latina. *Polis Revista Latinoamericana*, (57), pp. 185-2010.
- Pimentel, T. D. (2015). A gestão pública do turismo no Brasil hoje: notas para uma introdução ao campo e proposição de uma agenda. *Com Ciência: Revista Eletrônica de Jornalismo Científico*, 1-4.
- Pimentel, T. D. (2018). Uma perspectiva sociopolítica para os estudos em turismo. *Rev. Anais Brasileiros de Estudos em Turismo*, 8(3), pp. 26-31.
- Plascencia, J. R. (2005). Tres visiones sobre capital social: Bourdieu, Coleman y Putnam. *Política y Sociedad*. 4(4), pp. 21-36.
- Prefeitura do Natal. (s/d). *Palácio Felipe Camarão*. Recuperado de: <https://www2.natal.rn.gov.br/natal/ctd-670.html>.
- Randolph, R. (2015). Arenas de formulação de políticas regionais: uma proposição metodológica. *Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional*, 3(1), pp. 5-26.
- Reis, B. P. W. (2013). Arena política. *Sociologia Política*. Recuperado de: <https://adrianocodato.blogspot.com/2013/03/arena-politica-bruno-p-w-reis.html>.
- Ribeiro, J. U. (1998). *Política: quem manda, por que manda, como manda*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Rossi, F. M. & Silva, E. (2018). Introduction: Reshaping the Political Arena in Latin America. In E. Silva & F. M. Rossi (Eds.). *Reshaping the political arena in Latin America*. (Cap. 1, pp. 3-22). Estados Unidos: University of Pittsburgh Press.
- Schattschneider, E. E. (1960) *The semisovereign people*. New York: Holt, Rinehart, and Winston.
- Schramm, A. & Fenner, A. L. D. (2017). Arena política do Parque Canela de Ema em Sobradinho II, Distrito Federal. *Com. Ciências Saúde*, 28(3/4), 359-370.
- Silva, G. O V. (1995). Capital cultural, classe e gênero em Bourdieu. *Informare*, 1(2), pp. 24-36.
- Suasnábar, H. C. (2018). *El poder de las coaliciones en la arena de las políticas públicas: caso ley universitaria*. (Dissertação de Mestrado). Escuela de Posgrado em Ciencia Política, Pontificia Universidad Católica del Peru, Lima.
- Taveira, M. (2016). Capital turístico e as teorias sociais de Marx, Bourdieu e Putnam. *Revista Turismo em Análise*, 27(1), pp. 4-21.
- Ventura, R. C. M. O. & Nassif, M. E. (2016). Poder e compartilhamento da informação: relações e implicações na arena política organizacional. *Em questão*, 22(2), pp. 9-35.
- Wacquant, L. (2007). Lendo o “capital” de Bourdieu. *Educação e Linguagem*, 10(16), pp. 37-62.

6 IMPLICAÇÕES DA DISPUTA E O NOVO PENSAR PARA A ZONA HISTÓRICA E PORTUÁRIA

I explained that a habitus is produced by the incorporation of objective structures, and that among these structures we find, for example, the structures of social spaces such as the fields of social class or religion. Part of what we will find in a habitus will therefore derive from the objective structures of the social world that it has incorporated (Bourdieu, 2020, p. 32).

A disputa pelo turismo a partir dos agentes que estão inseridos na zona histórica e portuária de Natal, levanta questões fundamentais sobre a criação e cristalização de significados e as propriedades de suas narrativas. A partir de uma perspectiva *bourdieusiana*, é essencial que os agentes envolvidos nos processos de vivências, exerçam e ponham à prova os seus capitais econômico, cultural, social e turístico, contribuindo ativamente para a construção de novas formas de pensar para essa zona, garantindo que suas vivências e histórias sejam respeitadas, criando um sentido de pertencimento e disponibilizando novos sentidos, usos e formas de viver.

Esse lado mais íntimo do ser refletido no acúmulo de experiências de vida, molda as nossas atitudes, nos alia aos semelhantes e nos afasta de outras realidades que não compactuam com o que somos. O *habitus* que tem por base essas características, é entendido como o conjunto de disposições e práticas que orientam o comportamento dos indivíduos, sendo um aspecto central no processo das vivências e experiências que temos no convívio em sociedade.

Com o auxílio do tempo, as interações sociais se alteram com o crescente fluxo de *outsiders*, figurando novas possibilidades para a convivência humana, dentre elas a do fazer turístico. Embora o turismo possa abrir novas possibilidades, também pode criar problemas, como a gentrificação, aumento do custo de vida e transformação de bens culturais em produtos turísticos levando-os à sua descontextualização. No entanto, quando pensada de forma coletiva, essa interação pode fomentar um turismo mais equilibrado que respeite e celebre as existências de todos. A partir da perspectiva de Bourdieu, essa abordagem pode possibilitar um ciclo virtuoso: o turismo contribui para a preservação da cultura, enquanto os moradores

se sentem empoderados e valorizados em sua própria história, (re)fundamentando os seus capitais.

A disputa simbólica pelo turismo na zona histórica e portuária deve ser vista como uma oportunidade para repensar a identidade urbana natalense, abraçando a diversidade de experiências e possibilitando construir uma cidade que ressoe boa tanto com seus habitantes quanto com os visitantes e turistas. Isso exige uma colaboração efetiva entre os agentes do campo turístico, visando criar um ambiente que promova a inclusão e o respeito às especificidades locais, descristianizando e observando seus clives e os seus *habitus* que colocam à prova a resistência de mudança e naturalizam as diferenças.

6.1 Introdução

As implicações sociais historicamente significativas como as da zona histórica e portuária de Natal, requerem uma abordagem que vá além das questões estéticas, integrando também uma compreensão profunda das práticas sociais e culturais dos agentes que habitam e interagem com esses espaços. Nesse contexto, a teoria do *habitus* oferece um arranjo teórico valioso para assegurar essa análise, permitindo que o planejamento urbano e turístico respeite e potencialize as disposições e práticas incorporadas pelos atores locais ao longo do tempo.

O *habitus* é um esquema cognitivo-perceptivo, embutidos na história social, pessoal e cultural. Por sua vez, também ajuda a estruturar as interações dos agentes de sociabilidade em relação uns com os outros e ao ambiente no qual estão inseridos (Bourdieu, 2020). Portanto, no caso da zona histórica e portuária de Natal, os *habitus* dos agentes envolvidos no campo são resultantes de uma longa história de interação com o ambiente, dotado de significados e práticas que devem lograr serem considerados em quaisquer intervenções.

O *habitus* não é um fenômeno estático. Ele pode se adaptar e evoluir em resposta a novas condições e influências (Bourdieu, 1983). O redesenho da zona histórica e portuária também deve considerar a introdução de novas infraestruturas, ações, programas e utopias que possam incentivar a adoção de novas práticas, sem romper com as tradições locais e com os movimentos dos agentes dominados do campo. Isso é particularmente relevante em um contexto de expansão do turismo, onde a demanda por novos serviços e espaços pode ser conciliada com o respeito às práticas estabelecidas pelos agentes locais.

A aplicação da teoria do *habitus* ao redesenho turístico implica em reconhecer que as práticas cotidianas e a relação dos agentes com o espaço não estão satisfatórias e não são aleatórias, mas sim estruturadas por um conjunto de disposições adquiridas ao longo do tempo.

Essas práticas podem incluir desde a maneira como os espaços públicos são utilizados para socialização, comércio ou celebrações culturais, até as expectativas sobre o seu uso futuro. Assim, um planejamento turístico que ignore o *habitus* corre o risco de alienar os agentes do campo, desestruturando práticas que são essenciais para a identidade e coesão social da comunidade.

Nesse sentido, o respeito e a valorização do *habitus* daqueles que vivem e usufruem da zona histórica e portuária, devem ser centrais para o seu redesenho. Um projeto turístico que considere as disposições enraizadas nos agentes pode resultar em espaços que não apenas preservem, mas também revitalizem a identidade cultural e social. A interseção entre o *habitus* e as demandas turísticas pode promover um redesenho que consiga equilibrar as expectativas dos agentes e criar um ambiente harmonioso, onde os grupos (dominantes e dominados) coexistam e interajam de forma produtiva, gerando acúmulo de capital econômico, social, cultural e turístico para os envolvidos. Essa abordagem evita a criação de espaços artificiais ou dissonantes com a realidade, contribuindo para uma experiência turística mais genuína.

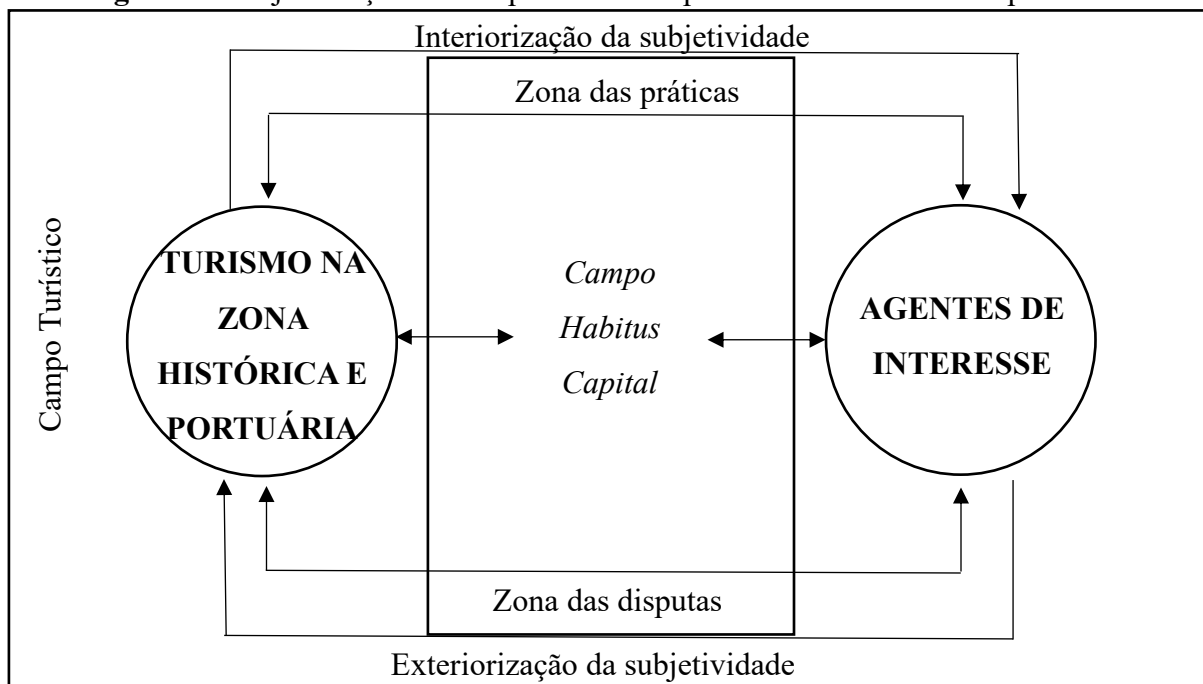
Ao adotar o *habitus* como ponto de vista para a experiência de regeneração da zona histórica e portuária de Natal, a pesquisa assume uma postura contrária a uma perspectiva que veta a historicização e a continuidade de práticas sociais, pois os agentes estão construindo e reconstruindo seus *habitus* constantemente. Portanto, os principais propósitos desta seção são a) refletir sobre a incorporação de *habitus* por parte dos agentes na reprodução de suas práticas e disputas a partir da relação do turismo com a zona histórica e portuária; b) e identificar os cenários possíveis a partir das narrativas dos agentes para (re)desenhar o desenvolvimento turístico e promover uma nova fase na relação turismo-porto-cidade.

6.2 Metodologia

Para Bourdieu (1996, p. 75) o *habitus* é entendido como um esquema de “*percepción, de pensamiento, de apreciación y de acción*”, constituindo um lado subjetivo de propensão dos agentes em atuar em conformidade ao que foi internalizado pelos pares com o intuito de exteriorizar o poder, as ordens simbólicas e os processos de dinâmicas do campo já concebido para esse jogo. Bourdieu (2020) considera que os agentes interiorizam uma subjetividade mediada pelo campo e capitais acumulados à medida em que detém o vínculo e contato com o objeto de disputa do jogo. Ao interiorizar a subjetividade, em um campo de disputa, os agentes tendem a exteriorizar essa subjetividade de volta ao objeto, uma vez que os interesses, jogos de poder e disputa das ações são balizados no campo em questão.

Mas, como podemos objetificar esse processo? Para clarificar de forma prática, o esquema ilustrado na figura 99 busca demonstrar como podemos entender esse contexto a partir da zona de disputa e zona da prática.

Figura 99: Objetificação do campo turístico a partir da zona histórica e portuária



Fonte: elaboração própria (2024) com base em Garcia (2011).

A partir desse aporte, podemos inferir que o *habitus* é um fenômeno que se constrói a partir do observável e que, por meio de ferramentas metodológicas de diferentes disciplinas, se torna possível a observação (Zalpa, 2017), das práticas e disputas da zona histórica e portuária de Natal. No que se refere a essa aproximação do entendimento do sujeito ao turismo, Hiernaux (2002) destaca a necessidade de que as pesquisas no campo do turismo se voltem para os envolvimento entre o sujeito e o seu ato turístico, ou seja, para as subjetividades que estão envolvidas neste processo. Uma das fortes características da pesquisa de Bourdieu é sua relação de observação empírica para a construção teórica, sendo o *habitus* algo que os agentes possuem e que o utilizam consciente e inconscientemente nos jogos sociais em que estão envolvidos. Por esse espaço, a observação participante se apresenta como utensílio metodológico interessante para a coleta dos dados e posterior, sob a teoria do *habitus*, análise destes.

A observação participante parte do pressuposto da integração com o objeto de estudo, participando das atividades, dinâmicas e acontecimentos que o envolvem. Essa ferramenta tem provocado debates sobre a posição do pesquisador, considerando o seu grau de

envolvimento com o objeto de pesquisa e, para minimizar as consequências, orienta-se a elaboração de um plano de ação, considerando a intensidade da participação (Mónico, Alferes, Castro & Parreira, 2017). Esse tipo de investigação prioriza por uma descrição e compreensão profunda dos acontecimentos sociais que envolvem o contexto estudado. Para Spradley (1980), existem quatro níveis de observação, a considerar sua intensidade, sendo elas: i) participação completa; ii) participação moderada; iii) observação participante passiva; e iv) não participação.

A participação completa é entendida como o mais alto grau de envolvimento do observador. Já a participação moderada acontece quando o pesquisador tenta balancear entre o observar e o participar. A observação participante passiva, o observador não atua para alterar a realidade do observado, reservando-se a compreender seus comportamentos. E a não participação, o observador não tem qualquer ligação com o outro lado, poupando-se apenas a analisar os dados que surgem da observação (Spradley, 1980). Em turismo, na observação participante:

O investigador pode ter um papel ativo e/ou passivo na sua pesquisa. No processo da sua investigação ele conta com observações diretas, com o diálogo entre diferentes atores do turismo e, ainda, com as suas próprias vivências. A técnica da observação participante aprofunda o estudo da singularidade de uma cultura, da interação entre os diversos atores do turismo e das diversas formas comportamentais que turistas e/ou residentes podem apresentar em várias situações (Marujo, 2012).

O processo de observação foi conduzido entre os meses de junho e novembro de 2024. Durante esse período, o pesquisador manteve um afastamento moderado em relação ao objeto de estudo, permitindo uma análise cuidadosa sem interferir diretamente nas dinâmicas locais, uma vez que essa pesquisa tem o propósito (não em um aspecto primário), de apresentar propostas que possam ser consideradas para a reconfiguração da zona histórica e portuária de Natal, com base na mudança da interiorização da subjetividade dos agentes. Foram realizadas visitas a diversos atrativos culturais, como museus, monumentos e eventos, possibilitando uma imersão no contexto sociocultural da região.

Além disso, houveram interações com diferentes atores locais, como transeuntes, trabalhadores e profissionais envolvidos com o fazer turístico, cujas percepções e vivências sobre a zona histórica e portuária colaboraram com a coleta e construção dos dados da

observação. Foram conduzidas entrevistas semiestruturadas e conversas informais com observações diretas, permitindo uma visão mais ampla e detalhada do cotidiano local e das relações estabelecidas entre o poder público, a academia, setor privado, habitantes, trabalhadores e turistas, revelando as tensões, os desafios e as potencialidades da área para o redesenho do presente e a prospecção de um futuro diferente.

Esse processo de interação é fundamental para compreender as narrativas plurais e os interesses diversos que permeiam o espaço, bem como a compreensão da individualidade do sujeito, possibilitando identificar as dinâmicas sociais, culturais e econômicas que moldam as práticas cotidianas inseridas no subjetivo dos agentes. A proximidade com os sujeitos investigados também pôde evidenciar os conflitos latentes entre a preservação do material histórico e o desenvolvimento turístico, social e econômico, destacando como as perspectivas locais podem contribuir para a criação de soluções colaborativas e inovadoras.

6.3 O Conceito de *Habitus* para o Redesenho de um Futuro

Ainda antes de ser trabalhado por Bourdieu, o conceito de *habitus* foi conduzido pela fenomenologia através de Husserl, que o entendia como uma conduta que atuava com base nas experiências do passado e expectativas futuras. A base para a noção conceitual de *habitus* remete a uma tradição filosófica do pensamento aristotélico, que o definia como:

A disposição pela qual aquilo que é disposto é bem ou mal disposto, seja em si mesmo ou em relação a algo [...] E um estado é chamado até mesmo aquilo que é apenas uma parte de tal tipo de disposição e, portanto, a virtude própria das partes constitui um estado (ou hábito) do todo [*sic passim*] (Aristóteles, 2000).

A categoria conceitual foi repensada e retrabalhada por Bourdieu depois da década de 1960, com o objetivo de iniciar uma teoria deposicional da ação dos agentes que fosse capaz de reunir contextos que estivessem além do que o termo sugere e carrega, uma vez que as bases do conceito estão na noção grega de *hexis* (ser como se está, firmemente estabelecido de moral e orientador dos nossos sentimentos e desejos, nossa conduta) (Wacquant, 2004).

Indubitavelmente, compreender a teoria do *habitus* na visão *bourdieusiana* é um desafio, pois ela revela não somente o que os agentes são e como se comportam em um campo social, mas sobretudo, porque ele é a natureza intrínseca a nós que muda constantemente, mediante as influências que sofremos durante nosso percurso na vida. Ao elaborar o conceito

de *habitus*, Bourdieu se afasta das vertentes que haviam sido pensadas sobre o termo. O autor sugere a elaboração de um esquema gerador e reconhecimento de práticas. O *habitus* estaria intrinsicamente ligado aos saberes, habilidades, valores dos sujeitos e é conceituado por Bourdieu (1974, p. 40), como sendo um:

Sistema de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, quer dizer, enquanto princípio de geração e de estruturação de práticas e de representações que podem ser objetivamente “reguladas” e “regulares” sem que por isso sejam o produto da obediência a regras, objetivamente adaptada a seu objetivo sem supor a visão consciente dos fins e domínio expresso das operações.

O *habitus*, segundo Bourdieu (2007) é uma estrutura ao mesmo tempo estruturante e estruturada. Ele é estruturado porque somos moldados historicamente por um conjunto de influências passadas que configuram nossa maneira de ser e agir. Ao mesmo tempo, o *habitus* é estruturante, porque a partir dessas influências, ele orienta nossas atitudes no presente. Além disso, o *habitus* possui uma ordem regulada, não sendo aleatório, mas pautado por padrões sociais e culturais, funcionando como um princípio de classificação e diferenciação, influenciando nossos gostos e as divisões sociais. Através dele, somos posicionados em grupos com base em afinidades, aproximando-nos daqueles que compartilham *habitus* semelhantes e nos distanciando de *habitus* que não correspondem às nossas expectativas ou formas de ver o mundo.

Apesar dessa dinâmica de aproximação com base em *habitus* semelhantes, se faz importante destacar que agentes com *habitus* díspares também podem estabelecer conexões e interações, especialmente quando há interesses compartilhados, estratégias de adaptação ou necessidade de inserção em determinados campos. Essas aproximações podem ocorrer por meio da aquisição do capital disputado e apostado, da mediação do capital social ou da transformação gradual do próprio *habitus* em resposta às exigências do meio em que se encontra e/ou deseja ingressar, reforçando a narrativa de que ainda que o *habitus* influencie nossas afinidades e distâncias, ele não é estático nem totalmente determinante nas relações que estabelecemos.

O *habitus* se forma desde o princípio da vida e suas incorporações (das mais variadas frentes de influência, como família e escola) são modificadas e afirmadas por toda trajetória de vida em sociedade (Bertolleti & Azevedo, 2009). Essa composição do *habitus* nos faz

refletir que o processo de carregar nossas influências do passado e como elas nos motivam no direcionamento do presente e futuro, se torna um processo contínuo e sempre atuante. Durante toda a vida, nós mudamos de posições sociais a depender de circunstâncias internas e externas do meio social no qual estamos inseridos e que são capazes de criar e recriar possíveis caminhos a serem seguidos, dependendo das atitudes que tomamos e das ações que vamos executar. Portanto, o *habitus* está na gênese de desenvolvimento de ações humanas que são objetivadas como estratégias em um cálculo de probabilidades (Bourdieu, 2002).

A concepção de *habitus* evoluiu com os escritos do autor, Bourdieu (2020, p. 21) afirma que o *habitus* é “*the inertia of all the past experience that we have accumulated in our biological bodies*”, mas que não se limita unicamente ao poder da física, sendo também necessário estender a concepção para questionamentos que percorrem toda a trajetória do indivíduo. Através desses estudos, o autor nos ofereceu um controle prático para observar o meio social e seus indivíduos, onde cada relação social, compreendida *a priori* por uma composição de agentes imbuídos de suas histórias, nos revela um diferente jogo capaz de ser analisado por esta corrente conceitual. Toda variedade de indivíduos é capaz de ser examinada e para cada uma é direcionado um novo olhar, isso porque são nossas condições de existência que mediam as nossas atitudes e ações no campo no qual nos inserimos.

Toda história de um indivíduo é a soma das histórias de um coletivo, grupo ou classe. Distanciar o conceito de *habitus* do individualismo se faz importante para compreender que ao tomar a pessoa como agente único, o que poderemos perceber é seu “estilo pessoal”, codificado e personalizado. É primor compreender que a constituição de *habitus* também se refere ao conglomerado de agentes que carregam coletivamente as marcas sociais daquele grupo ou instituição (Bourdieu, 2013).

Para Bourdieu (2011a, p. 23), o *habitus* é “*el producto de condicionamientos sociales asociados a una determinada condición, hace corresponder un conjunto sistemático de bienes y de propiedades, unidos entre ellos por una afinidad de estilo*” e por isso, os condicionamentos sociais atrelados a um indivíduo são resultado de uma totalidade de realidades e racionalidades que detém uma coletividade e que ajudam a identificar e posicionar estes indivíduos no espaço social. Assim, uma das funções de pensar sobre o *habitus* é compreender o estilo que está acumulado nas práticas e ações de um agente ou de uma classe de agentes, fazendo do *habitus* um conjunto unitário que pode ser diferenciado e similar concomitantemente. Para Bourdieu (2005, p. 211), o *habitus* é:

Socialized subjectivity, a historic transcendental, whose schemes of perception and appreciation (systems of preferences, tastes, etc.) are the product of collective and individual history. Reason (or rationality) is 'bounded' [...] because the human mind is generically bounded (there is nothing new in that idea), but because it is socially structured and determined, and, as a consequence, limited.

De acordo com Bourdieu (2004, p. 24) existe uma relação direta e inseparável entre o *habitus* e o campo, uma “cumplicidade ontológica”. Essa cumplicidade refere-se à forma como o *habitus* se molda às estruturas objetivas do campo e, ao mesmo tempo, contribui para sua reprodução. Essa interação gera uma espécie de “conhecimento sem consciência”, ou seja, um saber prático que não passa necessariamente pelo filtro da reflexão consciente. Trata-se de uma intencionalidade que se manifesta sem uma intenção clara, permitindo que o agente atue e tome decisões no campo de maneira espontânea e, muitas vezes, influenciada. Esse mecanismo revela como o *habitus* é essencial para compreender os processos sociais que ocorrem no campo, pois evidencia a maneira como os agentes internalizam e reproduzem as condições sociais que moldam suas práticas e percepções.

O autor frisa que não podemos analisar o *habitus* isolado do campo, pois se deter apenas nessa vertente é transformá-lo em um fetiche acadêmico. Para Maton (2018, p. 89), o *habitus* é “uma estrutura relacional cuja importância está em suas relações com campos relacionais.” Campo e *habitus* foram desenvolvidos por Bourdieu para pensar a atividade humana. Os espaços onde essas relações acontecem são constituídas de jogos simbólicos com diferentes agentes que se utilizam de estratégias para manter ou melhorar suas posições em comparações de um para o outro, sendo para Bourdieu (2019), o que está em jogo, afinal, em um campo é o acúmulo de capitais disputados entre os agentes dominantes e dominados.

Para Bourdieu (2011), as homologias entre as posições dos agentes dominantes têm o potencial de gerar alianças que estimulam a consolidação das relações de dominação. Por outro lado, as homologias entre posições dominadas tendem a reunir os agentes interessados na transformação das estruturas estabelecidas pelos dominantes, embora em alguns casos, também defendam a preservação de direitos previamente conquistados. Ambas as formas de homologias e alianças precisam ser analisadas à luz do *habitus* que as conecta. Nesse sentido, o principal diferencial entre elas está no fato de que as homologias entre posições dominantes geralmente envolvem atores com *habitus* similares, facilitando o entendimento mútuo e a formação de acordos espontâneos. Em contrapartida, as homologias entre posições dominadas frequentemente agregam atores com *habitus* mais divergentes e potencialmente antagônicos,

sobretudo quando incluem dominados no campo do poder, o que pode dificultar a coesão e a convergência de interesses (Hilgers & Mangez, 2015).

Todo *habitus* está sujeito a mudanças ocasionadas por interferências subjetivas ou objetivas. O agente ao entrar em contato com o campo e se deparar com os espaços de luta, pode alterar suas percepções, buscando uma melhor adaptação no contexto em que está inserido e, por isso, direcionar seus esforços para os agentes cuja estruturas objetivas são mais legítimas. É dizer, as estruturas de um determinado campo, moldam o *habitus*, tornando esse conceito maleável a partir da posição do ser, que está sujeito a situações de crise frente aos problemas que enfrenta no campo (Bourdieu, 1983; 2013). Haverá, portanto, agentes que se anteciparão em relação às mudanças sociais e aqueles que irão aguardar a chegada da crise para tomar uma posição, seja ela contrária ou passiva.

Levando em consideração as mudanças que nos envolvem ao longo de nossas trajetórias, a noção de *habitus* clivado surge com o amadurecimento da teoria por Bourdieu, objetivando elucidar os descompassos entre as relações primeiras com o mundo social e a trajetória completa dos indivíduos (Setton, 2018). O conceito de *habitus* clivado em Bourdieu refere-se a uma espécie de fratura interna dentro do *habitus* de um indivíduo, que ocorre quando ele se encontra em uma posição de transição entre diferentes campos sociais. A título de exemplo esse movimento acontece quando um agente que sempre esteve inserido em um meio social com determinadas disposições e lhe acomete uma mudança ao longo da vida, adquirindo novos capitais e se inserindo em espaços diferentes daquele em que foi formado. Essa clivagem pode gerar um conflito interno, pois o agente passa a carregar disposições e percepções de ambos os contextos, podendo sentir-se deslocado em ambos.

Na sua obra *Meditações Pascalianas*, Bourdieu (2001, p. 79) relata o *habitus* clivado a partir da sua experiência com os argelinos. Vide:

Basta distender esses traços até o limite extremo, apresentando o *habitus* como uma espécie de princípio monolítico (quando, em muitas ocasiões, tenho evocado, sobretudo a propósito dos subproletários argelinos, a existência de *habitus* clivados, destroçados, ostentando sob a forma de tensões e contradições a marca das condições de formação contraditórias de que são o produto), imutável (qualquer que seja o grau de reforço ou de inibição que tiver recebido), fatal (conferindo ao passado o poder de determinar todas as ações futuras) e exclusivo (sem nunca abrir qualquer espaço à intenção consciente), para que se possa ter a honra de triunfar sem esforço sobre o adversário caricatural que assim se produziu. Como não

perceber que o grau em que o *habitus* é sistemático (ou, ao contrário, dividido, contraditório), constante (ou flutuante e variável) depende das condições sociais de sua formação e de seu exercício, e que então pode e deve ser medido e explicado empiricamente?

Nesse sentido, aquele agente subversivo pode mobilizar uma classe inteira de agentes a segui-lo, pois os demais reconhecem seu comportamento social no campo e buscam espelhar seus pensamentos em si mesmos, reforçando uma similaridade de *habitus* que se convergem na soma de esforços para vitória na luta simbólica. Esses agentes ativam uma série de esquemas que tem por objetivo promover a subversão, como a aparição de situações de crise que necessitam ser imediatamente resolvidas, tornando suas narrativas adaptáveis à mudança, gerando amplitude no abraço à causa posta em questão ao debate (Bourdieu, 1971).

Para King (2000), o *habitus* concentra as estruturas de percepção e incorpora as disposições, organizando a forma como os indivíduos se visualizam no mundo e agem sob ele, onde o *habitus* se tornaria uma derivação socioeconômica ou uma estrutura de posição que os agentes se encontram em si mesmos. Nesse sentido, para Bourdieu (2013), o *habitus* seria “*the product of the work of inculcation and appropriation necessary in order for those products of collective history, the objective structures [...] to succeed in reproducing themselves more or less completely, in the form of durable dispositions, in organisms*”. Esse caminho de raciocínio faz crer que o *habitus* carrega em si a predisposição de duração e reprodução, considerando o ambiente em que é estimulado.

A estimulação da exposição do *habitus* em um determinado campo, o consagra ao alocar os agentes em igual ou similar posição nas frentes de luta. De acordo com Bourdieu e Wacquant (2005, p. 186), ao unir, mesmo que periodicamente, os agentes nas classes de dominantes e dominados, o *habitus* assegura que “*lo individual, e incluso lo personal, lo subjetivo, es social, colectivo*”, reforçando que apesar de carregar características que são historicamente ligadas ao indivíduo, o conceito também pode se expandir e representar uma classe inteira que passou pelas mesmas ou semelhantes vivências, reforçando a produção das práticas de acordo com o que foi estimulado pela história social e garantindo que a experiência do passado se faça presente, definindo o modo de agir e reproduzir comportamentos (Capdevielle, 2011; Zalpa, 2019).

Com esse contexto, o conceito de disposição se soma ao *habitus* para produzir espaços em que os agentes são dispostos individualmente e coletivamente, expressando uma ação organizadora dos corpos e seus *habitus*, proporcionado consciente ou inconscientemente pela

lógica pré-estabelecida da aposta na luta simbólica (Akram, 2023). O conceito então produz dois princípios: a) o de associação e b) individualização. O primeiro está remetido aos julgamentos, conduta e sensibilidade que são repassados socialmente (por exemplo: *habitus* escolar), e o segundo está associado a cada pessoa, considerando sua trajetória única na vida e no mundo (Wacquant, 2018). O *habitus* é, portanto, estruturado, dado as experiências históricas passadas e estruturante, em virtude das percepções a ações do presente (Bourdieu, 2014). Wacquant (2018, p. 531), afirma que o *habitus* opera como o “princípio não escolhido de todas as escolhas”, orientando as práticas que foram ocasionadas na luta, assumindo o caráter sistemático de estratégias de ação que culminam na influência, junção e divisão dos agentes.

Bourdieu (2004) argumenta que o *habitus* pode ser compreendido como uma necessidade que é transformada em virtude, desempenhando um papel fundamental na produção de estratégias que de maneira objetiva, se mostram ajustadas às diferentes situações vivenciadas pelos agentes que estão inseridos no campo. Essas estratégias são orientadas pelo que o autor denomina de “sentido do jogo”, um tipo de disposição que permite ao agente navegar no campo como se compreendesse intuitivamente as regras implícitas que regem suas dinâmicas, dado o comportamento dos agentes dominantes e dominados. Dessa forma, embora o *habitus* aparente ter aspectos de uma ação racional, ele não opera com base em uma racionalidade consciente ou deliberada. O *habitus*, como ressalta Bourdieu (2004), não possui propriamente uma razão explícita, mas sim uma lógica prática que guia as ações dos indivíduos no campo.

Assim, a arquitetura conceitual *bourdieusiana* para a compreensão da vida social, objetiva revelar as práticas que foram objetificadas nas estruturas e estruturadas historicamente pelos agentes do campo. Essas práticas levam a cabo a interiorização das subjetividades para a explanação das exterioridades que os agentes revelam na luta simbólica disputada entre eles próprios, alienando narrativas e conseguindo aliados a partir de percepções similares, ao mesmo tempo em que afasta aqueles que não possuem *habitus* e corporizações capazes de dialogar em uma frente mútua de entendimento. Daí, a teoria nos clareia uma compreensão dialética dos fatos sociais, dado o antagonismo entre os agentes dominantes e dominados, condizendo com que para Setton (2002, p. 63), o *habitus* “surge então como um conceito capaz de conciliar a oposição aparente entre realidade exterior e as realidades individuais”, criando uma zona de práticas e uma outra zona de disputas.

A zona de práticas, se refere ao espaço onde os *habitus* são internalizados e reproduzidos pelos agentes. É o campo das ações cotidianas, onde as práticas sociais são

realizadas de acordo com as disposições incorporadas por cada sujeito. Nesse espaço, os agentes agem de maneira relativamente estável, seguindo as normas e valores que foram internalizados ao longo de suas trajetórias sociais. A zona de práticas é marcada pela continuidade e pela reprodução das estruturas, pois os agentes tendem a agir de acordo com o que foi socialmente aprendido (Bourdieu, 1898, 2007, 2011; Wacquant, 1995).

Já a zona de disputas é o espaço onde os *habitus* dos agentes são contestados, negociados e transformados. Aqui, os agentes podem questionar as disposições internalizadas e os padrões estabelecidos no passado, gerando conflitos e lutas simbólicas. Essa zona é dinâmica e está associada à mudança social, pois é onde os agentes podem desafiar as estruturas dominantes e buscar a redefinição de normas, valores e hierarquias. A zona de disputas é o campo da luta pelo poder simbólico, onde diferentes *habitus* e visões de mundo entram em conflito (Bourdieu, 1898, 2007, 2011; Swartz, 2013).

6.4 Interiorização e Exteriorização dos *Habitus* dos Agentes: Zona de Práticas e Zona de Disputas

Como exposto na figura 99 (metodologia dessa seção), os agentes, ao se engajarem no campo turístico, estabelecem uma relação dialética de interiorização e exteriorização que transformam suas percepções e práticas turísticas no contexto da zona histórica e portuária de Natal. A interiorização ocorre quando esses agentes assimilam as concepções das *doxas* relativas ao turismo dispostas no campo. Ao fazerem isso, eles promovem um entendimento prático e objetivado tanto do turismo quanto da própria zona, moldando um conjunto de práticas possíveis e limitadas pelas condições e recursos disponíveis. Esse processo cria um ambiente em que as ações e intervenções são guiadas por uma compreensão internalizada do que é considerado viável e apropriado no contexto do turismo local.

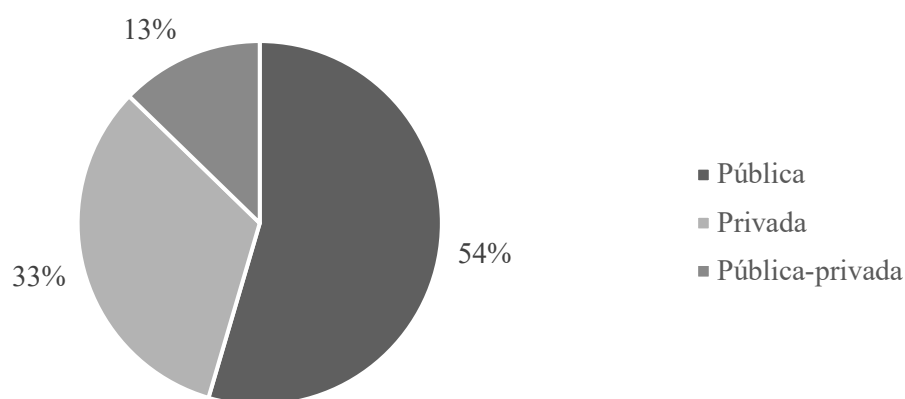
Simultaneamente, ao exteriorizarem suas subjetividades, os agentes começam a expressar suas próprias interpretações, interesses e desejos em relação ao objeto de disputa. Essa exteriorização implica trazer à tona as percepções subjetivas acumuladas durante a interiorização, confrontando-as com as realidades do campo e criando um espaço de disputa já estabelecido. Nesse cenário, cada agente, ao tornar visíveis suas interiorizações, introduz suas perspectivas individuais e coletivas sobre como o turismo deve ser praticado e desenvolvido na zona histórica e portuária, onde uma busca constante por legitimidade da narrativa, reconhecimento e influência sobre o desenvolvimento turístico da área se torna ponto crucial no jogo.

Portanto, a “criação” de uma objetificação do campo pelos agentes é o resultado desse complexo processo de negociação entre o que é interiorizado e o que é exteriorizado constantemente. O resultado é um conjunto de práticas turísticas que não só refletem as limitações materiais e sociais da zona histórica e portuária de Natal, mas também as percepções e ambições dos diferentes agentes que operam nesse campo. Essa dinâmica alimenta um ciclo contínuo de produção e reprodução de significados e práticas no campo turístico, garantindo que ele permaneça em constante movimento e transformação.

O turismo, aqui observado enquanto fenômeno, é concomitantemente produzido e consumido de forma material e simbólica, desempenhando um papel transformador no cotidiano dos agentes (Hiernaux, 2020). Ao serem questionados quais valores predominavam durante o ambiente familiar, os respondentes (agentes dominantes e dominados), informaram com maior frequência de repetições que o respeito, a união, a religião e a fraternidade predominavam o ambiente familiar em suas infâncias e que suas famílias se posicionavam na defesa desses valores, buscando o ideário de um mundo mais justo. A ênfase em valores como estes sugerem um *habitus* marcado por uma ética coletivista, onde o bem-estar do grupo e a harmonia social são priorizados, mas também podem estar associados as estruturas sociais das quais essas famílias foram inseridas. Isso pode indicar uma disposição para a cooperação e a solidariedade, características que são reproduzidas no ambiente familiar e, possivelmente, em outros espaços sociais.

No que se refere a educação formal, importante variável na formação do *habitus*, os agentes estiveram concentrados em 54% com formação na escola pública, 33% na escola privada e 13% tiveram momentos em que estudaram em escola pública e em outro momento na escola privada, como ilustra o gráfico 23.

Gráfico 23: Educação formal dos agentes

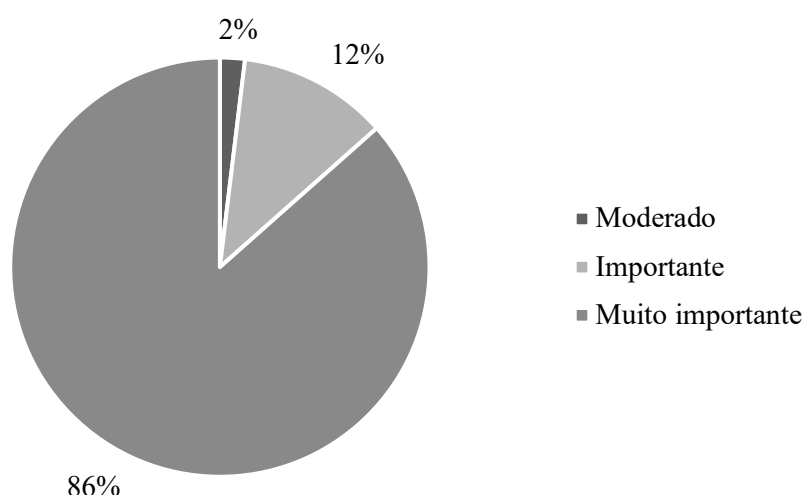


Fonte: elaboração própria (2024).

Durante o período de educação formal, os agentes dominantes informaram que possuíam graduação e, em alguns casos, pós-graduação na área do turismo e correlatas a ele. Já os agentes dominados detinham maior formação educacional até o ensino médio, sendo em menor grau alguns com ensino técnico. Para Bourdieu (2004, p. 11) a cultura dominante contribui “para a integração real da classe dominante (assegurando uma comunicação imediata entre todos os seus membros e distinguindo-os das outras classes); para a integração fictícia da sociedade no seu conjunto, portanto, à desmobilização (falsa consciência) das classes dominantes; para a legitimação da ordem estabelecida por meio do estabelecimento das distinções (hierarquias) e para a legitimação dessas distinções.”

Para Bourdieu, Chamboredon e Passeron (1999, p. 76) “uma leitura mais atenta acaba revelando ‘fatos’ que tinham permanecido imperceptíveis às próprias pessoas que os relataram”, ajudando a identificar, por meio da observação, esses aspectos que estão alocados nas entrelinhas dos pensamentos, revelando singularidades específicas das visões dos agentes frente ao contexto disputado. Dos cinquenta e nove entrevistados, a grande maioria revelou que a zona portuária e histórica é de extrema importância para Natal, dado o seu valor histórico, logístico e econômico para o município. Ao serem questionados se essas zonas possuem potencialidade para o turismo, 86% os respondentes consideraram na categoria muito importante, revelando um cenário positivo para o quesito potencialidade (gráfico 24).

Gráfico 24: Potencialidade turística



Fonte: elaboração própria (2024).

Esse primeiro dado traz uma perspectiva interessante da interiorização dos agentes. A medida em que eles refletem que a zona histórica e portuária possui uma importância

significativa de potencialidade turística, a imagem interiorizada é que há um reconhecimento de que o material disponível no cenário pesquisado é importante e revela nuances consideradas relevantes para o turismo no município. Entretanto, o fato de haver potencialidades não significa dizer que estão em bom estado de uso. Ao interiorizarem a subjetividade desse grau de importância, o *habitus* revela que a base desse pensamento não está considerando necessariamente o sentimento de pertencimento que a zona histórica e portuária causa no agente, mas sim suas experiências turísticas e sociais que foram vividas em zonas semelhantes no passado. Para reforçar esse argumento, a figura 100 traz uma nuvem de palavras expondo as motivações das viagens dos respondentes.

Figura 100: Motivações de viagem dos agentes



Fonte: elaboração própria (2024).

Há uma naturalização da motivação pela natureza e relaxamento, se mesclando com aspectos histórico-culturais. A deterem essa internalização, os agentes promovem suas narrativas para o turismo na zona histórica e portuária enquanto sonho possível, pois não consideram que a realidade seja alterada de forma significativa. Ao serem questionados sobre como tem sido suas atuações para impulsionar o turismo na zona, os respondentes do mercado e do poder público, informaram que:

R54m[Adu]Mer: *A gente tem um espaço pequeno, mas a gente conecta com o que está ao nosso redor. Sempre que nós temos com o elemento histórico, nós fazemos a conexão com o entorno. Fazemos a*

conexão com o forte, fazemos a conexão com o que temos com a cidade.

R55f[Adu]Mer: *Por exemplo, o circuito cultural quando funciona, nós buscamos envolver todos os envolvidos, interessados, dos ambulantes aos artistas.*

R5m[Sên]Mer: *Pro centro histórico específico não. A gente atuava dentro de todos os fóruns de turismo. Em todos os fóruns trabalhamos com a visão de não restringir ao turismo de sol e mar. A questão de segurança, mobilidade, sinalização. Já chegamos a apresentar uma linha de ônibus de caráter turístico. Estimulando atrações culturais e gastronômicas.*

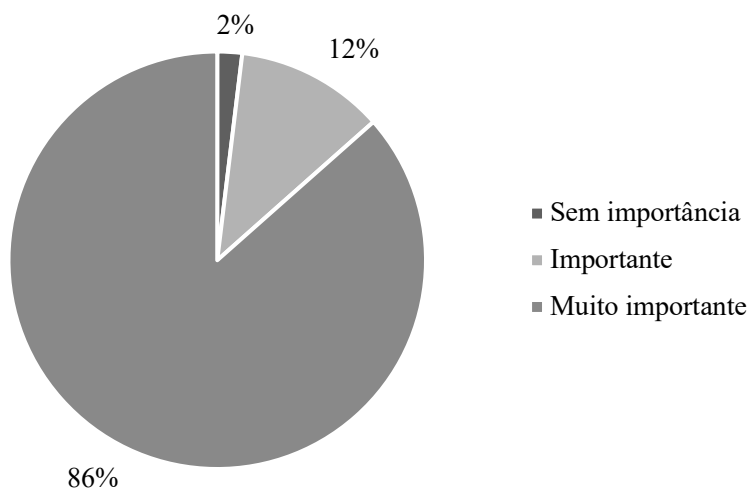
R40m[Sên]Pub: *Contribuindo com o planejamento do plano diretor portuário e integrando os órgãos públicos locais as política e investimentos [...] através de reuniões com apresentações específicas sobre o tema.*

R1f[Sên]Pub: *Pontualmente em relação a roteiros que passam pelo centro histórico. Desenvolvemos roteiros específicos para serem experimentados e ofertados aos receptivos e sempre que nos é demandado pelos receptivos a gente ta junto para que Natal tenha um centro histórico, city tour de fato que pare, desça e que se entre nos locais. Mas não é fácil pois temos entraves de infraestrutura.*

Os posicionamentos dos agentes de mercado e do poder público refletiram contextos que corroboram com seus *habitus*. Nas narrativas, há uma ausência na apresentação de ações efetivas, que propusesse um impulso turístico significativo para a zona. Há em igual medida, o reconhecimento da falta de infraestrutura que seja capaz de receber turistas, bem como adversidades na realização de eventos. Cabe transcorrer que os turistas não têm um papel de protagonismo quando questionados sobre suas atuações, pois possuem uma postura de passividade frente aos produtos ofertados pelo município. Para Bourdieu, Chamboderon e Passeron (1999, p. 14), sendo o *habitus* um sistema de esquemas “mais ou menos controlado

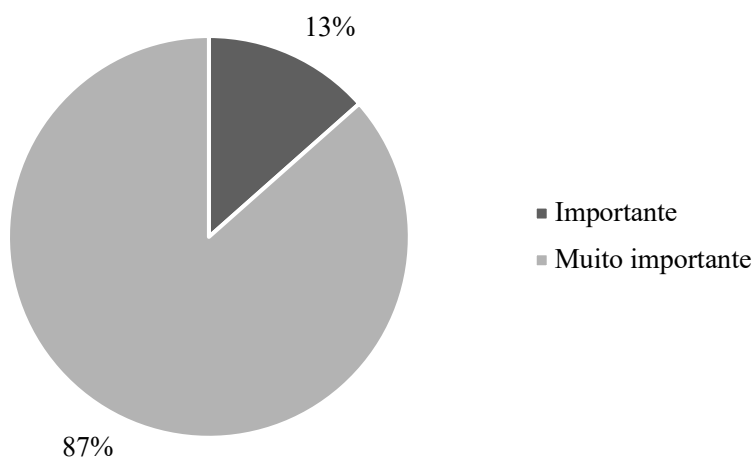
e mais ou menos transponíveis”, a cristalização de uma percepção semelhante também está refletida em outras racionalidades da *doxa* turística, como a geração de emprego e uso responsável dos espaços por parte do turismo (gráficos 25 e 26).

Gráfico 25: Geração de emprego e renda



Fonte: elaboração própria (2024).

Gráfico 26: Uso turístico responsável

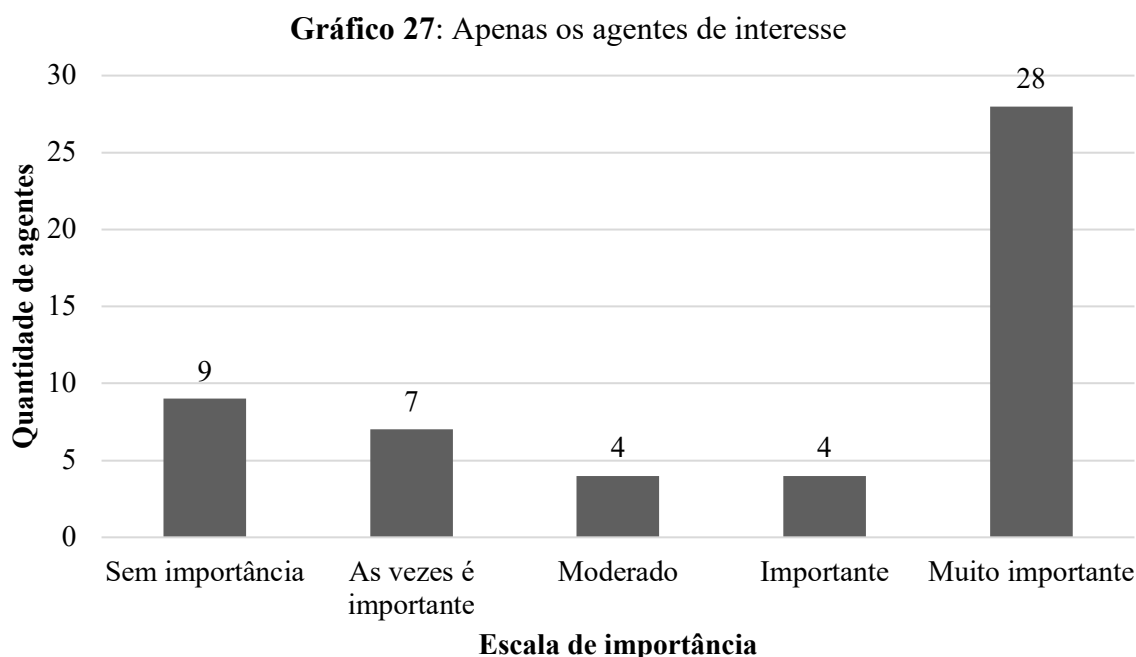


Fonte: elaboração própria (2024).

A observação dessa leitura social colabora na construção da interiorização da subjetividade constituída ao longo de muitos anos em cada um dos agentes do campo turístico. É dizer, os agentes acreditam e reproduzem fielmente a *doxa* do bom turismo, do turismo sustentável, do pleno emprego, da geração de divisas e do uso responsável sem considerar que o turismo pode apresentar impactos negativos simultaneamente ao seu acontecimento. Essa base subjetiva das percepções, ao esbarrar na zona histórica e portuária de Natal, encontra

difficultades de assimilação, pois a objetificação de suas internalizações na realidade é oposta ao *habitus*, considerando que as zonas não são subutilizadas para o turismo.

Outro dado que revela essa interiorização é o grau de importância dado ao questionamento de que deveria-se considerar, no campo turístico, apenas os agentes de interesse na zona histórica e portuária (gráfico 27).



Fonte: elaboração própria (2024).

Há um contraste significativo entre a escala sem importância (referência negativa) e muita importância (referência positiva). Ao considerar que apenas os agentes de interesse nas zonas devem participar do processo decisório, questiona-se: quais agentes detêm o poder de direcionar as decisões? Vimos na seção anterior que dois agentes detêm os maiores volumes de capitais e, com isso, influenciam no processo de deliberação das decisões no campo. Portanto, é de interesse da ala dominante a ausência de agentes que possam contornar, não o processo de decisão, mas a lógica de pensamento ponderada por eles, ou seja, na manutenção dos dominados não cabem agentes alheios, dado que estes podem trazer novas reflexões e soluções que não são de interesse dos agentes dominantes.

Importante frisar que para Bourdieu (2023, p. 235) “o verdadeiro princípio do que descrevemos não está na pessoa, mas nas condições sociais que a produziram”, demonstrando que a classificação discutida nesta pesquisa não enfoca em um agente específico, mas no coletivo que o representa, dotado de interferências que colaboram para o processo de interiorização da subjetividade revelada. Assim, os agentes ao interiorizarem a *doxa* do campo

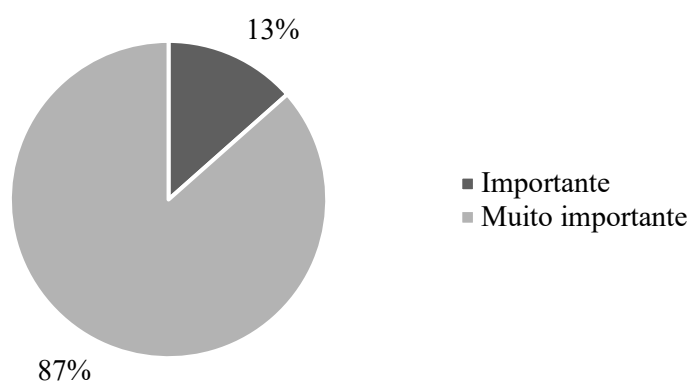
turístico, constroem uma compreensão que orientam suas práticas e percepções sobre as zonas. Esse processo de interiorização de subjetividade frente ao que está em deliberação no campo, abrange normas, valores e expectativas compartilhadas, permitindo que os agentes desenvolvam um senso de domínio e uma visão coletiva sobre o *locus*.

Essa conexão entre o habitual e o estrutural reflete o papel central do *habitus* como centralizador e, ao mesmo tempo, mediador das relações entre os agentes e o objeto. Por exemplo, enquanto alguns agentes percebem a zona como um lugar de preservação histórica, cultural e um espaço de resistência, outros priorizam o desenvolvimento econômico e a modernização turística para outras zonas da cidade. Essa dualidade destaca a importância de compreender como as experiências acumuladas dos agentes influenciam suas ações e interações, bem como a forma como eles negociam essas diferenças para moldar o futuro da zona em questão.

Além disso, o ciclo dinâmico de interiorização de subjetividades revelou a interdependência entre práticas individuais e coletivas. As práticas turísticas emergentes não apenas refletem as limitações materiais e sociais que um agente oferta, mas também contribuem para redesenhar continuamente o campo turístico. Essa dinâmica cria oportunidades para o redesenho dos *habitus* cristalizados nos agentes e aprimora a chance de proporcionar um desenvolvimento turístico de abordagens mais inclusivas que considerem tanto as especificidades locais quanto as demandas externas.

Exemplo dessas oportunidades está em considerar o processo de valorização e revitalização da história e cultura para o uso turístico, sendo considerado como muito importante por 87% dos respondentes e importante por 13% (gráfico 28). Nenhum respondente considerou as escalas de baixa importância, quando o tópico em discussão é a boa manutenção das zonas.

Gráfico 28: Revitalização é uma tarefa contínua



Fonte: elaboração própria (2024).

Esse dado também apresenta um cenário conflitante, pois a percepção da zona histórica e portuária como uma área de alta relevância simbólica, cultural, econômica, política, religiosa e turística é amplamente compartilhada por todos os agentes. Todavia, a pesquisa revelou que o sentimento de pertencimento é um aspecto subexplorado, encontrando nas falas dos respondentes que a manutenção de zonas históricas em outros lugares do mundo é um tópico relevante na escolha de um destino. Este dado aponta para a necessidade de iniciativas que fortaleçam a relação entre os agentes e o espaço no qual estão as bases de suas existências urbanas, como programas que promovam a participação ativa da comunidade em processos decisórios para a criação de experiências turísticas autênticas.

A prática de Bourdieu visa compreender a vida social enquanto um produto das condições culturais, individuais e coletivas (Casanova, 1995). Com o intuito de superar a prática por ela mesma, Bourdieu introduz um outro modo de conhecimento da teoria a partir do conceito *praxiológico*, que busca compreender as relações dialéticas entre as estruturas que foram objetivadas e as disposições estruturadas historicamente e que tendem a se reproduzir a partir da exteriorização das subjetividades. Para Bourdieu (2002):

As estruturas constitutivas de um tipo particular de meio (as condições materiais de existência características de uma condição de classe), que podem ser apreendidas empiricamente sob a forma de regularidades associadas a um meio socialmente estruturado, produzem *habitus*, sistemas de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador e estruturador das práticas e das representações que podem ser objetivamente reguladas e regulares sem ser o produto da obediência a regras, objetivamente adaptadas ao seu fim sem supor a intenção consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingi-los e coletivamente orquestradas, sem ser o produto da ação organizadora de um regente.

A esse cenário existe, portanto, uma zona de práticas que está correspondida no entremeio do turismo na zona histórica e portuária e os agentes do campo. A zona de práticas é composta por um contexto apreendido na *doxa*, *nomos* e *illusio* do turismo, ao produzir narrativas comuns a esse tipo de turismo, quando comparado a outros contextos no Nordeste, Norte e Sudeste do país, isto é, existe uma produção de práticas culturais, econômicas,

políticas, sociais e turísticas que ao serem exteriorizadas esbarram nas dinâmicas de poder e desigualdade. O campo turístico em questão, como um espaço de disputa, é permeado por tensões entre a valorização cultural e a busca por lucro, entre a inclusão social e a exclusão econômica, e entre a preservação histórica e a modernização urbana. O desafio crítico desse contexto está em como transformar essas práticas em ferramentas de resistência e transformação, rompendo com estruturas que perpetuam desigualdades e causando uma revolução simbólica nos *habitus* clivados dos agentes. O quadro 16, busca sintetizar as práticas estabelecidas.

Quadro 16: Síntese das práticas

Zona de práticas	Práticas culturais	Práticas econômicas	Práticas sociais	Práticas políticas	Práticas turísticas
Narrativas	Preservação do patrimônio histórico e cultural, experiências turísticas autênticas, educação patrimonial e conscientização	Apoio ao comércio local, sustentabilidade econômica, empreendedorismo comunitário	Uso coletivo dos espaços públicos de turismo e lazer, proximidade da comunidade ao Rio Potengi, interações comunitárias, resistência e transformação de vidas	Inovação no manejo dos espaços de interesse histórico, descentralização de recursos para revitalização plena, políticas públicas de incentivo ao turismo cultural, controle do campo	Uso e exploração dos espaços, comércio, agências de receptivo, circuitos culturais constantes, eventos, exploração comercial do patrimônio

Fonte: dados da pesquisa (2024).

As práticas que emergem na zona histórica e portuária de Natal são marcadas pela disputa de poder e pela tensão entre interesses diversos, mas revelam o senso já oficializado na sociedade e academia quando consideramos esse aspecto de estudo. Com destaque para a seara política, destacando-se pelo controle do processo decisório por agentes dominantes, o que frequentemente resulta em exclusão de grupos vulneráveis e em um planejamento que prioriza o crescimento econômico, dado o controle do campo por parte dos agentes do poder público e do mercado. Contudo, há também iniciativas de resistência popular, com movimentos comunitários que buscam maior transparência e participação no redesenho turístico.

Sob à luz do *habitus*, as práticas observadas na zona histórica e portuária de Natal a partir do turismo podem ser compreendidas como estruturas estruturantes do agente que orientam as suas ações. O *habitus*, formado historicamente e em constante interação com o

meio, ajuda a moldar as práticas e as disposições dos agentes, ao mesmo tempo em que é transformado por elas (Bourdieu, 1989). As práticas culturais traduzem *habitus* profundamente enraizados no reconhecimento da importância da manutenção da memória coletiva e na valorização histórica. Essas práticas podem ter sido estruturadas por intervenções culturais e educativas, bem como viagens a outros destinos de mesmo perfil, moldando a forma como os agentes o percebem. Em contrapartida, as práticas culturais são estruturantes, na medida em que incentivam novas disposições nos agentes ou manutenção do pensamento já posto, promovendo a conscientização e o engajamento “ativo” com o patrimônio, ajudando mesmo que discursivamente, a ressignificar o espaço simbólico de pertencimento e valorização das zonas.

Na perspectiva econômica, as práticas estão intimamente ligadas aos exercícios econômicos dos agentes, que são moldados por experiências de trabalho em contextos desafiadores e confortáveis. Essas práticas refletem uma adaptação prática às condições locais, ao mesmo tempo em que são estruturantes ao introduzirem novas disposições em relação à valorização da economia e concentração do trabalho/fazer turístico mercadológico em outros produtos, sendo constantemente transformado pela necessidade de equilibrar, narrativamente, tradição e inovação, criando possibilidades de desenvolvimento econômico.

As práticas sociais que se manifestam por meio da convivência, ausência e resistência dos agentes com o meio e dos agentes com outros indivíduos. Esses *habitus* são estruturados pelas experiências compartilhadas de ocupação, ausência e transformação dos espaços ao longo do tempo. Por sua vez, essas práticas estruturantes contribuem para a redefinição das relações sociais e do próprio espaço público, criando lacunas e formas de pertencimento e cooperação, reforçando as arenas que discutimos anteriormente. Nessas práticas, o *habitus* atua como um princípio de classificação, aproximando agentes com disposições de redes semelhantes e gerando resistência às forças que ameaçam a coesão comunitária dos pequenos grupos dominantes.

Na seara política, as práticas relacionadas evidenciam *habitus* que foram moldados pelas interações oligárquicas, como também na concepção de políticas públicas e estruturas de poder ao longo do tempo. Essas práticas orientam as ações dos agentes para a busca de mudanças estruturais e manutenção do poder político (talvez o maior), promovendo práticas que desafiam, ao mesmo tempo, as manutenções de uma lógica turística desgastada e criam horizontes para a revitalização do espaço em narrativas pré-moldadas nos discursos, operando como um campo singular de disputas, onde diferentes agentes buscam estabelecer o

pertencimento e novas *doxa*, *nomos* e *iluusio* que favoreçam a valorização dos agentes dominantes em detrimento dos agentes dominados.

As práticas turísticas refletem *habitus* turísticos que conectam as disposições dos agentes no campo em relação ao uso do território em detrimento econômico e simbólico do patrimônio. As práticas são estruturadas por narrativas históricas e experiências turísticas, mas também são estruturantes ao promoverem o afastamento do turista da zona histórica e portuária, ao mesmo tempo em que gera mudanças no comportamento dos agentes, incentivando uma utilização mais consciente dos espaços visitados, agindo como um mediador entre o campo econômico, cultural e político, integrando as práticas em um contexto mais amplo de disputa pelo turista. As narrativas da zona de práticas acabam por se espelharem nos seus agentes formuladores, ou seja, as práticas culturais são amplamente defendidas pela academia, as práticas econômicas pelo mercado, as práticas sociais pelos moradores, as políticas pelos agentes do Estado e as práticas turísticas pelos turistas. De acordo com os respondentes:

R30m[Adu]Mor: *Sinceramente, a gente não vê muito deles fazendo pela gente aqui sabe. A Cidade (alta) está morrendo, a Ribeira nem se fala, né? Então a gente queria um pouco mais de atenção, de valorização que fala, né?*

R3m[Sên]Pub: *Desenvolvendo projeto para ocupação da Av. Rio Branco, uma vez por semana para apresentações culturais.*

R56f[Adu]Mer: *Vários outros projetos e outras tentativas, especialmente na Ribeira, não aconteceram...Vejo assim, os projetos que chegam para a Cidade Alta e Ribeira, antes desse quebra-quebra, sempre em algum lugar, de alguma forma a gente sente que eles começam, tem uma ideia, as vezes a ideia é posta, começa a acontecer e não vai para a frente.*

R1f[Sên]Pub: *Eu avalio todos os projetos, políticas de uma forma bem positiva e que lamento bastante a gente não termos conseguido sensibilizar as demais pastas responsáveis pela infraestrutura para que possa ser de fato ser uma realidade para o turista transitar.*

R43f[Sên]Tur: *Confesso que não sei o que te responder, mas creio que seria interessante conhecer essa parte da cidade, mas nós não temos conhecimento, não vimos ofertas de passeio, essas coisas.*

No entanto, as dinâmicas produzidas nesse contexto também apontam para tensões significativas quando os agentes exteriorizam suas subjetividades, expressando perspectivas que podem conflitar com os interesses de outros grupos (Jonoschka, 2011), gerando uma dialética que é sentida pela exteriorização das subjetividades, expondo uma zona de disputas que aliadas ao processo de desenvolvimento turístico da cidade do Natal, colocam em situação de desamparo a promoção e o aprimoramento do uso turístico na zona histórica e portuária. Na zona de disputas os agentes estão alinhados de forma similar ao campo. A principal diferença da zona de disputas para o campo está no embate objetivado que os agentes produzem, ou seja, é na zona de disputas que as lutas são travadas em realidade, expondo a divergência dos agentes de forma clara e objetiva, bem como oportunizando espaços oficiais em que essas lutas podem ser visualizadas, como matérias midiáticas, protestos, espaços de debate, conselhos gestores, iniciativas populares, atuações do mercado, dentre outros.

As tensões e disputas entre os agentes na zona histórica e portuária podem impactar diretamente a governança e a gestão turística local. A multiplicidade de interesses resulta em conflitos sobre o uso e a apropriação dos espaços, dificultando a implementação de estratégias unificadas que possam promover o uso turístico. Esses embates frequentemente levam à fragmentação das iniciativas e à falta de articulação entre os agentes, o que compromete o planejamento e a execução de ações eficazes para o desenvolvimento turístico cultural. Além disso, a ausência de união e consequentemente de um consenso agrava os problemas estruturais, como a degradação do patrimônio histórico e a desvalorização cultural, colocando em risco o potencial da área para atrair visitantes de forma autêntica.

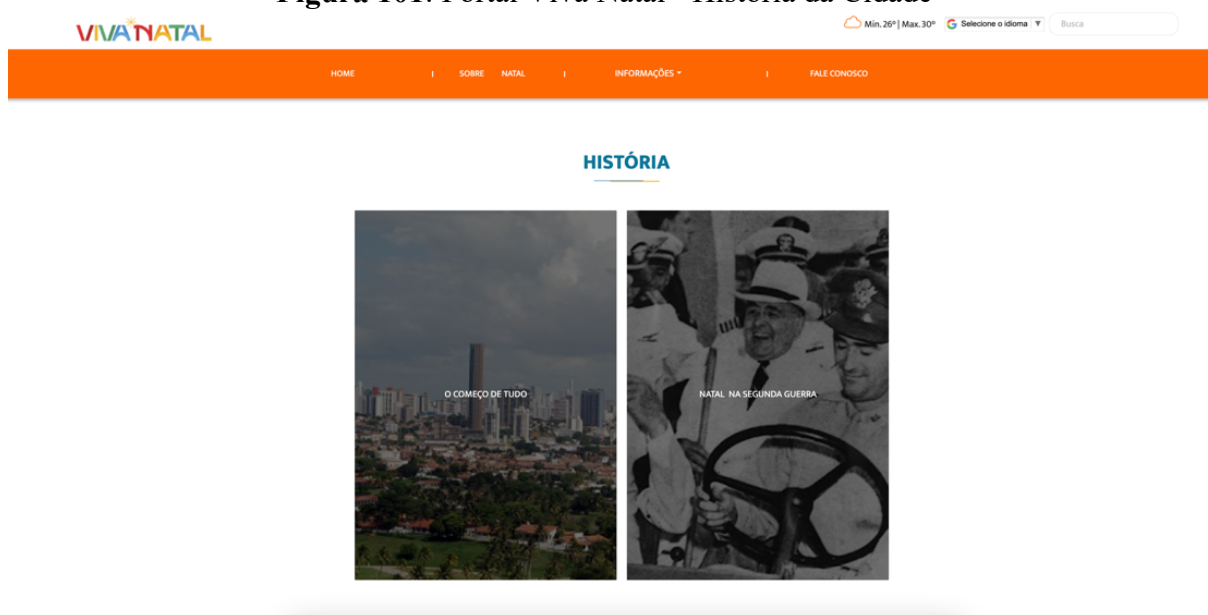
Essa primeira disputa, revela a existência de *habitus* distintos, onde cada grupo traz consigo práticas e percepções moldadas por suas experiências sociais, econômicas e culturais. Os moradores, empresários, o poder público e turistas atuam com base em *habitus*, que muitas vezes chocam seus interesses e diferem na apropriação e valorização do espaço. Essa disputa apresenta a luta simbólica pelo controle da narrativa e pela definição das práticas legítimas no campo turístico. A título de exemplo, na página web VivaNatal²¹, administrada pelo poder

²¹ <https://visit.natal.br>

público municipal, há poucas menções a zona histórica e portuária, dado o contingente de informações que existem sobre a história e memória do município.

Na aba ‘Sobre Natal’ e em seguida ‘História da Cidade’ é possível visualizar e clicar em duas imagens, uma que remetem a Fortaleza dos Reis Magos (à esquerda) que apresenta a história da fundação de Natal e seus primeiros moradores e exploradores, e outra que narra o papel de Natal na Segunda Guerra Mundial (à direita), considerando a visita oficial do ex-presidente norte-americano Roosevelt com o ex-presidente do Brasil Getúlio Vargas (figura 101), reforçando a simbologia militarista na história da cidade.

Figura 101: Portal Viva Natal - História da Cidade

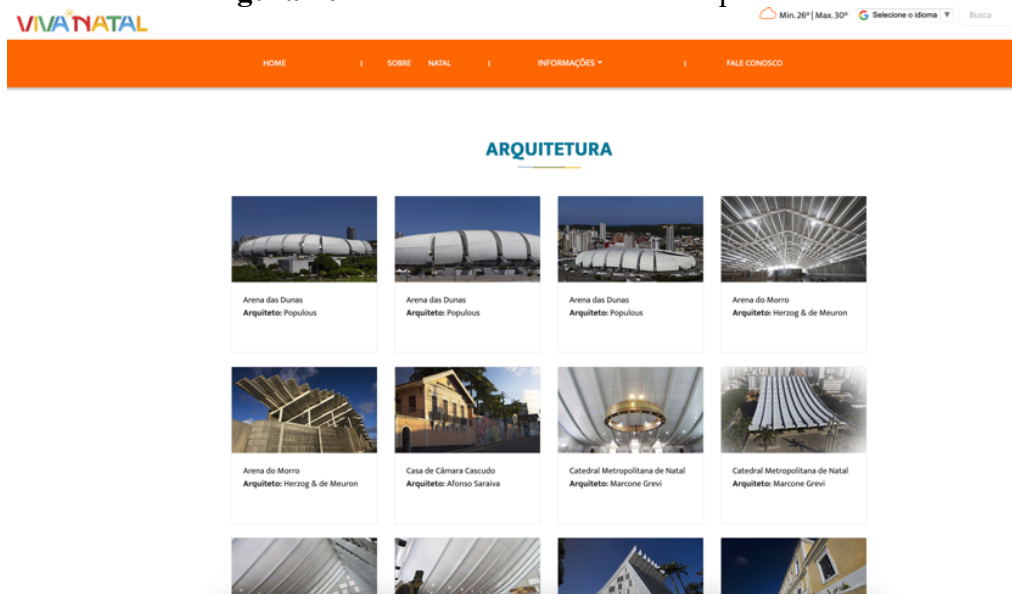


Fonte: visit.natal.br (s/d).

O mesmo ocorre na aba ‘Arquitetura’, onde é possível visualizar diversos edifícios históricos e não históricos. Entretanto, ao clicar nas imagens, elas não trazem nenhuma informação adicional além de si próprias (figura 102), como um álbum de fotografia. Até o momento do levantamento de dados secundários da pesquisa de campo, no portal do *Instagram*²² Viva Natal (figura 103), da mesma administração, dos 843 *posts*, foram identificados 54 publicações que fazem alguma referência a zona histórica e portuária, dentre fotos e vídeos, as demais publicações simbolizam sol e mar, eventos e culinária.

²² <https://instagram.com/vivanataloficial>

Figura 102: Portal Viva Natal - Aba arquitetura



Fonte: visit.natal.br (s/d).

Figura 103: Perfil no *Instagram* do Viva Natal Oficial



Fonte: vivanataloficial (s/d).

Há, portanto, nesse exemplo um controle de narrativa. Para Bourdieu (2023, p. 241) o que está em jogo é “produzir um espaço social que seja dotado da maior previsibilidade objetiva possível. Ele deve ser previsível, portanto, calculável teoricamente”, pois a

previsibilidade do jogo dará oportunidade aos agentes dominantes de perpetuarem suas perspectivas em relação ao que é disputado. Ao ceder poucas informações sobre a zona histórica e portuária de Natal, a narrativa se constrói e se consolida para o turismo de sol e mar, não oportunizando o aparecimento efetivo de cenas da zona para que a motivação seja ascendida no turista. Outro fator relevante, é a ausência de equipamentos turísticos (em específico, meios de hospedagem) que estejam disponíveis na Cidade Alta e Ribeira. A maioria dos meios de hospedagem estão localizados em outras zonas turísticas, principalmente, próxima a praia, o que pode dificultar a presença do turista na zona histórica e portuária.

Cabe salientar que, durante o período de pesquisa de campo (junho a novembro de 2024), algumas ruas da Cidade Alta e Ribeira estavam passando por obras de requalificação urbana. As obras preveem a criação de novos espaços de ambientação, novos pisos, urbanização e paisagismo, promovidos pelo setor público municipal. A título de elucidação, os registros da figura 104, demonstraram a situação do andamento das obras nos bairros.

Figura 104: Obras de requalificação dos bairros



Fonte: elaboração própria (2024).

De acordo com o respondente 30, essas obras são promovidas pela Prefeitura do Natal e:

R30m[Adu]Mor: *Eles não avisam quando fazem essa quebradeira aqui na porta da gente. Simplesmente chega com os trator e quebra tudo. Olha aí como tá a situação.*

Essas intervenções têm o potencial de restaurar e adequar as áreas degradadas, tornando-as novamente funcionais e atraentes tanto para os moradores quanto para os turistas. No entanto, é fundamental que essas obras sejam realizadas com sensibilidade ao contexto histórico, evitando a descaracterização do patrimônio e respeitando a identidade original dos elementos que a zona contempla.

A previsibilidade da narrativa oportuniza uma zona de disputa onde de um lado coexistem poder público, mercado e turistas e do outro comunidade local e agentes de resistência que, por meio das ferramentas sociais que lhe são palpáveis, lutam um pela manutenção do que já está posto há anos e outro pela oportunidade de ressignificar a história e o contexto dos bairros. A exteriorização da subjetividade que os agentes produzem para o turismo na zona histórica e portuária se dá, portanto, por meio das ações que são desenvolvidas por esses agentes quanto defrontados com o cenário de disputa.

Nessa zona de disputa é possível perceber um desequilíbrio na articulação de políticas públicas conectadas as diversas searas que o turismo pode abraçar, bem como de políticas específicas para a zona histórica e portuária, agravando os desafios enfrentados pelos agentes. Sem um direcionamento claro de como deve ocorrer o uso turístico, as ações fragmentadas prevalecem, sendo muitas vezes guiadas por interesses que atendem aos agentes dominantes que não dialogam, necessariamente, com as necessidades coletivas. O papel do poder público se torna crucial para estabelecer diretrizes que considerem tanto os interesses econômicos que são hegemônicos, quanto a valorização das vivências turísticas que podem ser desempenhadas com o apoio da comunidade local. Para o respondente R16:

R16m[Sên]Tra: *Aqui a gente, trabalhador, não tem chance de chegar, de crescer. Existe um grupo fechado na Ribeira que impede a comunicação com o povo da política, dos empresários. Tem uns paliativos aí, mas depois vem outro, derruba e faz tudo de novo. Vamos vivendo disso.*

Consequentemente, essa fragmentação gera impactos negativos na capacidade de planejamento e execução de planos, estratégias e ações integradas para o turismo. A falta de

coordenação resulta em projetos desconexos e isolados em cada campo de atuação do agente, que não atendem plenamente às demandas de preservação, infraestrutura e dinamização turística da zona. É dizer, apesar dos agentes tomarem algumas medidas para promover a resignificação da zona a partir do uso turístico, essas ações não são colaborativas, sendo individualizadas, atingindo um médio/pequeno impacto na exterioridade. Essa lacuna também dificulta o fortalecimento da identidade turística local, prejudicando a criação de narrativas consistentes que possam atrair visitantes, além de investidores.

Nesse sentido, podemos inferir que a zona história e portuária de Natal, quando tangenciada pelo turismo vive uma dialética constante entre a manutenção do que está posto (agentes dominantes) e a resignificação através de atos de resistência (agentes dominados). O *habitus* dominante nesse contexto, associado a agentes com maior capital econômico, cultural, social e turístico, tende a impor suas perspectivas, muitas vezes marginalizando as vozes dos grupos menos favorecidos. Reconhecer essas dinâmicas pode colaborar a identificar formas de transformar a estrutura atual, promovendo uma transformação do *habitus* para ambos os grupos, revelando a necessidade de um equilíbrio, mesmo que simbólico, que permita a exploração turística de forma responsável e equiparada a padrões de alta qualidade, respeitando as características locais e promovendo um turismo autêntico.

Traçando uma criticidade ao contexto apresentando, acredita-se que apesar do equilíbrio de forças ser necessário, ele não é aplicável na objetividade. Isso porque, os agentes dominantes têm interesse na manutenção da diferenciação para evitar que os outros transponham seus poderes e interesses. Para Bourdieu (2023, p. 153), à diferenciação “é uma tendência que tem como efeito evitar a concorrência [...] as empreitadas de diferenciação são sobre determinadas: o interesse em se diferenciar tem fundamentos objetivos.” Reforçando que haverá, em maior ou menor medida, a exteriorização de subjetividades estruturadas, na medida em que foram articuladas com base em *habitus* pré-definidos pela vida e estruturantes, pois considerarão as relações de poder e, sobremaneira, a defesa de suas legitimidades. O quadro 17, busca sistematizar as práticas da zona de disputas.

Quadro 17: Síntese das disputas

Zona de disputas	Disputas culturais	Disputas econômicas	Disputas sociais	Disputas políticas	Disputas turísticas
Narrativas	Conflitos entre preservação e destruição, narrativas históricas, uso turístico autêntico	Conflitos entre grandes empresas e pequenas empresas, exploração massiva de outras zonas	Disputas do uso do espaço público, resistência dos grupos culturais	Alocação dos recursos, controle e direcionamento do turismo para o sol e mar	Tipo de turismo desejado, exploração comercial do patrimônio, eventos

Fonte: elaboração própria (2024).

Na zona de disputas, as disputas culturais são marcadas por tensões entre a preservação do patrimônio histórico e a modernização voltada para usos comerciais. Esses conflitos envolvem diferentes grupos como comunidades locais, investidores e gestores culturais, que possuem perspectivas distintas sobre o uso dos espaços culturais, denotando a eles o sentido que lhe é particular ao agente. No que se refere as disputas econômicas, a divisão desigual dos benefícios econômicos do turismo é um ponto de tensão, evidenciando como alguns grupos se apropriam de forma desproporcional dos lucros, em virtude do fazer turístico em outras zonas da cidade, enquanto outros permanecem marginalizados.

Enquanto os moradores locais buscam manter práticas comunitárias tradicionais como encontros culturais, religiosos e eventos sociais, o turismo, em sua perspectiva massiva, tenderá a monopolizar o uso desses espaços, alterando seus significados. Além disso, a resistência de grupos culturais em manter seus centros na zona histórica e portuária, frente ao deslocamento ou exclusão social reflete um cenário de luta pela permanência em espaços que são historicamente conquistados.

Na esfera política, as disputas estão centradas na alocação de recursos para a revitalização da zona histórica e portuária, muitas vezes em detrimento de outras áreas urbanas que também demandam atenção e onde, principalmente, o turismo está presente. Essas decisões refletem as tensões entre interesses políticos de viés ideológicos distintos, que frequentemente possuem agendas conflitantes em relação ao controle da área. A formulação de políticas públicas também enfrenta desafios, devido à baixa atenção dada ao turismo na zona.

Nas disputas turísticas, a exploração comercial do patrimônio, embora lucrativa em diversos destinos turísticos no mundo, muitas vezes gera tensões, pois pode desvalorizar ou até mesmo descaracterizar os elementos culturais. Ademais, há conflitos sobre o controle das narrativas turísticas, com disputas entre agentes externos e locais sobre quem deve definir o

que é contado e como a história da zona histórica e portuária é apresentada aos visitantes. Para os respondentes, essa zona de disputas:

R56f[Adu]Mer: *Não são somente prédios, são elementos que fazem parte de uma história, de contexto, de um alicerce, de onde alguma forma nasceram e tudo deriva daquele lugar. Quando tudo isso é esquecido, você esquece essa origem e esquece o quanto essa origem é importante para a organicidade da cidade, você esquece uma parte daquilo que lhe constrói, lhe construiu. Não de reviver o passado, mas de como o passado está presente no que você faz hoje. Na vida da cidade de hoje. Não desapartar, não separar. Eu acho isso triste.*

R30m[Adu]Mor: *Eu acho assim, que não tem contato com a gente. Eles não querem saber o que a gente quer e começa um quebra-quebra sem fim. Aí fica o serviço pela metade, depois volta pra terminar. A gente nunca sabe o que esperar. E o comércio, a vida vai se acabando.*

R13m[Adu]Tra: *Olha só, a gente não atende turista aqui. A gente não vê eles por aqui, sabe? Então fica difícil competir com uma Ponta Negra da vida, com uma Pirangi, uma Pipa. Vão todos pra lá.*

R55f[Adu]Mer: *Os projetos ficam como sonhos. Seria muito importante que esses projetos saíssem de um sonho e se tornarem concretizarem. Quando existiam e eram efetivados, nós trouxemos quase dez mil pessoas vindo pra Ribeira.*

É perceptível que para os agentes, a zona de disputas recai culpa sobre o poder público. Os agentes, mesmo que dominados, não conseguem reconhecer que a ausência do mercado turístico no impulso da zona é também de importância para sua reconfiguração. A atuação do mercado configura como papel fundamental no processo, mas esse agente dominante não demonstra interesse de atuação, dado seu consolidado negócio no turismo de sol e mar.

Nesse sentindo, assim como há no campo turístico um capital turístico que lhe é próprio de disputa, há nos agentes desse campo um *habitus* turístico que é acionado quando a

disputa pelo controle do campo e do objeto em disputa é necessária. Tendo o *habitus* como um conjunto de disposições que existem nos indivíduos a partir de suas experiências sociais e que são capazes de moldar quem somos e nossos meios e fins, o *habitus* turístico promove compreender como as disposições incorporadas pelos agentes moldam suas práticas e percepções no campo do turismo. Para Bourdieu (2007, p. 164), sendo o *habitus* uma “estrutura estruturante que organiza as práticas e a percepção das práticas, o *habitus* é também estrutura estruturada: o princípio de divisão em classes lógicas que organiza a percepção do mundo social é, por sua vez, a produto da incorporação da divisão em classes sociais”.

O *habitus* turístico, em similar mediação, estrutura o raciocínio incorporado em experiências pré-existentes à ação das disputas, produzindo exterioridades práticas capazes de conduzir a diferenciação e incorporação no processo de separação dos agentes, dada as condições para o sistema de desigualdades, na busca por uma dissonância e, ao mesmo tempo, uma uniformidade da coerência objetivamente orquestrada para o campo. Considerando as zonas de práticas e disputas, na interiorização e exteriorização das subjetividades, o *habitus* turístico manifesta-se nas interações entre agentes dominantes e dominados que possuem disposições divergentes quanto ao uso e apropriação dos espaços para fins turísticos. Por um lado, os agentes dominantes, com *habitus* orientados por lógicas e experiências de muitas viagens, uso dos equipamentos turísticos e educação atrelada a área, tendem a impulsionar práticas voltadas à exploração comercial e à reconfiguração dos espaços para atender às demandas do turismo massivo. Por outro, os agentes dominados, com *habitus* alinhados à valorização das identidades locais e ao uso responsável, buscam resistir às transformações impostas, preservando suas práticas e narrativas culturais.

6.5 *Habitus* turístico: Proposições e Mudanças de Perspectiva para a Zona Histórica e Portuária

Para a conceituação de um *habitus* turístico, implica dizer que existe, dentro das possibilidades de vivência dos agentes, um passado que está carregado de experiências turísticas e que, ao obter experiências similares, os indivíduos tendem a se aproximar ou a se distanciar daqueles com experiências diferentes. Assim como o conceito de *habitus* proposto por Bourdieu, o *habitus* turístico é formado pela incorporação de normas, valores e expectativas compartilhadas no espectro da vida, incluindo o reconhecimento de práticas turísticas que os agentes consideram legítimas para si, como o gosto por determinado tipo de turismo, a busca por autenticidade e diferenciação social por *status*.

O *habitus* turístico é moldado pelas experiências culturais, educacionais e sociais dos sujeitos, o que significa dizer que ele tende a variar entre diferentes contextos históricos, territórios e classes sociais. Por exemplo, turistas de diferentes origens socioeconômicas terão disposições distintas em relação ao consumo de produtos turísticos, gerando conflitos com os destinos que são considerados entre de luxo e populares, por exemplo. A medida que o *habitus* turístico é incorporado nos agentes, os indivíduos espelham esse *habitus* em suas motivações, gerando um processo de diferenciação das experiências.

O *habitus* turístico está ligado ao capital cultural (conhecimento sobre turismo, idiomas, história), turístico (experiências, uso dos equipamentos turísticos, frequência das viagens, locais de destino, motivações), capital econômico (recursos para acessar destinos, turismo de massa, turismo de minoria) e capital social (redes de contatos que facilitam experiências turísticas, experiências com turismo mais exclusivas ou que demandam maior contato com a comunidade). Portanto, o *habitus* turístico não é homogêneo. Ele reflete as tensões e disputas entre agentes, como a oposição entre turistas que buscam experiências genuínas e operadores turísticos que priorizam o lucro, a título de exemplo, sendo fortemente moldado por discursos globais sobre turismo (como o apelo por turismo sustentável ou experiências autênticas), mas também pelas especificidades locais, como as práticas culturais e econômicas de uma região específica.

Habitus turístico é, dessa maneira, o conjunto de disposições interiorizadas por indivíduos ou grupos, orientado pelas suas trajetórias históricas, culturais, econômicas, sociais e turísticas que proporciona uma estrutura para as suas práticas, percepções, disputas e escolhas no campo turístico. Ele reflete tanto a influência das normas e valores hegemônicos do turismo quanto as especificidades locais de interação entre turistas, comunidades e o espaço. O *habitus* turístico direciona as formas como os agentes percebem o patrimônio, a natureza, o lazer e o consumo turístico, além de moldar os conflitos e as alianças no campo, destacando as dinâmicas de poder e transformação relacionadas às práticas turísticas exercidas durante o processo de disputa pelo domínio do campo.

Por contemplar as incorporações das experiências do passado, o *habitus* turístico pode, a medida em que novas práticas são inseridas, moldar percepções de futuro em busca de melhorias. Para Bourdieu (2023, p. 182), o *habitus* é um passado que:

Sobrevive no presente e que está prenhe do futuro, que implica um futuro: dizer que temos *habitus* quer dizer que somos capazes de engendrar; o *habitus* não é de

jeito nenhum algo passivo [...] um monte de ações possíveis não estão inscritas no estímulo ao qual o *habitus* responde, e o exemplo por excelência é a improvisação.

Permitindo a atuação do *habitus* adquirido no passado, na transformação do futuro, moldando novas perspectivas ou transformando o *habitus* para novas aproximações, clivando-o. Ele se concentrará na questão de como a ativação e transformação de disposições de *habitus* podem ser pensadas por meio do engajamento ativo na quebra de barreiras econômicas fortemente centradas e dos paradgmas turísticos estabelecidos pelo mercado e pelo conhecimento do fenômeno. Tal abordagem colaborará com os discursos coletados na pesquisa de campo, que se referem ao *habitus* turístico como uma prática de apropriações de lugares, nesse caso, históricos como expressões de distinção, pertencimento e visões de futuro.

Ao definir o conceito de *habitus*, Bourdieu alertava para as capacidades que os indivíduos possuem para agir em sociedade, sendo as capacidades mecanismos não naturais, mas adquiridos com o processo de socialização que a partir do nosso contexto histórico individual e coletivo, do lugar que ocupamos no mundo, herdamos um conjunto de disposições que são capazes de nos guiar em nossas ações (Bourdieu, 1998). Portanto, as práticas sociais dos indivíduos emergem da interação dinâmica entre as condições externas que os circundam e as estruturas internas que orientam suas escolhas e comportamentos.

A partir dessa perspectiva e da possibilidade da herança de um *habitus* turístico, mais ou menos potencial em todos os agentes entrevistados e que compõem o campo turístico da zona histórica e portuária de Natal, as proposições e mudanças de perspectiva partem da narrativa dos próprios agentes, a partir do que eles consideraram ser os novos elementos que poderiam ser inseridos na zona e qual seria o cenário ideal quando eles visualizam a zona histórica e portuária. Para os respondentes do poder público, o cenário ideal:

R1f[Sên] Pub: *Uma área sem tráfego de automóveis, uma sequência de um roteiro lógico, por onde visitar os prédios, prédios sinalizados e abertos (sábado e domingo), por questão de in(segurança) e, aí seria uma questão mais de incentivo, de lojas de artesanato, de artesão locais com produtos locais, uma referência de algum local, pra gente não tá vendendo aqui coisa que se encontram em todas as cidades. E também locais para comer e beber, aí não estou falando dos bares, mas para receber o turista que vem sozinho, que vem com o receptivo. Hoje não temos um lugar que consiga receber um ônibus*

de turismo. E uma rede de circulação de transporte público que pegue determinados pontos nas margens dessa área que seria não trafegada por carros. Uma boa iluminação, limpeza, segurança, acessibilidade, mobilidade e tudo aquilo que a gente sabe. Tecnologia (Wi-Fi), QR Code, acessibilidade digital.

R9m[Adu]Pub: *O estabelecimento, na sua totalidade, a relação-porto cidade, que tenhamos não só turistas, mas natalenses também.*

R40m[Sên]Pub: *Integração entre o centro histórico e a zona portuária, como meio de comunicação entre turistas e sociedade local.*

R3m[Sên]Pub: *Inclusão.*

R2m[Sên]Pub: *Eu acho que o Porto deve funcionar como porto, e como um negócio do Estado, da sociedade do Estado do RN. A estratégia do porto de exportação, criar mecanismos de beneficiar matérias primas para o exterior e o recebimento de manufaturado. Agregar valor, para indução do estado. Claro que o Porto precisa regular a limpeza do rio. Integração portuária. Para que as ideias aconteçam, é que aquele grupo que tenham poder de decisão, é criar um marco legal de desenvolvimento e que todos contribuam. Ali tem que estar todas as diretrizes de desenvolvimento para aquela região, que esteja conformidade com a legislação do estado. Precisamos ser mais ambicioso, participativo, com todos juntos.*

R4f[Adu]Pub: *É... Estrutura, os prédios serem bem cuidados, gestão desses espaços, gestão pública e privada, a gente sabe que a gestão privada tem sua importância e modernização, espaços modernos. O espaço histórico pode ter uma gestão moderna. Alguns prédios podem ser espaços de exposição, cafeterias, espaços de qualidade. Inicialmente, espaços sendo inovadores, criativos, atraindo as pessoas e aí a gestão pública chega com a estrutura, iluminação,*

acessibilidade, conforto para as pessoas, segurança. Os prédios precisam ser confortáveis, as calçadas confortáveis. Tem que arborizar, tem que ser confortável. A gente tem que poder ir de um prédio ao outro com conforto. Uma gestão de empresários que façam que os prédios históricos sejam utilizados para diversos fins. E os prédios públicos com uma gestão interessante, de informação. Lugares interessantes.

R6f[Sên]Pub: *A Ribeira, com aquelas fachadas todas recuperadas, funcionando e com o comércio (voltado ao turismo), como bares, restaurantes, com segurança, com área de estacionamento para ônibus. Iluminação bacana, uma sinalização, fluxo de pessoas ali... com... que eu digo assim... as áreas de praças também recuperadas, onde as pessoas pudessem frequentar de maneira tranquila.*

Na percepção por parte dos agentes do poder público, destacam-se a falta de infraestrutura como um entrave significativo, considerando o cenário atual. Há demandas cruciais por melhoria na iluminação, limpeza, acessibilidade, segurança, mobilidade urbana e integração dos espaços históricos com a zona portuária. Há, portanto, um reconhecimento na falha de ações que são resolutivas a partir da gestão pública, reforçando que esse agente dominante opera, em medida desproporcional, para a manutenção de um produto enviesado do turismo natalense, subutilizando o turismo cultural como um motor de desenvolvimento turístico. Todavia, o poder público tem o domínio da prerrogativa de tombamento, sendo responsável pela salvaguarda do patrimônio e o tem feito, nos três níveis de poder, em diversos edifícios localizados na zona (Castro, Morais & Nóbrega, 2015), com o intuito de promover a sensibilização da importância desses edifícios para a memória histórica e social de Natal.

Também se destaca que a relação entre o porto e a cidade é vista como estratégica para o desenvolvimento turístico e local, considerando que essa integração deve ir além do turismo e incluir funções econômicas como exportação e agregação de valor às matérias-primas (em virtude da função histórica do porto), além de uma articulação entre atores públicos e privados, amparada por um marco legal claro e participativo. Há, em alguns agentes, um apelo por uma gestão criativa e inovadora dos prédios históricos, transformando-os em espaços multifuncionais como cafeterias, centros culturais, espaços de exposição e áreas modernas, incluindo o envolvimento de empresários e do poder público na revitalização desses espaços,

reforçando o alinhamento de narrativas entre esses agentes de dominação (agentes do Estado e mercado). Para os agentes de mercado, os discursos são similares, vide:

R55f[Adu]Mer: *Meu Deus... reformar todos os espaços, restaurando, preservando os originais, mantendo a arquitetura, porque isso não é só bonito, mas é também segurança. Nessa reforma, você traz a segurança, melhor policiamento, iluminação e que identifique os donos desses prédios, se não consegue identificar que o poder público tome posse e vire locais comerciais e de moradias. Se você tem morador, você tem funcionamento. Desce de lá pra cá, saindo ajeitando tudo.*

R5m[Sên]Mer: *Que a gente tivesse o centro histórico em uma cidade de 15 minutos, moradia de alto padrão, moradia popular, equipamentos de saúde, educação e lazer. Sistema de transporte eficiente, segurança... Eu acho que a gente teria o estado da arte do turismo. Uma rua que tem um bar, um restaurante, é uma rua saudável. A [...] luta por uma construção de uma consciência coletiva para o desenvolvimento do turismo de Natal. É uma questão matricial, a questão da parceria e do planejamento integrado do turismo [...] juntar os parceiros e discutir e planejar para avançar.*

R56f[Adu]Mer: *Habitação constante, iluminação, quando você proporciona... A primeira coisa seja mesmo a organização arquitetônica, se tivesse shopping, teria que ser um shopping aberto, com habitação e com a possibilidade de bons hotéis, bons restaurantes e tem de alguma forma muita iluminação. Evidentemente segurança e uma programação que atraia as pessoas, boas livrarias, bons restaurantes, atrações culturais, eventos que são na rua. E, principalmente, com uma continuidade. Encontrar a vocação do bairro, a Ribeira é boemia, cultural.*

R54m[Adu]Mer: *Um espaço que a gente consiga ter essa parte residencial, consiga reviver o comércio, que o centro histórico seja*

uma opção de lazer como era anos atrás e como é ir para o shopping. Que a rua seja tomada pela população e uma flexibilidade para com o que seja feito nos prédios. Hoje temos dificuldade para estacionar. A gente tem que ter uma flexibilidade que alguns terrenos seja feito estacionamento. A opção de transporte público continue viva no centro. Algumas pessoas falam que o centro histórico não é mais o que era antes, eu concordo, mas é preciso ter um meio-termo, se você retira e a pessoa não vem mais pra cá. Seja usual para o morador e turista.

As falas enfatizam a importância de criar opções de lazer e comércio que revigorem a área por completo como ruas com bares e restaurantes, eventos culturais ao ar livre, livrarias e espaços voltados para a boemia. A periodicidade e, sobretudo, a continuidade dessas atividades é essencial para atrair tanto moradores quanto visitantes. Para esses agentes, a região deve ser adaptável às necessidades de diferentes públicos e propõem que terrenos possam ser utilizados como estacionamentos, enquanto prédios podem ter usos diversificados, mesclando funções residenciais, comerciais e culturais. Essa flexibilidade também é necessária para atender à demanda de turistas e garantir que a área seja funcional para os moradores.

Em diálogo alinhado com o poder público, o mercado também visualiza um cenário que dialoga diretamente com seus *habitus* de dominação. Apesar de observarem contextos de inclusão e novos usos (incluindo o turístico), o mercado não atua diretamente, sendo ausente sua participação no processo de realinhamento e ressignificação da zona histórica e portuária. Os equipamentos de hospedagem, alimentos e bebidas e agenciamento, por exemplo, não pertencem a uma grande rede, não estão inclusos nas buscas nos portais *online* e, tampouco, oportunizam atratividade aos turistas, sendo utilizados por trabalhadores e moradores. O distanciamento do grande mercado turístico, que está alocado onde o fazer turístico de fato acontece, também é prejudicial no processo de reviver essa zona.

Pertencendo ao grupo de agentes inseridos no mercado, os trabalhadores argumentam para o cenário ideal em discursos mais sóbrios, como:

R8m[Sên]Tra: Uma integração mais ampla dos órgãos de governo que trabalham com essas questões e participação das comunidades que estão ali. Criação de totens nas áreas de interesse histórico.

Criação de ambientes que possam transmitir informações na internet. Você dá vida primordial aos lugares que estão mortos.

R12f[Adu]Tra: *Um negócio assim, mais bonito, que não tirasse os prédios mais antigos, uma reforma sem tirar tudo dele.*

R13m[Adu]Tra: *Que a gente possa receber turistas. Aqui ainda não recebi nenhum turista que diga assim “chequei pelo porto”.*

R20f[Adu]Tra: *Mais diversão, mais música, mais segurança pra gente poder trabalhar. Mais moradia, porque as pessoas não querem ficar aqui.*

R18m[Adu]Tra: *Olhe só, seria bom uma restauração completa das praças, dos prédios públicos. Trabalho aqui há três anos e vi muita pouca movimentação de turistas. Temos uma história riquíssima que não é valorizada.*

R16m[Sên]Tra: *Uma Ribeira boêmia, que volte a ter cabaré (risos). Aqui era conhecido como bairro da alegria e hoje nem alegria tem (risos). Tirando a brincadeira, aqui precisa de atração cultural de graça.*

A presença de um *habitus* que, apesar de dialogar em alguns pontos no discurso dos agentes dominantes, é sensibilizado na lógica da oportunidade. Em suas narrativas, os trabalhadores expressam nas entrelinhas que não obtém oportunidades para trabalhar com o turismo diretamente, pois o turismo não existe para eles. Questões que vão diretamente ao encontro da esperança de um turismo possível, mas longe de existir. A mesma percepção detém os moradores. Para esse grupo dominado:

R31f[Adu]Mor: *Com segurança e vida cultural todo o tempo.*

R30m[Adu]Mor: *Seguro, com vida, com menos moradores de rua.*

R41m[Sên]Mor: *Tudo restaurado e financiado, culturalmente ativo, com pessoal qualificado trabalhando. Também com opções de comércio, supermercado, farmácia, escola.*

R23f[Adu]Mor: *Atividades culturais, fervilhando de pessoas pra cima e pra baixo, atividades de manhã, tarde e noite.*

Se percebe que esse grupo tem um discurso mais calejado, que parece que está sempre se repetindo. O *habitus* incorporado das experiências de uma Cidade Alta e Ribeira do passado ainda prevalece, passando o mesmo sentimento de esperança que um dia o turismo chegará e será bom para todos. Há uma espécie de nostalgia impregnada em suas falas que mantém vivo um sentimento de esperança passiva e resiliente, sustentado pela crença de que, em algum momento, o turismo alcançará essas áreas e trará benefícios abrangentes, não apenas para a economia local, mas para toda a comunidade. Essa perspectiva, no entanto, revela também uma tensão entre o desejo por mudança e a repetição de um padrão discursivo dos agentes dominados que refletem as limitações enfrentadas para transformar essas aspirações em realidade concreta.

Aliados do processo e comprometidos com *habitus* que resignificam a cada experiência vivida a partir do turismo, os turistas revelaram que:

R24f[Adu]Tur: *Assim, que tenha uma melhor divulgação, porque a gente veio para Natal por gostar das praias, mas é sempre bom visitar lugares históricos, museus. Uma coisa não anula a outra, mas a gente não encontra muitas informações.*

R32f[Adu]Tur: *Talvez um maior trabalho de divulgação seja interessante. Nos roteiros que a gente viu, pesquisou antes de vim pra cá, falava muito sobre o Forte dos Reis Magos, mas não encontramos roteiros pelo centro.*

R43m[Sên]Tur: *Como eu não conheço, não consigo opinar. Não está previsto na minha programação passear por lá.*

R28m[Adu]Tur: *Uh rapaz, agora eu não vou saber te responder, porque não conheço. Acho que o elemento histórico que vamos visitar seja só esse mesmo (Forte dos Reis Magos).*

As falas destacam a ausência dos turistas no período da pesquisa, reforçando que essa área não está sendo percebida como parte essencial da experiência turística em Natal, muito embora existam movimentos e pequenos empresários que articulam circuitos históricos com turistas, mas eles não foram percebidos no período do campo. O discurso dos visitantes refletiu uma lacuna na comunicação e na divulgação das potencialidades da zona, demonstrando o interesse em explorar locais, mas a falta de informações claras e acessíveis, dificultou sua inclusão nos roteiros de viagem programados por eles ou pelas empresas contratadas. A predominância de atrações como as praias e a Fortaleza dos Reis Magos nos materiais de divulgação e nos planejamentos turísticos pessoais evidenciou um direcionamento limitado que marginaliza outros elementos significativos do patrimônio local.

A ausência de uma narrativa integrada somada a uma campanha que valorize a zona histórica e portuária, resulta em uma desconexão entre os visitantes e esses espaços, visitantes e comunidade, visitantes e mercado, visitante e trabalhadores, limitando o turismo a um conjunto de experiências restritas. A solicitação por maior divulgação, expressa nas falas, revelou a necessidade urgente de estratégias que promovam esses locais como atrativos relevantes para a experiência turística. Para superar essa invisibilidade, é essencial que se desenvolvam campanhas de marketing cultural e histórico, bem como que se insira a zona portuária e histórica nos roteiros turísticos de maneira atrativa, educativa e acessível, garantindo que os turistas compreendam o valor desses espaços e sejam incentivados a visitá-los.

Ao serem questionados sobre quais novos elementos os agentes trariam para a zona histórica e portuária, as narrativas seguiram um caminho similar ao apontar moradia, segurança, cultura, vida e política como os principais elementos a serem considerados, como ilustra a nuvem de palavras na figura 105.

Figura 105: Novos elementos



Fonte: elaboração própria (2024).

A partir das suas visões de futuro, embasados no *habitus* adquirido através das suas relações individuais e coletivas com o objeto, os agentes estruturaram uma linha de raciocínio que coloca a zona histórica e portuária em estado de desvalia, tendo como principais elementos a moradia (considerada baixa pelos respondentes), a segurança (policiamento, vigilância, casos de violência física e patrimonial), a cultura (principal atrativo de sociabilidade e turístico dos bairros) e a vida (rede de relacionamentos, convívio social, ocupação dos espaços), como os pilares centrais para uma nova aproximação social na tentativa de, alguma forma, trazer de volta um passado que os inquieta. Se faz prudente romper através da radicalização das disposições do *habitus* de um passado, tido glorioso, que os angustia para utilizar os novos elementos em um futuro diferente e promissor.

A radicalização do *habitus* implica uma ruptura considerável no modo pensar e agir, buscando soluções criativas, inovadoras e que coloque foco na resolução dos problemas a partir de uma parceria entre os agentes dominantes e dominados, objetivando a transposição da racionalidade convencional do turismo, transformando o *habitus* turístico, trazendo-o para a realidade local e palpável. O desejo de mudança precisa incentivar as melhorias propostas, realizar escuta ativa da comunidade, preservar o patrimônio histórico material e imaterial, ressignificar hábitos e modos de vida, reordenar o sistema de poder e dominação, valorizar iniciativas que resistem ao atual cenário, unir esforços, atrair o grande mercado, mobilizar políticas públicas, buscar investimentos, provocar o uso de recursos da tecnologia da informação e abraçar a causa com o intuito de compartilhar os lucros da *illusio*.

Iniciativas se tornaram virais nas redes sociais digitais, ao utilizarem inteligência artificial para imaginar a zona histórica e portuária de Natal plenamente revitalizada. As

imagens ilustram os prédios abandonados sendo utilizados por grandes marcas do comércio varejista e de alimentos e bebidas. A ideia intitulada “Nova Ribeira” é do Centro Imaginativo Ronkaly²³, tendo por objetivo “restaurar digitalmente o importante bairro da Ribeira em Natal/RN, utilizando Inteligência Artificial para propor novos espaços a partir de antigas construções que poderiam fomentar o turismo e a economia da cidade”, afirma o artista em sua página no *Instagram*. A figura 106 ilustra três exemplos do artista publicados em sua rede social.

Figura 106: Projeto Nova Ribeira



Fonte: Centro Imaginativo Ronkaly (2023).

Outra iniciativa que tem ganhado destaque nas redes sociais digitais é o Projeto “O que é que Natal tem?”²⁴, estimulado por Matheus Silva e Eduardo Silva. O projeto surgiu como produto do Trabalho de Conclusão de Curso do bacharelado em Turismo da UFRN, de Matheus Silva e teve por objetivo ser um portal informativo sobre o que Natal tem de valioso em sua memória do passado, utilizando de recursos visuais de produção de vídeos e fotografia (figura 107). Os parceiros do projeto desenvolveram palestras e caminhadas pela Cidade Alta, buscando atrair olhares e construir uma comunidade que abrace a causa da importância da história de Natal, já contando com mais de dezesseis mil seguidores.

²³ <https://www.instagram.com/ronkalt>

²⁴ <https://www.instagram.com/oquequenataltem>.

Figura 107: Projeto O que é que Natal tem?



Fonte: O que é que Natal tem? (s/d).

Assim como essas iniciativas, outras páginas no *Instagram* vem desempenhando papel semelhante na produção audiovisual, com o intuito informativo, de sensibilização e ocupação cultural dos espaços na zona histórica e portuária. Movimentos promovidos por empresas de eventos também têm atingido públicos significativos para os espaços, como representado anteriormente. Esses eventos têm destacado a presença de pautas que estão alinhadas aos movimentos contra hegemônicos, promovendo lugares de posicionamento social, ocupação pública das vias e ressignificação dos usos. O poder público também promoveu eventos na região, como o carnaval, onde um polo (Polo Centro Histórico), localizado na Cidade Alta recebe blocos carnavalescos e atrações culturais locais e nacionais (figura 108).

Figura 108: Carnaval de Natal no Polo Centro Histórico

Fonte: Prefeitura do Natal (2020).

A aposta em eventos se mostrou como um mecanismo viável de utilização das vias públicas e movimentação de pessoas nas ruas, bares e lanchonetes. No que se refere a zona portuária, especificamente, alguns espaços do Terminal Marítimo de Passageiros podem ser alugados para realização de eventos públicos e privados. A refuncionalização do TMP para fins que não o de recebimento e envio de passageiros por via marítima esteve previsto desde sua construção, dado os períodos de baixa estação dos cruzeiros, proporcionando a autoridade portuária uma alternativa para a obtenção de receita com vistas à boa manutenção predial do terminal (Silva Júnior & Nóbrega, 2023; Silva Júnior & Nóbrega, 2024). Na Norma de Utilização do TMP (CODERN, 2018), a autoridade esclarece uma série de normativas para o bom uso do terminal para fins privados ou públicos, suas tarifas, bem como explicitando a exigência de documentações e prazos que devem ser cumpridos tanto pelo locatário como pelo locador.

Tantos outros projetos e ações de requalificação foram desenvolvidos ou estão em fase de desenvolvimento, contemplando abordagens disciplinares (arquitetura, engenharia civil, serviço social) até interdisciplinares. O quadro 18 busca sistematizar esses movimentos em uma linha temporal a partir dos anos 2000, apresentando a ação/projeto e qual instituição ou quem o idealizou.

Quadro 18: Ações e projetos de requalificação para a Ribeira e Cidade Alta

Ano	Ação/Projeto	Idealização
2000	Na rua da casa	Casa da Ribeira
2002	ReHabitat em Natal	Prefeitura do Natal
2005	Plano de Reabilitação de Áreas Centrais	Prefeitura do Natal
2008	Catita, Choro e Gafieira	Empresários locais
2009	Operação Urbana Ribeira	Prefeitura do Natal
2010	PAC Cidades Históricas	Governo Federal

2010	Tombamento do sítio histórico de Natal	IPHAN
2011	Circuito Cultural da Ribeira	Casa da Ribeira e DoSol
2015	Se essa rua fosse minha	Prefeitura do Natal
2018	+Ribeira: Projeto de revitalização do bairro da Ribeira em Natal/RN	UFRN
2018	“Olhos da Ribeira”: Proposta integrada de requalificação para bairro da Ribeira	UFRN
2018	Viva o Centro	Empresário locais
2019	Ribeira, Minha Ribeira	Faculdade Estácio
2019	Novo Centro Histórico	Empresários locais
2019	Ribeira Desenhada	UFRN
2019	Obras de requalificação urbana e Educação Patrimonial	IPHAN
2021	Reviva Ribeira	BNDES e Prefeitura do Natal
2023	Intervenção urbana na Cidade Alta e Ribeira	Prefeitura do Natal
2024	Centro Cultural de Fazeres	Prefeitura do Natal

Fonte: elaboração própria (2024).

Compreendendo que o *habitus* turístico organiza e realiza a disposição dos indivíduos e suas atuações sobre o mundo e suas experiências, propõe-se a estimulação de parcerias entre os agentes, encontrando um denominador comum para que as ações públicas, de mercado e comunitárias sejam convergidas na resolução eficaz dos problemas considerados e dos cenários imagéticos projetados por todos eles. Para atingir o objetivo, o envolvimento ativo da comunidade local no processo de redesenho é essencial. Consultas públicas, *workshops* participativos e outras formas de engajamento comunitário podem permitir que as vozes dos agentes locais sejam ouvidas e incorporadas no processo de planejamento de uma zona turística possível. Esse movimento não só aumenta a legitimidade das intervenções, considerando o apoio comunitário, como também garante que as soluções propostas estejam alinhadas com as disposições e necessidades dos agentes que vivenciam o espaço diariamente (Souza, 2022).

Promovemos que a transformação do *habitus* turístico deva ultrapassar o protagonismo unicamente econômico e superar as barreiras classistas de dominação do fenômeno por parte de um pequeno grupo de agentes. Se faz essencial que a compreensão de um turismo possível, depende do desapego do entendimento convencional dos impactos econômicos, culturais, sociais e políticos positivos, para um avanço na compreensão de que o turismo além desses impactos, gera muitos outros e, se bem planejado, integrado e democrático, pode minimizar os impactos negativos que são indissociáveis do fenômeno, o caracterizando com volatilidade e incertezas.

Para tanto, algumas ações podem ajudar a determinar o direcionamento da zona histórica e portuária de Natal para o turismo, com base nas exteriorizações de subjetividades

(narrativas dos agentes). Essas propostas não têm o objetivo de ser o marco da solução de todos os problemas, em especial do problema público que aqui discutimos, visto que não é o cerne dessa tese, mas objetiva clarear ou traçar os primeiros pensamentos e caminhos possíveis para a reconfiguração dos espaços.

Em um primeiro momento, visualizamos a necessidade de **Valorização Cultural e Patrimonial**, restaurando os prédios históricos e fachadas para garantir a autenticidade estética e estrutural, transformando-os e garantindo no imaginário comunitário os ícones da identidade local. Promovendo eventos regulares, assegurando uma programação cultural contínua como feiras de artesanato, exposições, festivais musicais e de gastronomia que reforcem a relação entre o mercado, turistas, moradores, o poder público e o patrimônio cultural. Bem como, ações de educação patrimonial, criando programas educativos que envolvam escolas municipais, estaduais e federais, destacando a importância histórica e cultural da zona.

O **Engajamento Social**, pode ser promovido através da promoção da habitação e ocupação, incentivando moradias populares e de alto padrão no entorno para proporcionar a vida social através do uso contínuo da área, distribuindo os espaços entre áreas residenciais, comerciais (escolas, farmácias, supermercados, lojas de conveniência) e culturais (centros de cultura, artesanato, museus). Somada a ocupação, a participação comunitária se faz primor, envolvendo a população local e os demais agentes nas decisões de planejamento, garantindo um processo participativo e inteiramente inclusivo. Ações que promovam a identidade local, incorporando narrativas que reforcem o vínculo dos moradores com a zona histórica e portuária, despertando neles o orgulho e o sentimento de pertencimento também são de valia. Além da promoção da diversidade e inclusão, por meio de ações afirmativas para grupos socialmente marginalizados, promovendo políticas que incluam esses grupos na cadeia produtiva do turismo, garantindo o protagonismo local e a justiça social.

A **Requalificação Urbana e Infraestrutural** é outro direcionamento indicado, realizando-a através do oferecimento de acessibilidade e mobilidade, melhorando a infraestrutura de transporte público com rotas turísticas culturais integradas, acessibilidade para pessoas com necessidades específicas e a criação de zonas de pedestres que sejam confortáveis e arborizadas. Também se indica a sinalização turística e o uso de tecnologia da informação, por meio da instalação de placas informativas claras, pontos públicos (praças, pontos de ônibus) com Wi-Fi, QR Codes em edifícios históricos e plataformas digitais de engajamento social, permitindo acesso às informações e roteiros interativos e independentes. Além de estacionamento e segurança, disponibilizando áreas de estacionamento para ônibus

e demais veículos de grande porte, bem localizadas e sobretudo, garantindo a presença de policiamento ostensivo, além do policiamento de inteligência para reforçar e garantir a segurança de moradores e turistas.

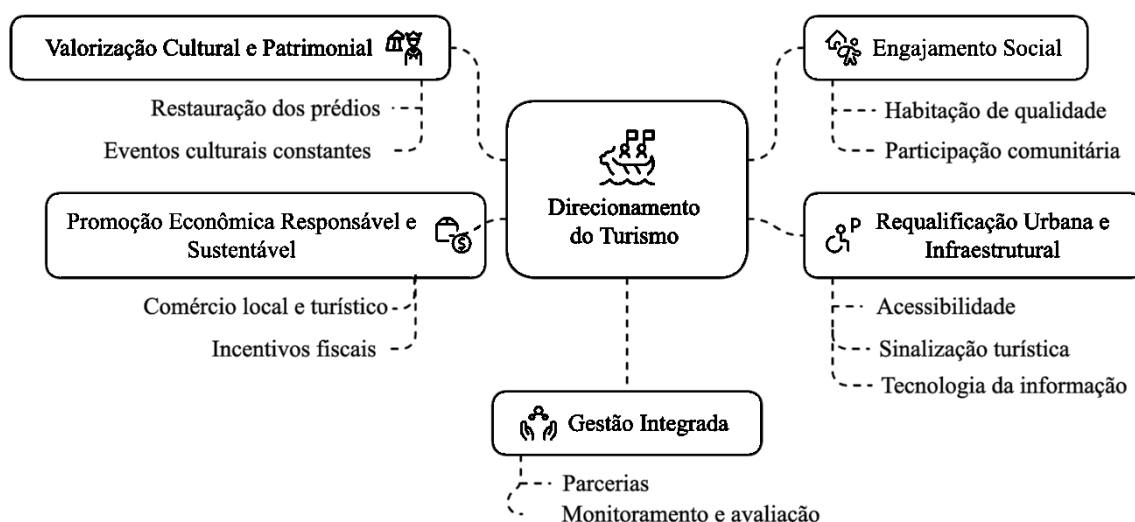
Outro ponto necessário ao engajamento dessas forças é a **Promoção Política e Econômica Responsável e Sustentável**, promovendo a integração de um comércio local bem estruturado, por meio do incentivo a instalação de lojas de artesanato, equipamentos de restauração, receptivo e hotelaria, priorizando empreendedores locais e dando espaço para empresas já consolidadas. Os incentivos fiscais são mecanismos de atração desse público, estabelecendo políticas públicas que ofereçam benefícios para empresas que invistam na revitalização e modernização sustentável da zona, sem deixar de considerar a geração de empregos, capacitando a população local para trabalhar nos setores de turismo, gastronomia, eventos e serviços. Além da criação de um fundo de turismo cultural, atraindo investimentos de interesses em financiar a revitalização da área ou patrocínios culturais.

Organizando os pontos cruciais para o desenvolvimento do turismo, a **Reintegração Turística** é uma ação que incentiva a divulgação estratégica da zona histórica e portuária, através de campanhas de marketing turístico empenhadas pelo poder público, mercado e agentes que a pensam que incluam a zona como parte essencial da narrativa turística de Natal, promovendo pacotes e roteiros temáticos. O estímulo ao desenvolvimento da segmentação de mercado do turismo cultural e criativo, por meio do incentivo a experiências personalizadas, como visitas guiadas por profissionais certificados e qualificados, *workshops* de cultura e rotas temáticas que conectem a zona a outros pontos turísticos da cidade (Santos Reis e Rocas). E, especialmente, a conexão com o porto, promovendo a integração funcional entre as atividades portuárias desenvolvidas pelo TMP e o turismo, como a utilização do porto para o recebimento cruzeiros turísticos, eventos e passeios náuticos.

Por fim, recomenda-se uma **Gestão Integrada** transversalmente integrada com as parcerias público-privadas – PPPs, estabelecendo cooperações entre governo, setor privado, organizações da sociedade civil e academia para garantir investimentos e manutenção ao médio e longo prazo. Uma gestão profissionalizada e compartilhada deve ser considerada, criando uma entidade responsável pela administração da zona, que tenha um sistema democrático de decisão, com foco em inovação e transparência. E que, por meio de seu funcionamento, suas atividades sejam constantemente monitoradas e avaliadas, por meio da implementação de métricas para avaliar os impactos das iniciativas, ajustando as ações conforme necessário.

Metodologias de ativação (mapeamentos, pesquisas científicas, desenhos participativos, eventos, *workshops*, parcerias, treinamentos, indicadores, governança) podem ser utilizadas para a aplicação e monitoramento dessas indicações, garantindo uma nova incorporação do *habitus* turístico que esteja além da presença do turista na localidade, mas que estabeleça um entendimento amplo do poder do fenômeno na transformação social e na promoção de novos estilos de vida, gerando uma participação ativa no processo de redefinição do cenário de desvalia que ora ocupa a interior das subjetividades dos agentes do campo. A figura 109, busca esquematizar o processo de direcionamento do turismo na zona a partir das práticas e disputas dos agentes.

Figura 109: Direcionamentos para um turismo possível



Fonte: elaboração própria (2024).

Ao considerar esses contextos, se reconhece a complexidade das transformações necessárias e o processo de desconfiguração do *habitus* turístico entre diversos agentes e suas práticas, fechando e reordenando as fissuras do *habitus* turístico clivado. A criação de um espaço que seja ao mesmo tempo funcional, inclusivo e economicamente viável exige estratégias integradas que considerem integração comunitária, vontade política, mercado ativo, tecnologia, sustentabilidade e diversidade. Além disso, é fundamental priorizar a garantia de que as intervenções respeitem as memórias, necessidades e perspectivas, ao mesmo tempo em que atraem turistas e investimentos. A sinergia entre iniciativas culturais, ambientais e econômicas pode transformar a zona em um espaço vivo, pulsante e inovador, onde passado, presente e futuro dialoguem harmonicamente, como ponderado nas narrativas

dos agentes. Contudo, para que isso ocorra, é essencial estabelecer um planejamento contínuo e assegurado na distribuição do poder, avaliando os resultados com rigor e mantendo o compromisso com a equidade social, garantindo que os benefícios alcançados cheguem a todos os agentes.

6.6 Considerações Parciais

Utilizando a perspectiva *bourdieusiana*, foi possível destacar como o *habitus*, as práticas e as disposições dos agentes influenciam e são influenciados pelas estruturas sociais, culturais, políticas, turísticas e econômicas do campo. O estudo revelou um espaço permeado por práticas, tensões e disputas, mas também com potencialidades para o desenvolvimento de um turismo que celebre a memória coletiva e valorize as especificidades locais. Os dados analisados revelaram que, enquanto os agentes com *habitus* mais alinhados ao poder, tendem a impor narrativas que favorecem a exploração comercial e a modernização do espaço, os agentes dominados frequentemente lutam pela preservação das memórias e das práticas culturais que definem o uso dos espaços.

A pesquisa também apontou, a partir das narrativas dos agentes, para desafios estruturais que comprometem o pleno aproveitamento do potencial turístico da região. Problemas como a falta de infraestrutura adequada, a insegurança, a precariedade da sinalização e a limitada articulação entre os agentes locais, dificultaram a construção de um planejamento turístico eficaz e que beneficiasse a todos. Essas questões refletem não apenas as limitações do poder público, mas também a ausência de uma maior participação do mercado turístico e, em especial, da sociedade civil nos processos de poder e decisórios. A fragmentação das iniciativas articuladas quase que individualmente e a carência de uma visão integrada impedem que a zona histórica e portuária se consolide como um complexo de atrativos turísticos culturais em Natal.

Sob à base do conceito de *habitus*, o estudo destacou como as práticas dos agentes locais são moldadas por suas trajetórias históricas e turísticas e por suas interações consolidadas com o campo revelado nas sessões anteriores. A interiorização de disposições relacionadas ao turismo revelou a coexistência de perspectivas distintas sobre o que os agentes pensam, confrontado com o uso e a apropriação do espaço histórico e portuário. Por um lado, observa-se as narrativas construídas historicamente entendem que é necessário uma intervenção para a manutenção de uma zona histórica e portuária para fins turísticos, buscando por preservar as especificidades culturais e históricas da região; por outro, há uma pressão por

transformações que atendam às demandas do turismo de massa. Essa dialética é um elemento central na compreensão das tensões e das oportunidades presentes na zona histórica e portuária de Natal.

Na zona de práticas estão alocados pensamentos que condizem com um cenário ideal de zona histórica e portuária, espelhando as experiências dos agentes dominantes em destinos turísticos que possuem características similares e que, de algum modo, fazem acontecer o turismo cultural. Essas experiências não estão apenas nas vivências pessoais dos agentes com estes espaços. No caso dos agentes dominados, as trajetórias são embasadas em possíveis oportunidades de uma melhor vivência, em um sonho possível, em uma intervenção capaz de reconfigurar todo o espaço para o turismo e, com isso, a chegada de novas possibilidades de trabalho e lazer.

Ao exteriorizarem suas práticas, os agentes criam zonas de disputas que desencadeiam lutas simbólicas pela narrativa turística da zona histórica e portuária ao revelarem os conflitos para preservação do patrimônio e do monopólio eclesiástico, estatal e militar da memória preservada; do esquecimento do turismo, estando concentrado em outras zonas da cidade; do uso do espaço público por movimentos de minorias, grupos de resistência que refuncionalizam a zona histórica e portuária na perspectiva de dar vida cultural a área; e, sobretudo, do apagamento da vida em comunidade e da movimentação de turistas pelos bairros, caracterizando-os como bairros aliados, de comércio popular e inseguros.

A construção do *habitus* passa por toda nossa experiência de vida e, por isso, estamos sujeitos a alterá-la a qualquer curso, diante de qualquer imprevisto ou necessidade de adaptação. Redesenhar o *habitus*, principalmente o *habitus* turístico, para pensar um turismo possível na zona histórica e portuária de Natal, implica construir uma narrativa que contemple as diferentes visões dos agentes, para que os ajude no guiamento para chegar ao cenário ideal. A mudança do *habitus* deve partir da angústia do processo de desvalia que os bairros se encontram, da baixa demanda turística para o turismo cultural natalense e das inquietações coletivas para que as implicações e desafios encontrados no terreno físico da disputa, possam ser paulatinamente repensados e solucionados para um novo pensar para a zona histórica e portuária de Natal.

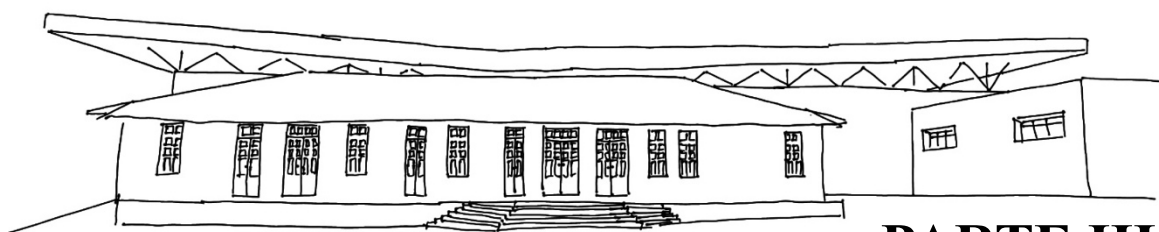
Referências

- Akram, S. (2023). *Bourdieu, habitus and field*. Palgrave Macmillan: Manchester, UK.
- Aristóteles. (2000). *Categorias*. Trad. Maria J. Figueiredo. Lisboa: Instituto Piaget.

- Bertolleti, V. A. & Azevedo, M. L. N. (2009). A sociologia de Pierre Bourdieu: considerações acerca do conceito de habitus. *Revista Cesumar – Ciências Humanas e Sociais Aplicadas*, 14(2), 303-313.
- Bourdieu, P. (1971). Genèse et structure du champ religieux. *Revue Française Desociologie*, 12(3), 295–334.
- Bourdieu, P. (1974). *A economia das trocas simbólicas*. Perspectiva: São Paulo.
- Bourdieu, P. (1983). Esboço de uma teoria prática. In R. Ortiz (Org). *Pierre Bourdieu: sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.
- Bourdieu, P. (1989). *O poder simbólico*. Editora Bertrand: Rio de Janeiro.
- Bourdieu, P. (1996). *La reproducción: elementos para una teoría del sistema de enseñanza*. México: Fontamara.
- Bourdieu, P. (1998). *Escritos de educação*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Bourdieu, P. (2001). *Meditações pascalianas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Bourdieu, P. (2002). *Esboço de uma teoria da prática: precedido de três estudos de etnologia Cabila*. São Paulo: Celta.
- Bourdieu, P. (2004). *Coisas ditas*. Brasiliense: São Paulo.
- Bourdieu, P. (2005). *The social structures of economy*. Polity Press: Cambridge, UK.
- Bourdieu, P. (2007). *A distinção: crítica social do julgamento*. EDUSP: São Paulo.
- Bourdieu, P. (2011). *Capital cultural, escuela y espacio social*. Tres Cantos: Siglo XXI de España Editores.
- Bourdieu, P. (2011). *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Papirus Editora: Campinas, SP.
- Bourdieu, P. (2011). *Homo academicus*. Florianópolis: Editora da UFSC.
- Bourdieu, P. (2013). *Outline of a theory of practice*. 26 ed. Cambridge: Cambridge University Press.
- Bourdieu, P. (2014). *Une révolution symbolique*. Paris: Seuil.
- Bourdieu, P. (2019). *Questões de sociologia*. Editora Vozes: Petrópolis, RJ.
- Bourdieu, P. (2020). *Habitus and field: general sociology*. 2 vol. Medford: Polity Press.
- Bourdieu, P. (2023). *Sociologia geral vol. 3: as formas do capital*. Editora Vozes: Petrópolis, RJ.
- Bourdieu, P., Chamboredon, J. & Passeron, J. (1999). *Ofício de sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Capdevielle, J. El concepto de habitus: ‘com Bourdieu y contra Bourdieu’. *Revista Andaluza de Ciencias Sociales*, 10, 31-45.
- Casanova, J. L. (1995). A ‘teoria da prática’ – uma prática menos teorizada? *Sociologia*, 17, 61-73.
- Castro, C. A. T., Morais, L. L. de & Nóbrega, W. R. M. (2015). Políticas públicas para o desenvolvimento do turismo nos centros históricos de Belém-PA e Natal-RN. *Anais do XII Seminário da Anptur*.
- Companhia Docas do Rio Grande do Norte. (2018). *Normas de utilização do TMP*. CODERN: Natal.

- Hiernaux, D. (2002). Turismo e imaginários. In A. Cordero, A. D. Hiernaux-Nicolas e L. Duynen Montijn (Coords.). *Imaginarios sociales y turismo sostenible* (7-36). FLACSO: Costa Rica.
- Hiernaux, D. (2020). Nuevas encrucijadas para el turismo. *Estudios y Perspectivas en Turismo - 30º Aniversario*, 29, 996-1011.
- Hilgers, M. & Mangez, E. (2015). Introduction to Pierre Bourdieu's theory of social fields. In M. Hilgers & E. Mangez (Eds.). *Bourdieu's theory of social fields*. Routledge: London.
- Jonoschka, M. (2011). Habitus and radical reflexivity: a conceptual approach to study political articulations of lifestyle- and tourism-related mobilities. *Journal of Policy Research in Tourism, Leisure & Events*, 3(3), 224-236.
- King, A. Thinking with Bourdieu against Bourdieu: a 'patritical' critique of the habitus. *Sociological Theory*, 18(3), 417-433.
- Marujo, N. (2012). A observação participante na investigação em turismo. *Revista de Investigación y Desarrollo Local*, 5(13), 1-10.
- Maton, M. (2018). Habitus. In M. Greenfell (Ed.). *Pierre Bourdieu: conceitos fundamentais* (Cap. 3, pp. 73-94). Petrópolis, RJ: Editora Vozes.
- Mónico, L. S., Alferes, V R., Castro, P. A. & Parreira, P. M. (2017). A observação participante enquanto metodologia de investigação qualitativa. *Investigação qualitativa em Ciências Sociais*, 3, 724-733.
- Setton, M. G. J. (2002). A teoria do habitus de Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. *Revista Brasileira de Educação*, 20, 60-70.
- Setton, M. G. J. (2018). Socialização de habitus: um diálogo entre Norbert Elias e Pierre Bourdieu. *Revista Brasileira de Educação*, 23, 1-23.
- Silva Júnior, F. X. da & Nóbrega, W. R. M. (2023). Relação porto-cidade e a operacionalidade turística do terminal marítimo de passageiros de Natal -RN. *Revista Acadêmica Observatório de Inovação do Turismo*, 17, 105-128.
- Silva Júnior, F. X. da & Nóbrega, W. R. M. (2024). Compondo a arena política de turismo a partir do Terminal Marítimo de Passageiros de Natal – RN. *Cultur*, 18, 203-228.
- Souza, D. T. M. de. (2022). *Morte e vida de um pequeno centro histórico: o processo de "revitalização" do bairro da Cidade Alta, Natal/RN*. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN.
- Spradley, J. P. (1980). *Participant observation*. New York: Holt, Rinehart & Winston.
- Swartz, D. L. (2013). *Symbolic power, politics, and intellectuals: the political sociology of Pierre Bourdieu*. University of Chicago Press: Chicago, USA.
- Wacquant, L. (2011). Habitus as topic and tool: Reflections on becoming a prizefighter. *Qualitative research in psychology*, 8(1), 81-92.
- Wacquant, L. (2004). Esclarecer o habitus. *Sociologia: Revista da Faculdade de de Letras da Universidade do Porto*, 14, 35-41.
- Wacquant, L. (2018). A concise genealogy and anatomy of habitus. In T. Medvetz & J. Sallaz (Eds.). *The Oxford handbook of Pierre Bourdieu*. Oxford University Press: New York.

Zalpa, G. (2019). El habitus: propuesta metodológica. *Estudios sobre las Culturas Contemporáneas*, 14(48), 43-59.



PARTE III

*Os Movimentos de Distinção: Mecanismos para um Olhar Futuro da Zona
Histórica e Portuária de Natal*

7 A NATURALIZAÇÃO DAS DIFERENÇAS: CONSIDERAÇÕES FINAIS

O pensamento em termos de campo demanda uma conversão de toda a visão ordinária do mundo social, que se ocupa exclusivamente das coisas visíveis: do indivíduo, ens realissimum, ao qual nos liga uma espécie de interesse ideológico primordial; do grupo, que só aparentemente é definido exclusivamente pelas relações, temporárias ou duradouras, informais ou institucionais, entre seus membros; enfim, das relações entendidas como interações, ou seja, como relações intersubjetivas realmente efetuadas (Bourdieu, 2001, p. 45).

A presente tese explorou as dinâmicas socioculturais, econômicas, políticas, simbólicas e turísticas que estruturaram o campo do turismo na zona histórica e portuária de Natal, revelando os desafios e as potencialidades desse espaço enquanto uma arena de disputas e possíveis transformações dos *habitus* dos agentes que o compuseram. Ao mobilizar o aparato teórico de Pierre Bourdieu — com ênfase nos conceitos centrais de campo, capital e *habitus* —, foi possível identificar as estruturas subjacentes do campo que influenciaram e organizaram diretamente as práticas dos agentes, bem como as tensões que permeiam a real utilização da zona para fins turísticos.

Na construção da problemática, enfatizou-se como esse tipo de zona se tornou, no mundo e no Brasil, uma área de disputa não só pelo turismo, mas pelo processo decisório de dominação econômica e territorial, tornando-a um problema público. A construção de um problema público perpassou tanto pela narrativa histórica do problema, quanto pelas demandas sociais que anseiam pela sua solução. Em Natal, a zona histórica e portuária se tornou um problema público quando, dissociadas, provocam inquietações nos tópicos de moradia, cultura, comércio e uso turístico.

Essa tese não buscou solucionar o problema público posto na seara do turismo, mas promover reflexões substanciais para um norteamento condicionado à realidade, identificando os agentes do campo, suas percepções, confrontando suas narrativas com a prática e estimulando o pensamento crítico para uma compreensão atrevidamente holística para questionar se o uso turístico ou sua ausência estimula os agentes a se movimentarem no jogo

de disputas. Como metodologia norteadora, os conceitos de Bourdieu foram operados com o intuito de clarear os movimentos que gostaríamos de elucidar.

Na parte dois, quarta seção, que se refere a composição do campo, um recorte histórico foi realizado para compreender a gênese da estruturação do campo e seus agentes estimuladores que, com base nas premissas de dominação, buscaram legitimar o turismo para a zona. As práticas turísticas não poderiam ser interpretadas como ações desinteressadas ou neutralizadas, ao contrário, elas refletiram interesses específicos e dinâmicas de poder que corroboram na estrutura do campo turístico e sua posterior manutenção. No contexto da cidade do Natal, observou-se uma concentração significativa de poder decisório em poucos agentes, qualificados como agentes dominantes. Esses atores, que detêm o maior capital econômico, social, cultural e turístico, exerceram uma influência determinante no direcionamento do turismo na cidade.

Revelou o campo que tal dominação perpetuou desigualdades ao marginalizar os agentes dominados, considerados menos prioritários na distribuição de poder decisório e capacidade de influência das ações determinadas no campo. Esse processo reforçou um ciclo de desinteresse e exclusão, no qual esses agentes foram relegados a um plano secundário de atuação, tanto em termos de capacidade de investimento de capital(is), quanto de influência sobre os demais agentes nas arenas. Assim, a falta de ações estruturadas para integrar essas agentes ao planejamento turístico com vistas ao desenvolvimento, evidenciou a desigual distribuição de poder e recursos no campo turístico, comprometendo o potencial de transformação social, cultural, econômica, política e turística da zona histórica e portuária.

Por esse ângulo, a pesquisa destacou que o campo turístico está longe de ser homogêneo, consensual e objetivo para o desenvolvimento do turismo. Ele é marcado por disputas entre agentes com diferentes acúmulos de capital que buscaram, de alguma forma, legitimar suas posições e influenciar o desenvolvimento ou a ausência deste na zona em questão. Essas disputas refletiram não apenas as desigualdades estruturais entre os agentes que atravessam o campo, mas também as possibilidades de uma transformação real por meio de alianças e estratégias coletivas. Se percebeu uma lacuna significativa na valorização do turismo, refletindo em uma compreensão superficial de seu potencial.

A quinta seção buscou compreender como a acumulação de capital econômico, social, cultural e turístico por parte dos agentes fomentaram a disputa no campo, expondo agentes que são dominantes e agentes que são dominados a partir da distinta acumulação dos capitais. Embora os agentes dominantes detenham expressivo capital turístico, suas atuações não foram suficientes para promover o turismo como um vetor de desenvolvimento, divergindo das

narrativas expressas em seus discursos. Por outro lado, os agentes dominados encontraram-se marginalizados no debate, submetidos a uma diminuição hierárquica, quase que natural, que lhes impôs diretrizes de cima para baixo, sem oferecer espaço para uma participação crítica e propositiva. Essa exclusão limitou a possibilidade de estabelecer conexões mais profundas entre a realidade desses agentes e o território, comprometendo a efetividade de ações que poderiam integrar os agentes dominados.

Na sexta seção, outro aspecto crucial abordado foi o papel do *habitus* turístico na conformação das práticas e percepções dos agentes. O *habitus*, entendido como o conjunto de disposições internalizadas que orientam as ações dos indivíduos, mostrou-se um elemento central para compreender as resistências às mudanças e as possibilidades de transformação. As memórias de uma Ribeira e Cidade Alta mais dinâmicas e culturalmente vibrantes ainda moldaram as expectativas dos agentes, mas também revelaram um desafio: a necessidade de ressignificar essas áreas de forma que elas atendam às demandas contemporâneas sem perder sua identidade.

A zona histórica e portuária parece estar sempre em um momento de transição que demandará soluções inovadoras e inclusivas, mas que ao defrontar a realidade, os *habitus* evidenciaram o quão distantes os agentes dominados estão do contexto real. Ao confrontar suas subjetividades para exteriorizar seus desejos, encaminhamentos foram sugeridos, destacando-se a importância de se pensar a revitalização urbana não apenas como uma questão de infraestrutura, mas como um processo multidimensional que envolva tecnologia, sustentabilidade, diversidade e participação comunitária. A incorporação de práticas tecnológicas poderia ajudar a atrair novos públicos e tornar o patrimônio mais acessível. Além disso, a integração de elementos de sustentabilidade ambiental e social se faria fundamental para garantir que as transformações ocorram de maneira equilibrada, em um cenário ideal.

Ademais, a presença da comunidade local como protagonista no processo de revitalização seria indispensável. Essa abordagem não só valoriza os saberes, mas também fortalece o sentimento de pertencimento e responsabilidade compartilhada. Outro ponto relevante foi a necessidade de reposicionar a zona histórica e portuária dentro das estratégias de marketing turístico da cidade. Como evidenciado pela pesquisa, a ausência de divulgação eficaz contribuiu para a invisibilidade dessas áreas frente aos visitantes, que geralmente associam Natal ao turismo de sol e mar. Um dos pontos centrais identificados foi a ausência de uma gestão integrada e de uma visão de longo prazo que articule as demandas dos diversos agentes. A fragmentação de interesses e a falta de coordenação entre os setores público, privado e comunitário resultaram em iniciativas desconexas que comprometem tanto a

preservação do patrimônio histórico quanto o potencial turístico da área. Essa desarticulação reforçou a urgência de um marco regulatório claro e participativo, que estabelecesse as diretrizes para o desenvolvimento da zona, equilibrando interesses econômicos, políticos, sociais, turísticos e culturais.

A tese conclui que o uso turístico enquanto objeto de disputa no campo da zona histórica e portuária de Natal vai muito além de ser uma simples questão de política de urbanização. Trata-se de um processo complexo e multidimensional que demanda a articulação efetiva dos diferentes agentes em torno de uma visão compartilhada de turismo. Para isso, a construção de um cenário utópico para todos os agentes se faz importante, não necessariamente remetendo a um futuro inalcançável, mas a uma utopia base para a construção de um futuro integrado, onde a preservação histórica, o desenvolvimento econômico e a inclusão social coexistam para um turismo viável e pertinente para a cidade.

Para isso, é imprescindível estabelecer um modelo colaborativo no qual os setores públicos, privado, a sociedade civil trabalhem de forma conjunta. Essa união precisa ser sustentada por um modelo de governança participativo e transparente com planejamento estratégico e ações integradas que considerem as especificidades e potencialidades da zona histórica e portuária para fins turísticos. O uso turístico na zona não só reconfigurará o espaço urbano, mas também promoverá uma transformação social, consolidando uma cidade mais justa, inclusiva e diversa para o turismo.

Entretanto, existe uma naturalização das diferenças entre os agentes que é uma barreira difícil de ser ultrapassada ou, quiçá, destruída e superada. Quais diferenças são essas? Tratam-se dos processos naturais de distinção entre os agentes na zona histórica e portuária de Natal que sinalizam as dinâmicas de poder e desigualdade que estruturam o campo turístico. Os agentes ao acumularem capital, consolidam suas posições e legitimam suas práticas, muitas vezes em detrimento de outros grupos, reproduzindo hierarquias políticas e econômicas que afetam diretamente o desenvolvimento turístico.

Os agentes dominantes frequentemente se colocaram como responsáveis legítimos pelas decisões estratégicas do turismo para a cidade, alocando-o onde é vantajoso. Eles construíram narrativas que destacaram a importância da preservação histórica e arquitetônica e desenvolvimento logístico da zona portuária para o turismo, mas suas práticas tenderam a excluir a zona histórica e portuária, bem como com os agentes dominados, aqueles que possuem uma relação prática e cotidiana com o território. Como resultado, as iniciativas acabaram priorizando o turismo de sol e mar, reforçando o domínio do capital econômico e político sobre o campo, relegando as demandas culturais a um plano secundário.

Já os agentes dominados não se portaram apenas como receptores passivos dessas dinâmicas. Eles encontraram formas de resistência que se traduziram em práticas alternativas de uso e preservação da cultura, buscando reafirmar seu direito de pertencimento e influência no campo. Embora menos valorizadas no discurso dominante, essas práticas representaram uma tentativa legítima de contestar o monopólio sobre as decisões e narrativas construídas para a zona histórica e portuária. Ao buscar reinventar a zona, dentro de suas possibilidades, esses agentes criaram uma distinção que desafia as normas impostas pelos dominantes, contribuindo para a construção de novas possibilidades sociais e turísticas.

A ausência de uma gestão integrada e participativa agravou ainda mais essas distorções, evidenciando a necessidade urgente de um planejamento mais inclusivo que valorize as contribuições de todos os agentes envolvidos. Portanto, a naturalização das diferenças na zona histórica e portuária de Natal apresentou desigualdades estruturais e incorporou as disputas simbólicas que moldam o campo turístico. Para superar essas barreiras, é essencial promover uma redistribuição mais equitativa dos capitais, estimulando o diálogo entre os diferentes agentes e valorizando as possibilidades de novas práticas turísticas.

Para romper com a lógica de marginalização e conquistar posições centrais no campo, os agentes dominantes precisam promover uma revolução simbólica, através da ressignificação dos valores e representações que os sustentam na posição subalternizada, desafiando as hierarquias impostas pelos agentes dominantes. Para isso, é fundamental que mobilizem diferentes formas de capital e articulem estratégias que tornem legítimos seus discursos e práticas dentro do campo. Ao transformar a percepção sobre seu papel e importância, esses agentes podem alterar as regras do jogo, reposicionando-se e disputando espaços de influência na configuração do turismo na zona.

Concluimos que o campo turístico na zona histórica e portuária de Natal é, portanto, estruturado por dinâmicas de poder e desigualdade entre agentes dominantes e dominados, que disputam o acúmulo de capitais em um contexto de abandono e subutilização dessa área. Embora o discurso oficial enfatize o potencial turístico e a revitalização da zona as práticas efetivas reforçaram a sua marginalização. Portanto, foram elementos-chave dessa tese: a) o uso das categorias teóricas de Pierre Bourdieu para analisar as disputas entre agentes que competem pelo uso e controle da zona portuária e histórica de Natal; b) disparidades no campo turístico; c) contradição entre discurso e prática; d) necessidade de uma gestão participativa e e) uma democratização dos acúmulos de capitais disponíveis no campo, especialmente, o turístico.

7.1 Contribuições da Tese

Além desse construto que intenciona auxiliar outros pesquisadores ao navegarem pela lógica do pensamento de Pierre Bourdieu, essa tese também colaborou com a sociedade ao promover o debate sobre a importância da preservação e valorização histórica, estimulando inclusão comunitária e o uso do turismo de forma responsável. Para a academia a colaboração esteve centrada no avanço dos estudos do turismo entendendo-o enquanto fenômeno social que integra múltiplas disciplinas, promovendo a ampliação do conceito de campo, capital e *habitus* turístico. Esperamos que essa tese tenha logrado constituir subsídios para políticas públicas de turismo em Natal, incentivando o uso turístico cultural para a cidade, promovendo “novas” aproximações para um turismo possível. E, para o mercado, a colaboração esteve em revelar o potencial econômico da zona histórica e portuária, o fortalecimento da segmentação de turismo cultural e o despertar para a inovação e criatividade no uso dessa zona para o turismo, recomendando a inserção de atividades de turismo e lazer na baixa estação de rotas de cruzeiros nacionais e internacionais.

E, além de buscar contribuir com os estudos turísticos que se utilizam dos norteamentos teóricos e metodológicos *bourdieusianos*, buscamos construir e compartilhar uma matriz que visa identificar e analisar o campo turístico e sua dinâmica, a partir de um recorte dos diversos campos turísticos que podem existir na seara social. Inicialmente, se recomenda a realização da **pré-fase**, na qual o turismo ou seus elementos, são constituídos enquanto objeto de pesquisa. Nesse estágio preliminar, o pesquisador define claramente o fenômeno turístico a ser investigado, delimitando seus componentes e estabelecendo os parâmetros iniciais para a análise. Esta etapa é crucial, pois estabelece as bases empíricas que orientarão toda a pesquisa subsequente. É aqui que se determina o cenário no qual o turismo, ou suas facetas específicas serão considerados como objetos de disputa e análise crítica.

Na pré-fase o pesquisador deve concentrar os esforços na compreensão do turismo enquanto mecanismo de dominação, caracterizando-o a partir uma perspectiva que pode gerar, dentro de um possível campo, agentes dominantes e agentes dominados. Essa análise minuciosa é importante, pois nem em todos os casos em que o turismo é pauta, ele é a força motriz. Por vezes, o turismo pode ser utilizado como “cortina de fumaça” para outros interesses e, por isso, o conceito de campo turístico não seria o mais adequado, uma vez que no campo turístico a luta é pela concentração de capital turístico.

Portanto, nessa fase é importante esclarecer o processo histórico que levou o turismo a obter o poder de “objeto desejado” no contexto pesquisado, reforçando que os fenômenos

sociais não acontecem inesperadamente, mas são evoluções comportamentais que desembocam em situações críticas a serem solucionadas. E o turismo não escapa dessa prerrogativa. Identificado o processo histórico e compreendido que é possível estabelecer uma conexão prática para a composição de um campo, onde a lógica central é a disputa pelo turismo. A partir da consolidação dessa fase inicial, o(a) pesquisador(a) poderá avançar para as etapas seguintes, como ilustra o quadro 19.

Quadro 19: Matriz de estudos para o(s) campo(s) turístico(s)

PRÉ-FASE	FASE 1: FORMAÇÃO DO CAMPO			FASE 2: ACÚMULO DE CAPITAL				FASE 3: DISPOSIÇÃO DOS HABITUS		FASE 4: OPORTUNIDADES, CONSEQUÊNCIAS E DESAFIOS FUTUROS
Constituição do turismo ou elementos do turismo enquanto objeto de pesquisa.	Primeira variável	Como compreendê-la?	Formação dos agentes do campo	Segunda variável	Como compreendê-la?	Intensidade		Terceira variável	Estrutura de disposição	Após revelar os cenários que levam o turismo à disputa, quais proposições de melhorias, qualificações, aperfeiçoamentos, oportunidades, consequências, desafios, obstáculos que o campo não consegue enxergar e o(a) pesquisador(a) poderá nortear?
	<i>Doxa</i>	Visões do turismo a partir dos agentes de turistificação (econômicos, políticos, sociais, culturais, ambientais), interessados na existência e manutenção do campo	Disposição dos agentes a partir dos níveis de intensidade de intervenção	Econômico	Recursos financeiros, investimentos em infraestrutura, lucro, bens materiais	Alto	Médio	Baixo	Como os agentes avaliam e percebem as relações dispostas no campo turístico formado anteriormente ? Formação de coligações, disposição de <i>habitus</i> similares	
	<i>Nomos</i>	Regulamentações judiciais e políticas, políticas públicas de turismo e áreas correlatas, administração pública do turismo e áreas afins e práticas da dinâmica social transversal aos agentes de turistificação elencados na <i>doxa</i>		Cultural	Escolaridade e escolaridade afinada ao turismo e áreas afins	Alto	Médio	Baixo		
	<i>Illusio</i>	Investimentos econômicos, cognitivos, difusão midiática, indicadores, potencial de retorno econômico, ambiental, social, turístico ou cultural		Social	Rede de relações, colaborações entre agentes, conflitos, alianças, comportamentos e práticas sociais	Alto	Médio	Baixo		
				Turístico	Gosto pessoal pela viagem, motivação para viagem, infraestrutura turística, política e regulamentações turísticas	Alto	Médio	Baixo		

Fonte: elaboração própria (2024).

Com o cenário definido, inicia-se a **fase 1**. Nesta fase, ocorre a constituição do campo a partir da *doxa*, da *illusio* e do *nomos* estabelecidos no contexto da pesquisa. A *doxa* refere-se às crenças e valores implícitos que sustentam o campo a partir da visão do senso comum, enquanto o *illusio* diz respeito ao interesse, a ilusão dos investimentos e retornos e ao envolvimento dos agentes nas atividades do campo com vistas ao retorno dos seus propósitos, isto é, o cenário em que o “jogo vale a pena ser jogado”. O *nomos*, por sua vez, envolve as normas e regras que regulam o funcionamento, sendo elas institucionalizadas ou não. Esta fase é essencial para entender as estruturas subjacentes e as dinâmicas que regem o campo turístico, proporcionando uma compreensão aprofundada dos elementos que moldam as interações e disputas entre os agentes.

Na fase 1 o pesquisador deve iniciar o mapeamento dos agentes que, de algum modo, detém interesse no turismo e como eles o visualizam a partir das concepções da *doxa*. Além disso, é importante ressaltar quais são os investimentos e os lucros simbólicos que os agentes estão investindo no jogo de disputas do campo e quais as regras estabelecidas institucionalmente e socialmente para que os agentes possam dedicar tempo ao interesse turístico em disputa.

Após a definição e descrição desses três elementos fundamentais, os agentes são realmente identificados e alocados na **fase 2**. Nesta etapa, o processo de diferenciação é analisado como uma oportunidade para revelar os agentes dominantes e dominados por meio do acúmulo dos seus capitais. Os agentes competem pela acumulação de capital, considerando diferentes níveis de intensidade (alta, média ou baixa). Nessa fase, os capitais econômico, cultural, social e turístico podem ser quantificáveis a partir da definição de uma escala, pois quando a acumulação de capital turístico não é suficiente para produzir diferenciação, os agentes podem recorrer a outros tipos de capital para definir suas influências no campo.

Recomenda-se que ao numerar os capitais, o pesquisador faça uma média das respostas dos respondentes e não uma soma. Isso porque a média revelará o comportamento histórico daquele dado momento e a soma das variáveis pode apresentar cenários destoantes, uma vez que um único agente pode ter um grande volume de capital acumulado. A análise da fase 2 revela as estratégias de acumulação e conversão de capital utilizadas pelos agentes, destacando como diferentes formas de capital podem ser mobilizadas para reforçar ou alterar posições dentro do campo. A competição por capital e as táticas empregadas pelos agentes proporcionam uma visão detalhada das dinâmicas de poder e das lógicas de funcionamento do campo turístico, permitindo uma compreensão mais ampla das estruturas e processos que o constituem.

A **fase 3** identifica como os agentes estão posicionados dentro do campo e quais são suas posições diferenciais em relação uns aos outros. Este processo envolve a análise das trajetórias e práticas dos agentes, destacando como seus *habitus* influenciam suas estratégias e interações, revelando se há contraste entre a narrativa e a prática. Agrupando os agentes com *habitus* semelhantes, forjando um cenário que ajudará a compreender se os objetos dispostos no jogo serão estimulados à solução ou não. Esta segmentação permite uma análise mais precisa das relações de poder e das configurações sociais dentro do campo turístico.

Por fim, na **fase 4**, estarão estabelecidas as consequências e oportunidades geradas pela disputa no campo turístico, possibilitando ao pesquisador realizar proposições de melhorias, qualificações, aperfeiçoamentos, oportunidades, consequências, desafios, obstáculos que o campo não consegue enxergar.

7.2 Limitações e Desafios

Ao elaborar uma tese conforme Eco (2016), é fundamental que o pesquisador dedique atenção ao tema escolhido, priorizando não apenas sua relevância acadêmica, mas também sua aplicabilidade prática. No caso desta pesquisa, foram identificadas algumas limitações que, embora não tenham comprometido o seu progresso ou a sua validade, contribuíram para a exclusão de contextos que poderiam complementar as análises realizadas. Essas limitações refletem os desafios inerentes à coleta de dados e à complexidade das interações com os diversos atores envolvidos no campo de estudo. Uma das principais limitações esteve no encontro e disponibilidade de alguns agentes centrais do mercado e poder público que não cederam entrevista para coleta de dados.

A ausência desses agentes, de certo modo até previsível, dada a dificuldade de entender que o processo de pesquisa contribui para uma melhora social e, em nosso caso, turística, restringiu minimamente a amplitude das informações coletadas, dificultando uma análise mais abrangente e multidimensional. Além disso, foi observada uma limitação no número de turistas e moradores locais disponíveis para participação na pesquisa, fato que se intensificou em razão das condições observadas durante o período de coleta.

Especialmente os turistas não estavam frequentes (durante o período do campo) na zona histórica e portuária. Durante todo o período não foram avistados grupos ou turistas solos nos atrativos culturais mais buscados como os museus e praças, bem como desembarcando no TMP dado o período de baixa temporada. Para obter a visão destes, fomos deslocados a outros atrativos culturais que estão fora dessa zona, como a Fortaleza dos Reis Magos e o Centro de

Turismo de Natal. Com relação aos moradores, devido a baixa quantidade populacional dos bairros, estes foram difíceis de encontrar, devido a ausência deles nas ruas, em casa ou até mesmo trabalhando no comércio e instituições que ali estão.

Outra limitação pode estar concentrada no foco geográfico restrito, que embora essa escolha permita uma análise aprofundada dos contextos pesquisados, ela acaba limitando a generalização das percepções pesquisadas. Também podemos apontar como limitação a metodologia predominantemente qualitativa e o espaço temporal para coleta de dados no campo poderia ter sido maior, onde talvez, pudéssemos ter mais acesso aos agentes que não estiveram presentes no esboço pesquisado. Apesar dessas limitações, o estudo apresentou contribuições significativas, ressaltando a importância de superar desafios metodológicos e logísticos para as futuras pesquisas, especialmente em contextos que demandam uma abordagem interdisciplinar e uma maior interação com o poder público, os agentes de mercado, os turistas e as comunidades locais.

Considerando que o desenvolvimento do turismo cultural seja uma proposta central deste estudo, a pesquisa pôde não abordar suficientemente os riscos associados a um possível turismo de massa ou sua eventual pressão sobre o patrimônio disponível nestas zonas, dado que em um cenário onde os turistas que cheguem por cruzeiros permanecessem nas intermediações, geraria um impacto que poderia ser reduzido se considerado formas de planejamento integrado e mecanismos de governança que articulassem ações conjuntas entre todos os agentes de interesse.

7.3 Sugestões para Pesquisas Futuras e para a Governança de Zonas Históricas e Portuárias

Propomos que pesquisas futuras possam estabelecer novas conexões teóricas entre a teoria de Bourdieu e o campo de estudos do turismo, abrindo possibilidades para a identificação de novos campos turísticos que se desenvolvam a partir de diferentes perspectivas. Sugerimos que essas investigações direcionem seu foco para vertentes alternativas de análise, como aquelas pautadas em questões ambientais ou sociais, que possuem potencial para reconfigurar as disputas dentro do campo turístico e gerar novas abordagens e paradigmas. Essa ampliação teórica seria essencial para fomentar uma visão mais abrangente e integradora, capaz de englobar as múltiplas dimensões que o turismo assume.

Consideramos relevante a aplicação dos conceitos produzidos e introduzidos no presente trabalho, incentivando sua expansão para novos olhares, perspectivas e formas de interpretação para que possam dialogar com as especificidades sociais, em especial, do capital turístico e *habitus* turístico. Estes, em particular, destacam-se por sua capacidade intrínseca de dinamizar e adaptar-se aos diferentes contextos e às disputas que emergem dentro do campo turístico. Tais adaptações demonstrariam como esses conceitos podem atuar como ferramenta de luta por acumulação e, simultaneamente, como um reflexo das interações turísticas, sociais, culturais e econômicas.

Sugerimos ainda a realização de estudos comparativos que tenham como foco os contextos que compartilhem similaridades com o cenário natalense, buscando identificar tanto padrões, quanto contrastes que possam enriquecer a compreensão das dinâmicas que configuram as zonas históricas e portuárias. Esses estudos podem oferecer *insights* interessantes sobre as semelhanças e diferenças que permeiam as experiências turísticas e o seu processo de desenvolvimento, permitindo uma análise mais aprofundada das interações entre os atores sociais, as estruturas que predominam no campo.

A nível de governança para essas zonas, um ponto importante levantado pela pesquisa foi o papel do turismo como uma ferramenta de transformação. Quando planejado de maneira participativa e inclusiva, o turismo pode contribuir para a revitalização da zona, fortalecendo o senso de pertencimento dos moradores e promovendo o empoderamento do turismo cultural. Além disso, ele pode atuar como um catalisador para a preservação do patrimônio cultural, desde que as práticas turísticas respeitem as especificidades e as memórias coletivas dos sujeitos, sendo fundamental adotar uma abordagem que equilibre as expectativas dos turistas com as necessidades dos demais agentes do campo, criando espaços que favoreçam a convivência harmoniosa.

O estudo também reforçou a importância de uma gestão integrada e colaborativa para o desenvolvimento turístico da região. A articulação entre os setores público, privado e a sociedade civil é essencial para superar os desafios estruturais e implementar soluções inovadoras. Propostas como a revitalização das fachadas históricas, a criação de espaços multifuncionais e a implementação de infraestrutura “moderna” devem ser acompanhadas de iniciativas que promovam a participação ativa de todos nos processos de tomada de decisão, como apontaram alguns respondentes enquanto narrativas de suas práticas.

Além disso, é imperativo que o planejamento turístico considere as especificidades da zona histórica e portuária, reconhecendo as práticas e as disposições dos agentes como elementos centrais para o sucesso das intervenções. Ao integrar essas especificidades às

estratégias de desenvolvimento, é possível construir um turismo mais alinhado às demandas contemporâneas, favorecendo a criação de experiências turísticas autênticas e significativas. A reconfiguração e revitalização da zona histórica e portuária de Natal exige uma transformação profunda nas dinâmicas que atravessam o campo turístico. Essa transformação deve ser pautada pela inclusão, pela responsabilidade e pelo respeito ao equilíbrio entre tradição e inovação, sendo essencial que a região se consolide como um produto turístico capaz de celebrar a diversidade e promover um futuro mais justo e equilibrado para todos os agentes envolvidos.

Esse movimento exige uma abordagem multiforme que integre as ações culturais, econômicas, sociais e ambientais, promovendo simultaneamente a inclusão e o desenvolvimento turístico. Para tanto, a valorização patrimonial surge como pilar inicial, com foco na preservação arquitetônica dos edifícios históricos, na criação de uma programação cultural contínua que contemple eventos de grande, médio e pequeno porte e na implementação de programas educativos através de campanhas educacionais nas escolas públicas e privadas, bem como no apoio a pesquisa e extensão nos centros universitários da cidade. Essas iniciativas buscam garantir a autenticidade estética, a manutenção de uma história e fortalecimento do vínculo entre os agentes.

No contexto econômico deve-se priorizar uma maior dinâmica de cruzeiros turísticos para o Porto de Natal, apoiar o comércio local, incentivando a instalação de comércio de artesanato, agências de receptivo, meios de hospedagem e alimentos e bebidas, principalmente na Ribeira, através de políticas públicas de incentivos fiscais e capacitação profissional que assegurem a geração de empregos para os moradores, bem como o fortalecimento econômico. Essas medidas, aliadas a uma requalificação urbana e infraestrutural, como melhorias na mobilidade de transporte público, acessibilidade e sinalização, podem tornar a região mais funcional e acolhedora, por meio da criação de áreas de pedestres, estacionamento bem localizado e uma infraestrutura com tecnologia da informação. Além da possível utilização de tecnologias inovadoras, complementando essas ações e criando experiências imersivas que conectam visitantes à história da região.

A reintegração turística também desempenha um papel crucial, com a necessidade de uma divulgação estratégica que reposicione a zona histórica e portuária como parte essencial da narrativa turística de Natal. Experiências culturais com agentes de viagens, jornalistas e influenciadores digitais através de *famtours*, *workshops* e rotas temáticas integradas, conectando o desembarque do porto, bem como atingindo os turistas localizados em outras zonas aos atrativos culturais, promovendo um turismo mais diverso. Essas ações podem estar

acompanhadas de um forte engajamento social que incentive a ocupação residencial e a participação ativa da comunidade nos processos.

Outro aspecto fundamental é a adoção de uma gestão integrada, baseada em parcerias público-privadas, governança profissionalizada que atenda as demandas locais e o desenvolvimento de mecanismos metodológicos de monitoramento contínuo das ações. Além disso, iniciativas voltadas à sustentabilidade ambiental, como a criação e revigoração de áreas verdes, o uso de recursos renováveis e a revitalização de cursos d'água, reforçando a imagem paisagística do Rio Potengi que integra os dois bairros e o porto, dando oportunidade de se tornar um recurso e um atrativo turístico acessível a todos os agentes.

A inclusão e a diversidade pode ser um princípio norteador, com ações afirmativas que garantam a participação de grupos marginalizados na cadeia produtiva do turismo e a criação de espaços culturais para manifestações diversas. Atração de investimentos, seja por meio de fundos culturais, parcerias ou *crowdfunding* podem ser alternativas para sustentar essas iniciativas a longo prazo. Por fim, o resgate e o reforço da identidade local completam esse ciclo de transformação. Rotas temáticas, eventos marcantes e narrativas visuais, como arte urbana e murais históricos podem transformar a zona histórica e portuária em um palco vivo de memórias e experiências.

A reconfiguração da zona histórica e portuária de Natal requer uma transformação profunda na luta simbólica do campo turístico que vá além da modernização da infraestrutura dos bairros e que oportunize novas lutas por outros objetos de desejo. Essa transformação deve ser pautada pela inclusão social, pelo respeito à diversidade econômica e cultural e pela busca de um equilíbrio entre tradições e inovações. A zona deve se consolidar como um produto turístico que engrandece a riqueza cultural e histórica de Natal, ao mesmo tempo em que promova um futuro mais inclusivo, equilibrado e justo na disposição dos capitais e redesenho dos *habitus* para todos os agentes envolvidos. Ao adotar uma abordagem integradora que valorize o diálogo entre os diferentes indivíduos, a zona histórica e portuária pode se tornar um modelo de como o turismo pode ser um instrumento de ressignificação e desenvolvimento, sem perder de vista a preservação de sua identidade e memória coletiva.

A pesquisa reforça, por fim, a necessidade de continuar os estudos nos bairros da Cidade Alta e Ribeira, territórios que guardam uma importância histórica, cultural e simbólica essencial para a cidade do Natal. Esses espaços, marcados pela presença de elementos construídos para o desenvolvimento urbano como Porto de Natal, pelas histórias que se desenrolam em suas ruas e pelas vivências cotidianas de seus moradores, oferecem um campo fértil para investigações que conectem passado, presente e futuro. O estudo desses bairros vai

além de uma simples análise territorial, tratando-se de um compromisso com o resguardo da memória coletiva e da história urbana. Esses elementos fazem dos contextos da Cidade Alta e da Ribeira um ambiente aberto para a compreensão da essência de Natal como um espaço de vida, trocas e transformações.

Consideramos categórico que pesquisadores de diferentes áreas se dediquem ao aprofundamento de outros entendimentos dessas zonas, reconhecendo-as como pilares fundacionais da vida urbana e espaços carregados de significados sociais, econômicos, turísticos e culturais. O porto, as ruas da Cidade Alta e da Ribeira, com suas arquiteturas, narrativas e resistências, representam diálogos vibrantes para diferentes aproximações de pesquisa. As experiências dos passantes, trabalhadores e moradores desses bairros revelam dinâmicas que ultrapassam as questões tangíveis, fornecendo pistas sobre as subjetividades, tensões e possibilidades de futuro para essas áreas. Persistir nos estudos dessas zonas, portanto, não é apenas uma demanda acadêmica, mas um ato de valorização da memória coletiva e uma contribuição essencial para o desenvolvimento do turismo da cidade, lembrando-nos constantemente de onde a vida urbana detém suas raízes e como ela pode ser frutificada e transformada.

APÊNDICES

Apêndice A

ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA GESTORES PÚBLICOS E PRIVADOS

1 IDENTIFICAÇÃO

1.1 Gênero:

1.2 Escolaridade:

1.3 Idade:

1.4 Faixa salarial:

- () Menos de um salário-mínimo
- () De um a dois salários-mínimos
- () De três a quatro salários-mínimos
- () De cinco a seis salários-mínimos
- () De sete a oito salários-mínimos
- () De nove a dez salários-mínimos
- () De dez a onze salários-mínimos;
- () Mais de doze salários-mínimos

1.5 Cargo que ocupa:

1.6 Cargo é efetivo ou comissionado?

1.7 Há quanto tempo ocupa o cargo?

2 HISTÓRIA PESSOAL

2.1 Onde nasceu?

2.2 Quais valores predominavam onde foi criado?

2.3 Como sua família se posicionava em relação a esses valores?

2.4 Frequentou escola pública e/ou privada?

2.5 Qual sua formação acadêmica?

2.6 Qual sua experiência profissional?

2.8 Alguma vez você já trabalhou com o turismo?

2.9 Se sim, como foi sua experiência?

2.10 Se não, qual sua percepção para o trabalho na área?

3 SOBRE O TURISMO

- 3.1 Você gosta de viajar?
- 3.2 Se sim, com quem viaja?
- 3.3 Quais as motivações da viagem?
- 3.4 O que considera relevante em uma viagem?
- 3.5 Para onde gosta de viajar?
- 3.6 Que atrativos gosta de visitar?

4 COMPOSIÇÃO DO CAMPO E ACÚMULO DE CAPITAL

- 4.1 Para você o que é turismo e qual a importância dele?
- 4.2 Qual a importância do centro histórico?
- 4.3 Pela sua prática na gestão pública/privada, como você tem atuado para impulsionar o turismo nas zonas portuárias e históricas?
- 4.5 Como você avalia os projetos já pensados para as zonas portuárias e históricas a partir do turismo?
- 4.6 Que ou quais elemento(s) novo(s) pode(m) ser inserido(s) em um novo olhar para estas zonas?
- 4.7 Como se dá o diálogo com outros agentes de interesse destas zonas?
- 4.8 Vou ler uma série de fundamentos do campo e desenvolvimento. Para cada uma, você me dirá uma nota de 1 a 5, sendo 1 sem importância e 5 muito importante.
 - Diversidade de agentes
 - Concentração de decisão no Estado
 - Concentração de decisão na iniciativa privada
 - Concentração de decisão na sociedade civil organizada
 - Considerar apenas os agentes de interesse destas zonas
 - Deveríamos reunir os agentes de interesse periodicamente
 - Revitalizar os centros históricos é uma tarefa contínua
 - Penso que essas zonas possuem potencial para o turismo
 - Hoje, a zona histórica e portuária de Natal é uma excelente opção para o turismo
 - O turismo pode ser pensado como uma ferramenta de uso para explorar estes espaços
 - O desenvolvimento turístico deve considerar geração de emprego e renda
 - O desenvolvimento turístico deve ponderar por usos responsáveis dos espaços
- 4.9 Qual seria o cenário ideal quando você visualiza o centro histórico e a zona portuária?

Apêndice B

ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA MORADORES E TRABALHADORES(AS)

1 IDENTIFICAÇÃO DO RESPONDENTE

- 1.1 Gênero:
- 1.2 Escolaridade:
- 1.3 Idade:
- 1.4 Faixa salarial:
 - () Até de 1 salário-mínimo
 - () De 1 a 3 salários-mínimos
 - () De 3 a 6 salários-mínimos
 - () De 6 a 9 salários-mínimos
 - () Mais de 9 salários-mínimos
- 1.5 Você é morador ou trabalhador?
- 1.6 Há quanto tempo mora/trabalha no bairro?

2 HISTÓRICO PESSOAL

- 2.1 Onde nasceu?
- 2.2 Quais valores predominavam onde foi criado?
- 2.3 Como sua família se posicionava em relação a esses valores?
- 2.4 Frequentou escola pública e/ou privada?
- 2.5 Qual sua formação acadêmica?
- 2.6 Qual sua experiência profissional?
- 2.8 Alguma vez você já trabalhou com o turismo?
- 2.9 Se sim, como foi sua experiência?
- 2.10 Se não, qual sua percepção para o trabalho na área?

3 SOBRE O TURISMO

- 3.1 Você gosta de viajar?
- 3.2 Se sim, com quem viaja?
- 3.3 Quais as motivações da viagem?
- 3.5 Para onde gosta de viajar?
- 3.6 Que atrativos gosta de visitar?

4 COMPOSIÇÃO DO CAMPO E ACÚMULO DE CAPITAL DO TURISMO

4.1 Para você o que é turismo e qual a importância dele?

4.2 Qual a importância do centro histórico?

4.3 Como você avalia os projetos já pensados para as zonas portuárias e históricas a partir do turismo?

4.4 Que ou quais elemento(s) novo(s) pode(m) ser inserido(s) em um novo olhar para estas zonas?

4.5 Vou ler uma série de fundamentos do campo e desenvolvimento. Para cada uma, você me dirá uma nota de 1 a 5, sendo 1 sem importância e 5 muito importante.

- Diversidade de agentes
- Concentração de decisão no Estado
- Concentração de decisão na iniciativa privada
- Concentração de decisão na sociedade civil organizada
- Considerar apenas os agentes de interesse destas zonas
- Deveríamos reunir os agentes de interesse periodicamente
- Revitalizar os centros históricos é uma tarefa contínua
- Penso que essas zonas possuem potencial para o turismo
- Hoje, a zona histórica e portuária de Natal é uma excelente opção para o turismo
- O turismo pode ser pensado como uma ferramenta de uso para explorar estes espaços
- O desenvolvimento turístico deve considerar geração de emprego e renda
- O desenvolvimento turístico deve ponderar por usos responsáveis dos espaços

4.6 Qual seria o cenário ideal quando você visualiza o centro histórico e a zona portuária?

Apêndice C

ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA TURISTAS

1 IDENTIFICAÇÃO DO RESPONDENTE

1.1 Gênero:

1.2 Escolaridade:

1.3 Idade:

1.4 Faixa salarial:

() Até de 1 salário-mínimo

() De 1 a 3 salários-mínimos

() De 3 a 6 salários-mínimos

() De 6 a 9 salários-mínimos

() Mais de 9 salários-mínimos

1.5 Qual sua cidade de origem?

2 HISTÓRICO PESSOAL

2.1 Onde nasceu?

2.2 Quais valores predominavam onde foi criado?

2.3 Como sua família se posicionava em relação a esses valores?

2.4 Frequentou escola pública e/ou privada?

2.5 Qual sua formação acadêmica?

2.6 Qual sua experiência profissional?

2.8 Alguma vez você já trabalhou com o turismo?

2.9 Se sim, como foi sua experiência?

2.10 Se não, qual sua percepção para o trabalho na área?

3 SOBRE O TURISMO

3.1 Você gosta de viajar?

3.2 Se sim, com quem viaja?

3.3 Quais as motivações da viagem?

3.5 Para onde gosta de viajar?

3.6 Que atrativos gosta de visitar?

4 COMPOSIÇÃO DO CAMPO E ACÚMULO DE CAPITAL DO TURISMO

4.1 Para você o que é turismo e qual a importância dele?

4.2 Qual a importância do centro histórico?

4.3 Como você avalia os projetos já pensados para as zonas portuárias e históricas a partir do turismo?

4.4 Que ou quais elemento(s) novo(s) pode(m) ser inserido(s) em um novo olhar para estas zonas?

4.5 Vou ler uma série de fundamentos do campo e desenvolvimento. Para cada uma, você me dirá uma nota de 1 a 5, sendo 1 sem importância e 5 muito importante.

- Diversidade de agentes
- Concentração de decisão no Estado
- Concentração de decisão na iniciativa privada
- Concentração de decisão na sociedade civil organizada
- Considerar apenas os agentes de interesse destas zonas
- Deveríamos reunir os agentes de interesse periodicamente
- Revitalizar os centros históricos é uma tarefa contínua
- Penso que essas zonas possuem potencial para o turismo
- Hoje, a zona histórica e portuária de Natal é uma excelente opção para o turismo
- O turismo pode ser pensado como uma ferramenta de uso para explorar estes espaços
- O desenvolvimento turístico deve considerar geração de emprego e renda
- O desenvolvimento turístico deve ponderar por usos responsáveis dos espaços

4.6 Qual seria o cenário ideal quando você visualiza o centro histórico e a zona portuária?